

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 86, 1º semestre de 2000

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 86, 1º semestre de 2000 - Ano 27, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

276p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

**CERIMÔNIA DE ASSINATURA DAS CARTAS DE
RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES 138 E 182 DA
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO** 21

PALAVRAS DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA,
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA
DE ASSINATURA DAS CARTAS DE RATIFICAÇÃO DAS
CONVENÇÕES 138 E 182 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
DO TRABALHO. BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2000

SENHOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO 23
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
EM JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE LUIS
ÁNGEL GONZÁLEZ MACCHI, DO PARAGUAI
PALÁCIO DO ITAMARATY, 10 DE FEVEREIRO DE 2000

COMISSÃO BRASIL-CORÉIA PARA O SÉCULO XXI 27

PALAVRAS DO MINISTRO RONALDO MOTA SARDENBERG
NA SOLENIDADE DE ENTREGA DO DOCUMENTO
FINAL DA COMISSÃO BRASIL-CORÉIA PARA O SÉCULO
XXI. BRASÍLIA, 17 DE FEVEREIRO DE 2000

JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA 29
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, EM JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE
JULIO MARIA SANGUINETTI, DA REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI PALÁCIO DO ITAMARATY, 23 DE FEVEREIRO DE 2000

SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA 33

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. LISBOA, 8 DE MARÇO DE 2000

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA 37

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, JORGE SAMPAIO, NO PALÁCIO DA AJUDA. LISBOA, 8 DE MARÇO DE 2000

ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL 41

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, ANTÓNIO GUTERRES. LISBOA, 8 DE MARÇO DE 2000

CERIMÔNIA OFICIAL DE CHEGADA DO PRESIDENTE A PORTUGAL 43

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA OFICIAL DE CHEGADA A PORTUGAL, NA TORRE DE BELÉM. BELÉM, PORTUGAL, 8 DE MARÇO DE 2000

ANO BRASIL-PORTUGAL 45

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ALMOÇO EM HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES DO ANO BRASIL-PORTUGAL 9 DE MARÇO DE 2000

**CONFERÊNCIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
BRASILEIRO - “HISTÓRIA E DIPLOMACIA** 49

CONFERÊNCIA DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - “HISTÓRIA E DIPLOMACIA”. RIO DE JANEIRO, 15 DE MARÇO DE 2000

JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA BOLÍVIA 59

DISCURSO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE HUGO BANZER, DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA. PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 16 DE MARÇO DE 2000

**INAUGURAÇÃO DO TRECHO SUL DO
GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL** 63

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO TRECHO SUL DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL. 31 DE MARÇO DE 2000

**ENCONTRO COM JUÍZES DA CORTE
INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS** 69

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ENCONTRO COM JUÍZES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

**CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO NO
TEATRO NACIONAL DA COSTA RICA** 71

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, APÓS CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO NO TEATRO NACIONAL DA COSTA RICA. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

VISITA OFICIAL PRESIDENCIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA 75
CONFERÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

VISITA OFICIAL À REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA 79
DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO DE TRABALHO POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. CARACAS, 6 DE ABRIL DE 2000

VI REUNIÃO DE CHANCELERES DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA 81
DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ENCERRAMENTO DA VI REUNIÃO DE CHANCELERES DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (TCA). CARACAS, 6 DE ABRIL DE 2000

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA 85
DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA. PORTO SEGURO, BAHIA, 22 DE ABRIL DE 2000

CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL 89
DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL. RIO PALACE HOTEL, RIO DE JANEIRO/RJ, 1 DE MAIO DE 2000

**CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA
ECONÔMICA DO MERCOSUL** 99

FALA FINAL DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE
ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL. RIO
PALACE HOTEL, RIO DE JANEIRO/RJ, 1 DE MAIO DE 2000

VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA 103

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE
CHEGADA, EM VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DA COSTA
RICA. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE MAIO DE 2000

**HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES
DO ANO BRASIL-PORTUGAL** 105

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO
ALMOÇO EM HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES DO
ANO BRASIL-PORTUGAL. LISBOA, 9 DE MAIO DE 2000

**“PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE A ALCA E A INTEGRAÇÃO
REGIONAL”. SOCIEDADE DAS AMÉRICAS, NOVA YORK** 109

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE
SEIXAS CORRÊA “UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE
A ALCA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL” SOCIEDADE DAS
AMÉRICAS, NOVA YORK, 14 DE MAIO DE 2000

**XII FÓRUM NACIONAL “REPENSANDO O
BRASIL: FUTURO, PRESENTE E PASSADO”** 115

TEXTO-BASE PARA PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA POR OCASIÃO DO XII FÓRUM NACIONAL EM
TORNO DO TEMA BÁSICO “REPENSANDO O BRASIL: FUTURO,
PRESENTE E PASSADO”. RIO DE JANEIRO, 15 DE MAIO DE 2000

FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO 127

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO. 18 DE MAIO DE 2000

FORMATURA DA TURMA “JOÃO CABRAL DE MELO NETO”, DO INSTITUTO RIO BRANCO 131

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA “JOÃO CABRAL DE MELO NETO”, DO INSTITUTO RIO BRANCO PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2000

SOLENIIDADE DE FORMATURA DOS ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO 137

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIIDADE DE FORMATURA DOS ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO. PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2000

CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO 145

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2000

SOLENIIDADE DE ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS COMITÊS OLÍMPICOS NACIONAIS 149

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DA SOLENIIDADE DE ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS COMITÊS OLÍMPICOS NACIONAIS. RIO DE JANEIRO, 24 DE MAIO DE 2000

VII REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA	153
INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA ABERTURA DA VII REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA. BRUXELAS, 25 DE MAIO DE 2000	
EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000	155
DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIDADE DE ABERTURA DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000. HANNOVER, ALEMANHA, 31 DE MAIO DE 2000	
CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO DOUTOR HÉLIO BICUDO, PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS	159
DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO DOUTOR HÉLIO BICUDO, PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS. BRASÍLIA, 14 DE JUNHO DE 2000	
XIV REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DO RIO	161
INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA XIV REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DO RIO. CARTAGENA DE INDIAS, COLÔMBIA, 16 DE JUNHO DE 2000	
X REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO G-15	165
INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA X REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO G-15. CAIRO, 20 DE JUNHO DE 2000	

**JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO
VICE-PRESIDENTE MARCO MACIEL PELO
PRIMEIRO-MINISTRO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA** 169

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE MARCO MACIEL, POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRIMEIRO MINISTRO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA. MOSCOU, RÚSSIA, 22 DE JUNHO DE 2000

XVIII REUNIÃO DO CONSELHO MERCADO COMUM 173

DISCURSO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA REUNIÃO DE CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE, POR OCASIÃO DA XVIII REUNIÃO DO CONSELHO MERCADO COMUM. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 30 DE JUNHO DE 2000

ATOS INTERNACIONAIS 177

**COMUNICADOS, NOTAS,
MENSAGENS E INFORMAÇÕES** 179

AJUDA HUMANITÁRIA À VENEZUELA (07 DE JANEIRO DE 2000) 179

MENSAGEM ENVIADA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA (12 DE JANEIRO DE 2000) 179

RESTAURAÇÃO DA OBRA “OS DESCOBRIDORES” DO PINTOR BRASILEIRO BELMIRO DE ALMEIDA (14 DE JANEIRO DE 2000) 179

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000 (21 DE JANEIRO DE 2000) 180

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL HANNOVER 2000 (21 DE JANEIRO DE 2000)	182
COMUNICADO À IMPRENSA (21 DE JANEIRO DE 2000)	182
VIAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO URUGUAI E CHILE (27 DE JANEIRO DE 2000)	183
DOCUMENTO FINAL DA I CONFERÊNCIA DE MULHERES DA CPLP SOBRE GÊNERO, CULTURA, ACESSO AO PODER, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO (02 DE FEVEREIRO DE 2000)	183
ASSINATURA DO ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (03 DE FEVEREIRO 2000)	189
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NO TIMOR ORIENTAL (04 DE FEVEREIRO 2000)	190
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, À VENEZUELA (05 DE FEVEREIRO DE 2000)	190
ASSINATURA DO ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI) (07 DE FEVEREIRO DE 2000)	191
VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI AO BRASIL (11 DE FEVEREIRO DE 2000)	191
VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA COSTA RICA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (14 DE FEVEREIRO DE 2000)	194
VISITA DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À VENEZUELA (14 DE FEVEREIRO DE 2000)	197

BRIEFING SOBRE RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO BRASILCORÉIA PARA O SÉCULO XXI (16 DE FEVEREIRO DE 2000)	199
VISITA DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS POLÍTICOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EMBAIXADOR THOMAS PICKERING, AO BRASIL NOS DIAS 17 E 18 DO CORRENTE (17 DE FEVEREIRO DE 2000)	200
SOBRE O TEMA DA CONTROVÉRSIA COMERCIAL EMBRAER/BOMBARDIER (22 DE FEVEREIRO DE 2000)	200
COMUNICAÇÃO CONJUNTA À IMPRENSA REUNIÃO MINISTERIAL ENTRE A UNIÃO EUROPEIA, O MERCOSUL, O CHILE E A BOLÍVIA (23 DE FEVEREIRO DE 2000)	201
VI CONFERÊNCIA DE EXAME DO TNP (25 DE FEVEREIRO DE 2000)	202
BRAZILTRADENET - NOVO ENDEREÇO E NOVAS CONDIÇÕES DE ACESSO (28 DE FEVEREIRO DE 2000)	203
DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS MINISTROS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (02 DE MARÇO DE 2000)	204
FORÇA AÉREA BRASILEIRA–FAB REALIZARÁ, NOS PRÓXIMOS DIAS, VÔO PARA MOÇAMBIQUE, TRANSPORTANDO 10 (DEZ) TONELADAS DE AJUDA HUMANITÁRIA (02 DE MARÇO DE 2000)	205
FOI REALIZADA, NO DIA 2 DE MARÇO DE 2000, EM BRASÍLIA, A SEGUNDA RODADA DE CONSULTAS ENTRE BRASIL E CUBA NO ÂMBITO DO MECANISMO PERMANENTE DE INFORMAÇÃO E CONSULTAS POLÍTICAS ENTRE AS CHANCELARIAS DOS DOIS PAÍSES. (03 DE MARÇO DE 2000)	205

INVESTIGAÇÃO DE DUMPING CONTRA LAMINADOS A FRIO EXPORTADOS PELO BRASIL PARA OS EUA (03 DE MARÇO DE 2000)	206
VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA (09 DE MARÇO DE 2000)	206
AJUDA A MOÇAMBIQUE (10 DE MARÇO DE 2000)	207
VISITA AO BRASIL DO PADRE FILOMENO JACOB (10 DE MARÇO DE 2000)	207
VISITA AO BRASIL DO ADMINISTRADOR DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), SENHOR MARK MALLOCH BROWN (10 DE MARÇO DE 2000)	208
COMUNICADO CONJUNTO DE IMPRENSA-VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE. DA BOLÍVIA AO BRASIL (16 DE MARÇO DE 2000)	208
EXPORTAÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO PARA A ARGENTINA (20 DE MARÇO DE 2000)	211
REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL (23 DE MARÇO DE 2000)	211
VIAGEM DO MIINSTRO LAMPREIA A WASHINGTON (23 DE FEVEREIRO DE 2000)	212
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO VISITA A COSTA RICA (27 DE MARÇO DE 2000)	212
REUNIÃO BRASIL MÉXICO (28 DE MARÇO DE 2000)	213
VIAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL À ÁSIA (28 DE MARÇO DE 2000)	214
AGENDA COMUM BRASIL-EUA PARA O MEIO AMBIENTE (29 DE MARÇO DE 2000)	214

VISITA AO BRASIL DE XANANA GUSMAO (29 DE MARÇO DE 2000)	215
CARTA DO PRESIDENTE DA RÉPÚBLICA AO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU (30 DE MARÇO DE 2000)	216
CARTA DO MINISTRO DE ESTADO AO ADMINISTRADOR TRANSITO RIO DO TIMOR LESTE (30 DE MARÇO DE 2000)	216
REUNIÃO BRASIL - MÉXICO COMUNICADO A IMPRENSA (31 DE MARÇO DE 2000)	217
COMUNICADO À IMPRENSA EMBRAER-BOMBARDIER (31 DE MARÇO DE 2000)	217
VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À COSTA RICA E REUNIÃO DE CÚPULA COM OS PRESIDENTES CENTRO-AMERICANOS (01 DE ABRIL DE 2000)	218
VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À VENEZUELA (02 DE ABRIL DE 2000)	218
EXPOSIÇÃO BRASIL 500 PÁSSAROS NO ITAMARATY (04 DE ABRIL DE 2000)	219
REUNIÃO DA COMISSÃO BRASIL-MÉXICO PRA O SÉCULO XXI (05 DE ABRIL DE 2000)	219
DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL DE CARACAS (10 DE ABRIL DE 2000)	219
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-PANAMÁ (12 DE ABRIL DE 2000)	222
COMUNICADO DE IMPRENSA (ELEIÇÕES NO PERU) (13 DE ABRIL DE 2000)	223
COMEMORAÇÃO DOS 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL EM BOSTON (17 DE ABRIL DE 2000)	224

ASSINATURA DO ACORDO DE SALVAGUARDAS COM OS EUA-CLA (17 DE ABRIL DE 2000)	224
II REUNIÃO DA COMISSÃO GERAL BRASIL-FRANÇA (18 DE ABRIL DE 2000)	225
O BRASIL NA FEIRA DE BASILÉIA 2000 (20 DE ABRIL DE 2000)	226
ACORDO BRASIL-MÉXICO (26 DE ABRIL DE 2000)	227
VISITA DO PRESIDENTE DA ITÁLIA AO BRASIL (27 DE ABRIL DE 2000)	227
COMEMORAÇÃO DOS 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL NO EXTERIOR (27 DE ABRIL DE 2000)	228
EXPOSIÇÃO EM HOMENAGEM AO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA (02 DE MAIO DE 2000)	228
1ª CONFERÊNCIA SOBRE FEDERALISMO COOPERATIVO, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA (08 DE MAIO DE 2000)	229
LANÇAMENTO DE SELO COMEMORATIVO DOS DOIS ANOS DO SISTEMA BRAZILTRADENET, DO MANUAL “EXPORTAÇÃO PASSO-A-PASSO” E DA SEÇÃO “TENDÊNCIAS DE MERCADO (09 DE MAIO DE 2000)	229
EMBRAER-BOMBARDIER (10 DE MAIO DE 2000)	230
VISITA OFICIAL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA, SENHOR VARTAN OSKANIAN, AO BRASIL (15 DE MAIO DE 2000)	231
VISITA DO MINISTRO DA ECONOMIA DE PORTUGAL - CONVENÇÃO SOBRE BITRIBUTÇÃO (15 DE MAIO DE 2000)	231
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO VISITA HANNOVER, BERLIM E PARIS (16 DE MAIO DE 2000)	232

NOTA A IMPRENSA (TENTATIVA DE GOLPE NO PARAGUAI) (19 DE MAIO DE 2000)	233
NOTA A IMPRENSA (OPAQ) (22 DE MAIO DE 2000)	233
VISITA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, SENHOR IEGOR STROEV, AO BRASIL (23 DE MAIO DE 2000)	234
SITUAÇÃO DO SENHOR LUIS GUILLERMO PINEDA (26 DE MAIO DE 2000)	234
PROFESSORA RUTH CARDOSO DEFENDERÁ POSIÇÃO BRASILEIRA EM REUNIÃO DA ONU SOBRE A MULHER (26 DE MAIO DE 2000)	235
VISITA OFICIAL AO BRASIL DA SENHORA MINISTRA DE RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, SOLEDAD ALVEAR (27 DE MAIO DE 2000)	236
COMUNICADO A RESPEITO DAS ELEIÇÕES NO PERU (27 DE MAIO DE 2000)	239
XXX ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA (30 DE MAIO DE 2000)	239
BRASIL RECEBE MATERIAL MILITAR DESATIVADO DOS ESTADOS UNIDOS (02 DE JUNHO DE 2000)	239
VICE-PRESIDENTE ABRE SEMINÁRIO “RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O MUNDO ÁRABE: CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS (05 DE JUNHO DE 2000)	240
PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE NA XIV CÚPULA DO GRUPO (08 DE JUNHO DE 2000)	241
PRISÃO DO GENERAL OVIEDO (12 DE JUNHO DE 2000)	241

O PROFESSOR ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE FOI REELEITO PARA O CARGO DE JUIZ DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (13 DE JUNHO DE 2000)	241
PRESIDENTES DA COMUNIDADE ANDINA APÓIAM INICIATIVA DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO DE CONVOCAR REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL (13 DE JUNHO DE 2000)	242
1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ALTO NÍVEL BRASIL-RÚSSIA (14 DE JUNHO DE 2000)	242
MATÉRIAS SOBRE MAPA DO BRASIL UTILIZADO EM ESCOLAS NOS EUA (14 DE JUNHO DE 2000)	244
PRÊMIO PRÍNCIPE DE ASTURIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (14 DE JUNHO DE 2000)	244
MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE AO CHANCELER DA SÍRIA (14 DE JUNHO DE 2000)	245
MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO PRESIDENTE AO CHANCELER DA SÍRIA (14 DE JUNHO DE 2000)	245
MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO CHANCELER DA SÍRIA (14 DE JUNHO DE 2000)	246
NOVA ZELÂNDIA TERÁ EMBAIXADA EM BRASÍLIA (15 DE JUNHO DE 2000)	246
SEGUIMENTO DA CÚPULA DE COPENHAGUE (23 DE JUNHO DE 2000)	247
EMBAIXADA DO VIETNAM EM BRASÍLIA (23 DE JUNHO DE 2000)	248

EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA DÆDALUS SOBRE
O BRASIL (27 DE JUNHO DE 2000) 248

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO CHILE, MARÍA SOLEDAD ALVEAR VALENZUELA 249

FORÇA AÉREA BRASILEIRA–FAB REALIZARÁ, NOS PRÓXIMOS
DIAS, VÔO PARA MOÇAMBIQUE, TRANSPORTANDO 10
(DEZ) TONELADAS DE AJUDA HUMANITÁRIA 250

O GOVERNO BRASILEIRO ACOMPANHA COM PREOCUPAÇÃO A
ESCALADA DE VIOLÊNCIA QUE VEM CAUSANDO BAIXAS CIVIS E
MILITARES NO LÍBANO E A DESTRUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA
DE ENERGIA ELÉTRICA EM BEIRUTE, TRÍPOLI E BAALBEK 250

SEMINÁRIO DE TREINAMENTO EM TÉCNICAS E
PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS 250

BUYBRAZIL: *SITE* BRASILEIRO GRATUITO PARA PROMOÇÃO
DE EMPRESAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR 251

COMUNICADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE
SOBRE A SITUAÇÃO NA ÁUSTRIA 251

ARTIGOS 253

ARTIGO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA. “O MERCOSUL
E AS ELEIÇÕES NA ARGENTINA, NO CHILE E NO URUGUAI”
(CARTA INTERNACIONAL Nº 85 - ANO VIII - MARÇO DE 2000) 253

ARTIGO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PUBLICADO
EM 1º DE ABRIL DE 2000, NA REVISTA ARGENTINA ARCHIVOS DEL
PRESENTE, INTITULADO “UMA AGENDA DA AMÉRICA DO SUL 255

ARTIGO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO
NA GAZETA MERCANTIL EM 23 DE MAIO DE 2000, INTITULADO
“EM BUSCA DE NOVOS PARCEIROS NA ÁSIA” 259

ARTIGO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NA
REVISTA VALOR ECONÔMICO EM 27 DE JUNHO DE 2000, INTITULADO
“A AGENDA EUROPÉIA DO BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA” 261

ENTREVISTAS 263

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL
CORREIO BRAZILIENSE, PUBLICADA EM 1 DE JUNHO DE 2000 263

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, À
REVISTA ÉPOCA, PUBLICADA EM 5 DE JUNHO DE 2000 267

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO
JORNAL ZERO HORA, PUBLICADA EM 18 DE JUNHO DE 2000 269

ÍNDICE REMISSIVO 273



DISCURSOS

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DAS CARTAS DE RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES 138 E 182 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PALAVRAS DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DAS CARTAS DE RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES 138 E 182 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2000

Menos de dois meses atrás, na Conferência Ministerial da OMC em Seattle, o trabalho infantil ocupou amplo espaço nos noticiários de todo o mundo, por haver sido uma das questões suscitadas pelos numerosos movimentos que se mobilizaram em torno daquele evento histórico - e também em função de declarações de alguns líderes políticos e representantes de governos.

O Governo brasileiro sustentou em Seattle, como já vinha fazendo, que padrões trabalhistas e ambientais são a razão de ser de organismos especializados criados pela comunidade internacional, como a OIT, e neles devem ser debatidos e regulados.

Não podemos aceitar que a preocupação legítima e a boa fé da imensa maioria das pessoas que participam dos vários movimentos da sociedade civil, em prol de causas nobres e indiscutíveis, sejam transformadas

em justificativa para novas formas de protecionismo, especialmente por parte de países desenvolvidos. Daí nosso receio de que a importação do assunto para a órbita da OMC conduzisse a formas legalizadas de obstrução das exportações de países em desenvolvimento.

Esta cerimônia é mais uma prova forte de que o Brasil não reluta em aceitar críticas e pressões externas, e muito menos a assumir compromissos claros com a comunidade internacional, na luta pela erradicação do trabalho infantil. Afinal, os maiores interessados nessa luta somos nós mesmos, e não as sociedades que já resolveram o problema. Apenas queremos que as pressões e os compromissos se façam de forma legítima, nos foros apropriados, e não se prestem a manipulações indevidas e à promoção de interesses que em nada favorecem o nosso desenvolvimento.

A assinatura da Convenção 138 da OIT sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego e da Convenção 182 sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil é mais um produto da determinação do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso nesse campo.

O curtíssimo prazo em que foram aprovadas pelas Comissões Tripartites - integradas por representantes do Governo, do setor patronal e dos trabalhadores - e pelo Congresso Nacional, que as examinou com especial urgência a partir de outubro, comprova, mais do que um consenso, a presença inequívoca de uma forte vontade política.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

No mundo de hoje, cada vez mais, o exercício da política externa de uma nação país ganha força quando é claro e coerente. Coerente não apenas nas diversas dimensões da ação internacional, mas também na articulação entre o que os Governos dizem e fazem dentro e fora de seus países.

Essa coerência, que existe agora no Brasil, e da qual o presente ato é mais uma demonstração, constitui um dos grandes trunfos de nossa política externa. Um trunfo que nos permite falar de modo claro, reconhecer os nossos problemas, e buscar recursos e respaldo internacional para resolvê-los. É o que temos feito, por orientação de Vossa Excelência, e o que continuaremos a fazer. É o que a sociedade brasileira espera e exige de nós.

SENHOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM JANTAR OFERECIDO
AO PRESIDENTE LUIS ÁNGEL GONZÁLEZ MACCHI, DO PARAGUAI
PALÁCIO DO ITAMARATY, 10 DE FEVEREIRO DE 2000

Tenho a grata satisfação de dar boas-vindas a Vossa Excelência, Presidente González Macchi, e saudá-lo nesta sua primeira visita oficial ao Brasil.

O Paraguai é um país do qual nos sentimos especialmente próximos. Receber o seu Presidente, acompanhado por expressiva delegação, é uma honra para todos nós.

Brasil e Paraguai estão unidos pelos vínculos da história e da geografia.

Estão unidos também pela determinação de enfrentar os desafios do desenvolvimento.

Coube a Vossa Excelência assumir a liderança de seu país em momento difícil, quando as forças do atraso político e da violência haviam gerado uma grave crise institucional.

Naquele momento, já há quase um ano, o Paraguai reforçou sua opção pela consolidação democrática.

Vossa Excelência sabe que o Brasil o apóia nesse esforço.

Mas a agenda da consolidação democrática, sabemos todos, não é apenas do Paraguai.

É uma agenda sul-americana, uma agenda hemisférica e, sem dúvida, uma agenda global.

A democracia nunca é uma obra acabada, concluída para sempre. Ela é uma luta constante, um permanente desafio, que exige

atenção, dedicação e, sobretudo, perseverança.

Estamos juntos nesse desafio. Estamos juntos na tarefa de fazer respeitar os princípios e os valores da democracia. Estamos juntos na ação de impedir marcha atrás.

E não o fazemos por capricho, mas por convicção e por necessidade.

No mundo de hoje, as grandes realizações na política internacional – a paz, a integração, o desenvolvimento – somente são concebíveis no contexto da democracia e dos direitos humanos. O respeito aos princípios do jogo democrático é um pressuposto.

Vemos isso em todas as regiões, inclusive na Europa, onde o ressurgimento de antigas tendências extremistas colocou na ordem do dia os mecanismos da solidariedade democrática, em defesa dos quais também nós devemos juntar nossas vozes.

Essa mesma solidariedade é hoje o alicerce mais firme para a construção de um espaço compartilhado de paz, prosperidade e liberdade na América do Sul.

Já houve tempo em que América do Sul era sinônimo de instabilidade e golpes militares. As lições do passado foram aprendidas. Hoje, a nova América do Sul que estamos construindo há de ser sinônimo de democracia, por toda

a parte: no Cone Sul, na Bacia do Prata, nos Andes, na região amazônica.

Não haveremos de transigir em nosso compromisso democrático.

É por isso que o Mercosul já se afirmou como um foro que não é apenas econômico ou comercial. É muito mais do que isso. É também um foro político, no qual a preservação e o aprofundamento da democracia são valores centrais.

A democracia não é estática. Ao contrário. Ela tem força porque tem os instrumentos para o seu próprio aperfeiçoamento.

E esse aperfeiçoamento é uma tarefa urgente em nossos países.

Urgente como a reforma e a modernização do Estado.

Urgente como a eliminação de distorções que dificultam a vida dos mais pobres e opõem obstáculo ao desenvolvimento.

Urgente como o combate à corrupção e às diversas formas de criminalidade e ilegalidade que ameaçam a própria alma do Estado de Direito.

Senhor Presidente,

O objetivo do desenvolvimento é hoje, mais do que nunca, uma aspiração que une os povos da América do Sul.

Os avanços da ciência e da técnica abrem oportunidades nunca vistas na história da humanidade. Nossos países têm a obrigação de fazer todo o possível para transformar essas oportunidades em realidades tangíveis, especialmente para os segmentos mais pobres e mais vulneráveis da população.

No Mercosul, tivemos um ano difícil. O fluxo de comércio se reduziu, refletindo as dificuldades enfrentadas pelos quatro países. Entre Brasil e Paraguai, a corrente de comércio perdeu mais de um terço de seu volume.

Mas chegamos a um estágio em que as próprias dificuldades mostram a força do Mercosul. Atravessamos os problemas, aprendemos com eles, e deles saímos mais

fortes, mais determinados a avançar no sentido da integração.

Aprendemos, por exemplo, que quando enfrentamos as turbulências da economia internacional, nossa união no Mercosul nos torna mais aptos a responder e a superar desafios.

Aprendemos que nos momentos de retração ou de menor crescimento das economias, tornam-se mais intensas as vozes dos interesses particulares, a voz do curto prazo e a tentação dos esquemas ultrapassados de proteção.

Nesses momentos, é que os Governos devem ter maior clareza e maior firmeza na defesa da voz dos interesses comuns, da voz do longo prazo, das aspirações históricas de nossos povos.

Sabemos o quanto temos a ganhar com o aprofundamento de nosso intercâmbio econômico.

Nos próximos anos, o Mercosul não somente se confirmará como um dos atores relevantes no cenário internacional, mas também dará passos importantes para alcançar novos patamares na integração.

Cada um dos sócios encontra nesse processo vantagens e desafios distintos.

O Governo brasileiro tem consciência de que a especificidade de cada situação merece atenção.

O Paraguai realiza esforços importantes para reorganizar o seu sistema produtivo.

O Brasil apóia e quer continuar a apoiar esse processo.

Ao Brasil interessa a prosperidade de seus vizinhos.

Ao Brasil interessa, e muito, a prosperidade do Paraguai.

E os resultados de nossa cooperação são expressivos. Basta lembrar o exemplo de Itaipu – mais do que um exemplo, um símbolo.

Um símbolo do que dois países vizinhos, amigos e irmãos podem realizar quando unem os seus recursos e sua capacidade de trabalho.

Hoje temos outras tarefas.

Tarefas também essenciais para a criação de melhores condições para o desenvolvimento.

Na relação entre dois países, a presença humana é fundamental. Milhares de paraguaios vivem no Brasil e milhares de brasileiros, no Paraguai. Este é um vínculo sólido.

Baseia-se em um fato simples e óbvio: somos povos irmãos, que se entendem com facilidade, que se sentem bem estando juntos.

É importante que essa amizade e essa fraternidade se reflitam em realidades jurídicas.

A documentação dos brasileiros radicados no Paraguai responde a essa preocupação, que ocupa um lugar de destaque na história da amizade entre nossos dois países.

É essencial que se dê continuidade a esse processo.

Atribuímos também grande importância aos esforços das autoridades paraguaias para atender aos reclamos dos brasileiros que tiveram suas terras invadidas.

Esperamos que esses esforços sejam mantidos e intensificados.

A segurança é essencial para os que desempenham atividades econômicas, para os que produzem riqueza, geram empregos.

Vai nessa direção o acordo assinado hoje pelos dois Chanceleres, para promover a cooperação no combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas. É um passo importante para que os nossos espaços aéreos não sejam utilizados para ações ilegais.

Ressalto, também, o acordo firmado sobre transferência de presos e de menores sob tratamento especial, que permitirá que essas pessoas cumpram sentenças em seu país de origem, facilitando sua reabilitação social.

Quero mencionar aqui que o Brasil está tomando as medidas necessárias para reforçar a segurança pública. O controle de armas de fogo é essencial, e para isso contamos com a colaboração das autoridades paraguaias para resolver este problema que, por sua natureza, ignora as fronteiras e impõe a necessidade da cooperação internacional.

Precisamos também aprimorar o quadro jurídico para os investimentos recíprocos. A proposta de um acordo para evitar a bitributação é um passo indispensável e prioritário.

Isso dará às nossas empresas melhores condições para transformar possibilidades em realidades, para fazer de nossa vizinhança uma fonte de prosperidade.

Senhor Presidente,

Prosperidade com justiça, com liberdade e com democracia é o objetivo comum que nossos países buscam realizar, tanto no âmbito do Mercosul como em nossas relações bilaterais.

Não é um objetivo fácil.

Exige esforço.

Exige dedicação.

Sabemos disso e estamos dispostos a trabalhar para que nossa parceria, enraizada em uma amizade tradicional e fraterna, seja um instrumento de realizações.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil é uma demonstração clara de que o Paraguai atribui importância e prioridade a esse trabalho conjunto.

Pessoalmente, desejo que Vossa Excelência leve desta visita a certeza de que o Paraguai continuará a contar com o Brasil como um parceiro firme e decidido.

E é no espírito dessa parceria que convido todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, e à amizade e à solidariedade democrática entre os povos do Brasil e do Paraguai.



COMISSÃO BRASIL-CORÉIA PARA O SÉCULO XXI

PALAVRAS DO MINISTRO RONALDO MOTA SARDENBERG NA SOLENIDADE DE ENTREGA DO DOCUMENTO FINAL DA COMISSÃO BRASIL-CORÉIA PARA O SÉCULO XXI. BRASÍLIA, 17 DE FEVEREIRO DE 2000

A cooperação entre países distantes como o Brasil e a Coréia, separados por barreira de língua e por relativamente pequena interação cultural, deve ser construída a partir de convicções políticas relevantes, baseadas no interesse mútuo.

É necessário, na cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia, dar novos passos, sair da rotina e incorporar parcerias não tradicionais, especialmente as mais dinâmicas, como é o caso da Coréia. O Ministério da Ciência e Tecnologia, assim como o Ministério das Relações Exteriores, está empenhado nesse esforço que já começa a dar resultados.

Na perspectiva da ciência e tecnologia, item privilegiado no trabalho da “Comissão Brasil-Coréia para o Século XXI”, o interesse mútuo existe, porque nossas comunidades científicas se equívalem, apesar de nesta matéria as vantagens brasileiras ainda serem perceptíveis. Há muito que juntos poderemos realizar.

O desenvolvimento coreano tem peculiaridades exclusivas, cujos resultados fascinam os que os conhecem e estimulam uma saudável competição. Devemos sentir-nos emulados pela alta produtividade científica dos últimos anos – exatamente no período de

maior crise econômica coreana – e com o crescimento de seus centros de pesquisa, alguns dos quais inspirados no modelo brasileiro e, na verdade, concluídos com versões mais ambiciosas e mais modernas. Nos últimos anos, apenas a Coréia superou o Brasil no crescimento do volume da produção científica indexada. Da mesma forma, uma profícua e original cooperação poderá certamente ser construída, se tivermos o cuidado de escolher corretamente nossas ações, a partir do que foi sugerido pela Comissão.

Concordamos com as áreas selecionadas – (i) Tecnologia da Informação/Telecomunicação; (ii) Eletro-Eletrônica; e (iii) Biotecnologia Aplicada à Agricultura e à Saúde – todas elas de alta prioridade para o Brasil, mas gostaria de sugerir uma outra que considero crucial no quadro do desenvolvimento da ciência e tecnologia brasileira. Refiro-me a uma cooperação aprofundada com os órgãos de estudos, planejamento e gestão da política de C&T da Coréia, cuja reputação é internacional.

Esta sugestão é consistente com o que tenho lido e testemunhado nos seminários que discutem as diretrizes da política nacional de C&T. Há, no Brasil, uma carência de estatísticas e séries históricas de longo prazo, de rotinas que aumentem a estabilidade e a

confiabilidade dos dados e dos indicadores e, finalmente, de estudos prospectivos. Esses estudos têm papel crucial no processo de elaboração da estratégia de desenvolvimento da C&T. A Coréia tem belíssimas realizações nesse campo e impulsiona um desses estudos que também ambicionamos fazer e, mesmo, que já estejamos a caminho de realizá-lo. Temos neste fato mais um motivo para aproximação e cooperação.

Pela importância do assunto e pelas necessidades que conhecemos em sua operação, certamente esta proposta terá respaldo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o CCT, órgão que participa na formulação da política nacional brasileira.

O Relatório apresentado pelo Professor Hélio Barros, cujas propostas foram submetidas ao exame de órgãos do MCT, mais especificamente da FINEP e CNPq, demonstra que as ações propostas terão repercussão para a ciência e igualmente para a tecnologia de nosso País.

Manifesto, neste sentido, meu apoio às iniciativas que envolverão empresários e cientistas, desde que sejam estabelecidos, com rigor, as bases da cooperação em cada área, admitindo que para isto haverá necessidade de missão complementar na área de biotecnologia aplicada à agricultura e à saúde, na área de política e gestão e de outros segmentos que conjugam o interesse científico com o interesse empresarial.

Muito Obrigado.

JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, EM JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE
JULIO MARIA SANGUINETTI, DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
PALÁCIO DO ITAMARATY, 23 DE FEVEREIRO DE 2000

Meu caro amigo, Presidente Sanguinetti,

A política tem seus momentos de gratificação, de autêntica satisfação pessoal. Não acontecem com tanta frequência como desejaríamos, mas são recompensadores. E este jantar em que nos reunimos hoje é um desses momentos.

Porque recebemos hoje um amigo muito especial do Brasil, ligado às coisas do Brasil por afinidade de espírito e até por laços de sangue, que remontam à experiência histórica da família Saraiva (no Uruguai, Saravia), tão ilustrativa dos vínculos humanos entre os dois países.

Eu, pessoalmente, reencontro um amigo próximo. Saúdo o Presidente do país irmão e vizinho. Recebo o intelectual, o apreciador da cultura – aliás, como sua esposa, Doutora Marta Canessa, jornalista e historiadora respeitada. Mas recebo, sobretudo, um dos grandes estadistas da América Latina.

Para mim, ao longo desses anos, tem sido um privilégio conviver com Vossa Excelência nos diversos encontros que mantivemos para tratar de questões bilaterais, para dialogar sobre nosso processo de integração no Mercosul, ou ainda

para refletir juntos sobre os rumos e problemas das sociedades contemporâneas – como fizemos, e continuaremos a fazer, no Círculo de Montevideú.

Vossa Excelência sempre soube entender, com grandeza de espírito e de visão, os desafios novos de nossa região, as tarefas da integração, as maneiras de realizar a vocação de democracia e desenvolvimento de nossos países. É com especial prazer, portanto, que lhe digo, Presidente Sanguinetti: seja bem-vindo a Brasília, seja bem-vindo ao Brasil. Não estamos aqui para despedidas. Estamos aqui para celebrar a continuidade de um diálogo fraterno, de respeito mútuo, no qual Vossa Excelência tem desempenhado um papel que não será esquecido.

Senhor Presidente, e caro amigo,

Brasil e Uruguai têm vínculos que vêm de nossa história comum, como nações que se formaram e se tornaram independentes neste Novo Mundo.

Há poucas semanas, tive o prazer de receber aqui o Presidente-eleito Jorge Batlle, e nossas conversas manifestaram de forma muito clara essa identidade de valores que é fundamental

na amizade entre nossos povos. Hoje, essa identidade ganha contornos mais concretos, mais visíveis.

Estamos empenhados em um empreendimento histórico: a construção de uma integração cada vez mais intensa no Mercosul.

Para o Brasil, como temos repetido, esta é uma prioridade absoluta. É o carro-chefe de nossa política externa.

Vossa Excelência teve – e estou seguro que continuará a ter – um papel que eu diria decisivo na consolidação do Mercosul, um papel que já vem dos anos 80, dos primórdios do impulso de integração que, alguns anos mais tarde, resultou no Tratado de Assunção.

E o Mercosul é, de fato, uma obra extraordinária. Representa uma nova era nas relações entre os quatro membros. Uma nova mentalidade. Uma nova maneira de ver as coisas.

É uma realidade que vai muito além do comércio, desenhando uma parceria que está baseada em valores e aspirações comuns. Os episódios de dificuldades que enfrentamos só surgiram e só tiveram repercussão porque o processo de integração chegou ao nível a que chegou, porque seus efeitos já se fazem sentir – e muito – junto aos diversos segmentos de nossas sociedades.

Repito aqui o que já afirmei em ocasiões anteriores: hoje, o Mercosul chegou a um nível em que os eventuais problemas – de resto naturais em qualquer processo de integração – revelam muito mais a sua força do que suas fraquezas. O Uruguai desempenha um papel crucial nos esforços de aprofundamento e aperfeiçoamento do Mercosul.

A integração é um processo de construção e de aprendizado político. Não se faz com base em planos desenhados a priori. A experiência mostra as necessidades, e a necessidade, aqui como em toda parte, é a mãe da invenção.

O Mercosul não é exceção a essa regra. Não relutaremos em adotar mudanças e, quando necessário, criar novas estruturas que permitam responder ao aprendizado que vamos acumulando.

O Governo brasileiro considera que o amadurecimento do processo de integração no Mercosul justifica avanços correspondentes nos mecanismos de coordenação macroeconômica, conforme eu mesmo tenho proposto com a idéia de um “pequeno Maastricht”. Além disso, é preciso avançar também no processo de institucionalização do Mercosul. Estou convencido de que este é um tema a ser tratado com visão de futuro, e não apenas de forma teórica, mas com vistas a decisões práticas.

Senhor Presidente,

Brasil e Uruguai têm uma agenda comum de aspirações e projetos, como nações que amam a liberdade e desejam ver respeitados os direitos humanos. Estamos juntos na tarefa de fortalecer a democracia, não apenas em nossos países, mas também em toda a América do Sul. E sabemos que a democracia em nossa região precisa consolidar-se.

Vossa Excelência sempre foi um lutador da democracia. Como homem político, como intelectual, como jornalista, enfrentou as lutas de seu tempo, ajudando a manter acesa a chama da liberdade durante os anos do arbítrio, e depois ajudando a reconstruir as estruturas do governo democrático.

O Uruguai tem uma tradição de apoio ao Estado de Direito e de apego ao direito internacional. Essa tradição, que é também a do Brasil, é a melhor contribuição que podemos dar em nossas relações internacionais.

No plano econômico, a América do Sul é hoje uma área cujo potencial de desenvolvimento é amplamente conhecido.

Somos uma das regiões que mais atraem investimentos estrangeiros em todo o mundo. Estamos fazendo avanços extraordinários na educação e na área social.

Após um ano difícil, o horizonte que temos pela frente é de crescimento econômico, com estabilidade e com a busca de padrões mais justos de distribuição de renda. Somos países que estão acostumados à paz, à convivência harmoniosa.

Isso permite uma multiplicação de iniciativas que desenham uma verdadeira rede regional de esquemas de cooperação. Brasil e Uruguai têm feito muito no plano bilateral. Trabalhamos juntos para a construção de vínculos de infra-estrutura e de cooperação local que atendem às necessidades das comunidades dos dois lados da fronteira.

Exemplo disso são os projetos de integração física e energética, como a estação conversora em Rivera - Santana do Livramento, a linha de extra-alta tensão de San Carlos a Gravataí, ou a malha de rodovias do “Eixo Viário do Mercosul”.

Cito esses projetos não só pela importância que têm para os dois países, mas porque são exemplos de algo que precisa ser feito em escala maior.

No passado, o pensamento sobre a projeção espacial do processo de desenvolvimento sofreu uma certa fascinação com a idéia de “pólos”. Deveriam criar-se alguns focos de dinamismo, a partir dos quais, por um efeito indutor, o desenvolvimento se irradiaria para outras áreas.

Um avanço importante foi o de pensar esse dinamismo do processo econômico não tanto na configuração de “pólos”, mas através de

um traçado de “eixos” de desenvolvimento, de vetores que reflitam de forma racional as necessidades de integração das atividades produtivas.

Mas falta um passo. É preciso que esses eixos sejam pensados em escala regional. Nas condições da economia atual, o desenvolvimento não é algo que possa parar na fronteira. O aproveitamento de recursos naturais, as ligações de transporte e energia devem fazer-se em uma perspectiva sul-americana.

Este é um aspecto central na idéia que tenho da América do Sul: uma região que tem a vocação de progresso compartilhado e de crescimento econômico conjunto.

Senhor Presidente,

Não tenho dúvida de que o século XXI será, para brasileiros e uruguaios, um período de grandes realizações. Vivemos uma época em que as conquistas da ciência e da técnica abrem novas portas a cada dia.

Para estarmos à altura dos desafios de nosso tempo, contamos com os valores que ajudaram a formar os nossos países. Contamos com a energia de trabalho e criação de nossos povos. Contamos, também, com a clarividência de líderes como Vossa Excelência.

Presidente Sanguinetti,

O Brasil o admira e o respeita. O Brasil é grato por sua contribuição para o desenvolvimento de nossa região. O Brasil aprecia sua amizade.

Por isso, quero convidar todos os que estão aqui presentes a que se juntem a mim em um brinde muito especial à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e sua família, e pelo desenvolvimento da amizade entre os povos do Brasil e do Uruguai.



SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. LISBOA, 8 DE MARÇO DE 2000

É com imenso prazer que me dirijo aos representantes do querido povo português. A ocasião é única. Celebramos, Portugal e Brasil, quinhentos anos da gesta de Pedro Álvares Cabral. Comemoramos cinco séculos de história comum, de uma história plena de futuro, de uma história com vocação universalista.

São muitas as razões que justificam o aplauso no Brasil e em Portugal ao V Centenário do Descobrimento. Não me pretendo exaustivo. Prefiro concentrar-me em um motivo que sei interessar a esta Casa, comprometida como ela é com os destinos de Portugal, com sua presença no mundo. Quero ressaltar o fato de que a aproximação entre nossos povos tem sido construída, desde 1500, sob o signo do universalismo, de interesses e valores ecumênicos.

Os estudiosos já nos fizeram compreender que o achamento da Terra de Vera Cruz não se deu por acaso. O Novo Mundo estava na rota do capitalismo comercial. O Brasil foi revelado ao Ocidente na esteira da globalização das trocas. Mas isto não ocorreu de maneira mecânica, aleatória. A conquista se fez, sabemos todos, segundo o espírito

empreendedor da Corte manuelina, segundo a mesma “ética aventureira” que Sérgio Buarque de Holanda consideraria mais tarde o “elemento orquestrador por excelência” do território brasileiro. Da epopéia de Cabral às entradas e bandeiras foi providencial a capacidade do português de desvendar novos caminhos, sempre com maleabilidade.

Fernando Pessoa disse uma vez que “nunca um verdadeiro português foi português, foi sempre tudo”. Outra não é a mensagem que se extrai da formação do povo brasileiro. O colonizador soube transigir e se adaptar às culturas indígena e africana, criando o tipo versado nos trópicos a que tantas loas fez Gilberto Freyre. O tempo viria confirmar que a lição foi bem aprendida, com a acolhida pelo Brasil nos últimos cento e cinquenta anos de contribuições étnicas de todos os continentes. Somos, mais do que nunca, híbridos, lusitanamente híbridos.

Permitam-me recordar que durante um hiato de nossa história faltamos ao ideal de congraçamento democrático. Refugiamos-nos no arbítrio, sob um discurso nacionalista, de costas para a comunidade internacional. Mas foi com convicção redobrada na democracia

que retornamos à normalidade institucional. Afastamos de vez o estigma do autoritarismo e retomamos o diálogo com o mundo, inclusive para defender, com o amparo da opinião pública interna, o valor universal da democracia.

Não faço esta digressão histórica por gosto acadêmico, mas imbuído da responsabilidade de homem público, com olhos postos no presente. Brasil e Portugal hoje comungam do sentimento de mais estrito repúdio à intolerância política e étnica, manifeste-se ela dentro ou fora de nossas fronteiras. O Brasil que faz questão de situar o respeito à democracia como condição para ingresso e permanência no Mercosul é inteiramente solidário com a preocupação do Governo português em não aceitar recrudescimento autoritário em solo europeu. Já se foi o tempo dos autocratas, das sociedades divididas.

Quero dizer também a esta Casa que o Brasil está atento à sorte da democracia em todo o mundo lusófono. Em Angola, onde se renovam as expectativas de consolidação do processo democrático, é imperativo que a UNITA renuncie à luta armada e aceite, sem subterfúgio, as regras da prática eleitoral. No Timor Leste, que será o oitavo membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estamos comprometidos em cooperar com a fundação e o desenvolvimento do novo Estado. Irei ao Timor ainda este ano. O Brasil está, portanto, associado a Portugal no propósito de contribuir para que os horrores da guerra, da violência, da fome e da miséria sejam erradicados de uma vez por todas de Angola e do Timor. Vamos lutar para que ali, como em Moçambique, ora sob o flagelo das inundações, possam vingar a dignidade social e a esperança.

Sem as agruras das situações-limite observadas na África e na Ásia, são crescentes as dificuldades, mesmo nas democracias consolidadas, para atender às expectativas por maior progresso e bem-estar social. Os constrangimentos externos à gestão pública são cada vez mais agudos, sobretudo aqueles decorrentes do protecionismo comercial e da especulação financeira. Estamos sujeitos tanto às práticas unilaterais quanto ao irracionalismo dos mercados. Daí a urgência de alcançarmos simetria nas trocas internacionais e maior previsibilidade nos fluxos de capital. Insisti sobre estas questões, na companhia do Primeiro Ministro António Guterres, em reunião realizada ano passado em Florença com outros líderes social-democratas.

Apraz-me perceber a afinidade dos objetivos que hoje se perseguem no Brasil e em Portugal. Coincidimos em perseguir eficiência econômica com equidade social. Reconhecemos o papel primordial do mercado na geração de riquezas, mas prezamos a função insubstituível do Estado como garante da coesão social. Estamos empenhados em avançar os respectivos processos de integração, mas não descuidamos do objetivo mais amplo de associação dos mercados regionais. Continuamos, Brasil e Portugal, universalistas.

O transcurso dos 500 Anos ocorre sob a presidência portuguesa da União Europeia. Não há de ser uma coincidência fortuita. Já fiz saber ao Primeiro Ministro Guterres que Portugal pode contar com o Brasil para a consecução da meta que lhe é cara de impulsionar a associação entre a União Europeia e o Mercosul. Os benefícios serão vultosos, de lado a lado. Mantemos a firme expectativa de um acesso mais desimpedido

ao mercado agrícola europeu. O retorno para a Europa virá nos ganhos de escala para seus investimentos, agora que o Mercosul se fortalece com a associação do Chile e da Bolívia e os vínculos crescentes com a Comunidade Andina. Estejam certos de que a América do Sul logo constituirá uma região integrada e economicamente coesa. Será cada vez mais um espaço de paz, democracia e prosperidade. A União Europeia é parceira privilegiada nesse processo, como bem o deseja Portugal.

É com esta nota de confiança que concluo minhas palavras. Confiança em um futuro partilhado, que inclua nossos vizinhos. Confiança no progresso com justiça social. Confiança na democracia e em nossa capacidade de sermos dela guardiães. Confiança no universalismo lusófono. Confiança no encantamento mútuo que, desde Pero Vaz de Caminha, aproxima brasileiros e portugueses.

Muito obrigado.



JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM JANTAR OFERECIDO PELO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, JORGE SAMPAIO,
NO PALÁCIO DA AJUDA. LISBOA, 8 DE MARÇO DE 2000

Desejo, antes de tudo, agradecer ao Presidente Jorge Sampaio e à sua esposa, Maria José Ritta, o gesto de nos receber no Palácio da Ajuda, uma demonstração a mais da fidalguia que distingue o estimado casal, amigo do Brasil, amigo dos brasileiros.

A convivência com o Presidente Sampaio me faz nutrir um apreço cada vez maior pelos sítios históricos de Portugal. Já me sinto cativo do Palácio da Ajuda, onde se evoca o nascimento de nosso rei comum, D. João VI. Também me percebo próximo ao Palácio de Belém, que hospedou, na passagem do ano, mostra sobre a Carta de Pêro Vaz de Caminha, cujo catálogo tive a satisfação de prefaciá-lo, juntamente com o Presidente Sampaio.

Ressaltei no prefácio que o prestígio que até hoje cerca a Carta a Dom Manuel I não decorre apenas dos dotes narrativos do escritor. Resulta também, ou sobretudo, do fato de que o encontro de etnias descrito por Caminha vingou, e vingou bem, dando margem a um universo civilizatório dos mais profícuos, que se tem caracterizado, em ambos os lados do Atlântico, pela plasticidade cultural, pela propensão a assimilar influências

dos mais diversos povos. É sobre a atualidade do lastro cultural que une Brasil e Portugal que gostaria de dizer algumas palavras hoje à noite, inspirado por nossos anfitriões, Jorge Sampaio e Maria Ritta, que tanto cultivam um legado humanista que também é nosso.

Jaime Cortesão costumava lembrar-nos que o Portugal que se deslocou aos trópicos em 1500 foi um Portugal que se renovava em idéias, que substituía um classicismo dogmático por uma cultura nova, de base experimental e certamente mais universalista. A literatura de viagens nos confirma o gosto dos portugueses da época pela observação das terras, mares e de outros povos, sob a presunção de que a humanidade comportava uma diversidade de raças, crenças e costumes.

Mais tarde veio a Contra-Reforma, que inibiria o livre pensar, mas não desmentiu o pendor universalista da cultura lusitana. A arte foi colocada sob a égide da fé, mas permaneceu transitiva, em diálogo permanente com as culturas vizinhas. Basta lembrar o vigor do barroco português, tanto mais expressivo quanto atento ao que se passava na Itália e na França.

Foi exatamente do poder de irradiação da arte sacra lusitana que se beneficiaram os santeiros, talhadores e escultores que no século XVIII deram forma ao barroco brasileiro, que antecipou no plano artístico a maioria do Brasil. Manuel da Costa Ataíde, Mestre Valentim e, com nota de louvor, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, mostraram que a nação híbrida que se gestava nos trópicos já era suficientemente madura para aclimatar às condições locais os códigos estéticos da Contra-Reforma, imprimindo leveza às imagens sacras, traduzindo de maneira própria seu misticismo, sua religiosidade.

Tornou-se corrente a leitura de que o modernismo afastou o Brasil de Portugal. A semana de arte moderna de 1922 teria liberto o país da sintaxe lusitana. Penso diferente. Se os modernistas fizeram com que a cultura brasileira passasse a se auto-referenciar, sobretudo nos campos da pintura e da literatura, como lembra Antonio Cândido, isto se deu pela valorização de um traço inscrito em nossa matriz lusitana, qual seja, a capacidade de processar o diferente e produzir algo novo, singular. Deixamos de utilizar a ênclise, mas assumimos de vez a gramática de assimilação criativa que nos legou Portugal. Tanto é que Mário de Andrade teve como referência maior o Aleijadinho, que chamava de “mulato façanhudo”, que “lembra tudo”.

A gramática que o Brasil partilha com Portugal não faz tabula rasa das diferenças nacionais, como desejava a mentalidade autoritária que esteve hegemônica por um tempo cá e lá. Não buscamos um luso-tropicalismo amparado em atributos atemporais, que neutralize as especificidades brasileira e portuguesa. Gostamos daquilo que singulariza cada nação. Não queremos reduzir o fado a bossa-nova, ou vice-versa.

Preferimos a caracterização que nos faz Boaventura de Sousa Santos de “culturas de fronteira”, que coincidem em ser permeáveis ao que vem de fora, mas mantêm forte heterogeneidade interna. Somos pela unidade na diversidade.

Para culturas com tamanha vitalidade e capacidade de projeção como a portuguesa e a brasileira, a aproximação entre seus agentes culturais dá-se de maneira natural, sobretudo diante dos recursos tecnológicos hoje disponíveis. Mas estou convencido de que o Estado ainda tem papel válido a desempenhar, sinalizando caminhos, criando incentivos, oferecendo amparo institucional para a difusão da cultura, inclusive numa escala ampla, que abranja o mundo lusófono.

Daí minha confiança na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Urge reconhecer o significado estratégico da CPLP. A língua é mais do que nossa pátria. É trunfo para uma presença internacional mais nítida e diferenciada. Se, por paradoxal que possa parecer, a globalização tem trazido consigo o multiculturalismo, há de se ter uma face própria para ganhar visibilidade, para negociar espaço, o que passa pela valorização de nosso acervo linguístico, onde está codificado o que somos, o que aspiramos a ser.

Sei do interesse dos países lusófonos da África e da Ásia em promover a língua portuguesa. Sei também da aspiração desses países por cooperação em áreas como o ensino básico e política de gênero. É fundamental que sejam assistidos. Sendo hoje o Dia Internacional da Mulher, resalto aqui a contribuição prestada pela Primeira Conferência de Mulheres da CPLP, realizada há pouco em Salvador, Bahia.

A CPLP saberá cumprir seu ideal. E estou certo de que esta também é a expectativa dos

Senadores José Sarney e Jorge Bornhausen, que tanto contribuíram como Presidente da República e como Embaixador em Lisboa para o desenvolvimento da Comunidade.

As iniciativas dos Governos brasileiro e português alusivas aos 500 Anos também constituem instrumentos valiosos de promoção da lusitanidade. Não penso apenas no acordo-quadro que estaremos assinando em breve, atualizando os vínculos normativos entre os dois países, inclusive no campo científico-cultural. Tenho em mente ainda passos como o Projeto Resgate, que revolucionará a pesquisa histórica sobre o Brasil Colonial, ou o Congresso Brasil-Portugal Ano 2000, que está adensando o diálogo entre nossas academias em dez diferentes áreas do conhecimento. Brasil e Portugal sairão dos 500 Anos mais familiarizados com o passado comum e as potencialidades de que dispõem para um futuro que queremos partilhado.

Este é o sentimento de todas as personalidades que estão envolvidas mais de perto com a programação dos 500 Anos nos dois lados do Atlântico. Penso aqui, entre outros, no meu querido amigo Mário Soares, a quem me sinto unido não só pela estima, mas pela vivência política e afinidade intelectual, como exercitamos na co-autoria do livro-entrevista *O mundo em português*.

Penso, também, no Vice-Presidente Marco Maciel, que divide com Mário a presidência da Comissão de Honra das Comemorações do V Centenário.

Concluiria minhas palavras revelando que os últimos meses me deixaram surpreso com o número de países amigos que estão a reivindicar, ainda que informalmente, primazia sobre o descobrimento do Brasil. Chego a sentir-me lisonjeado por presidir um país de origem tão cobiçada. Mas quero dizer aos queridos anfitriões que somos assediados em vão. Já definimos que a ascendência brasileira é portuguesa. Não por fidelidade à frota de Cabral, por destemida que tenha sido. Mas porque nos reconhecemos desde sempre parte da alma lusitana, uma alma aberta, convidativa a outras culturas, e por isto mesmo portuguesa.

É com este sentimento perene de lusitanidade que peço a todos que levantem suas taças e nos acompanhem, a mim e a Ruth, em um brinde muito especial à saúde e felicidade do Presidente Jorge Sampaio e Senhora, a quem aguardamos em Porto Seguro no dia 22 de abril. E brindemos também ao progresso e bem-estar de nossos povos e à amizade que sabemos definitiva entre Brasil e Portugal.

Muito obrigado.



ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, ANTÓNIO GUTERRES. LISBOA, 8 DE MARÇO DE 2000

É sempre um prazer rever o Primeiro-Ministro e amigo António Guterres, numa convivência para mim sempre enriquecedora. Agradeço, sensibilizado, suas palavras de saudação dirigidas a mim e a minha comitiva. Alegra-me que, neste momento tão emblemático de nossa história, Brasil e Portugal estejam sob lideranças afins, identificadas com os mesmos valores, tanto no âmbito doméstico quanto no plano internacional.

Guterres e eu somos partidários daquilo que os anglo-saxões estão a chamar de “governança progressista” (*progressive governance*), conceito que traduz as convicções e os rumos de uma social-democracia renovada. Os rótulos, na verdade, não importam, pois a temática é acompanhada em vários foros, inclusive na Internacional Socialista, hoje presidida por meu amigo Guterres.

Se rejeitamos o estatismo burocrático da velha esquerda, tampouco nos interessa a quimera neoliberal do “Estado mínimo”. Somos inspirados pelos ideais clássicos da solidariedade e coesão social, aqueles que o Primeiro-Ministro D’Alema denomina de “raízes sadias” da centro-esquerda, mas queremos ver esses ideais aplicados segundo as exigências de hoje, o que requer um novo

Estado, um Estado virtuoso, capaz de assegurar o bem-estar a todos, com responsabilidade fiscal.

Concordamos também em que o Estado, este Estado que buscamos virtuoso, voltado para os mais necessitados, não pode cumprir adequadamente seus objetivos num contexto onde imperem o protecionismo comercial e o fundamentalismo de mercado. As barreiras ao comércio e os surtos especulativos privam os governantes dos recursos necessários à adoção de políticas públicas consistentes, por mais atentos que estejam às exigências da disciplina orçamentária e da coerência macroeconômica.

Fiz questão de ressaltar este ponto na reunião de Florença com outros líderes social-democratas. Trata-se do principal desafio, estou convencido, para aqueles que se dispõem a perseguir uma globalização mais equânime, menos hostil aos interesses da maioria.

É com este sentimento que estamos, Guterres e eu, buscando contribuir para que a anunciada associação entre o Mercosul e a União Européia prospere segundo parâmetros equilibrados, que atenda satisfatoriamente a europeus e sul-americanos. São imensas as oportunidades que a aproximação entre os blocos abre para o investidor europeu. Basta

atentar para o exemplo de Portugal, cujos investimentos no Brasil elevaram-se durante o Governo Guterres na porcentagem estupenda de dois mil por cento.

Os ganhos também se darão em mão contrária, desde que os membros do Mercosul sejam ouvidos em seu pleito legítimo por um acesso mais desimpedido ao mercado agrícola europeu. Aguardamos com expectativa a contrapartida europeia e norte-americana ao extraordinário esforço de liberalização comercial desenvolvido na América do Sul ao longo dos últimos anos. Sei que o Governo português é sensível às nossas preocupações.

As afinidades entre meu Governo e o do Primeiro Ministro Guterres vão, contudo, além do plano econômico. Somos adeptos da lusitanidade, naquilo que ela tem de mais permanente e universalista. Daí vem o apreço comum pelos valores democráticos. Guterres é ciente de minha admiração pelo trabalho que ele tem desempenhado à frente da União Europeia no sentido de evitar o recrudescimento da intolerância étnica em solo europeu. Estivemos juntos na defesa da auto-determinação do povo timorense. Agora nos encontramos empenhados em colaborar para a construção do novo Estado.

Estamos igualmente comprometidos com a reconstrução de Angola e a superação da crise humanitária por que passa Moçambique.

No plano das relações bilaterais, o quadro não poderia ser mais auspicioso. Entre os inúmeros passos adotados para uma aproximação ainda maior entre nossos povos, ressalto o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, que assinaremos em breve. Ele atualizará os vínculos normativos entre Brasil e Portugal, com reflexos diretos sobre os interesses de nossos nacionais. Com o Tratado estará regularizado o reconhecimento mútuo de graus e títulos acadêmicos, medida de inestimável valia para o reforço do diálogo entre as universidades brasileiras e portuguesas. Por esta e outras inovações, trata-se de um acordo-quadro afinado com nosso tempo, um verdadeiro tributo aos 500 Anos.

Não posso concluir senão reiterando minha grande satisfação em contar com um interlocutor deste lado do Atlântico da envergadura e qualidade de António Guterres. Ele está à altura do povo português e das melhores tradições do seu país. Convido os presentes a um brinde à saúde e à felicidade do Primeiro-Ministro de Portugal.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA OFICIAL DE CHEGADA DO PRESIDENTE A PORTUGAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA OFICIAL DE CHEGADA A PORTUGAL, NA TORRE DE BELÉM. BELÉM, PORTUGAL, 8 DE MARÇO DE 2000

Fiz questão de estar em Portugal no transcurso do quinto centenário da partida da frota de Pedro Álvares Cabral do porto de Belém. Foi a 9 de março de 1500 que, à frente de uma tripulação de mais de mil homens, em treze navios, Cabral ultrapassou a barra do Tejo e desceu o Atlântico. Seis semanas mais tarde, a frota avistou o Brasil. Permaneceu dez dias em Baía Cabrália, observando a terra, convivendo com a população nativa, que achou “de boa simplicidade”, na linguagem do escrívão Caminha.

Assim teve início a nação plural que é o Brasil e que me delega a tarefa, como Presidente da República, de vir a Belém, quinhentos anos depois, saudar a herança comum e promover a sólida parceria que mantemos com Portugal. Se os historiadores nos ensinam que o Descobrimento não se deu ao acaso, tampouco se encontram ao sabor das marés o presente e o futuro das relações entre nossos países. Estou aqui para reafirmar o interesse do Brasil em estreitar ainda mais os laços com Portugal, para proveito de nossos povos, para benefício do mundo lusófono.

Sinto orgulho, como cidadão brasileiro, da ascendência lusitana. Além do território,

da terra “muito chã e muito formosa”, Portugal nos legou a virtude do diálogo, da plasticidade, como povo e como cultura. Ele próprio resultado de tantas influências, o colonizador nos deu a chave para crescer transigindo com outras etnias, com outras maneiras de ver o mundo. E assim chegamos ao perfil multiétnico que hoje nos caracteriza, com as presenças indígena, africana, árabe, asiática e de outros povos europeus. A cultura também resultou híbrida. Daí seu vigor e expressividade. Do barroco à bossa-nova, da pintura moderna ao tropicalismo, a tônica tem sido a assimilação.

A língua portuguesa é nosso maior patrimônio comum. Deu margem a uma literatura de rara vitalidade, dos dois lados do Atlântico. Revela afinidades com a África e a Ásia, o que impõe responsabilidades. Por isso estamos empenhados em tornar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa uma instância viva, de afirmação da lusitanidade.

Formados na diversidade, acreditamos, brasileiros e portugueses, na democracia. Já se foi o tempo da irmandade no arbítrio. Hoje a solidariedade entre Brasil e Portugal se dá na defesa da tolerância política e étnica,

onde quer que ela esteja sob ameaça. O Brasil comunga da preocupação de Portugal com o recrudescimento do sectarismo em solo europeu.

Brasil e Portugal estão empenhados em aproximar o Mercosul da União Européia. Queremos associar nossos mercados, com uma liberalização de trocas que funcione em mão dupla, para o bem de todos. As perspectivas não poderiam ser mais promissoras, inclusive na área de investimentos. Basta lembrar o aumento nos últimos anos das inversões portuguesas no Brasil, que estão hoje acima de sete bilhões de euros. Portugal já se encontra entre os cinco maiores investidores estrangeiros no Brasil.

Cabe assim olhar o V Centenário do Descobrimento sob uma perspectiva ampla, como marco de uma parceria histórica que se adensa a cada dia, nas mais diversas direções. Temos razões de sobra para comemorar a data, de uma maneira participativa, com extenso envolvimento das sociedades brasileira e portuguesa.

Meu Governo e o do Primeiro-Ministro Guterres estão engajados em algumas iniciativas que buscam assinalar de forma condigna os 500 Anos. Assinaremos um novo Tratado de Amizade, Cooperação e

Consulta – um acordo-quadro que atualizará as normas de nosso convívio, promovendo a circulação de pessoas e as oportunidades recíprocas de trabalho. Estamos a buscar um maior conhecimento mútuo, com a realização do Congresso Brasil-Portugal Ano 2000, reunindo estudiosos dos dois países em dez diferentes áreas do saber. A pesquisa histórica também ganhará impulso com o Projeto Resgate, que facilitará o acesso de estudantes brasileiros ao acervo disponível em Portugal sobre o Brasil Colonial. São iniciativas com sentido de permanência, que deixarão reflexos duradouros nas relações bilaterais.

O maior tributo aos 500 Anos, contudo, está vindo das próprias sociedades brasileira e portuguesa, que voltam a se aproximar. Crescem o fluxo de turistas e o número de visitas empresariais. Ampliam-se os contatos entre artistas e intelectuais. Os meios de comunicação colocam em pauta temas de interesse comum. Os municípios brasileiros redescobrem sua herança lusitana. Portugal reingressa no cotidiano do Brasil. O Brasil volta ao cotidiano de Portugal.

Ingressamos em um novo milênio com a amizade renovada, sob a égide da democracia e da integração econômica, abertos ao mundo.

Muito obrigado.

ANO BRASIL-PORTUGAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ALMOÇO EM HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES DO ANO BRASIL-PORTUGAL

9 DE MARÇO DE 2000

Permitam-me iniciar a exposição com uma nota de interesse histórico, que me chamou atenção em leitura recente. No início do século XIX, serviu em Washington, como Ministro Plenipotenciário do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, o abade português José Francisco Correa da Serra. Homem de letras, naturalista de renome, gozava de largo trânsito junto à elite da jovem república americana, mantendo amizade com Thomas Jefferson.

Consta que tema recorrente nos contatos entre Correa da Serra e Jefferson era a idéia de congregar o Brasil e os Estados Unidos em um “sistema americano”, onde as duas nações agiriam em concerto para manter a Europa da Santa Aliança à distância. Assim germinou a doutrina que o Presidente Monroe anunciaria em 1823, reservando a América para os americanos, dividindo o “oceano em dois hemisférios”, como previa Jefferson, sob inspiração do abade português.

Transcorridos quase dois séculos, Brasil e Portugal estão hoje a buscar o contrário do sugerido por Correa da Serra. Queremos integrar os dois hemisférios, em vez de separá-los. É a mensagem que trago aos amigos portugueses nesta visita comemorativa do

V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral. O Brasil deseja que seus 500 Anos sejam assinalados por uma aproximação crescente com a Europa. Esperamos que a data coincida com a adoção de passos definitivos rumo à associação entre o Mercosul e a União Européia.

Sabem os presentes que o diálogo entre os dois blocos ganhou momentum desde o encontro em junho do ano passado no Rio de Janeiro dos Chefes de Estado e de Governo do Mercosul, Chile e União Européia, quando se decidiu iniciar as negociações com vistas à liberalização das trocas comerciais. A reunião ministerial que acaba de ser realizada em Vilamoura, no Algarve, permitiu avanços. Confio em que a presidência portuguesa da União Européia possa contribuir para dirimir as pendências que ainda nos separam da constituição daquilo que será a mais extensa e populosa zona de livre comércio do globo.

A associação inter-regional virá confirmar a maturidade de ambos os processos de integração. A União Européia traz a experiência da moeda única, sob o lastro de políticas nacionais sólidas e convergentes. O Mercosul vem fortalecido por ter superado

a crise cambial e estar disposto a avançar na coordenação macroeconômica e no plano institucional. O bloco também se viu favorecido pela associação do Chile e da Bolívia, sem falar dos entendimentos com a Comunidade Andina. O escopo do processo amplia-se a olhos vistos. A hipótese de uma América do Sul integrada me parece cada dia mais factível, o que fará bem ao Brasil, aos demais países do continente e a nossos laços com a Europa.

Sei que meu otimismo é compreendido pelos empresários portugueses, que se têm destacado entre os europeus pela percepção acurada das potencialidades da associação inter-regional. Potencialidades que já estão sendo convertidas em fatos, e dos mais auspiciosos, naquilo que diz respeito aos vínculos diretos entre nossos países. É verdadeiramente eloqüente o aumento observado nos investimentos portugueses no Brasil ao longo dos últimos anos. As cifras falam por si só. Até 1995 o estoque total das inversões limitava-se a 350 milhões de dólares. Em 1997 a cifra chegou a um bilhão de dólares. Hoje os investimentos atingiram o patamar de 7 bilhões de dólares, o que significa um crescimento da ordem de 2 mil por cento em menos de cinco anos.

O fato, como sabem os senhores, é que o Brasil tornou-se o principal destino do investimento português no exterior, respondendo por 46 % do total de inversões. Mais de quarenta grandes e médias empresas portuguesas instalaram-se recentemente no Brasil. Isto fez de Portugal um dos cinco maiores investidores externos no Brasil e o terceiro maior no processo de privatizações.

A participação do capital português em empresas privatizadas monta a cerca de 4 bilhões e 800 milhões de dólares, recursos

investidos prioritariamente nas áreas de telefonia e energia elétrica. O programa nacional de termoelétricas, que prevê a construção até 2003 de quarenta e nove centrais em todo o país, conta com expressivo envolvimento português. Neste e em vários outros campos, como serviços bancários e cimentos, afirma-se uma parceria salutar e quiçá permanente entre nossos setores produtivos.

Se as relações econômicas entre Brasil e Portugal alcançaram um patamar diferenciado, ainda há um vasto espaço para novas iniciativas, sobretudo no tocante ao comércio bilateral. Por mais que a pauta do nosso comércio tenha se diversificado, com a inclusão, dos dois lados, de produtos de maior valor agregado, os números ainda estão bem abaixo do que podem e devem ser. Portugal responde por menos de meio por cento do comércio exterior brasileiro, não figurando entre nossos vinte maiores parceiros. É chegada a hora de alterar esse quadro, de fazer com que também no comércio sejamos exemplos para os vizinhos europeus e sul-americanos.

Ao falar das possibilidades para o futuro, quero reportar-me à autoridade portuguesa que homenageamos neste almoço, o Ministro da Economia, Joaquim Augusto de Pina Moura. Desejo afirmar de público, Ministro Pina Moura, que o extraordinário incremento observado nos investimentos portugueses no Brasil decorreu em boa medida da competência e dedicação com que Vossa Excelência tem conduzido sua pasta, sob a liderança lúcida do Primeiro Ministro António Guterres.

Sou particularmente reconhecido a Vossa Excelência pelo pleito de confiança no Brasil feito quando da inauguração, em fevereiro

do ano passado, das instalações da empresa Tafisa no estado do Paraná. O Brasil sofria então as turbulências advindas da decisão de flutuar o Real. O Ministro Pina Moura soube compreender a conjuntura e antecipar o futuro. Percebeu que o Brasil tinha rumo, que o país manteria a estabilidade e voltaria a crescer, integrado à economia internacional. Foi logo confirmado pelos fatos.

O Brasil sobreviveu à crise, e sobreviveu bem. Flexibilizamos a política cambial sem comprometer a meta inflacionária. Controlamos o déficit público, o que tem permitido uma redução gradual dos juros. Estamos procurando equilibrar a balança comercial, que confiamos será superavitária já este ano. O déficit em conta corrente foi reduzido a ponto de poder ser plenamente financiado por investimentos diretos, que chegaram em 1999 à faixa dos trinta bilhões de dólares, com o conseqüente aumento de reservas e da capacidade produtiva. Contrariamente ao apregoado pelas cassandras de plantão, chegamos a crescer em 1999 e caminhamos para um crescimento em torno de 4 % no ano luso-brasileiro de 2000.

É nesta conjuntura que o Brasil completa 500 Anos de história. Uma conjuntura que me parece anunciar grandes possibilidades para as relações entre Brasil e Portugal, para a integração entre nossos hemisférios. Que saibamos aproveitá-la!

Há dois séculos Correa da Serra foi conspirar com Jefferson contra a Europa. Hoje venho confraternizar-me com Portugal a favor de um futuro próspero e comum.

Muito obrigado.



CONFERÊNCIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - “HISTÓRIA E DIPLOMACIA

CONFERÊNCIA DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO - “HISTÓRIA
E DIPLOMACIA”. RIO DE JANEIRO, 15 DE MARÇO DE 2000

Foi com grande honra que aceitei o generoso convite do nosso Presidente, Professor Arno Wehling, para participar como conferencista desta primeira sessão do Instituto no ano 2000. As comemorações do V Centenário conferem a este ano um significado muito especial e ensejam uma reflexão profunda em torno do tema da identidade histórica do Brasil.

Como diplomata profissional, imaginei que a maneira mais apropriada de procurar contribuir para esta reflexão seria a de tentar inicialmente estabelecer algumas conexões entre o conhecimento da História e a prática da diplomacia para em seguida expor, em função destas conexões e de uma apreciação do tema da identidade nacional brasileira, certas idéias sobre as grandes linhas da história diplomática do Brasil.

Diplomacia e História acham-se vinculadas de diversos modos e por diversas razões. Não apenas porque, do ponto de vista de sua formalidade e de seus ritos, a diplomacia, como a História, se nutre constantemente de precedentes. Mas, sobretudo, porque reflete visões e percepções de interesses nacionais ancorados naquilo que cada sociedade tem de

mais profundo: a sua própria formação, as suas características distintivas, e a tensão que cada Estado, ao exercitar a sua individualidade e a sua soberania, carrega na relação com o outro.

Inicialmente, a diplomacia era a forma de relação entre soberanos; hoje ela se dá entre Estados soberanos. Os seus objetivos, porém, continuam essencialmente os mesmos. Como os soberanos de ontem, os Estados de hoje buscam preservar a sua independência e a sua segurança, proteger e promover os seus interesses, influenciar os demais e, ao mesmo tempo, resistir à influência de terceiros. Em última análise, estes foram e continuam a ser os objetivos da ação diplomática. Muito mais complexos hoje em dia porque praticados por um conjunto de cerca de duzentas unidades de Estados soberanos, em diferentes graus de desenvolvimento econômico, social e institucional. E apenas atenuados por três fatores: a crescente organização do sistema internacional em torno de organismos regionais e multilaterais, que impõe certos constrangimentos e limites à ação dos Estados; a presença praticamente universal das empresas transnacionais; e, finalmente, a amplitude e a instantaneidade das comunicações, que põem a opinião pública internacional e as

organizações não governamentais no centro imediato de qualquer acontecimento por mais remoto que seja.

Daí a sua essencialidade. Daí o fascínio que exerce tanto sobre os cultores da História das nações quanto dos que se interessam pelas artes da política.

É sabido que as mais antigas civilizações já praticavam processos de comunicação e intermediação que bem poderiam ser classificados como de natureza diplomática. Os autores geralmente identificam a Grécia clássica como o berço das modernas tradições diplomáticas. Da interação das cidades-estado gregas nasceram muitos dos conceitos que até hoje caracterizam a diplomacia: arranjos, tréguas, convenções, alianças, tratados comerciais, arbitramento, paz, e assim por diante ¹.

De uma forma ou de outra, estes métodos e estes conceitos estiveram sempre presentes ao longo da História. Mas foi na Renascença italiana – quando se voltaram, tal como na Grécia clássica, a produzir condições de paridade entre as diferentes unidades soberanas – que a diplomacia, impulsionada pelo culto à “Razão do Estado” e ao “sagrado egoísmo” dos Príncipes, tal como se referia Maquiavel, chegou ao seu ápice.

Só em 1626, porém, na França de Luis XIII, é que se criou o primeiro Ministério das Relações Exteriores, pela mão do Cardeal Richelieu. Pouco a pouco, todas as potências europeias foram seguindo o exemplo francês e o jogo da diplomacia passou gradualmente a ser institucionalizar.

Do Congresso de Viena em diante, foram tomando forma os processos de organização internacional. Evoluíram do embrionário “concerto da Europa”, baseado no equilíbrio de poder, à Liga das Nações e, posteriormente à ONU, em que as considerações de poder passaram a ser equilibradas por princípios morais e jurídicos e por uma certa noção de legitimidade. Da diplomacia pública

pregada por Wilson ao multilateralismo prevalecente nos dias de hoje, em que praticamente todos os segmentos da vida humana acham-se regulados em maior ou menor grau por acordos, tratados, convenções, ou práticas internacionais, produziu-se uma imensa revolução. Os interesses dos Estados continuam onipresentes, mas atenuados e condicionados pelos interesses dos demais e de uma virtual “comunidade internacional”. E nos últimos anos, ainda mais condicionados pelos interesses da opinião pública e da sociedade civil, tal como expressos com fluente eficácia pelas incontáveis organizações não-governamentais – as ONG’s – que constituem hoje poderosos atores na esfera internacional em áreas tão diversas como meio ambiente, direitos humanos, desarmamento e muitas outras. A diplomacia, que alguns consideravam com dias contados desde que a ampliação e a instantaneidade das comunicações encurtou as distâncias físicas entre as nações, em lugar de desaparecer, aumentou a sua importância e expandiu o seu raio de atuação.

Isto só fez aumentar a importância do conhecimento da História para o diplomata, obrigado que está a lidar constantemente com as disjuntivas entre a razão do Estado e a razão do Homem, entre interesses unilaterais e demandas coletivas, entre as conveniências de um mundo ainda caracterizado pela soberania de seus componentes estatais e as exigências do multilateralismo e do transnacionalismo.

Em todos os seus campos de incidência, porém, o ofício da diplomacia não deixa de ser sempre essencialmente político. Deve estar condicionado, portanto, por uma permanente reflexão crítica e pelo conhecimento adequado de precedentes e antecedentes. Para o diplomata profissional, a História representa um instrumento indispensável de trabalho.

Isto posto, não seria decerto apropriado falar de ambas – da História e da Diplomacia – no mesmo

pé de igualdade. A História é uma ciência humana, plenamente definida como tal. A diplomacia não abriga essa veleidade. Mesmo ardorosos praticantes desta que já foi descrita como a segunda profissão mais antiga da História, não teríamos a pretensão de erguê-la a patamares mais licitamente ocupados por ramos como a antropologia, a sociologia e outras criações elaboradas do espírito humano. Mas hoje já se atribuem cartas de nobreza ao estudo das relações internacionais, campo no qual a diplomacia, a partir do Congresso de Viena de 1815, passou a se inscrever numa relação simbiótica cada vez mais analisada com rigor e com metodologia própria.

Não me parece, portanto, atrevida a inter-relação insinuada no título desta palestra, tanto mais porque, sócio deste Instituto, como muitos colegas de profissão, nada procuro fazer senão manter uma vinculação que sempre distinguiu positivamente a diplomacia brasileira.

De todo modo, não creio que devamos ser muito estritos em delimitar a incidência e o alcance, seja da História, seja da Diplomacia. Afinal, a História mantém com o conjunto das ciências humanas, como observa Foucault², uma relação estranha e indefinida, mas indelével: algo que poderia ser descrito como uma relação de vizinhança num espaço comum, onde são sempre imponderáveis as verdades e as certezas. Nesse ambiente, a um tempo privilegiado e perigoso, a única certeza possível é a de que tudo o que foi pensado no passado e tudo o que está sendo pensado hoje será repensado continuamente no futuro por pensamentos que ainda não nasceram.

Não é seguramente minha intenção entrar em digressões sobre historicismo, relativismo, cientificismo, subjetivismo e outros “ismos” que compõem o fascinante debate sobre a filosofia e a prática da História. Nosso Presidente, o Professor Arno Wehling³, tratou destes e de outros temas conexos, em seus magníficos estudos reunidos no volume “A invenção da

História”. A ele recorro para seguir o raciocínio de Foucault e lembrar que “a realidade material da história oculta pelo desgaste da memória social ao longo do tempo desvela-se quando inventada, isto é, descoberta ou achada, pelos instrumentos formais adequados: induções, empatia, leis”, elementos que, sem dúvida, se encontram na teoria e na prática da diplomacia.

Guardadas as suas devidas proporções, Diplomacia e História juntam-se, porém, em significativa combinação para formar uma disciplina plenamente reconhecida como tal: a História Diplomática. Os historiadores divergem quanto à natureza da História Diplomática. Seria ela um tipo distinto de História ou uma abordagem da História? Seria uma micro-História? A verdade, segundo comenta Peter Burke⁴, é que a História em geral acha-se hoje em dia mais fragmentada do que nunca e os historiadores, cada qual buscando a sua especialização, começam a encontrar dificuldades para falar entre si.

Nesse contexto em que prevalece o pluralismo, a História Diplomática tem-se mantido como um dos ramos onde predomina o convencionalismo de análise e exposição. É uma História essencialmente preocupada com acontecimentos; uma História “vista de cima”, por oposição à História “vista de baixo”. Uma História refratária a metodologias despersonalizantes, de concepção rankeana, baseada em registros oficiais emanados de autoridades constituídas e conservados em arquivos, que tem muito a ver com discurso, linguagem, formalismos, noção de Estado, “raison d’Etat”.

Já que cada país tem as suas próprias autoridades constituídas, o seu próprio discurso e os seus próprios arquivos, o que prevalece nesse campo é o mais completo relativismo cultural, uma História vista não necessariamente “de cima” ou “de baixo”, mas sim, diria eu, uma História vista “de dentro”.

Longe, portanto, do ideal de objetividade de Lord Acton, que sugeria aos historiadores britânicos o relato de um Waterloo tão preciso que satisfizesse do mesmo modo franceses, ingleses, alemães e holandeses.

Maquiavel acreditava que a História nada mais seria do que idas e vindas, subidas e descidas ou ciclos recorrentes (“ricorsi”). Segundo ele, os assuntos do homem são regidos exclusivamente pela sorte, pelo destino. No seu curso de vida, os Estados geralmente vão da ordem à desordem e desta novamente à ordem e assim por diante, ciclicamente, porque a natureza não permite que as coisas humanas e as coisas materiais permaneçam fixas: quando elas atingem a perfeição, perdem a possibilidade de ascender ainda mais e são obrigadas a cair.

Hoje, preferimos acreditar que cada coisa tem o seu significado e a sua explicação; que decorre de uma causa e produzirá um determinado efeito. Busca-se - e a escola francesa da Nova História põe ênfase especial neste aspecto - ir além dos fatos e dos protagonistas para estabelecer conceitos e generalizações. Como propunha Braudel ⁵, o historiador deve buscar quebrar as barreiras entre as diferentes ciências humanas e sociais e tratar, mediante o estudo integrado das continuidades e das discontinuidades, de reconstituir a unidade essencial da vida.

Como em diplomacia as percepções são freqüentemente, até mais do que os eventos, os propulsores primários das políticas, Araújo Castro chamava sempre atenção para a necessidade de pôr os fatos em uma perspectiva adequada.

Disso se trata. Nada é mais importante para o ofício da diplomacia do que pôr os fatos em uma perspectiva adequada. E nada é mais útil para tanto do que o conhecimento adequado da História; não necessariamente dos fatos, das datas e dos personagens – mas, sobretudo, das grandes forças subjacentes nos campos social e

econômico que condicionam as continuidades e as discontinuidades de que fala Braudel.

É, pois, com esse espírito e com essa intenção, que procurarei expor a seguir alguns pensamentos sobre a importância da História para a diplomacia brasileira, ou, o que seria a mesma questão vista de outro modo, a importância da diplomacia para a História do Brasil.

A diplomacia luso-brasileira se distingue por uma tradição secular de consciência histórica. Foram os conhecimentos históricos de Alexandre de Gusmão, que Araújo Jorge ⁶ com muita justeza denomina “o avô dos diplomatas brasileiros”, um dos elementos fundamentais que conduziram aos bons resultados do nosso primeiro grande tratado de limites depois de Tordesilhas: o Tratado de Madri, de 1750.

Nesta mesma linha, distinguiram-se Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, Rio Branco, Oliveira Lima e Joaquim Nabuco, para citar apenas alguns dos mais proeminentes vultos que, no passado, engrandeceram o Itamaraty e se distinguiram no culto à História. Este Instituto sempre acolheu entre os diplomatas os que mantemos esta tradição, cujo expoente máximo foi, sem dúvida, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Rio Branco, segundo o ilustre mestre de gerações de diplomatas brasileiros, José Honório Rodrigues ⁷, representa o paradigma “da ação política inteiramente baseada num profundo conhecimento geográfico e histórico (para quem) a História foi um instrumento a serviço de um fim: a expansão pacífica da Pátria, ou a defesa dos nossos direitos historicamente comprovados”. Ou, para citar as expressivas palavras de um grande historiador-diplomata argentino, Ramón J. Cárcano, Embaixador no Brasil nos anos trinta e sócio deste Instituto, um homem “que olhava o Brasil como uma única linha forte e luminosa que corria nas alturas,

fora do alcance da miniatura humana, unidade de grandeza que buscava o seu destino através das idades e por cima dos homens”⁸.

Quem se debruçar com espírito crítico sobre a História do Brasil não deixará de se impressionar com o fato de que, desde as suas origens, a sorte do Brasil esteve assinalada e freqüentemente determinada pelas circunstâncias externas; como o país, definido por Tordesilhas antes mesmo de seu descobrimento formal, foi-se criando e foi-se consolidando em função de eventos produzidos em interação com atores extra-nacionais.

Recapitulemos os principais acontecimentos da fase colonial: as invasões francesas, a União Ibérica, as guerras do açúcar com os holandeses, as lutas com os espanhóis em torno da Colônia do Sacramento, os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso; as guerras napoleônicas e a transmigração da Corte; a preeminência britânica.

Após a independência, no período monárquico, sucedem-se da mesma forma os desafios externos: as negociações do reconhecimento internacional, a questão cisplatina, os conflitos no Prata, a intervenção contra Rosas, os conflitos com a Inglaterra em função do tráfico negreiro, a questão Christie, a Guerra do Paraguai.

Chegada a República, novos tempos e novos problemas: o conflito com a Inglaterra sobre a Ilha Trindade, as questões de limites com os vizinhos, a incorporação do Acre, a participação na I Guerra Mundial, a retirada da Liga das Nações, a entrada na II Guerra. Paro aí para não me envolver no amplíssimo emaranhado de temas e situações que contemporaneamente influenciaram e influenciam o curso da História do Brasil em função de contextos externos.

Não são muitos os países, afora os que integram os eixos centrais de poder e estratégia internacional, que terão tido, como o Brasil, os seus destinos tão constantemente afetados

pelos fatos externos. Não é de espantar, portanto, que a elite dirigente brasileira, não obstante a tendência do país à introspecção e ao paroquialismo, tenha sido capaz de desenvolver uma sensibilidade especial para os nexos existentes entre o fato externo, a relação internacional, a diplomacia e a sua História.

Aprofundando essa linha de raciocínio e análise, nos damos conta de como os valores que compõem o núcleo do processo de construção do Estado nacional brasileiro estão, de fato, vinculados ao contexto externo. Toda vez que me indago sobre o que está por trás do conjunto de elementos que veio a se transformar neste país que tomou o nome de Brasil e a forma que tem hoje, termino sempre dando voltas em torno do tema da expansão. Sem dúvida, o elemento mais característico do processo que, no período colonial, conduziu à construção do Brasil foi um impulso obstinado de expansão. Tolhido por um tratado de limites preexistente à descoberta do território e carente das riquezas minerais tão rapidamente descobertas e exploradas pela Espanha no Alto Perú, o Brasil se configurou gradualmente em função do objetivo de superar as limitações impostas pelo espaço territorial originalmente alocado por Tordesilhas à Coroa portuguesa. A formação do País esteve sempre associada à lógica da expansão e da conseqüente consolidação territorial. Expansão e consolidação se sucedem historicamente num processo dialético de contraposição muito sui generis na formação histórica brasileira, obrigando o país a desenvolver sucessivamente no plano externo políticas ativas de revisão e mudança, de um lado, e, de outro, de conservadorismo e status quo.

Uma vez consolidada a expansão no período colonial, desse processo dialético surgiu o valor absoluto da unidade, da coesão, de um todo indivisível que constituiu a obsessão dos primeiros anos da independência

nacional e que se preserva até hoje como o principal patrimônio do Brasil; um patrimônio tão poderoso que é capaz de sublimar as extraordinárias divisões sociais, regionais e culturais que ainda caracterizam o nosso desenvolvimento fragmentado, assimétrico ou injusto, para utilizar a expressão preferida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse conceito de unidade como valor absoluto nos chega da experiência histórica e se associa a dois outros valores para formar o que se poderia denominar como a trindade do sentimento nacional brasileiro: a idéia de grandeza física e a crença no futuro.

Unidade, grandeza e futuro são os três principais elementos que individualizam a experiência histórica brasileira, que nos diferenciam das unidades menores em que se fragmentou à volta do Brasil o Império Espanhol na América e que perpassam a nossa História Diplomática desde a resistência às invasões estrangeiras, desde a expansão das fronteiras sul, norte e centro-oeste, desde as décadas de intervenção nas lutas platinas, até a obra de consolidação definitiva empreendida por Rio Branco, cuja essência se mantém até os dias de hoje.

Em seu famoso ensaio, “Qu’est-ce qu’une nation?”, Ernest Renan⁹ descreve a nação como uma alma, um princípio espiritual, composto de dois elementos: o passado e o presente. Renan certamente pensava com as categorias mentais de um francês nacionalista do Século XIX. A concepção que o brasileiro fez e faz do seu país ultrapassa os limites da definição renaniana e vai além de um passado relativamente recente e de um presente ainda predominantemente caracterizado por insuficiências e frustrações, para incorporar o tempo futuro. Aquele momento esperado, em que a grandeza física e a unidade geradas pela força motriz da expansão virão a criar o grande país presente desde tempos imemoriais no imaginário coletivo: a utopia

brasileira, o mito do poderoso império, em torno do qual se construiu o país que somos.

Desta trindade de valores básicos, unidade, grandeza e visão de futuro, decorrem outros que, igualmente informados pela experiência histórica do Brasil caracterizam a sua projeção no mundo: o nacionalismo, a busca da igualdade soberana entre as nações e o pragmatismo.

Gelson Fonseca¹⁰ mostra como o pensamento institucional brasileiro sobre o fato e o espaço internacional é influenciado por duas categorias centrais: a “identidade” e a “relação”. E analisa como o tema da identidade do Brasil como ator internacional está condicionado por duas dicotomias principais: a primeira diz respeito a ideologia, liberalismo democrático-capitalista versus socialismo estatal-dirigista; e a segunda refere-se à riqueza, ou seja, à opção entre os valores e os interesses do segmento desenvolvido ou do segmento subdesenvolvido do país como vetor das políticas praticadas pelo Brasil no plano internacional.

Sob esse prisma, de fato, é possível identificar uma sucessão de movimentos, de iniciativas e de ênfases de política exterior que colocaram o Brasil ora em aliança com o Norte desenvolvido, ora em coalizão com os países subdesenvolvidos do Sul numa relação oscilante, afetada sempre pela equação de forças internas e pelas circunstâncias da relação de poder no plano internacional.

Em todo momento, porém, mantiveram-se constantes os valores fundamentais derivados de nossa experiência histórica: a unidade, o sentido de grandeza territorial e a expectativa de que essa unidade e essa grandeza se materializarão um dia num futuro de prosperidade e riqueza. Em todo momento, a reflexão e a ação diplomáticas brasileiras, conduzidas com invariável pragmatismo, estiveram voltadas para a busca da igualdade no plano internacional e, sob diferentes matizes, para a afirmação dos princípios nacionalistas.

Essa maneira relativista de ver as coisas, nem “de cima”, nem “de baixo”, mas “de dentro”, permite situar a evolução da política externa brasileira, para fins de análise histórica, em três grandes momentos, definidos a partir da noção do território, ou seja, do espaço físico em cujo contexto se materializam as idéias-força de unidade, de grandeza e de visão de futuro.

O período inicial se estende por três séculos. Abre-se nas negociações entre Portugal e Castela que culminaram com o Tratado de Tordesilhas de 1494, afirma-se no Século XVIII com os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) e culmina com a transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Nessa longa fase, o vetor fundamental da projeção externa do território que, pela expansão, gradualmente evoluiria para a formação do Estado do Brasil foi a “definição do espaço nacional”. A fase seguinte corresponde ao período monárquico, embora na verdade se estenda até Rio Branco. É o momento em que a sociedade brasileira, já plenamente estruturada em um Estado, busca a “consolidação do espaço nacional”, mediante a ocupação efetiva do seu imenso território, a sua defesa, sobretudo na vertente platina, e a definitiva delimitação das fronteiras. E o terceiro momento, que se prolonga até os dias de hoje, e que tem uma relação direta com a dimensão de futuro, pode ser caracterizado como o do “desenvolvimento do espaço nacional”, ou seja, a utilização da relação externa como fator de arregimentação de recursos, de negociação de coalizões e de neutralização de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do país.

Vista sob este ângulo, a História do Brasil pode ser comparada a uma sinfonia inacabada, na qual o primeiro movimento se abre como uma polifonia altissonante e expansiva; o segundo, mais contido e equilibrado, retém as principais linhas melódicas do primeiro e, através de notas medidas com precisão,

estabelece o contorno melódico definitivo da peça; e o terceiro, ainda em plena fase de expressão, alterna allegros, largos, andantes, graves, adágios e malinconias, insinuando sempre um “grand final” apoteótico, cujos contornos, porém, ainda parecem incertos.

A esta altura, os Senhores me perguntarão: E os Historiadores com isso? Que temos a ver com os devaneios dos diplomatas? E eu, voltando aos temas do início desta palestra, respondo que, sendo a diplomacia a política pública que mais se alimenta da História – tanto da História do “eu”, quanto da História do “outro” - existe, de fato, uma inescapável “aliança estratégica” entre ambas.

Não será por outra razão que, superados os impulsos hereditários que caracterizaram o período da formação e consolidação nacional dos países sul-americanos, a integração com o entorno regional tornou-se para o Brasil o meio mais eficaz de, à luz de nossa experiência histórica, entender o nosso passado e orientar nosso futuro: nossa opção decerto mais inteligente para lograr uma inserção adequada neste mundo da globalização, em que todos os países se tornaram fronteiriços. Não é por acaso que terão partido do Brasil as iniciativas mais audaciosas de trazer para o plano da diplomacia atual o elemento de futuro que representa o processo de integração regional.

Num processo de integração (e retorno ao pensamento de Araújo Castro) as percepções tornam-se efetivamente tão importantes quanto as realidades. Sabemos o quanto estas percepções são alimentadas pela História. Torna-se, portanto, imperioso trabalhar com a História para avançar e aprofundar o processo de construção de nosso futuro de integração na América do Sul.

E quando falo em trabalhar com a História, não me refiro a qualquer tipo de fabricação ou mitificação. Tenho presente a advertência do grande historiador britânico J.H. Plumb ¹¹,

quanto à necessidade de distinguir o conceito de “História” do conceito de “Passado”. Plumb mostra como o passado tem sido manipulado como se fosse uma ideologia dotada de um propósito, destinada a controlar os indivíduos, motivar sociedades ou arregimentar classes sociais. A História, portanto, seria o meio de promover uma exegese do passado dogmático: entender o homem como indivíduo e em suas relações sociais ao longo do tempo; entender as coisas não apenas como realmente foram, mas também porque foram e porque se transformaram.

Nesse sentido, creio que o Brasil evoluiu muito. Chegamos ao Quinto Centenário do Descobrimento e cruzamos a marca do milênio com um sentido comum e uma circunscrição inéditos. Não estamos mais à beira do perene abismo que desde os tempos de D. João VI ameaça tragar a sociedade brasileira, nem nos achamos no limiar do paraíso terrestre que, embalado pelas descrições edênicas da carta do Escrivão Caminha a D. Manuel o Venturoso em 1500, o brasileiro teimava em encontrar, contra todas as evidências, nas asperezas da sua realidade cotidiana.

Diante de um espelho imaginário, o Brasil parece hoje capaz de se enxergar com os seus próprios olhos: sem se deixar iludir pelos mitos de um passado fabricado, nem pelas fantasias de um futuro irreal. Um país às voltas com as suas circunstâncias: nem o mais atrasado, nem o mais adiantado; nem o mais rico, nem o mais pobre; nem o mais justo, nem também o mais injusto. Um país que busca se transformar não por impulsos autoritários ou visões impositivas, mas sim mediante a gestação de consensos aproximativos que, se não representam o caminho mais rápido, constituem, certamente, o mais seguro e duradouro.

Um país que finalmente mostra-se mais confortável com a sua História e consigo mesmo e que, portanto, parece mais apto a interagir com desenvoltura em seu entorno e no mundo.

Mais e mais aberta ao Exterior, a sociedade brasileira enfrenta hoje o desafio de operar a sua inserção no mundo de forma equilibrada, ou seja, assegurando compatibilidade entre a preponderância de valores transnacionais e as demandas de uma perspectiva soberana que harmonize as diferentes dimensões prevaletentes na própria realidade brasileira.

Entre a euforia, o pessimismo e o fatalismo, o Brasil, diante da globalização dos tempos atuais, tem sido fiel às lições de sua própria História e optado pelo pragmatismo. Justamente por abrigarmos em nosso interior as mesmas assimetrias que caracterizam o sistema internacional, temos procurado orientar as nossas políticas públicas internas e a nossa atuação internacional com vistas a assegurar a implementação do desenvolvimento do espaço nacional não mais com objetivos autárquicos, mas sim mediante o que se poderia definir como a construção progressiva de espaços de integração.

No plano interno, esta política de integração se manifesta na modernização das estruturas do país e na busca de conciliar o crescimento com estabilidade e com sustentabilidade. No plano externo, pela combinação, de um lado, de elementos defensivos, ou seja, a negociação de mecanismos que nos protejam da volatilidade dos fluxos de capital e da flagrante injustiça das regras do comércio internacional e, de outro, de elementos propositivos, sobretudo, a promoção da integração de nosso espaço regional através do Mercosul e da negociação de relações equilibradas com os grandes centros de poder extra-regionais.

Não lutamos contra o que possa ser inevitável, mas tampouco nos contentamos em esperar que a racionalidade e a equidade venham um dia a prevalecer num contexto de flagrantes assimetrias de poder. Pragmaticamente, como é do nosso estilo e resulta de nossa experiência histórica, buscamos aproveitar as janelas de oportunidades existentes para promover a inserção competitiva do Brasil no mundo.

Até Rio Branco, a política externa brasileira caracterizava-se por linhas de tipo defensivo-protetora e movia-se em função de dois objetivos complementares decorrentes do imperativo de consolidar o espaço nacional herdado da expansão colonial: administrar a preeminência britânica e preservar a integridade da fronteira sul ameaçada ocasionalmente, ora pelo Paraguai, ora pelo Uruguai e permanentemente pela Confederação Argentina. A partir de Rio Branco, a política externa brasileira passou a procurar simultânea ou sucessivamente a “aliança” com os EUA e a ampliação da inserção internacional do Brasil como fatores de desenvolvimento econômico e social do país.

Nas últimas décadas, à luz das transformações ocorridas no Brasil e no mundo, a “aliança” com os EUA deixou de representar, como no passado, o padrão de sinal positivo ou negativo de mobilização da diplomacia brasileira, cujos horizontes alargados passaram a visualizar na estratégia do universalismo a forma adequada de promover a inserção competitiva do Brasil no mundo, ou, para usar a formulação consagrada por Celso Lafer¹², “o esforço para traduzir necessidades internas em possibilidades externas, ampliando o poder de controle do país sobre o seu destino, na lógica diplomática de um nacionalismo de fins”.

A diplomacia brasileira passou, de fato, por uma evolução notável. Toda uma série

de temas de natureza política, econômica ou social - antes tratados apenas à margem, ou mesmo inexistentes na agenda internacional - ganharam em relevância, e passaram a ocupar o centro das atenções. Nossa ação diplomática tem procurado ir ao encontro daquilo que a sociedade brasileira deseja para si própria e para este mundo de polaridades indefinidas, para usar outra expressão consagrada por Celso Lafer: democracia, respeito aos direitos humanos, abertura econômica e sentido de solidariedade social.

A agenda da diplomacia sofreu alterações, mas não mudaram os princípios fundamentais da política externa, os que nos acompanham desde o início de nossa História, em especial o de buscar, mediante a negociação pragmática e a afirmação dos valores nacionais, preservar a nossa unidade e a inteireza do nosso projeto nacional de desenvolvimento, assegurando o maior grau possível de autonomia para nossos movimentos. Uma autonomia que não mais se atinge pelo distanciamento, pela recusa ou pela confrontação, mas sim pela aproximação, pelo diálogo, pela integração. Coerente com a sua melhor tradição diplomática, o Brasil busca ser parte não dos problemas do mundo, mas de sua solução.

Dentro das comemorações do V Centenário, o Itamaraty fez restaurar uma tela intitulada “Os Descobridores”, pintada há cem anos por Belmiro de Almeida, por ocasião do IV Centenário. Como observou nas palavras que pronunciou ao ensejo da reincorporação da obra ao acervo do Itamaraty o Embaixador J. H. Pereira de Araújo, sua originalidade consiste no fato de que o pintor, ao invés de se fixar nos momentos mais grandiosos do descobrimento, decidiu figurar os dois degredados aqui deixados. Dois seres humanos em condições patéticas.

Belmiro os mostra em situações polares: um, de pé, olha para fora, visa o mar, busca o horizonte, a Europa, a metrópole perdida; o outro, recostado à sombra de uma árvore, olha para dentro, em atitude aterrorizada e desesperançada.

O quadro é inquietante. Sugere uma quantidade de reflexões sobre a origem do Brasil e da sociedade brasileira. Sugere contrastes significativos com as imagens heróicas da chegada dos colonizadores espanhóis à América. A mim, o quadro de Belmiro se apresenta como uma sugestiva metáfora da relação do Brasil com o mundo: uma vaga sensação de degrado, de afastamento que se expressa em atitudes ambivalentes de oferecimento e recusa; de busca e de alheamento; de integração e de enimesmamento. Sugere, porém, acima de tudo, a idéia de expansão. De grandeza. De como aqueles dois miseráveis

seres humanos largados na costa da Bahia vieram a se transformar em milhões de brasileiros ocupando uma imensa extensão territorial. Sugere ainda – e poderosamente – a visão de futuro, as possibilidades ilimitadas abertas mesmo aos projetos que se iniciam da forma mais modesta.

Pois termino com esta evocação, que recupera, a meu ver, a essência da visão que o brasileiro tem do seu próprio país e de sua relação com o mundo. Uma visão que vem do fundo da nossa História e que nossa diplomacia procura manter ativa, como a nos recordar permanentemente as singularidades de nossa formação, de nosso patrimônio de grandeza e unidade e de um futuro do qual nos apropriaremos um dia, mas que – embora irrealizado – não deixamos de incorporar à nossa realidade como forma de resgatar o nosso passado e orientar nosso presente.

NOTAS

¹ EBAN, Abba. **The New Diplomacy**. Ramdon House, 1983

² FOUCAULT, Michel. **Les Mots et Les Choses – Une Archeologie des Sciences Humaines**. Ed. Gallimard, 1966

³ WEHLING, Arno. **A Invenção da História**. Universidade Gama Filho e Universidade Federal Fluminense, 1994

⁴ BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História , Novas Perspectivas**. Editora UNESP, 1992

⁵ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Martins Fontes, 1976

⁶ DE ARAUJO, Jorge A. G. **Ensaio de História e Crítica**. MRE, Instituto Rio Branco, 1948

⁷ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. Instituto Progresso Editorial, 1949

⁸ CÁRCANO, Ramón J. **Conferência na Academia Brasileira de Letras**. 28.1.1937 in Ramón J. Cárcano, **Diplomático Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales**, 1999

⁹ RENAN, Ernest, **Qu'est qu'une Nation?**. Calmann-Levy, 1882

¹⁰ FONSECA, Gelson Jr. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais**. Paz e Terra, 1998

¹¹ PLUMB, J.H. **The Death of the Past**. Houghton Mifflin, 1971

¹² LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. Artigo ainda inédito, preparado para a revista Daedalus.

JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA BOLÍVIA

DISCURSO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE HUGO BANZER, DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA. PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 16 DE MARÇO DE 2000

É para mim uma satisfação muito especial dar as boas vindas a Vossa Excelência, Presidente Hugo Banzer, e aos membros de sua comitiva. Vossa Excelência é um amigo do Brasil, e sua presença aqui renova o sentimento de fraternidade que une nossos países.

Nos últimos anos, tivemos a oportunidade – e soubemos aproveitá-la – de redimensionar nosso relacionamento. Sempre houve estima, cooperação e solidariedade entre os dois povos. E a experiência histórica nos ensinou a cultivar os ideais do desenvolvimento, da democracia, dos direitos humanos. Mas hoje temos algo mais.

A concretização do projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil consolidou nossa parceria em uma perspectiva que considero estratégica. Por que estratégica? Porque voltada para o longo prazo, porque baseada em interesses fundamentais dos dois países, que vão muito além das pessoas e dos governos para constituir política de Estado. Voltada para o longo prazo, mas com resultados que já se fazem sentir e que, inclusive, superam o que estava previsto.

Hoje, presenciamos a assinatura de um contrato entre a Petrobrás e a YPF, pelo qual

no ano 2004 as exportações bolivianas de gás para o Brasil chegarão a cerca de 30 milhões de metros cúbicos diários. Para que se tenha uma idéia do avanço, basta lembrar que, pelo contrato original, esse volume só seria alcançado em 2010. Pois agora temos os elementos para torná-lo realidade daqui a 4 anos.

Costumo sempre lembrar meu envolvimento pessoal com o tema do gasoduto, desde quando era Senador e Ministro. Jamais se abalou em mim a crença na viabilidade desse projeto, mesmo quando se levantava uma ou outra dificuldade técnica.

Foi em meio a opiniões conflitantes sobre a própria existência de jazidas de gás na Bolívia que recomendei, como Chanceler, a assinatura do acordo que permitiu a construção do gasoduto.

A história, posso dizer, não me desmentiu, como o provam as reservas abundantes descobertas no subsolo boliviano. Não me desmentiu, como evidencia a mudança que atingimos em nossa matriz energética. Não me desmentiu, porque hoje já se fala até da possibilidade de um segundo gasoduto entre o Brasil e a Bolívia.

Aquela crença no gasoduto – que não era minha apenas, mas de um país que sabe enxergar seu caminho de transformação e progresso – era a crença em um futuro grandioso nas relações entre nossos países.

Mas o gasoduto tem um significado que ultrapassa seus benefícios imediatos. É um projeto de efeito multiplicador. Volta a estimular propostas que já vínhamos considerando há muitos anos, como a da integração rodoviária, o que traz em si a possibilidade, para o futuro, da interconexão bi-oceânica através do Altiplano boliviano.

Outra perspectiva é a da maior utilização das hidrovias, tanto na Amazônia quanto no Prata, fundamental para o escoamento da produção e, portanto, para inserção mais ativa na economia internacional. Queremos que Bolívia e Brasil caminhem juntos e cresçam juntos. Que fortaleçam sua base econômica comum, não apenas pela integração energética, mas também, no plano comercial, pela associação da Bolívia ao Mercosul.

O Mercosul é – e eu nunca me canso de repeti-lo – nossa melhor resposta aos desafios da competição internacional. Quem vem ao Brasil percebe que a sociedade está consciente da importância do Mercosul.

Basta ver quantas pessoas aprendem hoje espanhol no Brasil. Isso talvez não seja suficiente para eliminar os erros do nosso “portunhol”, mas basta para mostrar que se compreendeu muito bem entre nós que as ligações com nossos vizinhos serão cada vez mais relevantes do ponto de vista econômico.

O Mercosul é tipicamente um esquema de regionalismo aberto. Integra sem excluir, sem fechar para o mundo exterior. E vai ampliar-se. Esta é a intenção dos quatro membros originários, e a vinculação cada vez maior

com a Bolívia e o Chile – que já são países associados – reflete a visão que temos sobre o futuro do nosso agrupamento sub-regional.

Estive dias atrás com o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, e é com satisfação que registro sua firme disposição de dar passos concretos em favor da integração de seu país ao Mercosul como membro pleno.

Será também importante a conclusão de um acordo com os outros países andinos, e com isso estaremos criando um espaço econômico ampliado.

Senhor Presidente,

Esse esforço de integração, de criação de um espaço de prosperidade compartilhada, é hoje tarefa essencial na América do Sul. Somos uma região com identidade própria, com uma história comum, com uma geografia que buscamos transformar em fator de aproximação, e não de separação.

Somos uma região com vocação de paz, liberdade, democracia e progresso. Uma região onde pouco falta para a resolução definitiva de seus conflitos territoriais. É uma região que luta por melhor distribuição de renda e maiores oportunidades de justiça social. É assim que vamos nos afirmar cada vez mais perante o mundo. Estou convencido de que é preciso pensar os vetores de desenvolvimento em uma perspectiva regional, sul-americana.

O que Bolívia e Brasil fizeram, e estão fazendo juntos no gasoduto, é um exemplo, talvez o melhor exemplo, do que pode ser feito em escala regional: usar a cooperação para transformar potencialidades em realizações.

Foi a partir dessas concepções que tomei a iniciativa de convidar Vossa Excelência a participar, com todos os Chefes de Estado da América do Sul, de uma conferência de cúpula em Brasília, no segundo semestre deste ano.

A Bolívia, é sempre bom lembrar, está no coração da América do Sul. Como o Brasil, a Bolívia reúne elementos de várias sub-regiões que fazem a riqueza desse continente. É, ao mesmo tempo, um país andino, platino e amazônico. Isso a coloca em posição privilegiada para participar dos esforços de integração regional.

Vamos avançar nesse processo. Vamos avançar na infra-estrutura de integração, nos eixos de desenvolvimento, na tecnologia de informação, na defesa da democracia, no comércio. Vamos avançar na cooperação mais intensa e decidida em torno daquelas questões que dizem respeito diretamente à nossa região, como proteção à biodiversidade e combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

E para isso vamos enriquecer a experiência acumulada no âmbito dos mecanismos institucionais que já consagraram – em nossa geografia mais próxima, e mesmo além dela – uma política de cooperação e unidade. Uma América do Sul unida e cada vez mais próspera será, sem dúvida, vantajosa para todos.

Alegra-me poder lançar este projeto de grande alcance para as relações com nossos vizinhos no momento em que celebramos os 500 Anos do Descobrimento do Brasil.

Senhor Presidente,

O Brasil e a Bolívia buscam enfrentar os desafios novos de um mundo que se transforma em velocidade sem precedentes.

No Brasil, estamos avançando de forma significativa na educação. E sei que também na Bolívia o sistema educacional passa por reformas em todos os níveis. Isso é essencial em uma economia global que se caracteriza por valorizar o conhecimento e a informação.

Sei, também, que as universidades bolivianas têm absorvido numeroso contingente de estudantes brasileiros, o que é muito positivo, na medida em que aprofunda nossos laços de intercâmbio intelectual e fortalece a dimensão humana do processo de integração. Nação que se moderniza, a Bolívia soube vencer os fantasmas da instabilidade política e da inflação. Tem alcançado resultados notáveis na luta contra o narcotráfico e está avançando na erradicação das plantações ilegais de coca, substituindo-as por cultivos alternativos, rentáveis e dignos.

O Brasil quer ser, cada vez mais, um parceiro essencial da Bolívia nessas transformações. Queremos construir juntos um século XXI que seja, para nossos povos, não uma promessa, mas a realização prática da democracia, do desenvolvimento e da integração. A visita de Vossa Excelência nos deixa a certeza de que o Governo boliviano compartilha plenamente esses objetivos.

E é com a consciência das possibilidades que dessa forma se abrem para o nosso futuro sul-americano, que desejo brindar, convidando os presentes a que se juntem a mim, à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e sua família, e à amizade fraterna entre os povos do Brasil e da Bolívia.



INAUGURAÇÃO DO TRECHO SUL DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO TRECHO SUL DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL. 31 DE MARÇO DE 2000

Senhor governador do Estado de Santa Catarina, meu companheiro e amigo Esperidião Amin,
Senhor ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho,
Senhores senadores, também companheiros de Senado, e amigos Jorge Bornhausen e Cacildo Maldaner,
Senhores parlamentares que aqui estão, para nossa alegria,
Senhor presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul,
Senhora prefeita de Florianópolis, Ângela Amin,
Senhor prefeito de Biguaçu, Arlindo Correia,
Senhoras e senhores,

Permito-me iniciar este discurso fazendo uma referência pessoal. Alguns aqui sabem, mas poucos podem avaliar o que significa, pessoalmente, para mim, estar aqui hoje, podendo inaugurar esse gasoduto.

Aqui há uma pessoa, o Dr. Quintela, que está sentado na platéia, que me escreveu uma carta, recentemente, que muito me comoveu. Até a mencionei hoje, na viagem de avião para Florianópolis. Nesta carta, ele recordava alguns momentos que constituíram

a possibilidade de nós estarmos mudando a matriz energética do Brasil.

Eu era ministro das Relações Exteriores quando, um dia, recebi a visita do presidente da Petrobrás de então, Dr. Joel Rennó, que veio acompanhado de um empresário. Perguntei quanto importávamos de petróleo, de óleo da Argentina. Na época, discutia-se a questão das dificuldades de importação do Irã. Antes mesmo do Iraque. Eles me disseram que era zero. Perguntei quanto da Venezuela. Era por aí. Pareceu-me estranho que o Brasil não estabelecesse relações mais estáveis com seus vizinhos. E embora não fosse da minha alçada porque era ministro de Relações Exteriores, insisti para que as coisas mudassem. E as coisas mudaram.

Hoje, da Argentina, importamos uma apreciável quantidade de óleo, que deve corresponder, a grosso modo, a um bilhão de dólares por ano. Da Venezuela, cerca de 600 milhões de dólares. Era óbvio que o Brasil tinha que se entender economicamente, assim como politicamente, com a sua circunstância geográfica.

Naturalmente, não no sentido de nos isolarmos no Mercosul ou na América do Sul do resto do continente americano, nem

tampouco da Europa, do Oriente Médio, da Ásia, de onde seja. Mas havia que se ter uma visão mais dinâmica das possibilidades da nossa própria região. E, paulatinamente, fomos mudando a matriz energética do Brasil na direção de uma integração regional. Já mais tarde, assisti na Bolívia, ao primeiro acordo que permitiu a construção desse gasoduto. Não entrarei em detalhes. Também ainda ministro das Relações Exteriores, fui forçado a ter uma atitude bastante enérgica, para que pudéssemos fazer o acordo com a Bolívia.

Na época, não faltavam os que diziam que não havia gás na Bolívia. Hoje, os dados que o ministro Tourinho acaba de mostrar, de mencionar, mostram não só que o Brasil tem gás, e muito, mas que a Bolívia tem mais gás que o Brasil e que uma parte do gás da Bolívia foi descoberta pela Petrobrás, recentemente.

A visão estreita, mesquinha e pequenininha dos que não vêem um Brasil com capacidade de se integrar no mundo, de lutar no mundo, de competir, de vencer, nos levava a atitudes incompreensíveis, até de negação das evidências. Não há gás na Bolívia, não se pode fazer o gasoduto. Para que comprar petróleo da Argentina, se nós podemos ser auto-suficientes, ou comprando de gente distante que não nos vai guerrear? Como se, algum dia, a Argentina nos fosse guerrear.

Isso tudo mudou. Mudou em muito pouco tempo, em muito poucos anos. Era 1993, nós estamos no ano 2000 – e aquilo que era um projeto e levou muito tempo para que se pudesse acertar a forma empresarial de concretizá-lo, acabou tendo forma e, hoje, estamos aqui. Hoje, o gás da Bolívia percorre mais de 3 mil quilômetros e chega ao Rio Grande do Sul, passando por São Paulo. Vai beneficiar Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, passa por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e vai ao Rio Grande do Sul.

Para fazer isso, mudamos a concepção da

Petrobrás. E estou na Petrobrás e me orgulho de dizer que perdi uma cátedra, fui preso, fui processado, porque defendia o petróleo que era nosso. E por isso, porque tenho autoridade moral e pessoal para dizer isso, fiz também com que os dirigentes da Petrobrás se convencessem de que era preciso flexibilizar o monopólio do petróleo. Resultado: temos uma Petrobrás, hoje, mais próspera do que nunca, mais capaz do que nunca para engrandecer o Brasil. Para engrandecer o Brasil e não apenas a burocracia, aqueles que tinham uma visão antiquada do que era o mundo, do que é o Brasil. Mudou. A Petrobrás, hoje, é uma das maiores empresas de petróleo, de energia – disse, aqui, o ministro e ele tem razão na correção – do mundo, e vai continuar sendo, porque tem capacidade para isso. Associou-se a outras empresas, ampliou a sua capacidade e, hoje, não é apenas o esteio do petróleo, mas do gás também e nós estamos entrando nas termoelétricas.

O ministro Rodolpho Tourinho mencionou este programa, que é um dos mais ambiciosos que já foram feitos no Brasil, que é o da termoeletricidade. Lançamos, em fevereiro, um programa de 49 usinas termoelétricas. Tenho repetido isto porque é verdade. No momento de dizer ao país que íamos fazer 49, eu mesmo fiquei na dúvida. Será possível? Isso equívale a quase uma nova Itaipu e tem que ser feito em 3 anos. Tem que ser feito em 3 anos, como, aqui, fizemos com rapidez o gasoduto e já estamos discutindo um segundo gasoduto, porque o Brasil tem fome de energia, porque tem fome de crescimento, para ter emprego e prosperidade para esse povo.

E crescimento, emprego e prosperidade, no mundo de hoje, não é possível criar se não houver uma compreensão, uma visão de futuro, uma compreensão do mundo, uma capacidade de tomar decisão, uma determinação, a manutenção da direção que foi determinada e entender que o futuro depende das ações que

praticemos hoje. E essas ações têm que ser praticadas a despeito das incompreensões, a despeito daqueles que com boa ou má fé puxam o país para o atraso e fazem o tempo todo slogans ou tentam mostrar que o país está cada vez pior, quando ele está cada vez melhor.

Isso é uma realidade, uma realidade claríssima para o povo brasileiro. Uma realidade absolutamente tranqüila. E essa realidade tranqüila, hoje e crescentemente, se manifesta a despeito das incompreensões. Vamos continuar avançando nesse rumo. Tenho certeza de que nós vamos continuar avançando nesse rumo, assim como disse, e o disse com muita tranqüilidade, o que tem sido feito na matriz energética, onde se antevê uma taxa de crescimento da economia brasileira que, não tenham dúvidas, este ano terá como piso 4%. Piso de crescimento, porque precisamos crescer mais para então, sim, poder ter mais empregos, para então, sim, poder ter melhores salários, para então, sim, não fazermos demagogia, criando a ilusão de que estamos dando salário, quando estamos tirando, via inflação, com a outra mão, ou via taxas de juros altas, aquilo que se pseudamente dá, num dado momento. É preciso ter noção da realidade, é preciso ter coragem, tranqüilidade, firmeza e manter o rumo do país, que é o que estamos fazendo.

Por isso, há muitos anos e com muito sacrifício estamos na frente deste país. E estamos, realmente, transformando este país. Estamos, realmente, criando condições para um país mais maduro, mais competente, melhor para os seus filhos.

Posso dizer ao governador de Santa Catarina que a estrada que prometi, a BR 101, que assinei lá, na beira da estrada, uma petição para que ela existisse, hoje me deu satisfação de ver que ela continua. Garanto àqueles que moram lá no Sul, que ela vai chegar ao Sul, sim. E aqui está o relator do PPA, que nos

ajudou muito, e que mostrou que é possível chegar esta estrada até ao Sul, e ela vai chegar até Osório, no Rio Grande do Sul. Vamos fazer uma grande avenida de mão dupla, de Belo Horizonte até as fronteiras do Brasil. E, amanhã, vamos ter essa integração com o Uruguai, com a Argentina.

Não vamos nos esquecer das demais estradas como, aqui, em Santa Catarina, que vão nos levar aos altiplanos, a Lages, a Chapecó e que precisam, também, de uma atenção toda especial do governo estadual e do governo federal.

Faremos isso, e se assinei, agora, como acabo de assinar, um documento que dá condições para a exploração do carvão mineral, na produção de gás, aqui em Santa Catarina, podem ter certeza de que este documento vai virar realidade. Assim como a BR 101, hoje, é realidade, como esse gasoduto, hoje, é realidade, a realidade se constrói no dia a dia, num trabalho, muitas vezes, obscuro dos deputados, dos engenheiros, dos que projetam, dos trabalhadores, dos que financiam, mas acaba se constituindo as condições para que ocorra aquilo que é preciso ocorrer. E, aqui, vai existir o aproveitamento do carvão e vamos pagar a dívida que temos com Santa Catarina, porque lavramos a céu aberto. Conheço a região de Criciúma e vi o desastre ecológico que lá existe e que vai ter que acabar.

Também posso dizer aos senhores que sei da importância do turismo na região de Santa Catarina. Sei da necessidade da ampliação do aeroporto. Sei também que, se não houver saneamento básico, há limitações para o turismo. Estamos nos empenhando para dar uma possibilidade de saída para o Prodetur, de tal maneira que possamos ter continuidade nas ações saneadoras.

Mas eu não queria, hoje que estou aqui, em Santa Catarina, dizendo que estamos mostrando, que estamos fazendo, com

tranqüilidade, deixar também de dizer uma palavra sobre algo que foi mencionado pelo governador Esperidião Amin: Santa Catarina é um Estado da pequena propriedade. É um Estado da pequena e média indústria. É um Estado que, com a pequena propriedade e com pequena e média indústria, foi capaz de gerar excedentes de exportação.

Pois bem, ontem - e também foi um catarinense que foi o relator da matéria no Congresso Nacional – aprovamos um projeto que é uma espécie de alforria para as empresas brasileiras, que é o chamado Refis, que faz com que as empresas possam, efetivamente, ajustar suas contas com o fisco, de uma maneira que não seja persecutória, de uma maneira que dê a elas um horizonte de pagamento. E que o pagamento não esteja vinculado a prazos curtos, mas seja vinculado àquilo que é fundamental, que é a capacidade efetiva que tem a empresa para ajustar suas contas. Qualquer que seja este montante, a União, através da Receita Federal, vai negociar com essas empresas de tal maneira que elas tenham a capacidade de se livrarem do Cadin, de voltar a serem adimplentes e de poderem participar com mais energia dessa nova fase do Brasil, que é uma fase de crescimento econômico.

E não só isso, não apenas essa medida que foi aprovada pela Câmara, mas o relator, que aqui está presente entre nós, deputado Gervásio Silva, teve a sensibilidade de colocar no seu parecer um pedido meu, para que fizesse com que, também, os bancos tivessem uma condição mais favorável para que as empresas possam negociar com eles as suas dívidas no setor privado.

Estamos preparando as empresas para que se libertem das teias das dívidas, para que possam continuar crescendo pelo Brasil. E

isso é para a pequena e a média empresa e não para a grande empresa. Vejo, portanto, que estamos no limiar de um novo momento da vida brasileira. E quero terminar lhes dizendo que se muito nos custou redemocratizar o Brasil – e digo sem jactância, com tranqüilidade – mas paguei um preço por isso, se muito nos custou redemocratizar o Brasil, se temos hoje esse clima de liberdade inexcusável, dificilmente em outro momento da História tivemos tanta liberdade de expressão, de organização, de partidos, de mídia, de manifestação, de participação. Se, hoje, portanto, temos a democracia como um valor, se tudo que acontece aqui passa por uma negociação enorme com o Congresso Nacional, com os sindicatos, com as empresas, com toda gente, com as igrejas.

Se hoje esse clima está assegurado, muito nos custou estabilizar a nossa moeda – não é o momento de repetir o quanto custou. Mas ainda o ano passado, e também o disse o governador, quase soçobramos. Só não soçobramos porque o governo teve determinação, tranqüilidade e a sociedade teve compreensão e continuou trabalhando. Hoje, vê-se que a inflação, de novo, foi domada. Domar a inflação, uma vez, é muito difícil. A segunda é mais difícil ainda. Porque, na segunda ela pode vir com um ímpeto destrutivo. Não conseguiu. Porque a sociedade brasileira, graças à democracia, entendeu a necessidade da estabilização, não como imposição de quem quer que seja, não como uma mania de alguns setores de economistas, mas como uma necessidade para que possa haver investimentos, e para que o salário possa existir sem ser corroído pelo mal maior que é a inflação.

Democracia, estabilidade econômica, reforma do Estado. Com o apoio do Congresso Nacional, desencadeamos várias reformas. Algumas avançaram mais, outras menos. Mas

ninguém tenha dúvida de que o Brasil de hoje é muito diferente do Brasil de há 10 anos em termos institucionais, em termos do seu marco jurídico, em termos do modo pelo qual o Estado se organiza para atender aos consumidores, no qual as agências regulamentadoras lidam com as empresas para evitar abusos, no qual há defesa do consumidor e no qual, havendo investimento privado, não deixa de existir a ação pública, porque o Estado é essencial para garantir o equilíbrio das forças sociais, para garantir a defesa do consumidor. E o Estado, no mundo atual, é cada vez menos investidor direto, é cada vez mais responsável pelos direitos do cidadão, pelos direitos sociais, com consciência da responsabilidade e também dos objetivos, das necessidades que existem no país para manter o seu crescimento.

Reformamos o Estado, estamos reformando esse Estado. Chegou a hora de colher os frutos. Daqui por diante, é desenvolvimento, bem-estar e prosperidade. Que não se fazem com palavras, mas com ações como esta de hoje, aqui. Daqui por diante, é um conjunto de ações para garantir a sinergia que vai permitir que este país retorne às taxas de crescimento necessárias para que ele possa absorver a sua população, a sua mão-de-obra.

Na próxima segunda-feira, vou anunciar ao país a criação de um conjunto de instituições essenciais para dinamizar o desenvolvimento científico e tecnológico. Haverá recursos de agora em diante, e para os próximos anos, como jamais houve na História do Brasil, porque impusemos aos setores privatizados taxas específicas para que eles possam financiar o desenvolvimento do saber nacional, do conhecimento nacional. E isso é importante porque, no futuro, os países e os povos vão estar divididos entre os que sabem e os que

são ignorantes, os que têm competência e os que usam a voz só para gritar, os que sabem calcular, os que usam os computadores ou aqueles que mal e mal arranham seus nomes para fazer de conta que não são analfabetos.

Não podemos deixar que nossa população fique à margem dessas transformações. Temos que jogar fundo no desenvolvimento científico e tecnológico. E isso aqui é o exemplo dos resultados de uma empresa que absorveu o conhecimento científico e tecnológico, que hoje está na vanguarda, porque tem a primazia na pesquisa de petróleo em águas profundas, porque, a despeito de um outro incidente, e basta olhar aqui em torno para ver, respeita o meio ambiente. Porque sabe que, sem conhecimento, sem tecnologia, sem respeito ao meio ambiente, sem participação cidadã, sem democracia, sem rumo certo, o país não vai para a frente.

Termino lhes dizendo que, se Santa Catarina é um exemplo - e é - para Brasil pelo que tem feito, se os seus representantes que aqui estão têm honrado o Estado na defesa dos interesses do Estado, se o seu governador é um homem, não apenas competente, mas com essa capacidade, essa loquacidade, que dá inveja a qualquer um, e transforma qualquer discurso que faça numa peça, não diria de oratória, porque é antiga, mas numa peça de gozo intelectual pela imaginação que tem, pela capacidade que tem de, rapidamente, sintetizar aquilo que está de mais profundo no coração das pessoas. Santa Catarina tem tudo isso. Santa Catarina, realmente, é um exemplo para o Brasil. Posso lhes dizer: o Brasil não vai faltar com Santa Catarina. O presidente Fernando Henrique ama Santa Catarina e fará o possível e o impossível para levar adiante as transformações que já foram mencionadas.



ENCONTRO COM JUÍZES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ENCONTRO COM
JUÍZES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

É para mim uma satisfação especial receber esta delegação de juizes da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Satisfação porque o Presidente do Brasil faz questão de marcar o compromisso do país com a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Satisfação, também, pelo fato de a presidência da Corte estar ocupada por um notável jurista brasileiro, o Professor Antonio Augusto Cançado Trindade.

Esta é a primeira vez que um brasileiro assume a presidência de tribunal internacional. E é significativo que seja, precisamente, um tribunal de direitos humanos.

O Professor Cançado Trindade prestou, tanto no trabalho acadêmico quanto no âmbito do Estado, uma das contribuições mais enriquecedoras para a política brasileira de direitos humanos. A ele devemos muito do amadurecimento jurídico da matéria no Brasil, e não foi por acaso que sua trajetória de dedicação à causa dos direitos humanos o levaria a ser eleito para este importante órgão do sistema interamericano, sediado aqui na Costa Rica.

Lembremos que, no atual momento, também a Comissão Interamericana de

Direitos Humanos, com sede em Washington, é presidida por um brasileiro, o Doutor Hélio Bicudo. Isso mostra o quanto o Brasil de hoje está comprometido com a proteção desses direitos. E este não é um compromisso qualquer. É um compromisso que se vincula à própria identidade do Brasil como nação.

Certa vez, na defesa de um processo de habeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal, Rui Barbosa - cujo busto estamos inaugurando aqui hoje - lembrou que “os povos não amam as suas Constituições senão pela segurança das liberdades que elas lhes prometem”. Este é o sentido desta Corte: ajudar-nos na garantia da segurança de nossas liberdades.

Rui Barbosa foi um homem de vastos saberes e de atuação destacada em vários campos. Deixou a marca de sua eloquência e de suas convicções em nossa política e em nossa cultura jurídica. Foi diplomata brilhante, que soube afirmar o prestígio do Brasil, pela defesa dos princípios do direito e da justiça.

É disso que se trata em nossa relação com a Corte Interamericana de Direitos Humanos: que a nossa atuação internacional esteja balizada por valores e princípios

universais, que se aplicam a todos, inclusive a nós mesmos. A referência a esses valores e princípios é essencial no momento em que celebramos os 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Desde o meu primeiro dia de mandato, fiz dos direitos humanos uma prioridade absoluta para o governo e a sociedade. Coloquei o tema na pauta da celebração da nossa data nacional, o 7 de setembro, para sublinhar que os direitos humanos são a razão de ser de nossa própria independência como país.

Ninguém ignora que ainda ocorrem, no Brasil como em outros países do mundo, casos graves de violência contra o indivíduo.

As próprias condições de desigualdade e exclusão favorecem a ocorrência de violações, seja porque dificultam o funcionamento dos mecanismos do Estado de Direito, seja porque atrasam a consolidação de uma cultura dos direitos humanos.

Mas sabemos que as condições econômicas e sociais não são determinantes. A responsabilidade do Estado, e dos governantes, é fundamental. Foi por isso que formulamos, com a ajuda e ONGs e da sociedade civil, o Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 1996. Criamos uma Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ocupada pelo Dr. José Gregori. E o ponto mais alto dessas medidas foi precisamente quando, no final de 1998, decidimos reconhecer a competência

contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Qual foi o sentido dessa decisão? De um lado, o sentido jurídico que é evidente no próprio ato: o Governo brasileiro reconhece e aceita um mecanismo jurisdicional de garantia dos direitos humanos no plano internacional.

Por outro ângulo, a decisão teve um sentido político profundo. O de demonstrar ao mundo, e a nós mesmos, o caráter prioritário e irreversível de nosso compromisso com os direitos humanos. O de evidenciar que não se trata de uma opção deste ou daquele governo, mas de uma obrigação permanente do Estado brasileiro.

Há pouco, autorizei a assinatura do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que representa outro avanço importante. No futuro próximo, estaremos enviando o texto ao Congresso Nacional para exame e posterior ratificação.

Assumir essas responsabilidades no plano internacional não é senão o outro lado da ação interna do governo em defesa dos direitos humanos.

Ao agradecer a visita dos ilustres juízes da Corte Interamericana, quero reiterar o sentido de minha homenagem a esta instituição: ela é, com justa causa, um orgulho para os povos americanos e um instrumento inestimável de proteção de nossas democracias.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO NO TEATRO NACIONAL DA COSTA RICA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, APÓS CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO NO TEATRO NACIONAL
DA COSTA RICA. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

Considero uma honra ser o primeiro Presidente do Brasil a realizar uma visita de caráter bilateral à Costa Rica.

Venho somar minha crença na cooperação entre nossos países a tudo quanto já se pôde alcançar em mais de um século de relações diplomáticas.

Conheço e admiro a Costa Rica há muito tempo. Aqui estive nos anos sessenta - quando trabalhava na CEPAL - por instruções de Raúl Prebisch. Eram os tempos em que a América Latina retraçava seus caminhos, e minha tarefa era a de colaborar em estudos e projetos ligados ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica. Guardo desde então a lembrança calorosa de um povo amigo.

Recebo como uma distinção especialmente cara para mim a Ordem Nacional Juan Mora Fernández, que Vossa Excelência, Presidente Rodríguez, acaba de conferir-me. Vou guardá-la como tributo maior à amizade entre os povos.

Trago, do Brasil, uma mensagem de confiança no potencial de relacionamento entre os dois países que não apenas compartilham a identidade histórica latino-americana, ibero-americana, mas também uma visão de mundo:

a que se constrói pelo compromisso com a paz, com a liberdade e com o desenvolvimento social.

No Brasil, temos admiração e interesse pela Costa Rica. E não por acaso. No mundo em desenvolvimento, e na América Latina, a Costa Rica sobressai como um modelo de país que tem uma história exemplar de estabilidade democrática, que alcançou índices invejáveis de desenvolvimento humano, que deu passos pioneiros na proteção do meio ambiente e que realiza uma política externa voltada para a paz e a justiça.

Hoje, Brasil e Costa Rica estão extraíndo os benefícios da estabilidade econômica e de uma integração proveitosa com a economia mundial. Estamos impulsionando a modernização de nossas economias, com a incorporação de tecnologias avançadas ao processo produtivo.

Estamos trabalhando para aperfeiçoar a qualidade da educação e, o que é essencial, para universalizá-la. Temos alcançado resultados importantíssimos na área da saúde. Alguns dirão: há ainda muito a fazer. É verdade. Falta muito. Quem dissesse o contrário seria

insensível à gravidade dos problemas que ainda enfrentamos. Mas muito também já se fez.

E há um ponto que é particularmente importante: estamos construindo uma nova mentalidade no tratamento da relação entre o econômico e o social.

Uma nova mentalidade que significa o dobrar final dos sinos para fenômenos políticos que, em décadas anteriores, tantos males causaram à América Latina, com a noção de que para sermos progressistas no social seria inevitável que fôssemos irresponsáveis no econômico. Ou que para sermos responsáveis no manejo da economia teríamos que ser conservadores no social.

Hoje a paisagem política é mais interessante. Temos espaço para consensos políticos cada vez mais sólidos em favor de avanços na justiça social, nos direitos humanos, na proteção ambiental, a partir de uma base de estabilidade e crescimento econômico sustentado.

Sempre haverá escolhas a fazer. Governar é fazer escolhas e é fazê-las de forma consciente, de forma responsável.

A América Latina entra no século XXI com a capacidade de ter essa consciência e de exercer essa responsabilidade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

O futuro de nossa região - e mesmo o de nosso hemisfério - é impensável sem que se compreenda o significado dos processos de integração e de articulação inter-regional que estão em curso nas Américas.

Brasil e Costa Rica têm a experiência direta, em primeira mão, da importância crescente desses processos.

Na América do Sul ou na América Central, o que está em jogo é o mesmo: é a nossa capacidade de fazer frente ao desafio da

nova economia, das novas tecnologias, dos processos produtivos em que cada vez mais o conhecimento será fundamental.

Desde o início dos anos 90, o Brasil aprofundou, em ritmo acelerado e com alta prioridade, a construção do Mercosul. Esta tem sido, para os brasileiros, uma experiência histórica de aprendizado e de enriquecimento mútuo.

Temos orgulho do muito que já realizamos.

E posso afirmar sem medo de errar: o Mercosul vai afirmar, cada vez mais, como um fator relevante em nosso hemisfério e no mundo. Temos no horizonte próximo a conclusão de um acordo de livre comércio com os países andinos, que contribuirá para fortalecer a América do Sul como espaço de prosperidade compartilhada, como espaço de democracia e de cooperação. Trabalhamos também na negociação com vistas a uma Área de Livre Comércio das Américas.

Nesse processo de múltiplas correntes de integração - nenhuma das quais é excludente -, consideramos que a Costa Rica e, de forma mais ampla, a América Central, são parceiros indispensáveis. Acompanhamos com interesse os avanços no âmbito do Mercado Comum Centro-Americano e do Sistema de Integração Centro-Americano. E vamos levar adiante a aproximação entre o Mercosul e a América Central.

Essas correntes simultâneas, que se reforçam no modelo do regionalismo aberto, desenham-se contra o pano de fundo de um novo padrão de relações internacionais. Um padrão que não é o das relações tradicionais, onde a relevância dos países se media pelos componentes clássicos de poder, como recursos naturais ou força militar. Hoje, o conhecimento e a tecnologia valem mais. Vale mais a qualificação do trabalho. Valem o bom

funcionamento das instituições democráticas e a capacidade de assegurar um clima propício à atividade produtiva e a criação de riqueza.

O nível de educação, as condições de vida e os indicadores sociais passam a ser, não apenas objetivos éticos, mas também condicionantes da competitividade e do êxito na economia globalizada. Nessa nova moldura internacional, a Costa Rica tem vantagens comparativas importantes.

O Brasil acredita que essas vantagens, somadas aos valores que compartilhamos, abrem o caminho para um relacionamento cada vez mais próximo entre nossos países. Quero deixar clara a minha mensagem: o Brasil atribui grande importância ao desenvolvimento de um diálogo político de alto nível com a Costa Rica e tem interesse em intensificar e elevar a um novo patamar o seu intercâmbio econômico.

Nos últimos anos, houve iniciativas importantes na área de comércio e de investimentos. Várias empresas brasileiras têm desenvolvido e executado projetos na Costa Rica.

Mas quem quer que examine os dados de comércio e as características de nossas economias concluirá que existe um potencial muito significativo de ampliação.

Os acordos e ajustes que assinamos nesta visita - nas áreas de intercâmbio cultural, cooperação técnica, divulgação e cooperação entre as Chancelarias - haverão de contribuir para o adensamento dos nossos vínculos. O momento é favorável. Após as dificuldades do ano passado, quando sofremos o impacto das turbulências financeiras internacionais, estamos agora em plena retomada do crescimento. E o que é mais importante: atravessamos a crise e dela saímos sem pôr em risco a estabilidade econômica.

As perspectivas de crescimento abrem oportunidades para uma aproximação crescente entre Brasil e Costa Rica. Uma aproximação cujo sentido será dado pela nossa capacidade de trabalhar juntos para tornar realidade os valores em que acreditamos: a liberdade, a democracia e um futuro de maior justiça e igualdade para todos.

Estes são objetivos grandes, às vezes difíceis, às vezes com obstáculos. Mas nada é mais poderoso do que a força de nossas convicções. E a Costa Rica nos dá, ao Brasil e ao mundo, um exemplo único de convicções firmes, enraizadas na história e fortalecidas pela grandeza dos homens e mulheres que constróem este país.

Muito obrigado.



VISITA OFICIAL PRESIDENCIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA

CONFERÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE ABRIL DE 2000

É com muita satisfação que volto a encontrar representantes da intelectualidade costarriquenha, bem como personalidades de diferentes setores deste país irmão. Guardo as melhores lembranças do tempo em que convivi com a academia local, tanto como pesquisador da Cepal quanto na qualidade de colaborador da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Escolhi como tema para esta conferência a relação entre democracia e desenvolvimento. O tema evoca a história recente da América Latina e coloca em pauta alguns dos desafios que nossos agentes políticos são chamados a enfrentar no novo milênio. Lembra os anos oitenta, vistos por muitos como a “década perdida”, qualificação que negligencia a importância dos avanços alcançados no plano político, a despeito do quadro de recessão e da crise do Estado. Traz à mente o esforço em curso para adequar nossas economias a novos padrões de competição e produtividade, sem prejuízo do objetivo de tornar o Estado apto a responder a demandas sociais cada dia mais complexas e diversificadas.

Início o tratamento do tema recordando que democracia e progresso econômico

sem sempre foram considerados valores compatíveis. Foram muitos os momentos em que os reclamos democráticos se viram inibidos por supostas exigências do processo econômico. Forjaram-se antinomias entre o sufrágio universal e o direito de propriedade, entre os direitos sociais e o crescimento econômico, entre os direitos coletivos e a estabilidade orçamentária.

Em sua acurada revisão do pensamento conservador nos dois últimos séculos, Albert Hirschman lembra o peso do argumento econômico no discurso contrário à ampliação dos direitos de cidadania. Um caso emblemático teria sido a resistência oposta à aprovação pelo Parlamento inglês das reformas liberais de 1832 e 1867, tidas como ponto de inflexão na história política da Inglaterra, ao provocarem, com a extensão do direito de voto, o fim do domínio oligárquico, do poder hegemônico da aristocracia.

Não menos tenaz foi a campanha de oposição aos direitos sociais desenvolvida na Europa e nos Estados Unidos na Segunda metade deste século. Em contraste com as teses keynesianas que sustentavam existir compatibilidade entre os gastos sociais e o crescimento econômico,

alertava-se para os riscos impostos por uma hipertrofia do Estado para o equilíbrio fiscal e a estabilidade monetária.

A isto se somaria o receio de que ampliação das garantias sociais pudesse gerar crises de governabilidade, como tanto pregou a celebrada Comissão Trilateral no decorrer dos anos setenta. Os Estados estariam assumindo obrigações além de sua capacidade de gestão.

Entre nós, o conflito entre política e economia se manifestava com outros matizes, certamente mais agudos, de difícil acomodação. Estive entre aqueles que viam com grandes reservas a explicação de que a experiência autoritária estaria inscrita na lógica do mercado.

Parecia-me claro que as ditaduras latino-americanas eram fenômenos eminentemente políticos, que se sustentavam na capacidade dos autocratas de plantão de utilizarem o espectro da Guerra Fria para abafar o dissenso. As elevadas taxas de crescimento alcançadas em alguns daqueles anos decorreram da confluência de abundantes investimentos públicos com financiamentos externos de baixo custo, e não do arbítrio. Este somente viria acentuar alguns traços perversos do modelo, como a concentração de renda.

Nos anos oitenta, já em pleno processo de liberalização política, o discurso do autoritarismo como fator de progresso voltou à baila na América Latina. Diante da alegada inaptidão dos governos civis em promoverem as reformas que se sabiam necessárias à retomada de um crescimento sustentável, tornou-se corriqueiro o elogio ao desempenho dos regimes autocráticos do Sudeste Asiático.

Sabemos que, uma a uma, as teses que postularam um vínculo necessário entre arbítrio e progresso foram desacreditadas pela história. É assim que a extensão do sufrágio na Europa se deu passo a passo com o desenrolar

da Segunda Revolução Industrial. A afirmação do Estado do Bem-Estar Social coincidiu com o expressivo surto de crescimento das economias industriais no pós-guerra. A América Latina não se tornou mais justa sob os regimes de exceção.

Democracia e desenvolvimento são hoje valores de primeira grandeza na agenda dos Estados, mas não são, em essência, indissociáveis. Por mais que se possa inferir do histórico político das nações mais ricas que o crescimento econômico dificilmente se sustenta sem um amplo usufruto das liberdades públicas, a afluência material não representa um corolário necessário da opção democrática. Prefiro falar de um vínculo imperativo, que não é dado, mas construído, a partir do reconhecimento de que a democracia é uma opção que se justifica em si mesma, como valor universal, passível como tal de aceitação por todos.

Não quero com isso arrefecer o ânimo dos que buscam afinidades entre democracia e desenvolvimento. Pelo contrário. Desejo, na verdade, contribuir para que essa busca se faça com realismo. Não foram poucos os que, na América Latina, anteviam o fim do autoritarismo como a chegada à terra da promessa.

A experiência logo nos mostraria que o caminho haveria de ser menos fluido, mais desafiador. A longa e penosa recessão que nos afligiu nos anos oitenta, quando já estávamos sob governos civis, foi uma evidência sobremaneira eloqüente de que política e economia podem ter sinais trocados, de que o Estado de Direito não traz inelutavelmente consigo a prosperidade.

Como, então, situar a relação entre democracia e desenvolvimento? Devemos nos contentar com o ceticismo de alguns analistas que, diante da dificuldade de definir vínculos precisos e permanentes entre esses

valores, optam por vê-los como realidades inteiramente autônomas, cuja interação não se daria senão em bases aleatórias, ocasionais? Estou convencido de que podemos ser mais assertivos na valorização da democracia. Sem a preocupação de traduzir em cifras as benesses do voto, é possível discernir aspectos da experiência democrática de claro interesse para os agentes econômicos. Aspectos que são fundamentais, estou certo, para a busca de um desenvolvimento sustentado. Lembraria, em primeiro lugar, a questão da legitimidade. Sabemos que a democracia tem método próprio para a definição de políticas públicas, inclusive daquelas afetas à gestão da economia. As decisões não prescindem de deliberação. Resultam de uma acomodação negociada de interesses, segundo regras transparentes, definidas no espaço público.

Os benefícios daí advindos para a condução da economia me parecem evidentes, a começar pela credibilidade de que na democracia se revestem as normas balizadoras da atuação do mercado. As políticas macroeconômicas deixam de refletir a suposta ominiscência de tecnocratas iluminados e passam a representar a depuração de interesses legítimos, um concerto de vontades, entre as quais a do próprio governo.

Permito-me recorrer neste contexto ao exemplo do plano de estabilização da economia brasileira, o Plano Real. Em contraste com experiências anteriores, todas insatisfatórias, o Plano foi montado ao longo de um exaustivo processo de consulta, diálogo, persuasão, acomodação de perspectivas. A acolhida que foi e continua sendo dispensada às suas diretrizes pelas forças produtivas e pela sociedade em geral não é, assim, um desdobramento fortuito. Deve-se à sua legitimidade enquanto processo.

Quando produzidas segundo o método democrático, as decisões econômicas também

se mostram menos sujeitas às circunstâncias voláteis em que é hoje gerada a riqueza. As opções de que as autoridades governamentais costumam dispor para a superação de crises conjunturais provêm do debate diário entre o Governo e a Oposição, quando não dos próprios mecanismos de deliberação internos à máquina do Estado. Basta lembrar a reação do Brasil aos ataques especulativos contra o Real. A consistência com que debelamos a crise dificilmente teria sido possível em um ambiente avesso ao diálogo, à transigência, a julgar pelo desenlace de estratégias mais impositivas adotadas em outras regiões do mundo.

Não estou sugerindo que a democracia nos deixa imune ao humor dos especuladores. Como se sabe, as decisões sobre como e quando alocar os capitais de curto prazo têm escapado ao controle das instâncias governamentais, provocando variações cambiais, afetando contas públicas, comprometendo políticas de juros.

Mas esse quadro pode ser alterado. É crescente a consciência entre os Estados quanto à necessidade de rediscutir a arquitetura do sistema financeiro internacional, de modo a torná-lo mais eficaz na regulação dos fluxos de capital, cujo descontrole afeta a todos, ricos e pobres, ainda que em graus diferenciados. Faz já alguns anos que o Brasil insiste nesta tecla, recomendando que o assunto seja tratado com a seriedade que os riscos que comporta exigem. E o país se tem pronunciado não apenas pela voz de seu Presidente. Lembro o interesse que o tema tem despertado no Congresso Nacional, onde singularizaria o nome do ex-deputado e querido amigo Franco Montoro, que elegeu a luta pela regulação internacional dos fluxos financeiros como sua última grande causa.

Ao falar da importância da democracia para a fundamentação de nossa política externa, não posso deixar de fazer menção ao

Mercado Comum do Sul. O Mercosul nasceu graças à democracia, que permitiu a diluição de rivalidades e o reforço da confiança entre o Brasil e a Argentina. O processo evoluiu sob a égide da democracia, com o envolvimento das respectivas sociedades nacionais. E a integração tem na democracia um critério fundamental para os passos futuros, como indica a associação há pouco formalizada de Bolívia e Chile, países comprometidos com os princípios democráticos. A aproximação que se esboça com os países andinos tampouco deve afastar-se dessa premissa. O Mercosul é obra de democracias, realizada para democracias.

Concluiria retomando a idéia que tem permeado esta palestra de que o vínculo entre democracia e desenvolvimento não é dado, mas construído, o que acentua - acho importante ressaltar - a responsabilidade política dos grupos dirigentes. Responsabilidade tanto para não se deixarem seduzir pelo apelo fácil do populismo, amigo do autoritarismo, mas também, e sobretudo, para terem a ousadia de atualizar posições, de renovar conceitos, de explorar novos caminhos, sempre que assim recomende o bem comum.

Não foram poucas as situações em que este desafio se colocou para quem esteve no exercício do poder na América Latina dos anos noventa. Refiro-me a situações onde a omissão teria o custo claro de atrelar o país ao passado, a fórmulas datadas. Diante da globalização, ou de seu caráter inelutável, cabia explorar o modo de inserção internacional mais vantajoso para nossos países, sem a fantasia de soluções autárquicas, mas com a consciência de que o processo tende a gerar efeitos assimétricos, a perpetuar desigualdades.

Aproximando-se o fim da década, desafios como esses continuam em pauta. Neles está em jogo mais do que o desempenho econômico de nossas democracias. Também se coloca em juízo a capacidade de modelarmos, pelo método democrático, um conceito de desenvolvimento diferente daquele que pautou nossa experiência histórica. Um desenvolvimento que não seja excludente, que contemple a todos. Um desenvolvimento que possibilite erradicar a miséria, que elimine a indigência em que continuam a viver milhões de latino-americanos.

Muito obrigado.

VISITA OFICIAL À REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO DE TRABALHO POR OCASIÃO DE SUA VISITA OFICIAL À REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. CARACAS, 6 DE ABRIL DE 2000

É um prazer revisitar Caracas e estar aqui com a missão que é a nossa: a de continuar avançando na parceria entre Brasil e Venezuela.

Quando participamos há pouco da cerimônia no Panteão Nacional, foi-me trazido à atenção algo interessante, o fato de que, na data nacional de cada país, os Embaixadores seguem a prática de depositar uma oferenda floral no mesmo local onde estive na manhã de hoje.

O gesto me parece significativo. No dia em que o país celebra sua identidade, presta-se homenagem não só à Venezuela, mas também ao Libertador Simon Bolívar, cujo nome está associado à idéia de um destino comum latino-americano e sul-americano. Parece-me um belo símbolo para nações como as nossas, que são independentes e soberanas, mas têm a consciência de pertencer a uma mesma família.

Foi este o espírito, Presidente Chávez, que identifiquei em nosso encontro na manhã de hoje. Tivemos a oportunidade de falar amplamente sobre os desafios enfrentados pelo Brasil e pela Venezuela. Felicitamo-nos por nossa integração crescente.

Há poucas semanas, o Chanceler Lampreia me reportou os avanços alcançados na

Comissão Binacional de Alto Nível, a COBAN, onde foram assinados acordos e discutidos temas fundamentais para o desenvolvimento comum. Este é um mecanismo que nos dá os meios para ampliar e diversificar nossa cooperação. Hoje, Brasil e Venezuela já estão fisicamente integrados.

A estrada que une os dois países – no Brasil é chamada de BR-174 – prolonga-se por 2 mil 500 quilômetros e liga a floresta amazônica ao mar caribenho. É a única conexão terrestre que temos com nossos vizinhos do norte da América do Sul. Sabemos que as oportunidades a serem geradas por essa estrada são imensas.

Da mesma forma, a linha de transmissão elétrica entre Brasil e Venezuela reflete a complementaridade de interesses entre os dois países. Como sabem todos aqui, o Governo brasileiro considera prioritário esse projeto, que permitirá distribuir energia para uma região do país ainda pouco povoada, que necessita desenvolver-se. Disse que Brasil e Venezuela já estão fisicamente integrados. Mas talvez mais importante do que isso é o fato de que estamos politicamente integrados.

Integrados pela adesão aos mesmos valores: os da democracia, da liberdade,

da transformação social, da superação das injustiças e distorções acumuladas durante séculos de história. Vossa Excelência, Presidente Chávez, vem liderando o povo venezuelano em um processo histórico de mudança, de transformação de seu sistema político.

O Brasil acompanha com grande interesse esse processo, que dá um exemplo daquilo que é a principal virtude da democracia: a sua capacidade não apenas de acomodar a mudança, mas de ser ela própria um instrumento de mudança.

Nossos países têm atuado para fortalecer as instituições democráticas. Nossa cultura política valoriza as liberdades públicas, o equilíbrio de poderes, o respeito aos direitos humanos. Tudo isso é fundamental. E é irreversível.

Ao mesmo tempo, nossas sociedades aprendem que a democracia não é um ponto final, mas um ponto de partida.

Aprendem que, sobretudo quando há tanta desigualdade e injustiça como em nossos países, o próprio exercício da cidadania coloca a necessidade de que a democracia não seja

apenas formal, mas seja também substantiva. Lembro-me de como Vossa Excelência levantou esse problema em nossos debates na Cimeira América Latina – União Européia, no ano passado.

É uma questão real, que eu tenho descrito como a da necessidade de radicalização da democracia. É o desafio de reduzir as desigualdades. De combater a exclusão social. De assegurar a universalização do acesso aos serviços públicos básicos, como a educação, a saúde, a segurança. E de fazer tudo isso através dos mecanismos da democracia, que às vezes exigem paciência, esforço, mas que são eficazes, como tem demonstrado a experiência de nossos países.

Quero, portanto, aproveitar este momento para renovar minha confiança no futuro de nossa região e nas grandes realizações que haveremos de alcançar no século XXI, para o bem de nossos povos.

Convido a todos que me acompanhem em um brinde à perspectiva desse novo século, à amizade brasileiro-venezuelana e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Hugo Chávez.

VI REUNIÃO DE CHANCELERES DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ENCERRAMENTO DA VI REUNIÃO DE CHANCELERES DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (TCA). CARACAS, 6 DE ABRIL DE 2000

A visita do Presidente do Brasil à Venezuela tem sempre uma forte dimensão amazônica. Com as ações tomadas no plano bilateral, estamos construindo condições para o desenvolvimento sustentável das regiões amazônicas de ambos os países. Essa dimensão é ainda maior quando a visita coincide com uma reunião de Chanceleres do TCA.

Por isso, quero aproveitar esta oportunidade para dizer algumas palavras sobre as perspectivas extraordinárias que identifico no sistema de cooperação amazônica e em sua inserção na América do Sul.

Antes, desejo expressar meu reconhecimento ao Presidente Chávez e ao Governo venezuelano, em particular ao Chanceler José Vicente Rangel e ao Embaixador Victor Carazo, pelo excelente trabalho realizado à frente da Secretaria Pro-Tempore do TCA.

A Amazônia sempre foi um desafio. Quem a conhece sabe do fascínio que exerce. Quem a estuda sabe da sua riqueza. E quem acompanha sua história sabe que, durante muito tempo, foi objeto de um desconhecimento tão vasto quanto as suas florestas. Mas basta pensar um pouco sobre as características da Amazônia

para entender que as transformações do nosso tempo a afetam e continuarão a afetá-la de forma sem precedentes.

Talvez a mudança mais importante, para a qual muito contribuiu o TCA, tenha sido a consolidação irreversível de uma consciência ambiental.

Hoje estamos convencidos de que a única forma de desenvolvimento que nos interessa é a sustentável, aquela que se faz mediante a utilização racional dos recursos naturais, através de uma integração inteligente entre o ser humano e a natureza. Hoje, a democracia em nossos países permite que as populações amazônicas façam ouvir sua voz, seus anseios. Isso coloca na ordem do dia a questão da segurança pública nas áreas mais afastadas, o combate à corrupção e às atividades ilícitas, como o narcotráfico, o contrabando ou a mineração ilegal. Impõe a necessidade de proteção especial às comunidades indígenas.

A Amazônia não está à margem dos grandes processos de inovação tecnológica que hoje transformam a economia e as relações sociais em escala global. Encurtaram-se as distâncias. Rompeu-se o silêncio do isolamento, a solidão das pequenas cidades afastadas dos grandes centros.

Os avanços nas comunicações, a informática e a Internet não conhecem os obstáculos da geografia. Ampliam, a proporções antes impensáveis, o acesso à informação. Se para quem vive nas grandes cidades isso já representa uma mudança extraordinária, para quem vive nas grandes distâncias amazônicas essas transformações têm o potencial de uma autêntica revolução.

Na área de segurança e de proteção da Amazônia, a informação é essencial. Os sistemas SIVAM e SIPAM – que estão sendo implementados pelo Governo brasileiro – partem dessa premissa, para montar uma rede de comunicação e de presença moderna do Estado na região amazônica.

A biotecnologia, por outro lado, traz a Amazônia para o centro dos debates. Nenhuma região do mundo é mais rica em biodiversidade. Mas não me alongarei no pormenor desses temas, que abrem um vasto horizonte de potencialidades a região.

Desejo apenas sublinhar a importância do momento atual para a Amazônia e seu sistema de cooperação internacional. O TCA reflete as realidades e os desafios da integração. E quando falo de integração, não tenho em mente apenas os aspectos comerciais. Penso igualmente – o que às vezes é até mais importante – nas iniciativas de integração física, de energia, transportes ou comunicações.

Na relação entre a integração comercial e a integração física há sempre a ameaça de um círculo vicioso que leva à estagnação e ao atraso. Não se faz a estrada porque não há comércio. E não se desenvolve o comércio porque não existe estrada. Por essa lógica, nada se faria jamais. Há tempos que aprendemos a cortar esse nó górdio.

Aprendemos que é preciso enxergar o desenvolvimento em sua correta expressão geográfica. Que é necessário ir além da mera

definição de pólos de irradiação, como se fazia no passado. No Brasil, o Governo procedeu a um esforço de estudo e planejamento que resultou em um grande programa plurianual de investimentos, o “Avança Brasil”. Esse programa procura traçar os principais eixos de integração e desenvolvimento capazes de assegurar a infra-estrutura necessária para o crescimento econômico com justiça social.

Na Amazônia, identificamos dois eixos principais. O “Arco Norte”, incluindo os Estados de Roraima e Amapá, e o “Madeira-Amazonas”. Ambos são compostos de projetos cuja dimensão internacional é da maior importância.

É assim no caso do Gasoduto Bolívia-Brasil, na Linha de Transmissão Elétrica entre Guri e Boa Vista ou nos diversos projetos de interligação viária com nossos vizinhos. Estou convencido de que o desenho desses novos eixos de desenvolvimento e de integração, desses novos vetores de dinamismo econômico, deve ser necessariamente pensado em escala regional – sul-americana, mas também amazônica – e não apenas nacional. É preciso entender que, nas condições da nova economia, o desenvolvimento não pode parar na fronteira. Já não se pode pensá-lo sem uma perspectiva regional. Estamos construindo uma nova matriz energética regional. Estamos redesenhando a geografia econômica da América do Sul. Isso reforça a identidade sul-americana.

Reforça também a idéia – que é central em todos esses projetos – de que a articulação de um espaço compartilhado de prosperidade na América do Sul só terá êxito se levar em conta a diversidade e especificidade das várias sub-regiões que compõem a riqueza e a complexidade de nossa região.

A identidade sul-americana é uma identidade múltipla. É amazônica, andina,

platense, caribenha, voltada tanto para o Pacífico quanto para o Atlântico. Uma vertente não exclui a outra, e em todas elas a vocação da América do Sul é a de integrar-se cada vez mais. Integrar-se, aproximando cada vez mais nossos países e desdobrando-se em diferentes espaços de cooperação. Integrar-se, para atuar no mundo globalizado. Esta é uma geometria variável cuja flexibilidade, sem dúvida, nos trará benefícios. Cada sub-região tem sua agenda própria, suas preocupações e aspirações específicas. Ao mesmo tempo, as prioridades de cada uma se desenham em uma perspectiva que é a da região como um todo. Na Amazônia, as prioridades são nítidas e os caminhos estão traçados.

Em seus mais de 22 anos de existência, o TCA propiciou, como já disse, avanços pioneiros na área de proteção ambiental. Mas o que julgo importante ressaltar aqui é o seguinte: as condições geográficas da Amazônia tornam imprescindível o fortalecimento da presença do Estado, inclusive nas áreas mais remotas, para assegurar o respeito à lei e a segurança dos cidadãos. Estamos fazendo isso com ações eficazes para combater e prevenir atividades ilegais, em especial aquelas ligadas ao crime organizado. Uma América do Sul livre, democrática e próspera não pode conviver com áreas de banditismo e de ilegalidade.

O combate a esses males exige cooperação internacional. E exige que seja eficaz, mais eficaz do que as atividades transnacionais daqueles que lucram com o crime. A Amazônia tem preocupações próprias na área da saúde, da educação, da ciência e da tecnologia. Tem preocupações próprias – e muito importantes – ao cuidar das populações

indígenas, que necessitam atenção especial do Estado. Tem um potencial único no desenvolvimento do turismo. Em todas essas áreas, é indispensável a coordenação de políticas para objetivos comuns.

Por isso estamos trabalhando para fortalecer o TCA, para efetivar a criação da nova organização – a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica –, que dará maior peso institucional ao Tratado e reforçará a credibilidade de nossas iniciativas – inclusive na obtenção de recursos financeiros em outras regiões.

A instalação efetiva da Secretaria Permanente será um passo histórico. Um TCA mais forte é de interesse de todos nós. A grandiosidade da geografia amazônica colocou-nos lado a lado em uma parceria multilateral enraizada na própria natureza, nas características próprias do ecossistema que compartilhamos. As comunidades da região esperam muito de nós. Temos a responsabilidade histórica de fazer o que é necessário para responder a essas expectativas. Vamos fazê-lo. E vamos fazê-lo juntos.

O século XX conheceu o despertar da consciência ambiental e o maior clamor por justiça social e pela melhoria das condições de vida das populações amazônicas. O século XXI conhecerá a realização concreta desses objetivos, assegurada pela vitalidade de nossos sistemas democráticos.

O que daí resultar será uma Amazônia mais próspera, mais justa e que dará ao mundo um exemplo de sustentabilidade no desenvolvimento e de êxito na cooperação entre países irmãos.

Muito obrigado.



ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO
DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PORTUGUESA. PORTO SEGURO, BAHIA, 22 DE ABRIL DE 2000

O Presidente Sampaio e a Senhora Maria Ritta nos honram com sua visita no dia em que celebramos os 500 anos de descobrimento. Sua presença entre nós, nesta hora tão marcante de nossa vida nacional, simboliza tudo aquilo que Portugal representa para o Brasil e para os brasileiros na origem histórica, na cultura, na língua e, mais do que isso, nos laços indissolúveis de uma amizade que é única.

Brasil e Portugal escrevem hoje um novo capítulo dessa trajetória comum. Reafirmam juntos, na entrada do novo século, a sua vocação de entendimento e cooperação, que não é só antiga. Diria que é permanente, definitiva. Nós nos reunimos aqui para celebrar uma herança e reafirmar um sonho. Celebrar a herança do país cujas raízes nossos antepassados fincaram nesta terra e regaram com seu suor e sangue. Reafirmar o sonho da sociedade livre, justa e solidária que hoje nossa geração tem a vontade e a oportunidade de erguer sobre os alicerces destes quinhentos anos.

A história que começou há cinco séculos, nestas praias de Porto Seguro, deu origem a uma das grandes nações do mundo. Um país que nos orgulha pelo que já é, e nos inspira e desafia por tudo aquilo que pode vir a ser.

Como a toda criança, eu imagino, foi a geografia, antes da história, que primeiro me deu o sentimento da grandeza do Brasil. Lembro do mapa do Brasil feito uma mancha verde esparramada sobre a América do Sul, e da minha surpresa ao verificar que ele, ao contrário do que parecia à primeira vista, era ainda mais extenso no sentido leste-oeste do que no norte-sul. Lembro como me fascinava pensar no imenso território representado no mapa a imensidão em grande parte indevassada, com todos os seus mistérios e as riquezas das florestas e campos, dos rios e da costa, do solo e do subsolo.

A história nos ensinou a admirar a audácia dos navegantes que primeiro fincaram a bandeira de Portugal deste lado do oceano. Admirar a fibra dos desbravadores que estenderam o domínio português pela costa e ao interior do continente; a bravura dos combatentes que garantiram a posse do território no período colonial;

A habilidade dos estadistas que souberam manter a integridade do Brasil na independência e conseguiram a demarcação pacífica das nossas fronteiras durante o Império e no início da República.

Eu vim a compreender um pouco mais tarde aquilo que hoje também se ensina nos livros escolares: que os grandes vultos e os feitos extraordinários da história oficial contavam apenas uma parte da história. Por baixo deles fluía e continua a fluir, como um vasto rio subterrâneo, a história de milhões de homens e mulheres anônimos. Os destinos entrelaçados desses homens e mulheres formam o tecido vivo daquele que é ao mesmo tempo o grande motor e o produto mais extraordinário destes quinhentos anos: o povo brasileiro.

A vastidão do território e o vigor do estado nacional que, entre outras coisas, garantem a integridade do território, são elementos essenciais da nossa herança histórica. Eu me sinto profundamente comprometido com eles, como brasileiro e como Presidente da República.

Digo com satisfação: nós temos sabido zelar por essa herança e, quando digo “nós”, não penso no governo, apenas, mas na nação brasileira, incluindo as forças políticas no governo e na oposição e a própria sociedade organizada.

Nos últimos anos, empreendemos uma profunda reforma do estado. Estamos transformando instituições envelhecidas para afirmar o papel do estado como alavanca estratégica do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Resgatamos algo que havia sido perdido no ocaso do velho estado: o valor da moeda como meio de troca e como símbolo nacional. Nossa capacidade de preservar a estabilidade e as condições de crescimento da economia brasileira no meio da crise financeira internacional comprovam o êxito das reformas em andamento.

O plano nacional de investimentos para a quadriênio de 2000 a 2003, o Avança Brasil,

combina de maneira inovadora iniciativas do governo, da empresa privada e do terceiro setor. Isto significa a superação, na prática, dos paradigmas ultrapassados do neoliberalismo e do dirigismo estatal.

A concepção dos eixos nacionais de desenvolvimento e integração, que é a espinha dorsal dos investimentos do Avança Brasil, retoma e leva mais longe os sonhos e realizações de Rondon, de Vargas, de Juscelino, de Rômulo de Almeida e de tantos outros; Dos militares nacionalistas, como meu pai; De tantos intelectuais, técnicos e políticos que, no século passado, preocuparam-se com a ocupação plena do território nacional e o aproveitamento dos seus recursos em benefício dos brasileiros.

Objetivos que hoje, vale lembrar, são indissociáveis das preocupações com a sustentabilidade social e ambiental do desenvolvimento. Mais do que o território e as estruturas do estado, no entanto, o que hoje nos fascina e nos motiva para avançar é a parte viva da nossa herança histórica. É o povo brasileiro, no momento em que se desperta para a cidadania e descobre a si mesmo $\frac{3}{4}$ neste V centenário do Descobrimento do Brasil $\frac{3}{4}$ como protagonista da história. Celebrar uma herança histórica não significa idealizar o passado. Hoje no Brasil nós temos uma consciência aguda das chagas sociais que fazem parte da herança destes 500 anos.

A expansão das fronteiras daquilo que viria a ser o território brasileiro deu-se ao preço da eliminação de povos indígenas, como hoje nos lembram, e é preciso lembrar, seus representantes aqui em Porto Seguro.

Alguns, equivocadamente, acham excessiva a extensão das terras indígenas demarcadas nos últimos anos, algo como 11 % do território nacional.

Na verdade isso representa uma reparação tardia dessa dolorosa marca de nascimento da Nação brasileira. Representa, também, o penhor do reconhecimento dos direitos dos índios, como cidadãos plenos, e do valor incalculável da diversidade cultural que eles aportam a nossa civilização.

Nós demarcamos e vamos continuar demarcando as terras indígenas, atendendo ao clamor dos índios, ao comando da Constituição e à voz da consciência nacional. Outras vozes de protesto e reivindicação se faz ouvir nesta celebração. Elas são eco do passado escravista, oligárquico e patriarcal, que até hoje pesa sobre a sociedade brasileira e faz dela uma das sociedades mais injustas do mundo.

Aqui estão os trabalhadores rurais sem terra. Eu tenho expressado de maneira muito clara minhas divergências com o viés anti-democrático do discurso e das formas violentas de ação induzidas por algumas lideranças desse movimento. Isso não diminui, aos meus olhos e aos olhos da Nação, a autenticidade do drama social vivido por esses trabalhadores.

Apresença deles traz a lembrança incômoda, mas necessária, de que a concentração da propriedade da terra continua a determinar a exclusão de milhões de brasileiros dos benefícios do desenvolvimento, apesar dos avanços consideráveis da reforma agrária que conseguimos nos últimos anos. Mas a mensagem mais importante que as vozes dos excluídos nos trazem não diz respeito ao passado, e sim ao futuro. Eles anunciam que chegou o momento de virar a página de exclusão na história do Brasil.

O momento chegou porque, com o nível de desenvolvimento que nós já alcançamos, a pobreza do país não serve mais de desculpa para a miséria do povo. Chegou, principalmente,

porque os pés descalços deste povo hoje pisam o terreno firme da democracia, e a democracia, quando é autêntica, como é a nossa, é o caminho para a inclusão social; o caminho que leva à universalização dos direitos e das condições concretas para o exercício da cidadania. Esse caminho, nós já o estamos trilhando com passos decididos. Ele é balizado pelas decisões espinhosas, mas necessárias, como as que o Brasil já tomou, por exemplo, no campo das reformas da administração pública e da previdência. Decisões que significam, em última análise, a possibilidade de democratizar efetivamente o estado, abrir o estado às demandas populares e libertá-lo da teia de privilégios que o sufocava.

A educação é a grande porta de acesso à cidadania plena. Nós avançamos muito, acima das expectativas mais otimistas – na universalização do acesso ao ensino fundamental de boa qualidade. Já estamos colhendo os frutos desse avanço, na forma de um crescimento verdadeiramente explosivo das matrículas no ensino médio.

O caminho da democratização se desdobra na solidariedade que precisa ser prestada aqui, agora, às vítimas da exclusão social. O que temos conseguido nesse plano, graças à ação do estado e a uma vasta rede de parcerias com entidades não governamentais, já tem impactos mensuráveis nos índices de desenvolvimento humano das diferentes regiões do país.

O Brasil que rompe as amarras do atraso econômico e, com a bússola da democracia, toma rumo da inclusão social, é um país que tem tudo para encarar o mundo com auto-confiança. Somos uma nação sem conflitos externos e livre dos conflitos étnicos e religiosos internos que flagelam outras partes do planeta.

Somos um povo com uma unidade lingüística e cultural notável, considerando

as dimensões do território e da população. Temos, sim, razão de nos orgulhar disso tudo. Temos razão de nos orgulhar da riqueza desta sociedade multirracial que, com a mesma facilidade com que assimila a influência estrangeira, tem o dom inesgotável de admirar e reinventar a diversidade de estilos de sua própria cultura. Temos razão de confiar no nível de capacitação científica e tecnológica que já alcançamos, e na nossa capacidade de elevá-lo continuamente para enfrentar os desafios da produção globalizada. Temos razão de confiar, sobretudo, na nossa determinação de escolher nossos próprios caminhos exercitando as virtudes básicas do modo democrático de convivência: o respeito à lei e à autoridade eleita; a tolerância com as divergências; a busca paciente do consenso nas questões que afetam a toda a sociedade.

A estrada é longa e áspera. A própria democracia tem pela frente um longo processo de aperfeiçoamento institucional, para garantir os níveis de decência e transparência na vida política que são exigidos por uma sociedade cada vez mais informada.

Nada disso impedirá que a luta contra a corrupção e a impunidade, que também ameaçam a convivência democrática, mobilize tudo o que há de sadio e decente na sociedade brasileira.

Devemos isso aos nossos filhos, às gerações futuras. Que a celebração dos 500 Anos fique na história com o selo desse compromisso.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL. RIO PALACE HOTEL, RIO DE JANEIRO/RJ, 1 DE MAIO DE 2000

Senhor governador do Rio de Janeiro,
Anthony Garotinho,
Senhor vice-presidente da República
da Bolívia, José Quiroga Ramirez,
Senhores ministros de Estado,
Senhor presidente do Fórum Econômico
Mundial,
Senhores empresários,
Senhoras e senhores,

É para mim uma grande satisfação participar, aqui no Rio de Janeiro, da abertura desta VI Cúpula Econômica do Mercosul. Este encontro já se tornou uma tradição na agenda de empresários, de políticos e de acadêmicos da nossa região. É um foro que se consolida para o debate e a reflexão, da mesma maneira que o *World Economic Forum*. Esta versão do foro de Davos aqui no Mercosul é chamada de “Davosito” ou de “Davozinho” – depende de se falar em português ou espanhol – e, desta vez, ocorre em um momento muito apropriado.

Apropriado por quê? Porque, de uma certa maneira, este momento atual caracteriza a conclusão de uma etapa na caminhada que conduzirá o Mercosul ao estágio de um

Mercado Comum. Como todos sabemos, desde 1o de janeiro deste ano, com o fim dos chamados “regimes de adequação”, o livre-comércio tornou-se uma realidade para a quase totalidade das trocas internas do Mercosul.

E nem é preciso entrar aqui em pormenores para dar a dimensão desse livre-comércio. Basta recordar um dado que é bem conhecido e eloqüente: o intercâmbio comercial entre os vários Estados que fazem parte do Mercosul, que, em 91, alcançava 4 bilhões de dólares, nos seus melhores momentos, chegou a 20 bilhões de dólares. Tenho certeza de que retomará, e mesmo aumentará o afluxo de comércio dentro do nosso bloco.

Essa expansão do comércio foi seguida também por um crescimento notável dos investimentos por parte das empresas que acreditaram no potencial de um mercado ampliado, que, hoje, conta com cerca de duzentos milhões de consumidores. Empresas tanto locais quanto procedentes de fora do bloco.

Chamou mesmo a atenção, nos últimos anos, com as dificuldades pelas quais o sistema

financeiro internacional passou, e dificuldades que afetaram diretamente um país como o Brasil – e não foi o único na região – que chamou a atenção, eu dizia, que, a despeito disso, o fluxo de investimento direto continua crescendo.

No ano passado, o Brasil recebeu cerca de 30 bilhões de dólares. Neste ano, nos primeiros três meses, mais de 7 bilhões de dólares. Na época em que fui ministro da Fazenda deste país, em 1993-94, este fluxo andava, mais ou menos bamboleante, ao redor de 1 bilhão de dólares. Quer dizer, houve uma multiplicação de 30 vezes. E isso não foi apenas no Brasil. Houve também em outros países. Isso mostra, portanto, que há uma expectativa forte, com relação ao Mercosul, de que essa integração não se limitou ao comércio. Ela atingiu os investimentos.

Mas é preciso dizer também bem claro que se isso ocorreu é porque o alicerce de todas as transformações pelas quais estamos passando é o enraizamento da democracia. Nunca canso de me referir a esse processo político-social. Não fosse o fato de que o Mercosul é uma associação de democracias, seria impensável imaginar que tivéssemos tido a capacidade que temos tido não apenas de intensificar as relações entre os vários países, como de atrair investimentos externos.

Ao longo desses anos, os governos enriqueceram seu entendimento sobre as distintas realidades da sub-região e tomaram iniciativas conjuntas na educação, na saúde, na segurança, na defesa do meio ambiente, na ciência, na tecnologia, na promoção do turismo. E tudo isso só se pôde dar porque, realmente, o clima que foi criado nos nossos países é de tranquilidade democrática.

Hoje, nossas sociedades são mais próximas do que nunca. E não apenas porque temos, talvez, melhores estradas – não são tão boas assim - ou menos empecilhos à circulação

de pessoas, mas, sobretudo, porque há uma afinidade cultural e de valores entre nossos povos. E esses valores têm encontrado aqui um terreno fértil para florescer.

Superaram-se percepções equivocadas de nossos processos históricos. A integração passou a ser não apenas um projeto de governos, mas fala bastante perto às sociedades de cada um de nossos países.

Faço aqui um parêntese para lhes dizer que isto é uma verdade palpável. O fluxo de pessoas do Mercosul e também de outros países da América Latina que tem entrado no Brasil é crescente, extremamente significativo. Há algo que os que vêm da Europa e que construíram o Mercado Comum Europeu, a União Européia, agora podem avaliar um fato que é muito propiciador: é o fato de que, na verdade, com duas línguas, nos integramos com muita facilidade.

Eu diria com uma língua e meia. Já dá para haver uma integração fácil, porque, na verdade, pelo menos nós brasileiros, somos capazes de falar mais ou menos espanhol. E só não falo hoje porque, como Presidente da República, estou proibido. Tenho que falar a língua do meu país. Mas, em breve tempo, ver-se-á que também os de fala hispânica vão ser capazes de falar o português, pelo menos tão arresado quanto o espanhol que falamos. E, falando ou não falando, se falarmos de modo lento e claro, nos entendemos. Isso é uma vantagem imensa para a integração dos países. Integração cultural, integração efetiva, mas também para a própria integração econômica.

Costumo me referir sempre ao fato – pode ser banal, mas acho que, às vezes, as coisas mais corriqueiras são mais simbólicas que as mais sofisticadas para expressar o sentimento da alma – de que o sentido de humor que existe aqui no Brasil não é diferente do sentido de humor que existe nos outros países

da América Latina, em geral eu diria mesmo. Até isso é assim. É fácil a convivência porque temos a mesma forma de ironia, a mesma maneira, muitas vezes, até de caminhar. Alguns caminham com mais graça que outros. Alguns, nas praias, se despem mais facilmente que outros. Mas, de qualquer forma, há um entendimento que é muito direto e que tem a ver com essa – para falar um pouco mais pedantemente – afinidade eletiva. Temos uma certa afinidade eletiva espontânea.

Portanto, o Mercosul não é para nós uma entidade metafísica, não é uma idéia platônica. É um processo. E é um processo que estamos vivenciando com os nossos vínculos que nos projetam como uma imagem revigorada dos nossos países no cenário internacional. E, com isso, nos tornamos mais facilmente, mais firmemente interlocutores e somos mais respeitados nos grandes debates sobre as questões internacionais.

Mas é preciso que se faça alguma reflexão sobre o caminho percorrido, sobretudo em um momento como o atual, no qual é preciso saber definir novas prioridades e, às vezes, quem sabe, se necessário, realizar eventuais mudanças de rumo.

Foi com esse objetivo que demos início, ainda no ano passado, a um esforço de reflexão de alcance estratégico, que desembocou na noção, que é aglutinadora, do que temos chamado de um “relançamento” do Mercosul.

E “relançamento” é, de fato, a palavra adequada, porque expressa o dinamismo das decisões que tomamos em Assunção, no Paraguai, em 1991, em Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1994, quando os quatro governos adotaram agendas ambiciosas, mas permeadas por um certo senso sóbrio de perspectiva. Continuamos a trilhar o mesmo caminho.

As discussões que temos realizado com nossos sócios sobre essas idéias não

poderiam ser mais animadoras. Já está em curso um processo de negociação, com bons resultados. Já fixamos os temas que pautarão o relançamento do Mercosul, com base na renovada disposição de aprofundá-lo e consolidá-lo.

Não poderiam ser mais expressivos dessa disposição os resultados do encontro mantido, há alguns dias, em Buenos Aires, entre os ministros do Brasil e da Argentina responsáveis pelas pastas de Relações Exteriores, Defesa e Fazenda. Foram entendimentos de grande alcance para a consolidação da aliança estratégica entre os nossos dois países no contexto do Mercosul, o que não significa que seja uma negociação que se esgote nela própria, posto que o Uruguai e o Paraguai são partes diretas e imediatas desse processo, assim como o Chile e a Bolívia.

Hoje, há um claro consenso acerca da necessidade de completarmos os instrumentos de conformação da união aduaneira e de que se dê ênfase ao tratamento de temas que são essenciais para o futuro do bloco regional.

Temas como o comércio de serviços; a promoção e a proteção de investimentos; a regulamentação de compras governamentais; a rápida definição da política automotiva comum, facilitada pelo importante e recente acordo bilateral entre a Argentina e o Brasil; a não-aplicação de práticas de defesa comercial intra-zona.

E, por fim, mas nem por isso menos importante, a plena incorporação do setor açucareiro ao Mercosul – afinal, o açúcar é o último produto que ainda está por integrar-se ao Mercosul, e o Brasil tem uma preocupação crescente com essa lacuna.

São temas que, naturalmente, não têm um equacionamento simples, mas que demonstram, entretanto, a seriedade com que os quatro países encaram o desafio de imprimir

o impulso político que será necessário ao Mercosul em suas próximas etapas.

Dentre essas iniciativas, há uma que adquire especial relevo: a coordenação macroeconômica. Existe, hoje, a percepção, compartilhada pelos quatro países, de que a coordenação de políticas nessa área é central para o relançamento do Mercosul. Na verdade, o exercício de coordenação macroeconômica já começou. Um grupo de alto nível iniciou seus trabalhos em agosto do ano passado e definiu como tarefas a análise dos mecanismos nacionais de responsabilidade fiscal e a harmonização estatística.

É um trabalho sistemático, sério, que é essencial para que se possam dar os passos para a elaboração de metas comuns, que deverão consubstanciar o que costumo chamar de o nosso “pequeno Maastricht”, em direção à união monetária que gostaríamos de ver implementada em uma perspectiva de médio prazo.

Pode parecer ambicioso, mas me recorde de que, há algum tempo, o então presidente da Argentina, Carlos Menem, falou de moeda comum. Fui a Buenos Aires, em um momento que não era dos mais fáceis, por causa da crise que havia diminuído bastante o intercâmbio entre os nossos dois países e havia uma série de problemas a serem superados, e utilizei essa expressão de organizarmos um “pequeno Maastricht”, ou seja, não se pode falar de moeda comum sem que haja uma disciplina fiscal, sem que haja harmonia das políticas macroeconômicas, sem que haja um consenso sobre os dados e a forma de elaborar os dados estatísticos. Enfim, há pré-condições.

Mas o fato é que, se, há algum tempo atrás, o pioneirismo de mencionar-se a questão da moeda comum, podia assustar a muitos, se, depois, poderia parecer ambicioso fazer-se um “pequeno Maastricht, hoje estamos

começando a lançar os fundamentos dessa coordenação de políticas macroeconômicas, que vão permitir um adensamento nesse tipo de relação entre os nossos países.

E encontrei da parte do presidente De La Rúa um interlocutor extremamente aberto a esse tipo de consideração. Da mesma forma, o novo presidente do Uruguai, Dr. Jorge Batlle, assim como o presidente do Paraguai, manifestaram o mesmo entusiasmo. Claro que desenhar uma política que leve a uma integração aduaneira e que leve até mesmo a símbolos de integração tão fortes quanto a moeda comum não são passos que se possam dar de uma maneira impensada, nem podem ser promessas para o dia seguinte. É um longo processo. Mas estamos começando a caminhar nessa direção.

O que é importante para isso é que existam políticas fiscais capazes de assegurar a solvência das nossas contas e políticas monetárias também que garantam a estabilidade dos preços. Nesse sentido de garantir a solvência das contas e de política monetária que garanta também a estabilidade de preços, quero lhes dizer que, ainda nesta semana, o Brasil deu um passo muito importante, que foi a aprovação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi votada no Congresso brasileiro em um período muito curto de tempo: um ano.

Àqueles que não são afeitos a decisões congressuais pode parecer que um ano é muito tempo. Os que conhecem os mecanismos da democracia sabem que um ano é um período muito rápido para a aprovação de uma lei que, de alguma maneira, redefine de forma drástica antigos costumes e práticas dos gestores das contas públicas no Brasil. Não é o caso de entrar em detalhes, mas os que aqui estão, pelo menos como o governador do Rio de Janeiro, sabem o que significou a aprovação

desse instrumento e o quanto isso obriga a uma disciplina fiscal. É alguma coisa bastante revolucionária até, eu diria, em termos de contas públicas. E sei que esse mesmo tipo de mecânica está sendo proposta em outros países, notadamente no caso da Argentina. Alguns outros países já têm uma disciplina fiscal. Já há algum tempo, vão se acostumando a certas regras de disciplina fiscal.

Mas para países como os nossos, que eram percebidos, até recentemente, como países nos quais a inflação era o cotidiano, o desrespeito à regra orçamentária era freqüente, verdadeiramente constitui um avanço significativo e um pressuposto indispensável para que, ao falar de integração, ao falar de mercado comum, ao falar, mais tarde, de união monetária, estejamos falando de alguma coisa concreta e não de mera retórica.

O trabalho efetivo de liderança – já que vamos discutir liderança aqui – nesses processos é precisamente o trabalho de uma construção que, muitas vezes, não aparece porque os andaimes tapam à vista os efeitos da construção que se está fazendo. E uma boa parte dessa construção se dá nos fundamentos da economia. E os fundamentos da economia, muitas vezes, são como os fundamentos de um prédio, que não se vêem, mas, sem eles, o prédio desaba. E o que se tem de fazer é, ao invés de, o tempo todo, estar mudando o colorido das paredes para chamar a atenção e obter aplausos, é consolidar as estacas que estão sendo cravadas para que haja um crescimento efetivo, auto-sustentado e que dê, realmente, os frutos necessários para que os países possam avançar.

Pois bem, eu lhes diria que estamos avançando nessa direção, aqui, em vários países da América Latina e que, no caso do Mercosul, esses fundamentos de muitos dos nossos países são, hoje, já alguma coisa que,

se não é visível, já é perceptível por aqueles que conhecem o bê-a-bá da construção e da liderança nas sociedades democráticas que estão se preparando, efetivamente, para entrar no novo século com a capacidade de absorver tecnologia, de aumentar a competitividade, de criar recursos, de distribuir esses recursos efetivamente e sem retórica àqueles que mais precisam, que são os pobres. Enfim, países que realmente amadurecem. Naturalmente, voltando ao Mercosul, como toda obra democrática, ele requer um exercício permanente de diálogo, que tem que ser facilitado pela prioridade atribuída pelos quatro governos ao esforço de integração.

É por isso também que os contatos entre os presidentes têm sido tão freqüentes e são tão necessários. Não existe no mundo de hoje liderança que possa ser exercida senão com um forte conteúdo de ação pessoal. E pode parecer paradoxal, em um mundo de comunicação de massas, o fato de que, talvez por isso mesmo, esse mundo requeira mais e mais a relação pessoal. É um paradoxo. Mas é um paradoxo que se resolve com certa facilidade, porque os meios tecnológicos permitem uma relação direta à distância e em tempo real. Então, efetivamente, hoje, com todos os mecanismos de telefonia, de Internet, de todo tipo de comunicação, há o contato permanente entre os líderes. Esse contato permanente de líderes – aqui não me refiro apenas aos presidentes, mas ao conjunto daqueles que ocupam posição de destaque na sociedade – permite que dessa interação resultem convergências que consolidem os processos integradores.

Também é natural que, com o mundo contemporâneo tal como ele é, nós não possamos ficar contentes apenas com a consolidação do Mercosul em termos dos quatro países que iniciaram o processo.

Crescentemente, o diálogo que se amplia. O presidente Ricardo Lagos, do Chile – e o Chile é um país associado ao Mercosul – tem reiterando sua disposição de conduzir seu país à condição de membro pleno. E espero que isso ocorra no tempo mais breve prazo possível. Também o presidente Hugo Banzer, da Bolívia, tem-se mostrado um entusiasta da integração latino-americana em geral e do Mercosul em particular. Ainda recentemente, em que visitei a Venezuela, ouvi do presidente Hugo Chávez várias afirmações coincidentes com essa mesma vontade e recebi sinais de grande interesse no sentido de um estreitamento de relações com o Mercosul.

Essas articulações desenham-se contra o pano de fundo de uma América do Sul, porque ela é ávida de ter uma vocação de prosperidade compartilhada, de liberdade compartilhada e, crescentemente, de integração. Integração que se torna também crescentemente uma integração física, na infra-estrutura de transportes, de energia, de comunicações.

Aliás, foi com esse espírito que convoquei para o dia 31 de agosto, aqui no Brasil, na oportunidade de comemarmos o fato de termos 500 anos de construção de uma nação, os presidentes dos países fisicamente vizinhos da América do Sul, para que pudéssemos discutir os mecanismos de integração física entre nós.

Isso, àqueles que vêm da Europa não é alheio, nem é novidade, posto que a integração física foi se desenvolvendo na Europa no decorrer dos últimos tempos com muita celeridade. E essa integração física não é apenas em termos de telecomunicações, de viária, mas é a integração energética também. E, assim como na Europa, tanto, até inicialmente, a integração na bacia do Ruhr, como, mais tarde, a integração através da questão do gasoduto que veio da antiga União Soviética, foram marcos importantes.

Aqui na América do Sul, o fato de que hoje temos gás que provém da Bolívia, que provém da Argentina e que é utilizado no Brasil, energia elétrica parcialmente produzida pelos paraguaios, junto com os brasileiros, pelos argentinos, pelos venezuelanos agora, para o Norte do Brasil, a integração das linhas de energia elétrica, a integração, enfim, física tem se mostrado um forte elemento indutor de um processo de homogeneização dos nossos interesses, porque abrem oportunidade de investimento, indutor no sentido que os países passam a ser mutuamente dependentes.

E o Brasil tomou uma decisão, à época corajosa, em meados dos anos 90, que foi romper o seu antigo modelo autárquico de imaginar que todo o abastecimento energético brasileiro deveria ser gerado dentro do país, para buscar, hoje, uma forma de integração energética crescente com os vizinhos. Isso também é algo muito importante. E estaremos discutindo, brevemente, com os países da América do Sul esses passos.

É claro, portanto, que aqui ocorre o que também ocorre na Europa, e se chamou uma “geometria variável” no nosso processo integrador. Temos o Mercosul, temos a Comunidade Andina, temos a bacia do Prata. E, dependendo do momento, essa geometria da região como um todo vai tendo facetas diferentes. No caso da cúpula presidencial de agosto, vamos integrar o mercado andino, a região do Prata com a região do Mercosul em termos mais amplos para discutir nossos processos integradores, sempre com aquele espírito que nos caracteriza de um regionalismo aberto e flexível, sem o qual não teríamos nenhuma razão para essa variabilidade do nosso desenho espacial, ou seja, o que se faz de uma configuração não pode excluir nem prejudicar as demais. No momento em que discutirmos estritamente o Mercosul, não é para prejudicar a Comunidade Andina. No

momento em que se discute a bacia do Prata não é para prejudicar o que acontece no Mercosul ou na Comunidade Andina, e assim por diante.

Essa tem sido, realmente, a marca do Mercosul. E acreditamos que temos todas as condições para levar adiante a nossa caminhada nessa direção. Mas também sabemos que, com inspiração nesse regionalismo aberto de que participamos ativamente e estamos negociando em conjunto, temos que continuar discutindo em conjunto a criação de uma área de livre comércio das Américas. O Brasil acredita que a integração hemisférica deve assegurar benefícios para todos os países, grandes ou pequenos, e deve ser um instrumento efetivo para impulsionar o desenvolvimento em bases equitativas.

Ou seja, quero que esse ponto fique bem claro. A nossa visão política nessa matéria é transparente. O Brasil é parte do Mercosul, considera o Mercosul essencial, pedra de toque da sua política externa e da sua política comercial, da sua política de investimentos, da sua política de cooperação e de segurança, mas considera também que o Mercosul não é para se isolar. É preciso haver integração com o mercado andino, é necessário que haja, crescentemente, mecanismos de integração com todos os países, incluindo o México, incluindo a América Central, e isso tudo visa a preparação de um grande mercado hemisférico, de uma grande integração hemisférica.

Veja por outra, há dúvidas, aqui e ali, sobre quais venham a ser os reais propósitos da política brasileira. Acabo de anunciá-los e repeti-los, porque o ministro do Exterior diz isso com muita frequência. São simples e são esses. E são de boa-fé. Acreditamos que, consolidando progressivamente esses vários mecanismos integradores em nível regional, nos preparamos para passos mais largos de

integração, o que nos leva, por outra parte, a não excluir, pelo contrário, a incluir a Europa, a União Européia. E iniciamos negociações com a União Européia, com o desejo de uma associação inter-regional, Mercosul e União Européia, assim como outros países já têm, como o México tem sua relação com a União Européia. Tudo isso é muito bem visto e muito bem-vindo, porque é um processo de, como disse, geometria variável.

O Brasil tem se batido, e vai continuar a bater-se freqüentemente, consistentemente pelo lançamento de negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio, que não representem uma discriminação contra países que têm praticado a liberdade de comércio, mas que têm enfrentado obstáculos que os impedem de extrair os benefícios de sua competitividade em setores hoje excluídos da liberalização, como a agricultura.

Podem parecer já até um tanto quanto cansativo. Não é a reunião em que o representante do Brasil, e não só do Brasil, dos demais países que mencionei e de outros mais, que insistem na importância do fortalecimento da OMC. Apesar das ONG's, queremos a OMC também. Por quê? Porque acreditamos que é preciso ter mais acesso ao mercado e não aceitamos a idéia de que essas negociações sejam em uns setores sim e em outros não, sem que haja uma negociação franca, direta, aberta, com a compreensão necessária às dificuldades existentes em cada momento, em cada país. No setor agrícola, essa negociação vai interessar pouco a muitos dos países da América Latina, porque eles precisam, precisamente, de acesso aos mercados que dispõem de capacidade de compra para os produtos agrícolas. Mas continuamos insistindo em que é necessário isso.

Ou seja, o que está aí em questão, quando se insiste nessa matéria, são os ganhos com a globalização. Não há dúvida de que a consolidação de uma economia globalizada é

um processo histórico irreversível. Não quero aqui fazer digressões, mas, certamente, em vários momentos da história, quando houve processos impulsionados pelas transformações basicamente tecnológicas, houve modificações de natureza essencial no processo econômico e no processo social e político, sempre houve aqueles que choraram por um passado que não tinha mais como ficar em pé e sempre houve os que imaginaram que o futuro ia ser uma tragédia. Por certo, normalmente, a história desmentiu esse pessimismo larvar de todos os que têm medo da mudança, todos os que têm medo da novidade, das coisas novas.

Então, acredito que, no caso aqui, não temos porque imaginar que exista a possibilidade de uma reversão nesse processo histórico. Mas, ao dizer que não existe a reversão ao alcance da vista, isso não quer dizer que os países, as sociedades e os líderes devam aceitar todas as conseqüências desse processo como se não houvesse uma atuação possível e necessária para compensar os efeitos, sim, que existem e que são, eventualmente, desagregadores dessas grandes mudanças que estão ocorrendo. O que está em questão é que é uma assimetria com os ganhos da globalização, porque não há dúvida nenhuma de que podemos fazer com que ela seja um processo mais simétrico e inclusive mais solidário, porque, obviamente, há uma assimetria nos ganhos com esse processo de globalização.

Entender essa globalização não significa, portanto, curvar-se a algo que poderia chamar de o fundamentalismo do mercado. Significa, isso sim, perceber que ela é parte do nosso tempo e que coloca questões que exigem a coordenação e a cooperação dos Estados. Questões como a do protecionismo, aberto ou disfarçado, ou como a da arquitetura financeira internacional, que ainda pede respostas mais satisfatórias ou a da volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

E posso falar com certa tranquilidade sobre essa volatilidade porque, graças ao que aprendemos com as crises passadas, o Brasil, hoje, não depende de “hot money.” Nossas reservas não se compõem de moedas que possam voar facilmente mais. Mas sabemos o que significou um ataque repentino por processos que não têm a menor relação com o que acontece domesticamente, os efeitos negativos que isso pode produzir, como produziu no caso do Brasil.

Então, achamos que é preciso encarar essas questões. Houve um avanço grande. O avanço foi a constituição de um grupo chamado G-20. O mundo está acostumado a pensar no G-7 e, de repente, o G-8, com a entrada da Rússia na negociação entre os grandes. Pois bem, de uns tempos para cá, existe um fórum específico, chamado G-20, que inclui países, como se diz hoje em dia, de economia emergente no debate sobre os assuntos centrais que dizem respeito à questão da nova arquitetura financeira internacional. Há, portanto, matéria a ser trabalhada nessa área.

Esses são os desafios do crescimento responsável. Esses são os desafios da responsabilidade das lideranças.

O Mercosul tem dado um exemplo ao mundo de como os países, quando compartilham valores comuns e objetivos comuns, são capazes de enfrentar dificuldades e levar adiante um projeto que gera vantagens para todos.

É com esse mesmo espírito que devemos estar presentes e atentos aos debates que estão sendo travados em nível internacional. Mencionei o G-20, mas, obviamente, é um processo fluido que se dá pela mídia em geral, que se dá pela tomada de posição não apenas de governos, mas, aí, sim, de organizações não-governamentais, que se dá através da formulação de idéias e, portanto, é também um debate intelectual, mas que

requer sempre uma compreensão desses processos e não, pura e simplesmente, a rejeição, como se a globalização em si fosse o demônio e que houvesse alguém que fosse deus, capaz de exorcizá-lo. Como não há esse deus capaz de exorcizá-lo, melhor considerá-lo não tão demoníaco assim e, se tiver partes demoníacas, cortar essas partes demoníacas para que a convivência possa ser, não diria até divina, mas possa ser pelo menos humana, que é o que desejamos.

Pois bem, é com esse espírito que estamos levando adiante a política brasileira e a política do Mercosul, as transformações no Mercosul. Faz parte da essência mesmo do que seja o Mercosul para nós esta mensagem que nós, do Mercosul, queremos dar para o mundo. E, para o Brasil, o Mercosul, nesse aspecto, é realmente, um projeto que é prioritário. Nós, hoje, somos parte desse mecanismo. Nós seremos mais ou menos eficientes, competentes, capazes de defender nossos interesses, capazes de colaborar ativamente para a redefinição da ordem internacional, se formos capazes, efetivamente, de levar adiante a nossa ação em conjunto, em conjunto no sentido amplo, mas com a consciência muito efetiva das nossas circunstâncias.

Só não cito Ortega y Gasset, como está no meu texto, que já cansei de citar e todo mundo já citou muitas nessas circunstâncias, mas o fato é que a circunstância geográfica nossa nos leva a uma integração crescente com os nossos vizinhos.

E quero reiterar a mensagem: essa reintegração crescente com os vizinhos mais próximos não tem, nem de longe, a preocupação ou a pretensão de ser um afastamento dos vizinhos que estão mais longe. Pelo contrário, é a construção de uma ponte para que nos aproximemos, mas que, ao nos aproximarmos, tenhamos, realmente, as condições de um diálogo crescente, crescentemente maduro, responsável, e no qual, certamente, queremos que a nossa voz seja ouvida.

E tenho certeza de que será ouvida. Tenho certeza não por pretensão. Tenho certeza não também pela benevolência dos que nos vão escutar, mas tenho certeza pela pujança que é visível já hoje das transformações que estão ocorrendo nessa parte do globo e que, sob a égide da democracia, com a preocupação social que é crescente – basta olhar os jornais de quaisquer dos nossos países, principalmente dos brasileiros, para saber disso – e também com a capacidade tranquila mas firme da liderança democrática que tem se imposto nos nossos países, não tenho dúvida nenhuma de que esse projeto de integração será um projeto cheio de êxito e que poderemos – e aqui reafirmo de público –, na próxima reunião de Davos, mostrar alguns passos adiante que daremos no decorrer deste ano, tanto no sentido da integração quanto do progresso econômico, mas sobretudo do progresso social.

Muito obrigado aos senhores todos.



CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL

FALA FINAL DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA VI CÚPULA ECONÔMICA DO MERCOSUL. RIO PALACE HOTEL, RIO DE JANEIRO/RJ, 1 DE MAIO DE 2000

O Brasil teve um papel bastante ativo na proposta no sentido de criar um mecanismo que permitisse o desenvolvimento limpo e que permitisse também que houvesse uma troca entre os países já industrializados e os países emergentes, de tal maneira que a contribuição efetiva feita nos países emergentes, em termos da utilização de técnicas limpas de desenvolvimento pudessem ser consideradas para diminuir o déficit, que é enorme, dos países já desenvolvidos. O grosso da poluição, sobretudo da poluição atmosférica do carbono, foi produzido pelo tipo de desenvolvimento levado adiante no último século. Portanto, agora, para que cheguemos às metas que foram propostas, é preciso que haja esse intercâmbio. E o Brasil propôs um mecanismo que, finalmente, foi aceito. Acho que essa é uma das formas pelas quais podemos contribuir para um desenvolvimento que seja saudável do ponto de vista ecológico.

É preciso também dizer que nessa mesma direção aqui há uma consciência muito aguda quanto à necessidade da preservação das regiões de florestas, não só a mais famosa de todas, que é a Floresta Amazônica, mas a Mata Atlântica, que já foi bastante desgastada pelo tempo, pelos que habitaram no país há

séculos. Mas a Floresta Amazônica, em várias regiões, é praticamente intocada. No Estado do Amazonas, por exemplo, não há mais do que 3% a 4% de destruição da floresta nos últimos séculos.

Da mesma maneira, no Estado do Amapá, chega a haver um índice ainda mais elevado de preservação. Isso não nos conforta porque há todo um arco de desflorestamento que, no fundo, corresponde ao arco de penetração das frentes pioneiras da agricultura, que, em um dado momento, foram frentes pioneiras constituídas pelas grandes empresas, mas que, hoje, são frentes pioneiras constituídas por trabalhadores mais ou menos pobres.

Então, é uma questão mais complexa, porque é preciso dar saída para a sobrevivência das pessoas. Quando se fala em desenvolvimento sustentável, o primeiro que tem que ser sustentado é o ser humano. Na Amazônia, existem 17 milhões de habitantes – na Amazônia brasileira -, dos quais uns 150 mil, 180 mil são indígenas, os outros não-indígenas são 17 milhões de pessoas. Temos desenvolvido várias formas de atuação nessa região, para criar mecanismos também de convivência entre o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza.

Talvez, o programa mais importante que tenha sido feito, ainda antes dessa consciência do Brasil, foi a da utilização do álcool produzido pela cana-de-açúcar para mover automóveis, que é uma energia renovável e que emprega muita gente.

Ainda que tenha havido uma redução relativa na quantidade de veículos movidos exclusivamente a álcool, todos os veículos brasileiros que circulam nas cidades têm uma composição no seu combustível de 22%, 23%, 24% de álcool. Isso diminui a taxa de chumbo, que é altamente lesiva. Se não fosse isso, as grandes cidades, como São Paulo ou Rio, teriam, hoje, um nível de poluição muito mais elevado.

Enfim, existe uma preocupação muito grande nessa matéria, assim como acho que é preciso que haja uma preocupação também crescente no que diz respeito à questão dos dejetos, do lixo e do que se fazer com esse tipo de problema.

Agora, no miolo da questão que foi citada, há o problema das formas de desenvolvimento empresarial, de ação empresarial e governamental que tomem em consideração aquilo que é o mais importante, que são as conseqüências sociais do tipo de desenvolvimento. E o exemplo mencionado foi o da água e da possibilidade de alguma correção de água, no caso da África. Temos problemas semelhantes aqui no Brasil. Embora, hoje, os domicílios no Brasil que têm água corrente já sejam muito elevados – são 90 e tantos por cento das habitações que dispõem de água, ainda há certas regiões, as mais pobres, em que há problemas de abastecimento, sobretudo porque há regiões de seca, onde, aí, o problema é realmente dramático quando ocorre a seca. Mas, junto com a água, há um problema tão sério quanto, que é o dos dejetos, que é o que fazer com

os esgotos. E, aí, a situação é bastante mais dramática.

Na questão da mortalidade infantil, por exemplo, baixamos muito o nível de mortalidade infantil nos últimos anos no Brasil. Mas chegou-se a um ponto... Hoje, na média nacional ainda é elevado. É de 35 mortes por mil nascimentos, mais ou menos. Evidentemente, nas regiões mais prósperas, isso cai para 10, 12. Nas regiões mais pobres, pode subir a níveis bastante preocupantes. E, aí, a questão central para continuar baixando a taxa de mortalidade infantil é bem mais complexa e depende de uma ação governamental, eu direi também que empresarial e direi por que. Governamental porque isso vai requer um esforço muito grande de assistência médica. Temos, hoje, aqui, um programa que chama-se Médico de Família. O ministro da Saúde, o Dr. – Doutor mas não médico – José Serra tem feito um grande esforço. Nós, hoje, dispomos – não sei exatamente – mas devemos ter umas vinte e poucas mil unidades de médicos de família, comparando-se com menos de 5 mil, há 3 ou 4 anos. E temos o que chamamos aqui de agentes comunitários de saúde. Há 5 anos, eram 28 mil. Hoje, são mais de 100 mil agentes comunitários de saúde.

Isso tem atuação direta sobre as comunidades. Isso fez com que houvesse uma queda razoável da taxa de mortalidade infantil, sobretudo em um programa da pastoral da Igreja Católica, em que o governo federal paga – isso, geralmente, não se diz, mas paga. Há um trabalho muito ativo da pastoral da Igreja Católica, que conseguiu baixar significativamente a taxa de mortalidade infantil. Mas há um limite. E o limite é o saneamento. (expressões em inglês). Isso é muito grave. E, aí, entra a questão empresarial e até macro. Nesse momento, o Brasil tem

tido dificuldade de avançar nesses programas porque, para que haja um avanço na questão do saneamento, não é suficiente falar-se em privatização. Isso não é uma panacéia. Às vezes, sim, e, às vezes, não. Em muitas áreas, a privatização leva a uma busca muito grande daquilo que é mais fácil, que é a água e pôr ao lado aquilo que é o mais difícil, que é o esgoto. Então, é preciso uma legislação que impeça esse tipo de ação.

Mas o mais dramático é outra questão: a capacidade de crédito do país e dos entes públicos, por causa do ajuste fiscal, por causa da maneira como o Fundo Monetário calcula o que é déficit e desconta, no primeiro ano, o conjunto do endividamento. Se alguém pega 1 bilhão de dólares para 30 anos, esse dinheiro pesa já no limite de crédito. Isso está sufocando gravemente a capacidade do governo federal de atuar na área de saneamento.

E, portanto, se queremos um desenvolvimento sustentável, tanto no plano mais geral, do meio ambiente, etc., etc., como no plano social, temos que rever certas políticas macroeconômicas e certas visões que se têm desse processo, porque senão fica difícil exigir ajuste fiscal e exigir desenvolvimento social e tirar os instrumentos que permitem o desenvolvimento social, quando eles são possíveis. Não estou me referindo, obviamente, a nenhuma falta de responsabilidade fiscal. Não estou me referindo, obviamente, a um descuido com a inflação. Estou me referindo a uma técnica estatística de considerar como é que se contabiliza a dívida. Se contabilizar a dívida pela fração que é gasta efetivamente no período e não como uma dívida global, isso aumenta a capacidade de endividamento das empresas e facilitaria enormemente um desenvolvimento auto-sustentável de melhor qualidade.

Muito obrigado.



VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CHEGADA, EM VISITA OFICIAL À REPÚBLICA DA COSTA RICA. SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 4 DE MAIO DE 2000

Chego à Costa Rica para uma visita que, antecipo, será muito grata para mim, e para todos os que me acompanham, e seguramente frutífera para as relações entre nossos países. Ao poder atender ao amável convite do Presidente Miguel Angel Rodríguez, quero expressar o quanto me alegra a oportunidade de pisar novamente o solo costarriquenho.

Aqui estive pela primeira há muitos anos. Desde então a Costa Rica me ficou gravada na memória e no coração.

Na memória, porque pude apreender os valores que forjaram a sua condição de país modelo na América Central, bastião da democracia, da paz e do desenvolvimento. No coração, porque a grandeza do seu povo despertou em mim, como desperta em todos os brasileiros que por aqui passam, os sentimentos mais genuínos de afeto, carinho e admiração. Renovo esses sentimentos ao visitar agora a Costa Rica como Presidente de meu país.

Mas venho, ao mesmo tempo, com uma mensagem: quero plantar aqui a semente de um relacionamento mais próximo e mais dinâmico entre o Brasil e a Costa Rica. Temos muito em comum - no plano cultural, no político - e muito temos a somar no comércio,

no intercâmbio educacional, na cooperação técnica. E também amplos interesses a compartilhar neste mundo que se transforma a cada dia e, particularmente, nesta América sempre rejuvenescida em suas aspirações.

Será para mim uma grande honra, nesta visita à Costa Rica, dialogar não só com seu Presidente, mas também com os líderes de todas as nações do istmo centro-americano e da República Dominicana. Vim marcar com este encontro a importância que o Brasil confere ao aprofundamento de suas relações com a América Central e o Caribe. Agradeço esta acolhida fraterna.

Esteja certo, Presidente Rodríguez, de minha firme disposição de trabalhar com Vossa Excelência pelo fortalecimento da cooperação entre nossos países. Acredito no potencial desse relacionamento.

Prezo a identidade de princípios e valores que nos aproximam como povos comprometidos com a liberdade, a dignidade humana, a justiça e o progresso.

E desejo que esta minha visita possa marcar um relançamento de nossos projetos e, com isso, retemperar a amizade histórica entre Brasil e Costa Rica.

Muito obrigado.



HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES DO ANO BRASIL-PORTUGAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO
ALMOÇO EM HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES DO ANO
BRASIL-PORTUGAL. LISBOA, 9 DE MAIO DE 2000

Permitam-me iniciar a exposição com uma nota de interesse histórico, que me chamou atenção em leitura recente. No início do século XIX, serviu em Washington, como Ministro Plenipotenciário do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, o abade português José Francisco Correa da Serra. Homem de letras, naturalista de renome, gozava de largo trânsito junto à elite da jovem república americana, mantendo amizade com Thomas Jefferson.

Consta que tema recorrente nos contatos entre Correa da Serra e Jefferson era a idéia de congregar o Brasil e os Estados Unidos em um “sistema americano”, onde as duas nações agiriam em concerto para manter a Europa da Santa Aliança à distância. Assim germinou a doutrina que o Presidente Monroe anunciaria em 1823, reservando a América para os americanos, dividindo o “oceano em dois hemisférios”, como previa Jefferson, sob inspiração do abade português.

Transcorridos quase dois séculos, Brasil e Portugal estão hoje a buscar o contrário do sugerido por Correa da Serra. Queremos integrar os dois hemisférios, em vez de separá-los. É a mensagem que trago aos amigos portugueses nesta visita comemorativa do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral. O Brasil deseja que seus 500 Anos

sejam assinalados por uma aproximação crescente com a Europa. Esperamos que a data coincida com a adoção de passos definitivos rumo à associação entre o Mercosul e a União Européia.

Sabem os presentes que o diálogo entre os dois blocos ganhou momentum desde o encontro em junho do ano passado no Rio de Janeiro dos Chefes de Estado e de Governo do Mercosul, Chile e União Européia, quando se decidiu iniciar as negociações com vistas à liberalização das trocas comerciais. A reunião ministerial que acaba de ser realizada em Vilamoura, no Algarve, permitiu avanços. Confio em que a presidência portuguesa da União Européia possa contribuir para dirimir as pendências que ainda nos separam da constituição daquilo que será a mais extensa e populosa zona de livre comércio do globo.

A associação inter-regional virá confirmar a maturidade de ambos os processos de integração. A União Européia traz a experiência da moeda única, sob o lastro de políticas nacionais sólidas e convergentes. O Mercosul vem fortalecido por ter superado a crise cambial e estar disposto a avançar na coordenação macroeconômica e no plano institucional. O bloco também se viu favorecido pela associação do Chile e da Bolívia, sem falar

dos entendimentos com a Comunidade Andina. O escopo do processo amplia-se a olhos vistos. A hipótese de uma América do Sul integrada me parece cada dia mais factível, o que fará bem ao Brasil, aos demais países do continente e a nossos laços com a Europa.

Sei que meu otimismo é compreendido pelos empresários portugueses, que se têm destacado entre os europeus pela percepção acurada das potencialidades da associação inter-regional. Potencialidades que já estão sendo convertidas em fatos, e dos mais auspiciosos, naquilo que diz respeito aos vínculos diretos entre nossos países. É verdadeiramente eloquente o aumento observado nos investimentos portugueses no Brasil ao longo dos últimos anos. As cifras falam por si só. Até 1995 o estoque total das inversões limitava-se a 350 milhões de dólares. Em 1997, a cifra chegou a um bilhão de dólares. Hoje os investimentos atingiram o patamar de 7 bilhões de dólares, o que significa um crescimento da ordem de 2 mil por cento em menos de cinco anos.

O fato, como sabem os senhores, é que o Brasil tornou-se o principal destino do investimento português no exterior, respondendo por 46 % do total de inversões. Mais de quarenta grandes e médias empresas portuguesas instalaram-se recentemente no Brasil. Isto fez de Portugal um dos cinco maiores investidores externos no Brasil e o terceiro maior no processo de privatizações.

A participação do capital português em empresas privatizadas monta a cerca de 4 bilhões e 800 milhões de dólares, recursos investidos prioritariamente nas áreas de telefonia e energia elétrica. O programa nacional de termoelétricas, que prevê a construção até 2003 de quarenta e nove centrais em todo o país, conta com expressivo

envolvimento português. Neste e em vários outros campos, como serviços bancários e cimentos, afirma-se uma parceria salutar e quiçá permanente entre nossos setores produtivos.

Se as relações econômicas entre Brasil e Portugal alcançaram um patamar diferenciado, ainda há um vasto espaço para novas iniciativas, sobretudo no tocante ao comércio bilateral. Por mais que a pauta do nosso comércio tenha se diversificado, com a inclusão, dos dois lados, de produtos de maior valor agregado, os números ainda estão bem abaixo do que podem e devem ser. Portugal responde por menos de meio por cento do comércio exterior brasileiro, não figurando entre nossos vinte maiores parceiros. É chegada a hora de alterar esse quadro, de fazer com que também no comércio sejamos exemplos para os vizinhos europeus e sul-americanos.

Ao falar das possibilidades para o futuro, quero reportar-me à autoridade portuguesa que homenageamos neste almoço, o Ministro da Economia, Joaquim Augusto de Pina Moura. Desejo afirmar de público, Ministro Pina Moura, que o extraordinário incremento observado nos investimentos portugueses no Brasil decorreu em boa medida da competência e dedicação com que Vossa Excelência tem conduzido sua pasta, sob a liderança lúcida do Primeiro Ministro António Guterres.

Sou particularmente reconhecido a Vossa Excelência pelo pleito de confiança no Brasil feito quando da inauguração, em fevereiro do ano passado, das instalações da empresa Tafisa no estado do Paraná. O Brasil sofria então as turbulências advindas da decisão de flutuar o Real. O Ministro Pina Moura soube compreender a conjuntura e antecipar

o futuro. Percebeu que o Brasil tinha rumo, que o país manteria a estabilidade e voltaria a crescer, integrado à economia internacional. Foi logo confirmado pelos fatos.

O Brasil sobreviveu à crise, e sobreviveu bem. Flexibilizamos a política cambial sem comprometer a meta inflacionária. Controlamos o déficit público, o que tem permitido uma redução gradual dos juros. Estamos procurando equilibrar a balança comercial, que confiamos será superavitária já este ano. O déficit em conta corrente foi reduzido a ponto de poder ser plenamente financiado por investimentos diretos, que chegaram em 1999 à faixa dos trinta bilhões de dólares, com o conseqüente aumento de reservas e da capacidade produtiva. Contrariamente ao apregoado pelas cassandras de plantão, chegamos a crescer em 1999 e caminhamos para um crescimento em torno de 4 % no ano luso-brasileiro de 2000.

É nesta conjuntura que o Brasil completa 500 Anos de história. Uma conjuntura que me parece anunciar grandes possibilidades para as relações entre Brasil e Portugal, para a integração entre nossos hemisférios. Que saibamos aproveitá-la!

Há dois séculos Correa da Serra foi conspirar com Jefferson contra a Europa. Hoje venho confraternizar-me com Portugal a favor de um futuro próspero e comum.

Muito obrigado.



“PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE A ALCA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL”. SOCIEDADE DAS AMÉRICAS, NOVA YORK

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA “UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE A ALCA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL” SOCIEDADE DAS AMÉRICAS, NOVA YORK, 14 DE MAIO DE 2000

É uma grande honra para mim vir à Sociedade das Américas, instituição de destacada tradição no estreitamento de contatos e na ampliação do conhecimento entre pessoas e países nas Américas. Agradeço ao Embaixador McNamara e a Susan Purcell este amável convite.

Os presidentes das Américas eleitos democraticamente reafirmaram, em Quebec, no mês passado, a meta comum de criar uma área de livre comércio em nosso hemisfério por volta do ano 2005. As negociações prosseguirão agora de maneira mais firme.

Acolho, com prazer, a oportunidade de tratar desta questão, hoje, na Sociedade das Américas. Os pontos de vista brasileiros sobre o ALCA nem sempre são corretamente compreendidos nos Estados Unidos. Dado que o sucesso das negociações relativas ao ALCA dependerá, em grande parte, de um acordo final entre Brasil e Estados Unidos, é essencial que, neste estágio das negociações, nós nos entendamos mutuamente, de maneira adequada.

Hoje em dia, o poder internacional expressa-se, principalmente, em termos

econômicos e financeiros, seja por meio de inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos, seja pelo controle dos fluxos financeiros. O comércio tornou-se um elemento indispensável na nova equação de poder internacional. Na medida em que promove geração e acumulação de riqueza, o comércio também produz impacto sobre os valores culturais da sociedade. Com o desaparecimento do conflito ideológico, o comércio tornou-se um dos mais eficazes instrumentos da diplomacia.

Acordos de livre comércio proliferaram por todo o globo terrestre. Mais de 150 foram registrados na OMC, em Genebra. Como as negociações em escala global ainda enfrentam as dificuldades que impediram a realização de uma nova Rodada em Seattle, o propósito agora parece ser o regionalismo.

A maior parte dos países industrializados prega o livre comércio como se fosse um tipo de verdade evidente por si mesmo, capaz de resolver os problemas do mundo. Dificilmente alguém é contra o conceito de livre comércio. O mal, porém, como sempre, está nos detalhes. A realidade é que os principais

países industrializados – Estados Unidos, União Européia e Japão – ainda adotam políticas extensamente protecionistas, que causam graves distorções ao comércio entre eles mesmos e impedem que exportadores de países em desenvolvimento tenham acesso a seus mercados.

Por conseguinte, o Brasil é de opinião de que a atual agenda do comércio internacional deveria servir de oportunidade para, finalmente, serem reparadas as desigualdades que nos afetam. Esta, a perspectiva geral que nos orienta em meio ao emaranhado de negociações comerciais em que estamos engajados. Começando com a consolidação e o aprofundamento do Mercosul, prosseguindo nas negociações entre Mercosul e Comunidade Andina, entre Mercosul e México, a seguir sobre o ALCA, depois com o acordo entre Mercosul e União Européia e, finalmente, com as negociações globais sob a égide da OMC. Tarefa difícil, com desafios sem precedentes para a diplomacia brasileira. Eu a comparo a um jogo de xadrez multidimensional. Cada movimento feito em um dos níveis causa impacto sobre todos os demais.

Permitam-me, antes de mais nada, tecer breves comentários sobre o Mercosul. O Mercosul se destaca como uma garantia de paz, democracia e estabilidade na América do Sul. É também crucial, do ponto de vista econômico, pois representa um dos mais importantes mercados para os produtos industriais brasileiros, superado apenas pelos Estados Unidos. 22 % de nossas exportações industriais destinam-se ao Mercosul, enquanto 30% dirigem-se para os Estados Unidos. No que se refere às trocas do tipo intra-bloco, que correspondiam a cerca de 5 bilhões de dólares em 1991, saltaram para mais de 20 bilhões, em 1997 e também em 1998.

O estabelecimento da união aduaneira está quase completo. Não obstante algumas

exceções e alguns regimes especiais, os quatro países – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – aplicam uma mesma tarifa externa comum. Na condição de união aduaneira, o Mercosul assinou acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia, em 1996, estando agora sendo negociado um acordo de associação com a União Européia, o que levaria ao surgimento, entre duas uniões aduaneiras, da primeira área mundial de livre comércio.

As negociações no Mercosul também já abrangem alguns itens de uma agenda de mercado comum. O acordo sobre metas macroeconômicas comuns, assinado em dezembro passado, foi um grande avanço, uma extraordinária realização, que reforça uma avaliação otimista a respeito do futuro do bloco. Encontram-se bastante avançadas as negociações com nossos parceiros para o estabelecimento do que denominamos nosso “pequeno Maastricht”.

É inegável o fato de que, desde 1999, o Mercosul tem enfrentado tempos difíceis. O Brasil recuperou-se totalmente da desvalorização realizada naquele ano, mas a Argentina luta agora para superar o desaquecimento econômico.

Recentemente, a Argentina foi autorizada a introduzir algumas mudanças na tarifa externa comum. Aplica, no momento, tarifas mais elevadas para bens de consumo e elimina tarifas sobre bens de capital. O Brasil concordou com as demandas argentinas por entendê-las excepcionais e temporárias. Circunstâncias especiais na Argentina exigiam, sem dúvida, flexibilidade por parte de seus parceiros no Mercosul. Mas todos os quatro países continuam partilhando o ponto de vista estratégico de que a tarifa externa comum é a espinha dorsal da união aduaneira, o único elemento que a distingue de uma simples Área de Livre Comércio, enquanto

prepara o caminho para sua evolução na direção de um Mercado Comum.

Os atuais desafios apenas enfatizam nossa vontade política de consolidar e fortalecer o Mercosul – agora, como no passado. O fato de o Brasil haver entrado em um novo período de crescimento sustentado – 4.2% no último ano e algo em torno de 4% neste – é razão suficiente para uma avaliação mais positiva das perspectivas no Mercosul. O Brasil se destaca como destinatário de cerca de 30% das exportações argentinas. No que diz respeito ao Paraguai e ao Uruguai, as cifras são ainda maiores.

Considerando-se a perspectiva de uma ALCA em 2005, o Mercosul se tornaria sem sentido, caso não se persevere na meta de alcançar o que se conhece por “integração profunda”. Isto significa, por exemplo:

- que os produtos poderiam, finalmente, circular sem controles de fronteira;
- que seria mantida uma política comum de comércio exterior, o que incluiria uma tarifa externa comum para importações originárias de países de fora das Américas;
- que se formaria, no Mercosul, uma área econômica integrada, com políticas comuns em diferentes setores, tais como agricultura, energia, indústria, ciência e tecnologia, e assim por diante;
- que se poderia avançar ainda mais no aspecto da coordenação macroeconômica, fortalecendo-se, assim, reciprocamente, a credibilidade de nossos países nos mercados internacionais.

Ao mesmo tempo, o Mercosul vem ativamente perseguindo sua estratégia de estabelecer uma rede de acordos por toda a

América do Sul. No ano passado, realizou-se um encontro de Presidentes sul-americanos em Brasília. Foi o primeiro encontro deste tipo na história da região. Na ocasião, os Presidentes sul-americanos referendaram o objetivo da assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina, até, no máximo, dezembro de 2001. As respectivas negociações já se encontram em andamento.

Como união aduaneira destinada a tornar-se um Mercado Comum, o Mercosul tem que negociar acordos comerciais na condição de entidade. Assim temos atuado no que se refere à União Européia e às negociações relacionadas com a ALCA. Consideramos a criação de vínculos mais ágeis na área sul-americana – além de seus méritos intrínsecos – a argamassa para a promoção de relações mais estreitas e mais equilibradas com nossos principais parceiros. Quero enfatizar o aspecto “relações mais equilibradas”. É isto que a ALCA deve simbolizar.

Concebemos a ALCA como um instrumento para correção, em base regional, dos atuais desequilíbrios nas relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Este mesmo princípio, aliás, é também válido para acordos de associação entre o Mercosul e a União Européia, bem como para uma possível nova rodada comercial da OMC.

A verdade é que países da América do Sul adotaram audaciosas medidas de abertura comercial nos anos 90, quase sempre com altos custos sociais. Mas essas tendências não têm tido reciprocidade por parte dos países desenvolvidos – nem na Rodada Uruguai, nem em negociações regionais ou bilaterais. Ao contrário, o debate público sobre questões comerciais nos países desenvolvidos permanece dominado por imagens de uma

ameaça ao bem-estar geral, supostamente representado por importações de países em desenvolvimento. Objetivos meritórios, tais como níveis sociais mais elevados, proteção ambiental, ou normas sanitárias, vêm sendo empregados de forma falaciosa, para legitimar propósitos protecionistas.

Nossa posição na ALCA é absolutamente clara e pode ser resumida em dois pontos muito simples: primeiro, continuamos integralmente comprometidos com as negociações e com a meta referentes à criação de uma ALCA; segundo, se for possível chegar a um acordo equilibrado e justo, nós o apoiaremos.

De nossa parte, não há quaisquer restrições de caráter político, ideológico ou diplomático. O que conta é o resultado de negociações concretas, ou seja, se o acordo, em sua forma final, resultará ou não benéfico para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Os números são impressionantes. Os países da ALCA representam cerca de 50% do comércio exterior brasileiro e de 70% de nossas exportações de produtos manufaturados. A ALCA levaria à criação de uma nova parceria com a maior e mais produtiva economia do mundo. Em princípio, isto significa uma extraordinária oportunidade para o Brasil, em termos de acesso a mercados. No caso, porém, os desafios são igualmente extraordinários, dadas as assimetrias entre Estados Unidos e Canadá, de um lado, e América Latina e o Caribe, de outro.

Daí por que, apesar de algumas fortes pressões, nós insistimos, ao longo do processo preparatório de Quebec, em manter o cronograma original acordado em Miami, em 1994, ou seja, fixar como meta a criação da ALCA em 2005. Felizmente, nossos argumentos foram compreendidos e o empenho para antecipar o acordo foi diluído. Esta é também a razão de nossa insistência na adoção

de um compromisso único: não haverá acordo sobre nada, enquanto não houver acordo sobre tudo. É bastante evidente que qualquer forma de colheita prematura tende, por definição, a favorecer os parceiros mais fortes.

Também somos de opinião de que Estados Unidos e Canadá têm que assumir a liderança nas questões de abertura comercial. Embora as tarifas médias de importação sejam nominalmente inferiores às nossas, alguns estudos mostram que 60% de nossas exportações enfrentam pelo menos algum tipo de barreira não-tarifária. Além disso, as tarifas reais aplicadas pelos Estados Unidos aos itens mais importantes das exportações brasileiras são muito mais altas que a tarifa média. Subsídios para produtos agrícolas também são um impedimento ao livre comércio, assim como o uso liberal, com interesses próprios, de procedimentos antidumping.

A ALCA seria inútil para o Brasil – ou mesmo negativo – antes de mais nada se se concentrasse na negociação de normas referentes a certos setores, como, por exemplo, investimento, serviços, propriedade intelectual ou compras governamentais, e não contribuísse para a solução dos reais problemas de acesso a mercado.

Bases sólidas; consenso e entendimento mútuo; respeito ao cronograma original; compromisso único; maior responsabilidade, por parte dos parceiros desenvolvidos, nas questões de acesso a mercado. A manutenção destes cinco princípios é absolutamente essencial para nós, caso sejamos solicitados a abrir ainda mais nossos próprios mercados.

É possível que outros países, na área, assumam posturas menos exigentes em termos de negociação. O caso do Brasil, contudo, é singular. Nosso país não pode ser colocado no mesmo cesto, como a maioria dos outros parceiros. Para nós, há muito mais em jogo.

O Brasil tem uma base industrial sem similar dentre os países emergentes, além de ser um importante exportador de produtos primários. Torna-se óbvio, portanto, que a condição do Brasil é muito mais complexa que a da maioria dos outros países da América Latina e do Caribe, cujos interesses específicos podem ser muito mais facilmente acomodados pelos Estados Unidos.

O Brasil é também diferente de muitos outros parceiros na América Latina e no Caribe – do México, por exemplo – no sentido de que, para nós, a Europa é um parceiro econômico tão importante quanto os Estados Unidos. No ano 2000, a União Européia representou quase 27% do total de nossas exportações; os Estados Unidos, algo em torno de 24%, enquanto 14% foram absorvidos por nossos parceiros do Mercosul. Em conjunto, os países da União Européia são os maiores investidores no Brasil, com mais de 70 bilhões de dólares de investimentos diretos, enquanto que o stock das empresas americanas chegou a aproximadamente 36.5 bilhões. Queremos preservar esta diversidade, que garante equilíbrio em nossas relações com os parceiros desenvolvidos.

Em Quebec, o Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que “uma Área de Livre Comércio das Américas é bem-vinda, caso sua criação represente um degrau de acesso a mercados mais dinâmicos;

se, de fato, conduzir a regras comuns anti-dumping; se reduzir barreiras não-tarifárias; se impedir a distorção protecionista de rígidas normas sanitárias; se, embora protegendo a propriedade intelectual, também promover a capacitação tecnológica de nossos povos; e, ainda, se transcender a Rodada Uruguai, a fim de minorar as desigualdades resultantes daquelas negociações, especialmente no que diz respeito à agricultura. De outra forma, [a ALCA] seria irrelevante ou, pior, indesejável.”

Estamos, por certo, desejosos de participar de uma ALCA, desde que possamos chegar a um acordo sobre as principais questões, que são cruciais para nós. Continuamos, todavia, a aguardar maiores esclarecimentos, por parte dos Estados Unidos, quanto à disposição daquele país de firmar compromissos nessas questões.

Livre comércio não é um fim em si mesmo, mas, sim, um instrumento para que se alcancem desenvolvimento e justiça social. Segundo o Presidente Cardoso, a ALCA não é um destino inevitável; ao contrário, é uma opção, que iremos ou não apoiar, dependendo dos resultados das negociações.

Por enquanto, os sinais que temos recebido a respeito de algumas dessas questões ainda não têm sido tão encorajadores como seria de esperar. Mas continuaremos fazendo nossa parte do trabalho.



XII FÓRUM NACIONAL “REPENSANDO O BRASIL: FUTURO, PRESENTE E PASSADO”

TEXTO-BASE PARA PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DO XII FÓRUM NACIONAL EM TORNO DO TEMA BÁSICO “REPENSANDO O BRASIL: FUTURO, PRESENTE E PASSADO”. RIO DE JANEIRO, 15 DE MAIO DE 2000

Foi com especial satisfação que recebi o convite do Ministro Reis Velloso para retornar ao Instituto Nacional de Altos Estudos e participar desta edição do Fórum Nacional, a última do século. Acompanho com interesse o excelente trabalho que tem sido desenvolvido pelo INAE como espaço de reflexão sobre o Brasil e seus desafios.

É muito salutar o fato de que o Instituto adote em seus encontros uma orientação multidisciplinar e pluralista, com discussões sob as mais diversas perspectivas e que envolvem nomes de diferentes filiações. É exatamente isso o que se espera de um foro com a vocação de “think tank” como é o INAE, e não surpreende que suas conclusões costumem servir de referência para a formulação e aprimoramento de políticas públicas. É inspirado, portanto, nessa tradição do Instituto que me aventuro a tratar da tarefa ambiciosa que me foi reservada de repensar o Brasil – futuro, passado e presente.

Desde logo, abro um caveat. Não serei o primeiro a assinalar a dificuldade de colocar a história em perspectiva no momento em que a estamos vivenciando, sobretudo quando o momento é, como o atual, de grandes transformações em vários campos.

Os afazeres da Presidência da República nos levam sempre a estar respondendo a questões do dia a dia, às vezes, de hora a hora. Com o sistema das “telinhas”, então, isso passou a ser quase de minuto a minuto.

Sempre que possível, entretanto, temos o dever de elevar o olhar, alargar nosso horizonte de análise e, a partir desse campo de visão ampliado, buscar entender e responder a algumas indagações centrais sobre os rumos de nosso País; seja no passado ou no presente; seja, sobretudo, no futuro e sobre os rumos que desejamos que ele venha a trilhar. Um balanço criterioso do Brasil deve evitar não só as quimeras do ufanismo que esconde e minimiza as nossas mazelas e dificuldades, que não são poucas, mas também o derrotismo que ignora as nossas realizações e desconsidera o valor do trabalho e dos esforços do nosso povo.

Esse balanço deve levar também à formulação da utopia da boa sociedade com a qual, com base na nossa realidade concreta, é possível sonhar e é possível ousar dar os passos necessários para torná-la realidade. Esse balanço a um tempo realista e utópico, pois combina – como nas palavras de Antonio Gramsci – o bom ceticismo da razão com o necessário otimismo da vontade, deve ser o

resultado de um amplo debate, racionalmente fundado, onde o confronto dos interesses e das visões impeça a demagogia enganadora e a simplificação das soluções.

Democrata, por formação e trajetória pessoal, acredito na razão, no debate franco. É preciso que se mantenha viva a convicção de que, racionalmente, encontraremos os caminhos que conduzam às transformações que desejamos. Não ignoro que essa crença na razão será recebida com ceticismo por um certo pós-modernismo. Reafirmo aqui, de qualquer forma, minha fidelidade ao legado iluminista.

A memória, sobretudo das dificuldades, às vezes é curta. Mas é preciso começar esse balanço lembrando que, há pouco mais de dez anos, o Brasil e o mundo eram muito distintos do que são hoje. Ainda existia a União Soviética. O Mercosul apenas dava seus primeiros passos. Ainda não se tinha consciência plena da magnitude das mudanças impulsionadas pelos processos simultâneos de superação da Guerra Fria e de crescente globalização das finanças, da produção e do comércio. A Internet, como instrumento global de informação, apenas engatinhava.

É importante também recordar os reveses que o país sofreu seja no plano econômico, com a crise da dívida e o esgotamento do crescimento baseado na industrialização protegida, seja no plano político - amargando ainda a herança de mais de duas décadas de falta de liberdade e de autoritarismo, seja no plano social, quando a estagnação econômica e a inflação descontrolada fizeram aumentar a pobreza e aprofundar a desigualdade.

Não foi à toa, embora parcial, o diagnóstico de que os anos 80 e o início dos anos 90 foram anos perdidos. Mas a sociedade brasileira reagiu àquele quadro e soube reunir forças e instrumentos políticos para dar um basta àquela situação caótica e para enfrentar os antigos e os novos desafios.

Como disse, é difícil dar-se conta da dimensão dos processos históricos quando ainda estamos neles imersos. Mas tenho a convicção de que, no futuro, os últimos anos do século XX serão reconhecidos como um período em que se realizou uma das mais profundas transformações da nossa história. Transformação na dinâmica demográfica do Brasil, em sua estrutura produtiva, em seu arcabouço institucional, na organização do Estado, no perfil de suas políticas governamentais e nos padrões de sua organização social. Vale a pena retrair, brevemente, o percurso dessas transformações.

Concertação Estado-sociedade

Vejam os quadros político e social. Assistimos nas duas últimas décadas à ampliação da agenda pública, que se tornou mais complexa, com a retomada de velhos temas e o ingresso de novos pleitos. Voltaram à baila a questão agrária e o tema da federação. Entraram em pauta a questão ambiental, a situação da comunidade negra, o bem-estar das minorias, as questões de gênero, a reforma da previdência, o problema dos menores, a expectativa dos novos setores.

A que atribuir essa expansão significativa da agenda? Por acaso deixamos de ter políticas públicas e as demandas foram se avolumando? Aprofundou-se o hiato entre o Estado e a sociedade?

Pelo contrário. O fato de que a pauta de reivindicações sociais hoje se apresenta mais ampla e diversificada reflete, estou convencido, a emergência no país de um espaço público em permanente renovação, onde pleitos há muito não atendidos ganham visibilidade, onde novas postulações são apresentadas. É a sociedade brasileira que finalmente consegue se expressar, em toda sua pluralidade, com

suas expectativas e mazelas, muitas delas de caráter estrutural.

Isto obviamente tem a ver com o fim do autoritarismo, com o desenvolvimento da cidadania, com a revitalização das instituições da democracia representativa e a dinamização dos diversos mecanismos de participação cidadã, com a democratização do Estado. Seria um triste engano minimizar a importância dessas conquistas. O seu sentido mais profundo é o de proporcionar uma base a partir da qual tudo mais pode se resolver.

Ouvem-se, às vezes, vozes céticas com relação à democracia. Vozes que dizem: “muito bem, a democracia é muito bonita, muito nobre, mas continuam os problemas”. São vozes equivocadas. Falta-lhes perceber que a democracia, se de imediato não responde a todos os anseios, dá a chave para a solução de todos os problemas.

O que conquistamos com a democracia foi isso: um método de solução de problemas. Um método de diálogo, de aceitação das diferenças, de respeito ao dissenso e de renúncia à utilização de meios violentos como instrumento de política.

Já se foi o tempo da gestão patrimonialista, onde a administração do bem público se fazia segundo interesses localizados, incrustados na estrutura do Estado, que chamei de “anéis burocráticos”. O fenômeno teve sobrevida nos anos que se seguiram à redemocratização, com o estamento refugiando-se em nichos cartoriais, que insistiam em projetar seus interesses como aspirações da coletividade.

Hoje a situação é outra, precisamente pelo novo padrão de relacionamento inaugurado entre o Estado e a sociedade, cada dia mais autônoma e organizada. A interlocução agora se dá segundo critérios impessoais, de maneira transparente, com uma distribuição equilibrada de responsabilidades. O Estado perdeu o

monopólio do público, sem abdicar da função regulatória que lhe é inerente. O chamado terceiro setor tem dado uma contribuição importante na promoção do bem comum.

Essa tendência precisa ser consolidada. A concertação com o terceiro setor aumenta a eficiência da gestão pública, com ganhos para a equidade, já que permite ao Estado concentrar recursos em tarefas de maior impacto distributivo, de interesse imediato para os menos favorecidos. Quanto mais afeto a áreas onde sua presença é insubstituível, como educação básica e saúde pública, maiores as chances de o Estado contribuir como deve para a transformação social.

Aqui é fundamental insistir na consolidação dos processos de descentralização, entre outras razões, para aumentar o controle da sociedade sobre o Estado. Na verdade, outro ganho da concertação Estado -sociedade tem sido o reforço desse controle social, com reflexos sobre a qualidade das políticas públicas. Cria-se um verdadeiro círculo virtuoso. O espaço público ampliado permite um acompanhamento atento da ação governamental, o que resulta em políticas distributivas mais eficientes, que asseguram, por sua vez, a habilitação de novos setores ao exercício de uma cidadania ativa.

E aqui é importante insistir em que essa ampliação do espaço público, o fato de não existir mais o monopólio das políticas públicas, não apenas do seu exercício, mas também da sua crítica, e da sua implementação por parte, seja dos canais organizados, dos partidos, do parlamento, seja das burocracias estatais, leva a uma modificação muito significativa nas formas de controle da sociedade. E esse processo não envolve apenas a União, mas também os Estados e municípios. Com isso, assistimos a um processo visível de descentralização, em que recursos e

responsabilidades são transferidos para outros níveis da Federação. Esse processo se faz acompanhar, crescentemente, de uma participação ativa de mecanismos de controle por parte da sociedade civil.

Não quero cansá-los com exemplos, mas todo o sistema de saúde, o SUS, hoje em dia é organizado desta maneira, requerendo e incentivando a existência de grupos locais de controle. O mesmo vale para a Educação. Os recursos que são destinados às escolas dependem do controle das Associações de Pais e Mestres. Quando se vêem nos jornais – e são vistas com tanta insistência – críticas ao Fundef, são críticas ao mau uso dos recursos. Isso não quer dizer que os recursos tivessem sido melhor utilizados antes. Quer dizer que, hoje, se percebe quando eles são mal utilizados, porque há a imprensa que critica, a imprensa local, a imprensa internacional. Em cada região, o prefeito tem de prestar contas, de uma maneira ou de outra, às organizações locais.

Quando se dá um atendimento grande, como por exemplo, na seca do Nordeste, imediatamente se organizam os grupos locais para que seja possível a distribuição, até mesmo de cestas básicas. Tudo depende da existência de associações locais, onde há representantes das oposições, dos sindicatos, das igrejas. É um processo que está crescendo no Brasil e que mostra uma nova forma de o Estado se relacionar com a sociedade.

Daí a importância de que o Estado seja o mais poroso ou permeável possível aos reclamos sociais, de que sejam aprimorados os mecanismos de representação. Isto passa por mudanças nos sistemas partidário e eleitoral, mudanças que elevem a responsabilidade dos representantes perante os representados, que apurem o que os anglo-saxões chamam de “accountability”. É preciso, por isso, avançar na reforma política, para benefício da cidadania,

do desempenho da função legislativa, do relacionamento entre os Poderes.

Não podemos tratar do tema da representação e de seu aperfeiçoamento sem lembrar que a sociedade brasileira é cada dia mais heterogênea. Multiplicam-se os novos grupos ou categorias sociais. Alguns se definem por critérios culturais, étnicos, religiosos. Outros pela filiação a ramos modernos da economia – indústria do entretenimento, propaganda, finanças. Nenhum deles parece se ver reconhecido pelos mecanismos tradicionais de representação.

É hora de criar condições para que esses grupos articulem seus interesses, manifestem suas expectativas e que as instituições políticas se aproximem da nova sociedade, para que esta tenha a capacidade de interferir nos níveis decisórios do Brasil.

Aqui a imprensa pode desempenhar um papel importante. Não estou propondo que os meios de comunicação substituam a representação política, mas que contribuam para intermediar o contato entre os novos setores e os segmentos organizados da sociedade. Não me custa lembrar que a presença de uma mídia livre e responsável é condição sem a qual não pode prosperar a dimensão deliberativa da democracia. Quanto mais apurado e criterioso o juízo da imprensa, mais ela se credencia a promover o espaço público como instância de diálogo e entendimento.

Anos 90: a correção de rumo

Quem há de ignorar que cruzamos o milênio com uma situação econômica radicalmente diferente daquela que prevalecia no início dos anos noventa? Com o Plano Real, derrubamos a inflação, que tinha chegado a níveis estratosféricos e hoje está sob controle, em níveis baixos.

Fizemos o ajuste do câmbio, uma decisão penosa, como não poderia deixar de ser,

mas que já está produzindo resultados, que esperamos duradouros, uma vez que não correm o risco de ser anulados pela inflação, ao contrário de experiências anteriores.

Gráfico 1: As conseqüências negativas da desvalorização – tendências de inflação e recessão – foram muito menos acentuadas no caso brasileiro do que em outros países, como o México, Coréia do Sul, Filipinas e Indonésia, que passaram por situações comparáveis.

A situação das contas externas é hoje francamente mais favorável, graças à expansão das exportações, principalmente de manufaturados, e à queda das importações. Isto ocorreu a despeito de uma evolução dos preços internacionais bastante negativa aos interesses brasileiros, tendência que deve ser revertida nos próximos anos.

Isso se vê com clareza na Tabela 1: Se compararmos as situações antes e depois das crises externas (1º trimestre de 1997 contra 1º trimestre de 2000), veremos que, a despeito de uma sensível queda nos preços médios dos produtos de nossa pauta de exportação (-16,3%), houve um aumento de cerca de 13% no valor das exportações totais, em razão de uma expansão de cerca de 34% em termos de volume. Vale a pena ressaltar que o crescimento mais forte deu-se no setor de manufaturados (quase 40% em volume e 24% em valor, apesar de uma redução de 12% no preço).

Isto foi possível porque passamos a ter, exatamente em razão do aprofundamento democrático e da capacidade de governar, um ambiente estável, sem sobressaltos, em que os agentes econômicos atuam sob regras transparentes, que não mais variam segundo o humor do funcionário de plantão. A política monetária passou a ter rumo.

Nos gastos públicos, passamos do desvario a uma atitude responsável, inclusive por parte dos Estados e municípios, conquista

que confirmamos há pouco com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, instrumento aprovado após tramitação de apenas um ano, nas duas Casas do Congresso, com amplo debate, envolvendo governadores, prefeitos, além dos cinco mil interlocutores que enviaram sugestões pela Internet. Vejo essa lei, que reuniu apoio no governo e na oposição, como um divisor de águas na história da gestão pública neste país.

Conseguimos controlar a expansão da dívida pública com o decidido esforço de saneamento das contas, aprofundado com as medidas de austeridade adotadas a partir de setembro de 1998. Estão criadas as condições para uma redução gradual dos juros, que dará fôlego às atividades do setor privado, facilitando, com isso, o cumprimento das metas fiscais. Aqui também podemos falar em um círculo virtuoso.

Retiramos o Estado da situação em que se encontrava de inadimplência absoluta, para o que contribuiu o programa de privatizações. Quebramos ou flexibilizamos monopólios. Não privatizamos por privatizar, mas para tornar os serviços públicos mais eficientes, menos onerosos. Criamos agências reguladoras para despolitizar a implementação das políticas públicas, assegurar a qualidade dos serviços e proteger os direitos do consumidor. O que vem ocorrendo com as telecomunicações ilustra esse processo.

Gráfico 2: De 1994 a 1999, verificou-se um crescimento extraordinário no número de telefones celulares, que passou de 800 mil para 17 milhões. Ou seja: acréscimo de mais de 16 milhões. Também houve expansão significativa da telefonia fixa.

Sem a transformação refletida nesses números, o Brasil dificilmente teria condições de ingressar nessa nova onda de avanço tecnológico e de reorganização do setor produtivo que se anuncia com a Internet. Um bom indicador de que estamos assimilando

os novos padrões tecnológicos foi o número de declarações de impostos de renda feitas pela rede, que correspondeu a 88% das declarações de pessoas físicas e à totalidade das declarações de pessoas jurídicas.

Nossas empresas ganharam maior competitividade no mercado externo. A abertura à concorrência internacional não levou ao desmantelamento da indústria nacional. O empresariado reagiu à liberalização comercial com empenho e criatividade, reduzindo custos, melhorando a qualidade e a produtividade, iniciando um ciclo de investimentos para a modernização e expansão do parque produtivo que está longe de se esgotar.

Enfrentamos e superamos as crises financeiras e os ataques especulativos, graças à solidez de nossa economia e à competência dos gestores econômicos. Não tenho hesitado em alertar os dirigentes do Grupo dos Sete, desde conferência que pronunciei em abril de 95 na Cepal, para a necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional, que confira alguma previsibilidade aos fluxos de capital, cuja irracionalidade tem sido particularmente danosa para os países em desenvolvimento.

Malgrado todos os percalços, o Brasil conseguiu passar de “patinho feio” a uma posição de primazia entre as economias emergentes. Deixamos de ser uma nação isolada, encolhida, voltada para dentro. Estamos cada vez mais sintonizados com o mundo e cada vez mais unidos aos nossos vizinhos. O Mercosul sobreviveu às dificuldades impostas pelas crises financeiras e caminha rumo a uma maior convergência das políticas macroeconômicas nacionais. Com a realização da Cúpula da América do Sul, daremos início a processo que, estou certo, conduzirá a um continente mais coeso e economicamente integrado.

Um novo ciclo de prosperidade à vista

Como “Avança Brasil”, redefinimos nossa estratégia de desenvolvimento e colocamos em marcha amplo programa de investimentos em infra-estrutura e na área social. São contemplados investimentos da ordem de US\$ 119 bilhões em telecomunicações, transportes e energia, dos quais US\$ 44 bilhões provenientes do setor privado, que poderá contar em breve com um mercado de ações mais ágil e melhor estruturado.

O país se lança, assim, num gigantesco esforço de coordenação de agentes públicos e privados para a execução de eixos estratégicos de desenvolvimento, redefinindo o papel econômico do Estado para além dos paradigmas obsoletos do neoliberalismo e do dirigismo.

O “Avança Brasil” é provavelmente a estratégia de planejamento mais ambiciosa que este país já teve, não apenas na definição de metas, mas na previsão do controle dessas metas. Aos que afirmam faltar um projeto nacional respondo, com franqueza, que falta, na verdade, que as pessoas se informem melhor sobre o que está sendo feito e planejado no âmbito do “Avança Brasil”. A importância desse modelo já está servindo de inspiração ao Banco Interamericano de Desenvolvimento em sua política de apoio a projetos de infra-estrutura na América do Sul, o que certamente contribuirá para a integração continental.

Aos programas do “Avança Brasil” deve ser acrescentado o novo modelo de financiamento da pesquisa científica e tecnológica, a ser financiado com recursos de atividades privatizadas. O Brasil já possui um sistema de pesquisa e pós-graduação somente equiparável no mundo em desenvolvimento àqueles encontrados na China e na Índia. O salto foi enorme entre 1951, quando foi fundado o CNPq (na mesma época foram criados o CNRS na França e a National

Scientific Foundation nos Estados Unidos), e os dias atuais. Naquele ano foram concedidas aproximadamente setenta bolsas de estudo. No ano passado o número de bolsas do CNPq e da CAPES chegou à faixa de sessenta e sete mil. A este dado acrescenta-se o indicador de que o Brasil produz quatro mil doutores por ano. O certo é que poderemos agora, com a articulação que se antecipa entre pesquisa e produção, dar um novo salto qualitativo e ingressar com confiança na economia do conhecimento, que é o grande desafio do milênio que inicia.

O mais importante é que todas essas mudanças têm caráter de permanência. Vieram para ficar. As bases estão firmadas para um crescimento sustentado, para um novo ciclo de prosperidade, que já começou, com impacto sobre os níveis de investimento, do crescimento do produto, da renda e, mais recentemente, do emprego.

Gráfico 3: A confiança dos investidores na economia brasileira pode ser atestada pelos expressivos montantes de investimento estrangeiro direto que ingressaram no país nos últimos anos. Em 1999, entraram cerca de 30 bilhões de dólares, o que corresponde a 15 vezes o valor de 1994, quando ingressaram apenas 2 bilhões de dólares. Em um período de 5 anos (1995-1999), entraram cerca de 90 bilhões de dólares, dos quais cerca de 23 bilhões no programa de privatização.

Gráfico 4: A taxa de formação bruta de capital fixo, após ter caído de 20,5% a 19,3% entre 1995 e 1996, aumentou para 19,9% do PIB em 1997 e se manteve no mesmo nível em 1998. Para o período 1999-2000, espera-se um aumento ainda maior. Os Gráficos 5 e 5-A indicam a evolução do PIB entre 1980 e 1998.

O Gráfico 5-B mostra o comportamento do PIB per capita no mesmo período. Em 1998, seu valor foi de R\$ 5.562,00. Para o ano 2000, projetamos em 4% o crescimento da economia,

taxa que deve ser mantida ou mesmo elevada nos próximos anos. Com a queda observada no índice de crescimento populacional, isto implica uma tendência de expansão significativa da renda per capita. E isso em bases sustentáveis, num regime democrático e com o Estado saneado, comprometido com os mais humildes.

Gráfico 6: Os dados do 1o trimestre de 2000 (confrontados com os do período correspondente de 1999) mostram que a indústria está em uma rota inequívoca de crescimento: crescimento de 8% da produção industrial, com expansão particularmente forte (21,6%) no setor de bens duráveis.

Gráfico 7: Alcançamos no ano 2000 um recorde na de grãos com 85,7 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 45% em relação à safra obtida no início da década de 1990, que foi de 58,9 milhões de toneladas.

Gráfico 8: A retomada do crescimento tem permitido, já desde o último trimestre de 1999, uma recuperação do emprego. A criação líquida de emprego em 12 meses, registrada em março de 2000, já é uma das maiores da década. Esses e outros indicadores econômicos demonstram de forma eloquente que o Brasil está no rumo do crescimento sustentado.

Avanços na área social

Mas nós sabemos todos que não se muda a face de uma sociedade iníqua como a brasileira em um par de anos. Somos herdeiros de séculos de espoliação social, que chega até nossos dias. Basta observarmos os dados sobre desigualdade.

Gráfico 9: Distribuição da renda por faixas no período 1977-1998. Enquanto 1 % da população (mais ricos) detém de 15 a 20 % da renda nacional, a metade (50 % mais pobres) permanece com pouco mais de 10 %.

O abismo entre ricos e pobres custa a ser

reduzido porque o Estado esteve sempre refém dos grupos abastados e, em vez de ser o guardião do bem comum, abrigou muitos privilégios. As elites privatizaram o Tesouro por meio de subsídios, transferências de renda, empréstimos a fundo perdido, isenções fiscais e uma série de outros artifícios. Mas isto começou a mudar, por escolha do eleitor, por cobrança da sociedade.

Juntos, iniciamos muitas batalhas. Algumas vencemos: a estabilidade; a reforma e reconstrução do Estado, que se achava não apenas privatizado, mas falido; a consolidação de uma economia aberta e competitiva. Realizamos um grande esforço para colocar o país sobre os trilhos que conduzirão a uma sociedade mais justa e mais desenvolvida. Outras batalhas estamos por vencer. Agora temos que intensificar ainda mais a luta contra a exclusão e a marginalização social, que deve ser uma luta sem trégua. É um compromisso do qual não abro mão.

Sabemos que os resultados desse esforço não aparecem da noite para o dia, mas já se pode mensurar o seu impacto em muitas áreas, como educação, saúde, previdência social, reforma agrária, direitos humanos, meio ambiente, questão indígena e política de gêneros. Na verdade, a velocidade das transformações sociais no Brasil me parece às vezes mais rápida do que a das transformações econômicas. Na educação, estamos realizando uma verdadeira revolução no País. Uma revolução que começou com a prioridade dada ao ensino fundamental e cujos efeitos já começam a se fazer sentir.

Um dado que mostra isso com clareza: o aumento do número de matrículas no ensino médio (resultante, inclusive, da melhora no ensino fundamental). Em 1994, o número total era de cerca de 5 milhões. Em 1999, foram mais de 7 milhões e 700 mil. Isso representa um crescimento de 57,3%. E o que é essencial: esse crescimento se deveu,

sobretudo, à forte expansão das matrículas no ensino médio público, que nesse período se ampliou em cerca de 67% (contra 19% de aumento do mesmo índice no ensino privado).

Gráfico 10: A revolução na educação: redução drástica do número de crianças fora da escola. Em 1992, eram mais de 18% das crianças em idade escolar. Em 1999, foram apenas 4%.

Gráfico 11: Avanço em direção à eliminação do analfabetismo. Em 1990, mais de 18% dos brasileiros maiores de 15 anos eram analfabetos. Em 1998, já eram menos de 14%.

A Tabela 2 mostra que o sistema educacional apresenta taxa de crescimento com o aumento anual do número de matrículas no período de 1995 a 1999: 13% na educação básica, 57% na escola secundária e educação técnica e 28% na educação superior.

Com esses avanços, podemos hoje ter em nosso horizonte próximo, de forma realista, a meta de um Brasil em que nenhuma criança esteja fora da escola e no qual todos os adultos saibam ler e escrever.

Isso significa que estamos acelerando o desenvolvimento social do Brasil. Fizemos em três anos mais do que havia sido feito em dez.

Gráfico 12: Os avanços obtidos na área da educação entre 1995 e 1998 superam os alcançados nos 10 anos anteriores. Por exemplo: no período 1983-1993, aumentou em 3 pontos percentuais o número de crianças com 7 anos completando a 1ª série do ensino fundamental; de 1995 a 1998, esse aumento foi de 3,5%. São especialmente expressivos os aumentos nas faixas de 16 a 18 anos.

Também de interesse para as perspectivas da educação no Brasil é o fato de que está sendo criado um novo sistema de financiamento da pesquisa no país. Para cada área privatizada, é previsto um fundo de apoio à pesquisa. O fundo relativo ao petróleo

já está funcionando, gerando cerca de 100 milhões de reais. Quando todos esses fundos forem aprovados pelo Congresso, o que espero ocorra ainda este ano, passaremos a dispor de mais de 1 bilhão de reais adicionais para o incentivo à pesquisa, o que contribuirá para expandir e consolidar nosso sistema de ciência e tecnologia, cuja importância já mencionei. Na saúde, com ações na área da medicina preventiva, com a ênfase na saúde da família, com a multiplicação do número de agentes comunitários (eram 29 mil em 1994, e passaram a mais de 105 mil em 1999) e com a competência na utilização dos recursos públicos, reduzimos sensivelmente os índices de mortalidade infantil.

Gráfico 13: A mortalidade infantil vem caindo de forma significativa. No início da década, a taxa era de 48 por mil nascidos vivos. Em 1998, foi de 36 por mil. E a redução foi ainda mais forte nas regiões mais pobres. O que significa isso? Significa que o Brasil é hoje um país melhor. A taxa ainda é alta, mas o fato é que milhares de brasileiros estão tendo a chance de viver, de escapar das carências nutricionais e das doenças. E têm a perspectiva de oportunidades cada vez maiores, por causa dos avanços na educação.

Houve melhora nos níveis de nutrição. O programa de merenda escolar do Brasil talvez seja o maior programa nutricional do planeta. Todas as crianças que estão em escolas públicas recebem, diariamente, uma refeição, e nas áreas atendidas pelo sistema Comunidade Solidária, duas. Isto tem um impacto claro sobre a qualidade da nutrição e da saúde infantil.

Estamos avançando agora no atendimento à saúde da mulher, no apoio à maternidade, a despeito das fortes resistências que temos enfrentado. Também estamos comprometidos a mobilizar mais recursos para o saneamento básico, o que certamente

repercutirá sobre os indicadores em saúde. Estamos pondo fim aos abusos e privilégios na Previdência, liberando recursos para o atendimento dos reais necessitados.

Criamos um amplo programa de qualificação profissional, o PLANFOR. Com base em inúmeras parcerias entre o Governo federal, os Estados, as Prefeituras, os sindicatos e as ONGs, estamos oferecendo requalificação profissional para milhões de brasileiras e brasileiros.

Na educação, na saúde, na qualificação profissional – e em outras áreas – a gestão pública no Brasil caminha no sentido de uma progressiva descentralização, para benefício das populações mais carentes. Quem está mais perto dos problemas sabe identificar com mais precisão como aplicar melhor os recursos, reduzindo o desperdício e evitando a corrupção.

Realizamos assentamentos agrários em uma área equivalente a três Bélgicas, envolvendo mais de 370.000 famílias, o que significa um resultado superior ao total alcançado por todos os governos anteriores.

Gráfico 14: Só nos primeiros quatro anos deste governo foram assentadas mais famílias do que nos trinta anos anteriores.

Criamos e desenvolvemos programas de acesso ao crédito e à assistência técnica para a agricultura familiar, a micro, a pequena e a média empresa, como o PRONAF e o PROGER.

Regularizamos mais de um terço das terras indígenas existentes no país, o que corresponde a um território semelhante ao dos estados de Pernambuco e Paraná juntos.

Mantemos, criamos e aprimoramos programas de transferência direta de renda – como as aposentadorias rurais, o seguro-desemprego, a bolsa-escola e os benefícios para idosos e portadores de deficiência pobres – que envolvem recursos anuais

da ordem de 17 bilhões de reais. Fizemos dos direitos humanos, mais do que uma aspiração, uma prática, um compromisso prioritário do Estado e da sociedade.

Uma avaliação de conjunto da área social mostra, portanto, que o Brasil já avançou muito. Precisa avançar ainda mais, diante da dimensão dos problemas que enfrentamos, em particular a persistência de níveis inaceitáveis de desigualdade e pobreza. Mas é importante perceber que vários dos indicadores sociais mais relevantes encontram-se hoje em seu melhor nível em toda a história do Brasil.

Gráfico 15: Redução drástica nos níveis de pobreza. O gráfico mostra que a estabilidade propiciou uma queda sustentável na proporção de pobres. Imediatamente antes do Plano Real, a porcentagem de pobres era de 44,2%. Em 1998, foi de 32,7%.

Gráfico 16: Crescimento significativo e sustentado da renda familiar per capita. O gráfico mostra que o Plano Real permitiu uma elevação significativa da renda familiar e, o que é mais importante, que esse avanço tem se mantido sustentado (à diferença do ocorrido em períodos anteriores, quando houve picos de elevação, seguidos de reduções igualmente substanciais).

Gráfico 17: Aumento sensível na posse de bens duráveis de consumo. Hoje, aproximadamente 88% das famílias brasileiras têm televisão, e cerca de 81% têm geladeira. Destaca-se a aceleração recente do crescimento do número de telefones (de 20% dos domicílios em 1995 para mais de 30% em 1998).

Gráfico 18: Os bens mais consumidos pela população mais pobre sofreram aumento de preço inferior à inflação. Esse dado, somado aos indicadores de crescimento da renda familiar, demonstra uma melhora do poder aquisitivo dos segmentos mais carentes.

Salto de qualidade

Estou convencido de que o Brasil consolidou grandes transformações nos últimos anos e que hoje está dando um salto de qualidade no seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Mas em um mundo de riscos e oportunidades, quem não for capaz de adaptar-se às novas circunstâncias – o cidadão, o partido político, a empresa, o país – está ameaçado de ser posto à margem.

As metas e os desafios são muito claros:

- assegurar a igualdade de oportunidades e a coesão social em um país marcado por injustiças e distorções seculares;
- conciliar, no nível nacional, a eficiência do mercado com a preservação do contrato social; em outras palavras, fazer com que o crescimento econômico avance de mãos dadas com a equidade;
- lutar para que o processo de globalização das economias seja mais simétrico, fazendo do movimento de capitais e do acesso aos mercados instrumentos efetivos de desenvolvimento;
- elevar nossa capacidade exportadora, o que supõe o aumento da produtividade de nossas empresas. É preciso que saibamos avançar nos setores mais dinâmicos do comércio internacional. Não basta dizer que o governo precisa fazer isso ou aquilo. Os empresários também têm que inovar, que gerir melhor suas empresas, que considerar a escala de seus empreendimentos. Cabe elevar os índices de investimentos no Brasil, para bem além dos 20% atuais;
- garantir, através de mecanismos democráticos, níveis adequados de segurança pública e combater eficientemente as diversas formas de crime organizado, em particular o tráfico de drogas;
- redesenhar as estruturas do Estado para

responder de forma eficaz as tarefas do século XXI e, sobretudo, habilitar o país para os desafios da nova economia e da sociedade da informação;

- dar um basta definitivo à impunidade e à corrupção, práticas que corroem o civismo, a própria crença no país, e de cuja erradicação devemos fazer, mais do que uma causa ou compromisso, uma verdadeira obsessão nacional. Estas são questões que afligem todos nós, no Brasil e em várias partes do mundo.
- Quando comparo o Brasil aos países desenvolvidos que participam das reuniões de líderes chamados progressistas ou reformadores, noto uma diferença. Eles estão respondendo aos desafios do século XXI – as tecnologias da informação e da comunicação, as fusões dos grandes conglomerados, a qualificação profissional – enquanto nós, além de enfrentarmos esses mesmos desafios na construção do futuro, estamos ainda acertando as contas com o passado. É o que o Cândido Mendes chama da contemporaneidade do não-coetâneo.

A questão da reforma agrária, elas a resolveram no século XIX. Também não foi fácil, pois só aconteceu mediante ampla e penosa emigração. A educação básica começou também a ser resolvida no século XIX, enquanto nós só agora estamos nos aproximando da meta de universalização do acesso ao ensino.

E, além dos problemas antigos, estruturais, enfrentamos problemas novos, que demandam soluções novas. Temos consciência de que as agendas dos países tornam-se mais e mais parecidas, ainda que as respostas possam ser diferentes, pois refletem as realidades e os valores de cada um.

Este é o sentido das reuniões dos líderes de uma nova social democracia de que tenho participado ultimamente (depois de Florença, a próxima será em junho, em Berlim): troca de experiências, busca de novos caminhos e políticas públicas, encontro de soluções para os desafios daquilo que se tem denominado de “governança progressista”.

Conclusão

As questões relativas à sociedade moderna e globalizada transcendem em muito o mandato de um governo. Dizem respeito ao projeto de país que queremos ser. Aos valores básicos da nacionalidade. Por isso não encontraremos as respostas adequadas sem que a sociedade se engaje efetivamente neste debate. A sociedade brasileira está madura para tomar em suas mãos o seu destino. Ela não mais aceita o retrocesso, o zig-zag, a demagogia, o retorno ao passado de autoritarismo, de desorganização ou de populismo.

Há vários anos ela está empenhada, com determinação e coragem, em construir um novo Brasil. Essa não é tarefa para um presidente ou para um grupo de governadores iluminados, apenas. Nem mesmo para um só partido. Tem que ser a missão maior de uma sociedade que compartilhe uma visão de país e que esteja consciente do rumo a seguir.

Sabemos que o caminho ainda é longo, mas sabemos que temos condições de percorrê-lo.

Estamos no limiar de um novo tempo, o tempo de uma sociedade civil vibrante e de um Estado virtuoso, voltado para os mais pobres e trabalhando em parceria na promoção do bem comum.

O tempo de uma depuração de práticas e valores políticos. O tempo de um crescimento sustentado, pujante e integrado ao mundo. É

um futuro que já se anuncia, mas que pode ser antecipado. Depende de nós.

Este Fórum pode contribuir muito para isso, se tivermos a humildade de ver as coisas, ver os dados, de aceitar a crítica, a autocrítica ou o que seja, e não nos deixarmos aterrorizar por mitos que perturbam uma visão serena e objetiva daqueles que, realmente, têm responsabilidade de liderança, neste país. E liderança, hoje, não é pessoal, tem que ser uma liderança coletiva. Há muitos setores que fazem parte dessa liderança.

E, quando o país se abate por falsos profetas, quando ele se abate por idéias simplistas, quando ele se abate porque não tem, às vezes, mais a paciência, até mesmo para ver o que está acontecendo, quem perde não são os dirigentes, quem perde é o país, quem perde é a sociedade.

A nossa responsabilidade, digo nossa, agora, como pessoa, de todos nós, que somos capazes de ler, de enxergar, de somar dois com dois, e até de usar o computador, é muito grande. É muito grande para nos perdermos em devaneios pessimistas, muitas vezes, ou injustos, ou críticas vazias, ou visões que não correspondem mais à realidade. E, com isso tudo, ao invés de embalarmos as nossas possibilidades de crescimento, ficamos o tempo todo tirando o ânimo daqueles que precisam ter ânimo.

Mas este país não vai se deixar vencer por uma visão equivocada, porque ele tem essa tendência que mostrei aqui. Tem as dificuldades, vamos enfrentá-las. Vencemos

a estabilização, vamos vencer o crescimento, vamos vencer a questão das limitações externas, vamos dar maior impulso às exportações e, sobretudo, vamos continuar dando educação em massa para esse povo. Inclusive nos setores de mais vanguarda, para que o povo possa, realmente, participar do novo século que vem aí.

Gostaria, imensamente, de estender-me sobre outras questões, sobretudo sobre as questões políticas, sobre as questões da reformulação, do que falta muito no nosso sistema político. Vejo, com muita injustiça, se dizer a toda hora que o governo não quer a reforma tributária. O tempo todo estou discutindo a favor da reforma tributária. Desde que se faça alguma coisa que seja efetiva e que não se vá criar uma reforma tributária que vá servir, apenas, para alimentar a indústria de liminares que impedem o governo de cobrar aquilo que é devido.

Há muitos problemas que eu gostaria de poder discutir neste Fórum, com paixão. Porque sem paixão não se mudam as coisas e nem se faz política. E eu vejo, com frequência, que dizem que sou distante e frio. É porque não me conhecem.

Mas a paixão deve sempre ser moderada por uma certa dosagem de conhecimento, com uma certa humildade de saber que a vontade não faz tudo sozinha. Sem ela, não se faz muito. Com ela, sozinha, tampouco.

Juntando a vontade com o conhecimento, creio que se faz.. Os senhores têm o conhecimento e a vontade. Podem fazer.

Muito obrigado.

FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA
JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO. 18 DE MAIO DE 2000

Os colegas que hoje se formam tomaram a feliz decisão de eleger João Cabral de Melo Neto como patrono da turma. Eu os felicito pela escolha e faço questão de me unir a Vocês nesta homenagem, como Ministro, mas sobretudo como colega, amigo, leitor e admirador de João Cabral. Ao fazê-lo, fui buscar na sua obra alguns versos que tratam, de forma mais ou menos direta, de certos traços constantes na vida do diplomata: partir, observar, falar e escrever. Ou, em outras palavras, sentir - muitas vezes sentir saudades - compreender (um verbo que ele tanto repetia), relatar e explicar.

Encontrei tudo isso no poema DE UM AVIÃO. Descrevendo a decolagem de Pernambuco para o que ele chamou de Todos-os-Foras - os diplomatas estão sempre decolando de suas terras para Todos-os-Foras - João Cabral observou lá do alto (e eu cito):

“A paisagem, ainda a mesma parece agora noutra língua: numa língua mais culta, sem vozes de cozinha. Para a língua mais diplomática a paisagem foi traduzida: onde as casas são brancas e o branco, fresca tinta; onde as estradas são geométricas e a terra não precisa limpa (...)”.

Com certeza, o nosso grande colega falava da linguagem diplomática como estereótipo.

Digo com certeza, porque João Cabral foi sempre a prova de que ser diplomata de modo algum significa viver apartado da realidade, deixar de sentir e compartilhar o cotidiano duro de grande parte de nossa gente, ou, na sua imagem, “enxergar o homem, não mais sua cicatriz”.

Ele sabia ser duro não apenas o cotidiano do brasileiro, e em particular do nordestino. Sabia, com a sua sensibilidade, e com as muitas décadas de experiência profissional, que duro também é, muitas vezes, o dia-a-dia das relações internacionais.

Relações internacionais que são hoje, cada vez mais, a arena em que os países definem aspectos fundamentais de seu presente, e de seu futuro. Nessa arena, complexa e desafiadora para nós diplomatas, o Embaixador João Cabral de Melo Neto haveria de concordar que a linguagem diplomática - e mais uma vez eu recorro à sua poesia - precisa combinar a suavidade da “palavra seda” com a dureza da “palavra de pedra” que ele ouvia do sertanejo.

O nosso trabalho requer, e a Nação espera, que a linguagem dos diplomatas seja clara e que, quando preciso, as suas palavras sejam fortes. Os brasileiros - até para que possam interessar-se e participar mais e mais das

decisões de política externa - precisam compreender claramente o que fazemos, o nosso papel, a nossa contribuição ao esforço pelo desenvolvimento do País.

No mesmo sentido, devemos fazer entender com clareza aos nossos interlocutores de outros países, aos nossos parceiros, o que o Brasil é, o que o Brasil pensa, o que o Brasil quer e o que o Brasil não quer.

Senhor Presidente,

Hoje, ao celebrarmos o Dia do Diplomata, pensemos no Brasil - como muito se tem feito em relação aos dos 500 anos do Descobrimento - mas com os olhos voltados principalmente para as especificidades que a história nos legou.

A primeira destas particularidades está em que, numa América do Sul incorporada ao império dos espanhóis, fomos colônia de Portugal. Num espaço em que nossos vizinhos se dividiram em vários países, mantivemos a unidade territorial. Rodeados por grandes líderes republicanos que alcançaram pela luta armada a independência de seus povos, viemos ao mundo como nação independente sob a condução do herdeiro do trono português.

Desses traços que tanto nos diferenciam, resultaram muitas de nossas características atuais. O conjunto de todas essas heranças, que são dinâmicas, define o que somos e condiciona o que podemos ser e queremos ser.

Assim, foi também uma decisão inspirada desta turma escolher como paraninfo o Conselheiro Renato Sérgio de Assumpção Faria, seu professor de História Diplomática no Rio Branco. Um dos bons historiadores do Itamaraty, Renato sabe, como nós sabemos, que não é possível fazer diplomacia sem conhecer as histórias do Brasil, dos outros países, e das relações internacionais.

Ele terá ensinado a Vocês, por exemplo, que durante muito tempo, no relacionamento

com nossos vizinhos, de parte a parte, as ênfases estiveram quase sempre voltadas para as diferenças e as distâncias entre nós e eles. Sentimentos de desconfiança, e até de rivalidade, dificultavam uma maior aproximação.

Muitas das maiores realizações da diplomacia do Brasil, sobretudo ao longo do século XX, resultaram da capacidade de compreender essas dificuldades, respeitar as percepções que motivavam muitas delas.

Por sabermos conviver com a nossa própria diversidade, com a nossa realidade complexa e plural, somos capazes de compreender o outro, o estrangeiro. Por isso mesmo, costumo dizer que o Brasil é uma nação que se sente bem dentro de sua própria pele, e perante o resto do mundo.

Apesar de ainda estarmos longe de alcançar o nível de bem-estar e justiça social a que todos almejamos, e de reconhecermos os nossos problemas e limitações, temos muito orgulho do nosso país e de nossa boa convivência internacional, em especial com os nossos vizinhos. Como nação, sentimo-nos basicamente seguros de nós mesmos, e sempre quisemos contribuir para o surgimento de uma ordem regional e mundial em que todos possam sentir-se seguros e confiantes.

Jamais cedemos à tentação do protagonismo auto-centrado, mas tampouco caímos na armadilha de uma discrição que se confunda com timidez. Os nossos parceiros sabem que, por vezes, somos discretos; é o nosso estilo. Mas sabem, também, que não somos tímidos. Temos consciência de nossas possibilidades, e também de nossos limites.

Com essa postura, com esse comportamento, a nossa diplomacia, em especial a partir da obra do Barão do Rio Branco, contribuiu de forma decisiva para que os brasileiros, há 130 anos, não tenham sofrido as conseqüências

devastadoras do envolvimento em disputas e conflitos internacionais próximos ou dentro de nossas fronteiras.

Basta olharmos em volta de nós, para todos os continentes, para perceber que não se trata de uma realização fácil ou menor.

Por seu apego à solução pacífica, à negociação, às regras do direito internacional, à transparência e à cooperação construtiva, a diplomacia brasileira desempenhou papel igualmente decisivo na transformação do convívio das nações em nossa região. A persistência nesse caminho e, mais recentemente, a volta da democracia no Brasil e em quase toda a América Latina, ajudaram a criar um ambiente em que as especificidades de cada um deixaram de ser fatores de afastamento e desconfiança e tornam-se, cada vez mais, elementos de convergência política, integração econômica, e de atração recíproca nos campos social e cultural.

Senhor Presidente,

No universo das relações internacionais, é necessário combinar a força indispensável da vontade política com a dimensão mais complexa das possibilidades e das limitações.

É preciso conciliar interesses, mobilizar recursos, que são sempre escassos, balancear ganhos e concessões, eliminar ou minimizar resistências, acertar as grandes linhas e também os detalhes.

A diplomacia tem o seu próprio ritmo, porque cada país tem o seu próprio tempo - que precisamos respeitar. Quase sempre, por isso, uma das negociações mais difíceis nos acordos diplomáticos é justamente a sincronização desses tempos.

É evidente que, como em todos os campos da atividade humana, os progressos nas relações internacionais resultam da determinação,

da criatividade e do atrevimento de pensar e buscar o que parece impossível. Assim, Vocês que hoje se formam devem preservar cuidadosamente a chama da ousadia, do desejo de agir, de acelerar e mudar a história.

Mas cultivem também uma certa dose de respeito pelas lições da experiência passada. É possível e necessário fazer história, alterar o seu curso. O bom estadista, o bom diplomata, no entanto, deve ter presente o risco de se tentar atropelar a história com iniciativas pouco realistas, de se buscarem acordos para os quais não exista ainda base suficiente.

Senhor Presidente,

O Itamaraty tem o orgulho de olhar para trás e ver a longa trajetória, especialmente neste século que ora se encerra, de uma diplomacia de muitos acertos e poucos erros, objeto de reconhecimento internacional. De uma diplomacia que há quase duzentos anos trabalha dedicadamente na defesa dos interesses do nosso país, de seus cidadãos, e do desenvolvimento nacional, em todos os cantos do mundo. Um trabalho que envolve, como eu disse no início, parafraseando João Cabral, palavras e ações de seda e de pedra.

O maior orgulho do Itamaraty sempre foi o de servir ao Brasil. É para isto, somente para isto que estamos aqui. Hoje, temos a felicidade, sob a liderança de Vossa Excelência, de servir a essa sociedade que, no exercício de uma democracia cada vez mais forte, vai tomando em suas próprias mãos a tarefa de definir os nossos caminhos. E de avançar na construção de um Brasil que já não tenha os defeitos que todos conhecemos e sentimos, mas seja capaz de preservar e acentuar as qualidades e singularidades que todos celebramos e de que todos nos orgulhamos.



FORMATURA DA TURMA “JOÃO CABRAL DE MELO NETO”, DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA “JOÃO CABRAL DE MELO NETO”, DO INSTITUTO RIO BRANCO PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2000

Para mim, é um prazer novamente participar desta cerimônia alusiva ao Dia do Diplomata. Todos aqui sabem das minhas ligações com esta Casa, que já tive a honra de chefiar e que é, para o Brasil, um motivo de orgulho e de tranquilidade. Orgulho porque o Itamaraty é parte importante de nossa história. Tranquilidade por sabermos que a execução da política externa é conduzida no âmbito de uma instituição de qualidade comprovada e que tem sabido atualizar-se, adaptar-se às mudanças do país e do mundo.

Não é por acaso que falo aqui em atualização. Porque esta cerimônia não é outra coisa senão um ritual de atualização, de renovação, que se consuma com o ingresso de uma nova geração de servidores desta Casa e do Brasil. E a diplomacia tem a sua forma própria de renovar-se. Uma forma que não pode ser brusca, porque a diplomacia procura sempre, e com razão, salvaguardar princípios e preservar a credibilidade, sem a qual um país como o Brasil não pode exercer influência no plano internacional.

Gostaria de falar-lhes, hoje, sobre alguns aspectos de nossa política externa que

envolveram, nos últimos anos, essa dimensão da mudança, da atualização. Mais do que ninguém, vocês conhecem o alcance e a velocidade dos processos de transformação internacional.

Também o Brasil mudou, e mudou muito, desde o início dos anos oitenta, e as conseqüências têm sido decisivas para a formulação e a execução da política externa. Poderíamos resumir a mudança em três palavras: democracia, abertura e estabilidade.

A diplomacia do Brasil democrático, do Brasil que se abre economicamente para sua vizinhança e para o mundo, do Brasil que consolida a estabilidade de sua moeda, não podia ser a mesma diplomacia do Brasil autoritário, da substituição de importações, da inflação crônica.

A democracia induziu o surgimento de novas visões do interesse nacional. Em uma questão importante, como a do desenvolvimento – que é a prioridade número 1 da nossa diplomacia – a prática democrática tem-nos levado a buscar, não qualquer desenvolvimento, mas aquele que traz em si – além de prosperidade – a justiça social, o respeito aos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

É próprio das democracias não esconder os seus problemas. À diferença do que se fez no passado, reconhecemos que a herança de desigualdade e de exclusão social é um dos condicionantes de nossa atuação externa.

E o reconhecemos com serenidade, porque não nos sentimos ameaçados por críticas vindas de fora. Por mais enfáticas que sejam, nunca serão tão veementes quanto as críticas que nós mesmos nos fazemos.

Por isso, é oportuna a lembrança de “Morte e Vida Severina” – e aproveito para expressar minha homenagem ao patrono tão bem escolhido por esta turma, o embaixador e grande poeta João Cabral de Melo Neto, por quem sempre tive muita admiração.

Que tantos brasileiros ainda enfrentem condições de grande dificuldade é um fato central de nossa vida como nação e um elemento constitutivo de todas as manifestações de nossa identidade nacional – e a política externa não poderia ser exceção. Daí porque, também no plano externo, a prioridade deva ser o desenvolvimento econômico e social. E as outras duas dimensões da mudança a que me referi – a abertura e a estabilidade – propiciam ao Brasil condições muito favoráveis para iniciativas nesse sentido. Nossa vizinhança imediata – o Mercosul e a América do Sul – avança a passos firmes na direção de níveis sustentados de progresso. Isso traz, para o Brasil, novas oportunidades de fortalecimento dos laços políticos e econômicos com nossos vizinhos.

O mesmo João Cabral falou, certa vez, do sonho de uma arquitetura de espaços abertos, onde se construiriam “portas-por-onde” e jamais “portas-contra”. Algo semelhante é a nossa atitude, hoje, com relação às nossas fronteiras. Queremos que sejam “fronteiras-

por-onde”, e não fronteiras de isolamento ou de proteção. Queremos, na América do Sul, consolidar fronteiras de cooperação, não de separação. Isso já é uma realidade no Mercosul.

Superamos as desconfianças do passado. Temos hoje uma aliança estratégica com a Argentina e estamos construindo, juntamente com Paraguai e Uruguai, uma União Aduaneira que engloba um mercado unificado de mais de 1 trilhão de dólares. Gradualmente, o Chile e a Bolívia incorporam-se a esse processo.

O Mercosul tornou-se possível por causa da democracia e da abertura ao exterior. Ganhou ímpeto com a estabilidade da moeda brasileira e a capacidade do Brasil de retomar o crescimento econômico. Resistiu às crises financeiras e delas saiu mais fortalecido do que nunca. O Brasil é um país que tem peso nas relações internacionais. Não temos veleidades de poder, nem buscamos protagonismo, mas temos a força de nossos objetivos e de nossa independência. Como país de dimensões continentais, tendemos durante muito tempo à introspecção e, não raro, a fantasias de auto-suficiência.

Nada disso deve impedir-nos de ver que o Brasil, precisamente por ser uma das maiores economias do mundo, tem uma grande responsabilidade no plano internacional, e muito especialmente no âmbito regional.

A democracia, a abertura e a estabilidade econômica reforçaram, em nós, o sentido dessa responsabilidade.

A responsabilidade de ser um fator de garantia de paz, de unidade e de concórdia entre nossos povos. Um fator de impulso ao regime democrático e ao desenvolvimento. Foi com esse espírito que tomei a iniciativa de convidar os Presidentes dos países da

América do Sul para discutirmos em Brasília temas ligados à democracia, ao comércio, à integração física, ao combate ao narcotráfico e à cooperação científica e tecnológica. Estaremos aprofundando um diálogo de confiança entre todos os governos da região, com vistas a uma nova era de amizade e cooperação entre nossos países.

Tenho mantido contatos com os diferentes líderes sul-americanos sobre os fundamentos que acredito essenciais para definir esse novo momento histórico. Em primeiro lugar, a democracia. Aprendemos com a história o custo humano do autoritarismo e das aventuras que relegam a liberdade à condição de valor secundário. Aprendemos que as liberdades do vizinho são também garantias de nossa própria liberdade. A democracia de cada país é importante para o avanço da democracia em todos os países. E não pode haver retrocesso.

Ainda há poucos dias, os meios de comunicação lembravam denúncias de formas espúrias e sombrias de cooperação – se é que isso merece o nome de cooperação – que em dado momento chegaram a existir entre governos autoritários em nossa região. Felizmente, ainda que sejam lembranças dolorosas, podemos vê-las como uma página virada – mas que não se pode esquecer.

Na reunião de Brasília, estaremos fazendo precisamente o oposto. Estaremos fortalecendo a solidariedade democrática na América do Sul.

Outro ponto essencial é a infra-estrutura física e a perspectiva do desenvolvimento equilibrado de países que compartilham a mesma geografia. Não estaremos começando da estaca zero, pois a América do Sul já construiu um patrimônio de obras e projetos de integração nas áreas dos transportes, energia e

comunicações: Itaipu, Salto Grande, Yaciretá, a rodovia Panamericana, os passos fronteiriços nos Andes, as pontes internacionais. E mais recentemente, as hidrovias, as aquisições brasileiras de petróleo da Argentina e da Venezuela, o nosso projeto siderúrgico com a Colômbia, o gasoduto Bolívia-Brasil, a BR-174, a linha de transmissão elétrica que ligará o Guri a Roraima, e os projetos de interligação com o Peru.

Nos anos 50, 60 e 70, muitos países da América Latina desenvolveram um esforço substancial de planejamento econômico. A CEPAL e outras organizações contribuíram para esse esforço, que, em grande medida, se desfez nas décadas seguintes, por razões variadas, que vão desde a inflação descontrolada até o impacto da dívida externa e a crise do Estado. O Brasil é um dos poucos países da região onde esse esforço de planejamento não teve solução de continuidade.

Hoje, com a democracia, com a retomada do crescimento em um ambiente de estabilidade macroeconômica, temos a oportunidade histórica de, junto com nossos vizinhos, reacender o esforço de planejamento na América do Sul. Não o planejamento dirigista, tecnocrático, que a pretexto de promover desenvolvimento distorce a economia e abafa as forças produtivas.

Mas o planejamento que não prescinde da iniciativa privada e que sabe ver que a produção e o comércio exigem uma infra-estrutura que não surge da noite para o dia, nem surge por geração espontânea. É uma infra-estrutura que requer investimentos importantes, planejados em uma perspectiva regional, e não apenas nacional. Não é a toa que o Mercosul, justamente por já contar com uma base consolidada de infra-estrutura

física, conheceu um aumento extraordinário do comércio. Esse esforço tem que se estender a outras sub-regiões, para que o projeto da América do Sul se complete de forma mais efetiva.

A reunião de Brasília nos dará a oportunidade de avançar nesse redesenho da geografia econômica da América do Sul. Com a ajuda do BID, estaremos dando passos para identificar novos eixos de desenvolvimento, novas sinergias de comércio e infra-estrutura, em suma, estaremos avançando para que a América do Sul realize a sua vocação de ser, efetivamente, uma área de prosperidade compartilhada.

Para isso, é preciso atacar de frente problemas que ameaçam a nossa aspiração de desenvolvimento e a nossa segurança, em particular a questão do crime organizado. Na América do Sul democrática, próspera e justa que estamos construindo, não pode haver lugar para o narcotráfico, o banditismo ou a corrupção.

Essa tarefa de organizar o espaço sul-americano é uma necessidade também diante do processo de globalização. Devemos cada vez mais articular nossos interesses com os de nossos vizinhos na medida em que a região como um todo não pode deixar de habilitar-se a enfrentar os desafios de uma ordem crescentemente globalizada.

Estaremos, assim, consolidando a idéia de uma identidade sul-americana, como identidade de países que dividem uma mesma vizinhança imediata e, por isso, como é natural, têm uma agenda própria de temas, de oportunidades, de aspirações e de preocupações.

Não é, nem poderia ser, uma identidade excludente. Primeiramente, porque não exclui nossos laços – bilaterais ou multilaterais – com os outros países da América Latina, do continente

americano ou do mundo. E, em segundo lugar, porque não exclui a pluralidade que é intrínseca à própria América do Sul. A identidade sul-americana é uma identidade múltipla, que envolve as várias dimensões de nossa região: amazônica, andina, platina, caribenha. O mundo atual não comporta definições absolutas. Por isso, tenho falado da variabilidade da geometria política que nos dá a flexibilidade para avançar nos diferentes processos que compõem a agenda da integração.

Senhoras e senhores,

Meus caros formandos,

Estes são apenas alguns dos grandes temas que vocês serão chamados a enfrentar e aos quais dedicarão, nos próximos anos, uma boa parte de suas melhores energias. Servem para indicar a complexidade das questões internacionais com que nos defrontamos.

Egressos de uma instituição de excelência, como o Instituto Rio Branco, vocês serão os diplomatas de um novo tempo. Um tempo no qual enviar documentos a uma capital asiática já é tão fácil quanto enviá-los a São Paulo ou ao Rio de Janeiro. Um tempo no qual as notícias se propagam quase instantaneamente. Um tempo no qual a Internet revoluciona o acesso à informação. Um tempo no qual quem trabalha e quem investe tem que competir em escala global, e com o uso de tecnologias que mudam a cada dia.

O próprio Presidente da República vê o seu cotidiano transformado por essas novas ferramentas de trabalho. Há alguns dias, cheguei a participar de uma videoconferência com o Primeiro Ministro de Portugal. Está aí a “diplomacia presidencial eletrônica”. Faço essa referência apenas para mostrar as circunstâncias novas em que operamos.

A dificuldade do trabalho que será o de vocês consistirá em representar um país que, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios

do futuro, está ainda às voltas com hipotecas do passado, em particular a grande dívida da desigualdade e da exclusão social.

Reunir essas duas tarefas em um esforço viável de desenvolvimento é o principal objetivo a que nos estamos dedicando, com a consolidação da estabilidade econômica, com os avanços sem precedentes na educação e na saúde, com os investimentos de infra-estrutura e com o aumento de nossa capacidade de competir internacionalmente. Ao mesmo tempo, isso exige que o Brasil seja capaz de obter condições cada vez mais vantajosas em sua interação com a economia internacional, seja no comércio, nas finanças, nos investimentos diretos ou na tecnologia. Isso exige o fortalecimento de nossa vizinhança como espaço de democracia e de desenvolvimento compartilhado.

Como exige, também, o fortalecimento contínuo de nossa capacidade de atuação nos principais temas da agenda internacional. São tarefas de fôlego, mas que são favorecidas pela legitimidade que caracteriza uma política externa formulada democraticamente, no diálogo com o Congresso, com os Estados e municípios e com a sociedade civil. Não são tarefas fáceis e é bom saber que o Brasil contará com o talento e a dedicação de todos vocês para realizá-las.

Meus parabéns e meus votos de pleno êxito na carreira que hoje iniciam.

Muito obrigado.



SOLENIDADE DE FORMATURA DOS ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, NA SOLENIDADE DE FORMATURA DOS ALUNOS DO INSTITUTO
RIO BRANCO. PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2000

Senhor vice-presidente da República,
Dr. Marco Maciel,
Senhor ministro de Estado das Relações
Exteriores, embaixador Luís Felipe
Lampreia,
Senhor secretário-geral das Relações
Exteriores, embaixador Luís de Seixas
Corrêa,
Senhor diretor do Instituto Rio Branco,
embaixador André Matoso Maia Amado,
Senhores formandos da turma João Cabral
de Melo Neto,
Senhores diplomatas,
Senhoras e senhores,

Já disse o ministro Lampreia que é a sexta vez que presido esta cerimônia, sem contar que quando fui ministro estava ao lado do presidente. E é para mim um prazer, novamente, participar deste Dia do Diplomata. Vocês todos conhecem as minhas ligações com esta Casa, que como já foi dito e é sabido, tive a honra de chefiar. E acredito que esta Casa seja um motivo de orgulho e de tranquilidade para o Brasil. Orgulho porque o Itamaraty é parte importante de nossa História.

Aqui já foi dito pelo embaixador Lampreia, foi dito pelo ilustre orador que é o paraninfo da

turma a importância do que foi feito no Brasil no passado, em termos de ação diplomática, ação consistente, ação reconhecida. Mas quero, também, ter a honra de dizer e secundo o que já foi dito, também, que sob a chefia do embaixador Lampreia o Itamaraty continua a ser um ponto de referência para todos nós, brasileiros, e até diria que mesmo para os que não são brasileiros, mas que acompanham o modo tranquilo, sereno e firme com que temos sabido executar a nossa política externa como uma instituição de qualidade comprovada e que tem sabido se atualizar diante das mudanças que ocorrem no país e do mundo.

Não é por acaso que menciono essa característica do Itamaraty e da nossa política externa, que é de atualização. Esta cerimônia não é outra coisa senão um ritual de atualização, uma espécie de renovação que se consuma com o ingresso de uma nova geração de servidores desta Casa e do Brasil. E esse cerimonial de renovação, esses ritos de passagem têm muita importância.

Uma vez assisti, nos Estados Unidos, em Princeton, a uma conferência de um ilustre antropólogo, chamado Leach, que fez uma descrição de um outro cerimonial de passagem. Ele foi sagrado pela rainha da

Inglaterra como cavaleiro. E a discrição é uma discrição admirável do cerimonial, feita por um antropólogo extremamente competente. O título de sua exposição, que foi depois publicado, é muito sugestivo porque ele diz: “Once a knight is enough”. É uma só vez, e chega.

Aqui, é uma só vez, mas não chega. É preciso continuar se atualizando. E um rito de passagem é, também, um incentivo que se conseguiu com essa atualização, com o ingresso no Rio Branco, com os cursos feitos, ter continuidade. E mais uma vez o conselheiro Renato mostrou, de uma maneira admirável, com simplicidade, o que é a vida do diplomata e a importância dessa continuidade.

Mas a diplomacia tem a sua forma própria de renovar-se. Ela não pode ser brusca porque a diplomacia sempre procura salvaguardar princípios e preservar a credibilidade, sem a qual, naturalmente, um país como o Brasil não poderia exercer influência no plano internacional.

Gostaria de falar-lhes, hoje, sobre alguns aspectos de nossa política externa que evoluíram nos últimos anos, mas sempre com dimensão de mudança e de atualização, guardando os princípios e guardando, portanto, a nossa credibilidade.

Mais do que ninguém, vocês conhecem o alcance e a velocidade dos processos de transformação internacional. O Brasil também mudou, e mudou muito. Nas últimas duas décadas, especialmente desde o início dos anos 80, as conseqüências dessas mudanças têm sido decisivas para a formulação e a execução da política externa.

Poderíamos resumir essa mudança em três palavras: democracia, abertura e estabilidade. Isso forma a base da mudança, não dos objetivos. Os objetivos também já foram aqui mencionados pelo embaixador Lampreia e pelo ilustre representante dos formandos. Os objetivos são o desenvolvimento econômico e

a justiça social, a luta contra a exclusão.

A diplomacia do Brasil democrático, do Brasil que se abre economicamente para sua vizinhança e para o mundo, do Brasil que consolida a estabilidade de sua moeda, não pode, naturalmente, ser a mesma diplomacia do Brasil autoritário, do Brasil do período da substituição de importações e do Brasil da época da inflação crônica.

A democracia induziu o surgimento de novas visões do interesse nacional. Em uma questão importante, como a do desenvolvimento – que é a prioridade número 1 da nossa diplomacia atualmente – a prática democrática tem-nos levado a buscar, não qualquer desenvolvimento, mas aquele que traz consigo – além de prosperidade – a justiça social, respeito aos direitos humanos e preservação do meio ambiente. Em outras épocas, ao falar-se de justiça social, direitos humanos, preservação do meio ambiente, os detentores do poder se sentiam incomodados, porque havia uma separação entre a linguagem da sociedade, a linguagem de outros países democráticos e a linguagem do Estado. Crescentemente essa separação diminui e essa linguagem se uniformiza.

É próprio das democracias não esconder os seus problemas. À diferença do que se fez no passado, reconhecemos que a herança de desigualdade e de exclusão social é um dos condicionamentos – e negativo no caso – de nossa atuação externa. Isso foi bem expresso pelo representante dos formandos. É verdade. E o reconhecemos com serenidade, porque não nos sentimos ameaçados por críticas vindas de fora. Por mais críticas que venham de fora, nunca serão tão veementes quanto as críticas que nós mesmos nos fazemos. Ao não nos sentirmos ameaçados, ao reconhecer nossas mazelas, isso não quer dizer que nos conformemos com elas. Não quer dizer que assumamos simplesmente uma atitude

leniente, porque agora também concordarmos. Não. Esse reconhecimento de dificuldades não deve ser uma desculpa para que cruzemos os braços e não lutemos para as transformações. Sempre, naturalmente, com o pensamento que o ministro Lampreia expressou, de que é preciso criar condições para que os passos sejam dados, porque quando se dão os passos antes que as condições sejam criadas, simplesmente faz-se, talvez, um ruído forte, mas o resultado fica muito aquém do almejado.

Mas nesse contexto também, eu queria lembrar o “Morte e Vida Severina” – e aproveito, também, para expressar minha homenagem ao patrono tão bem escolhido por esta turma, o embaixador e grande poeta João Cabral de Melo Neto, por quem sempre tive muita admiração e não tive o prazer, nem sequer de uma convivência tão breve quanto a do conselheiro Renato com ele. Eu apenas, muito brevemente, pude vê-lo de perto, mas de longe, na leitura dos seus livros sempre sentindo aquela mesma emoção que, mesmo os que não somos pernambucanos, somos capazes de sentir e ter - e não sou o único aqui – por João Cabral de Melo Neto.

Que tantos brasileiros ainda enfrentem condições de grande dificuldade é um fato central de nossa vida como nação e um elemento constitutivo de todas as manifestações de nossa identidade nacional – e a política externa não pode ser exceção. Daí porque, também no plano externo, a prioridade deva ser o desenvolvimento econômico e social. E as outras duas dimensões da mudança a que me referi – a abertura e a estabilidade – propiciam ao Brasil condições muito favoráveis para iniciativas nesse sentido.

Antes mesmo de entrar nesse tema mais imediato, do ponto de vista diplomático, das iniciativas que, creio, estamos tomando e podemos tomar outras mais, eu queria mais uma vez corroborar o mesmo espírito

que foi aqui expresso por todos que me antecederam e dizer que, ao reconhecer, com humildade - como devemos fazer - os nossos problemas, as nossas mazelas, não devemos simplesmente cruzar os nossos braços. Devemos criar as bases para que as mudanças sejam possíveis. Devemos ter um diagnóstico bastante preciso das situações e deveremos ser capazes de escolher os caminhos que, efetivamente, levem às mudanças para melhor, com as situações identificadas como negativas.

Fiquei feliz ao ouvir o representante da turma mencionar um tema que hoje é caro a todos, que é o da desigualdade. E se referir, especificamente, à concentração, não só de propriedade, mas de renda. É verdade. Se formos olhar qualquer coeficiente de mensuração da concentração de renda ou de propriedade, nossos índices são alarmantes. Mas é preciso analisar melhor como combater essa desigualdade e o que significam esses índices. Quando se olha no longo prazo a distribuição de renda nos sistemas capitalistas, dá arrepio. Se olharem a do Brasil, ela quase não muda no decurso de décadas. A despeito da variação de políticas. A concentração e a distribuição da renda quase não mudam. Mas também não mudam na Inglaterra. Nos Estados Unidos, mudaram recentemente, aumentou a concentração. E, na África, é menor que a nossa. Por quê? Porque há menos riqueza. O índice vai dar menor concentração de renda.

A verdadeira questão – com isso não digo que não se deva chamar a atenção, nem combater a concentração de renda – é como fazer para aumentar o piso de tal maneira que haja melhor qualidade de vida da população. E a exclusão, que, no passado, podia ser feita mais brutalmente pela inexistência de meios de produção, de acesso a terra, etc, hoje é a exclusão do conhecimento. Se quisermos, como queremos combater efetivamente, de modo tal que se melhore a condição de vida, que cresça

o piso da sociedade. E nós temos que atacar fortemente a educação. Não há outro caminho.

O século que se aproxima é o século da sociedade da informação. E é um século que vai excluir muito e excluirá todos aqueles que não forem capazes de ter acesso à informação. Essa é a grande batalha contra a desigualdade que temos que travar daqui por diante no próximo século, sem desmerecer as outras que não de ser travadas. Mas essa é a batalha central. Creio que a diplomacia brasileira sabe disso e precisa ter isso muito presente, para que possamos, no esforço que fazemos pelo desenvolvimento econômico e social, tirar o proveito máximo das nossas condições para ampliar o nosso acesso ao conhecimento, o acesso das massas populares ao conhecimento, a melhoria da capacitação e da qualidade de todos nós.

Dito isso, acredito também que, nesse mesmo afã de atualização, que temos de cuidar mais apropriadamente, com mais empenho, da nossa vizinhança imediata, em termos diplomáticos, o Mercosul, a América do Sul, que avançam com passos firmes na direção de níveis sustentados de progresso. Isso traz, para o Brasil, novas oportunidades de fortalecimento dos laços políticos e econômicos com nossos vizinhos.

O mesmo João Cabral falou, certa vez, do sonho de uma arquitetura de espaços abertos, onde se construiriam “portas-por-onde” e jamais “portas-contra”. Algo semelhante é a nossa atitude, hoje, com relação às nossas fronteiras.

Queremos que sejam “fronteiras-por-onde”, e não fronteiras de isolamento ou de proteção. Queremos, na América do Sul, consolidar fronteiras de cooperação, não de separação. E isso já é uma realidade no Mercosul.

Superamos as desconfianças do passado. Temos, hoje, uma aliança estratégica com a Argentina e estamos construindo, juntamente com Paraguai e Uruguai, uma união aduaneira que engloba um mercado unificado de mais de

1 trilhão de dólares. Gradualmente, o Chile e a Bolívia incorporaram-se a esse processo.

O Mercosul tornou-se possível por causa da democracia e da abertura ao exterior. Volto ao mote: não fora a democracia e a abertura ao exterior, ele não teria sido possível. E ganhou ímpeto com a estabilidade da moeda brasileira, assim como teve seus temores quando tivemos dificuldades com a nossa moeda, e com a capacidade do Brasil de retomar o crescimento econômico, como agora já se vê, outra vez, o Mercosul, embalado num caminho de crescimento. Ele resistiu às crises financeiras e delas saiu mais fortalecido.

O Brasil é um país que tem peso nas relações internacionais. Não temos veleidades de poder, nem buscamos protagonismo, mas temos a força de nossos objetivos e de nossa independência. Desde os tempos em que se pregava uma política externa independente para hoje, não precisa nem se falar no assunto, porque ela é independente. Somos um país que tem a nossa política independente.

Como país de dimensões continentais, tendemos durante muito tempo à introspecção e, não raro, a fantasias de auto-suficiência. Mas nada disso deve impedi-los de ver que o Brasil, precisamente por ser uma das maiores economias do mundo, não importa se é a oitava, – tem uma grande responsabilidade no plano internacional, e muito especialmente no âmbito regional.

A democracia, a abertura e a estabilidade econômica reforçaram, em nós, o sentido dessa responsabilidade, responsabilidade de ser um fator de garantia de paz, de unidade e de concórdia entre nossos povos. Um fator de impulso ao regime democrático em toda a região, e ao desenvolvimento.

Foi com esse espírito que tomei a iniciativa de convidar os presidentes dos países da América do Sul para discutirmos em Brasília, ainda este ano, temas ligados à democracia, ao comércio, à integração física, ao combate

ao narcotráfico e à cooperação científica e tecnológica.

Estaremos aprofundando um diálogo de confiança entre todos os governos da região, com vistas a uma nova era de amizade e cooperação entre nossos países. Tenho sentido, nos contatos mantidos com os diferentes líderes sul-americanos sobre os fundamentos que acredito essenciais para definir esse novo momento histórico, uma aceitação imensa.

Em primeiro lugar creio que, na definição desses fundamentos vem, como já disse e reitero, a democracia. Aprendemos com a História o custo humano do autoritarismo e das aventuras que relegam a liberdade à condição de valor secundário. Não fomos os únicos a aprender. Os nossos vizinhos também aprenderam. Aprendemos que as liberdades do vizinho são também garantias de nossa própria liberdade. A democracia de cada país é importante para o avanço da democracia em todos os países. E não pode haver retrocesso.

Ainda há poucos dias, os meios de comunicação lembravam denúncias de formas espúrias e sombrias de cooperação – se é que isso merece o nome de cooperação – que, em dado momento, chegaram a existir entre governos autoritários em nossa região. Felizmente, ainda que sejam lembranças dolorosas, podemos vê-las como uma página virada – mas que não se podem esquecer. Na reunião de Brasília, estaremos fazendo precisamente o oposto. Estaremos fortalecendo a solidariedade democrática na América do Sul.

Outro ponto essencial no nosso encontro será a infra-estrutura física e a perspectiva do desenvolvimento equilibrado de países que compartilham a mesma geografia. Não estaremos começando da estaca zero, pois a América do Sul já construiu um patrimônio de obras e projetos de integração nas áreas dos transportes, energia e comunicações: Itaipu, e aqui há alguns que lutaram tanto

por Itaipu, Salto Grande, Yaciretá, a Rodovia Panamericana, os passos fronteiriços nos Andes, as pontes internacionais. E, mais recentemente, as hidrovias, as aquisições brasileiras de petróleo da Argentina e da Venezuela, o nosso projeto siderúrgico com a Colômbia, o gasoduto Bolívia-Brasil, a BR-174, que liga Manaus a Caracas, a linha de transmissão elétrica que ligará o Guri, na Venezuela, a Roraima e os projetos de interligação entre o Brasil e o Peru.

Nos anos 50, 60 e 70, muitos países da América Latina desenvolveram um esforço substancial de planejamento econômico. A Cepal – Comissão Econômica para América Latina – e outras organizações contribuíram para esse esforço, que, em grande medida, se desfez nas décadas seguintes, por razões variadas, que vão desde a inflação descontrolada até o impacto da dívida externa e a crise do Estado. O Brasil é um dos poucos países da região onde esse esforço de planejamento continuou.

Hoje, com a democracia, com a retomada do crescimento em um ambiente de estabilidade macroeconômica, temos a oportunidade histórica de, junto com nossos vizinhos, reacender o esforço de planejamento na América do Sul. Não o planejamento dirigista, tecnocrático, que a pretexto de promover o desenvolvimento distorce a economia e abafa as forças produtivas. Mas o planejamento que não prescinde da iniciativa privada, da sociedade civil e que sabe ver que a produção e o comércio exigem uma infra-estrutura que não surge da noite para o dia, nem surge por geração espontânea. É uma infra-estrutura que requer investimentos importantes, planejados em uma perspectiva regional, e não apenas nacional. E que requer, portanto esse planejamento, a ação coordenada dos Estados.

Não é à toa que o Mercosul, justamente por já contar com uma base consolidada de

infra-estrutura física, conheceu um aumento extraordinário do comércio. Esse esforço tem que se estender a outras sub-regiões, para que o projeto da América do Sul se complete de forma mais efetiva.

A reunião de Brasília nos dará a oportunidade de avançar nesse redesenho da geografia econômica da América do Sul. Com a ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento, estaremos dando os passos para identificar novos eixos de desenvolvimento, novas sinergias de comércio e infra-estrutura. Em suma, estaremos avançando para que a América do Sul realize a sua vocação de ser, efetivamente, uma área de prosperidade compartilhada.

Convém recordar que o grande esforço por todos mencionados sempre do Barão do Rio Branco, que foi a consolidação das nossas fronteiras, foi que permitiu que houvesse esse relacionamento do Brasil com os seus vizinhos, tranqüilo, sereno, sem disputa de território, de paz. E isso nos dá hoje, e por isso citei João Cabral, portas abertas. Portas-portas e não portas fechadas.

Isso nos permite, e é o desafio da nossa diplomacia, a consolidação da obra com a mesma inspiração do Barão, de olhar para a América do Sul, como casa pacífica. E de olhar para a América do Sul não como o caçador que vê a presa. Não, não é o nosso caso. Não queremos isso, nunca fomos isso. Olhar para a América do Sul como, isso sim, como nossa casa, casa comum, compartilhada por outros países. E fazer crescer, gradativamente, a interligação física, política, econômica, social. As migrações existem, os capitais também migram. É preciso que haja, crescentemente, regras que permitam uma convivência integrada dos nossos países da América do Sul. Não pensem, entretanto, que ao mencionar isso, estamos escapando de outras condições, que também são nossas e às quais já me referi, como latino-americanos e como membros de

uma sociedade que se insere num mundo que é cada vez mais globalizado.

Mas para que possamos dar os passos da América do Sul é preciso atacar de frente problemas que ameaçam a nossa aspiração de desenvolvimento e a nossa segurança, em particular a questão do crime organizado. Na América do Sul, democrática, próspera e justa que estamos construindo, não pode haver mais lugar para o narcotráfico, o banditismo ou a corrupção. E, quando digo América do Sul, obviamente é o Brasil e seus vizinhos, não são os outros. Temos que atuar fortemente nessas dimensões, também, de narcotráfico, banditismo e corrupção porque são complementos necessários para que a ordem democrática seja não apenas estável, mas seja desejada e aceita voluntariamente e querida pela população. A ordem democrática se traduz em bem-estar, em conforto com fim da exclusão. Mas se traduz, também, na segura do indivíduo, na segurança da família e, portanto, uma ordem capaz de combater o narcotráfico, o crime organizado. E segurança significa também a segurança no que diz respeito a certos valores centrais, como por exemplo, não aceitar a possibilidade da difusão da droga, como instrumento de escape das mazelas do cotidiano. Enquanto não fizermos isso, dificilmente poderemos imaginar que nossa obra de construção democrática estará terminada no Brasil ou na América do Sul.

Essa tarefa de organizar o espaço sul-americano é uma necessidade também diante do processo de globalização. Devemos cada vez mais articular nossos interesses com os de nossos vizinhos na medida em que a região como um todo não pode deixar de habilitar-se a enfrentar os desafios de uma ordem crescentemente globalizada.

Estaremos, assim, consolidando a idéia de uma identidade sul-americana, como identidade de países que dividem uma mesma vizinhança imediata e, por isso, como é natural, têm uma

agenda própria de temas, de oportunidades, de aspirações e de preocupações.

Não é, nem poderia ser, uma identidade excludente. Primeiramente, porque não exclui nossos laços – bilaterais ou multilaterais – com os outros países da América Latina, do continente americano ou do mundo. Em segundo lugar, porque não exclui a pluralidade que é intrínseca à própria América do Sul, para não dizer que intrínseca a nós próprios, brasileiros, cuja identidade é plural também. A identidade sul-americana é múltipla, envolve as várias dimensões. Basta pensar na região: amazônica, andina, platina, caribenha.

O mundo atual não comporta definições absolutas. Por isso, tenho falado da variabilidade da geometria política que nos dá a flexibilidade para avançar nos diferentes processos que compõem a agenda da integração. Se não entendermos isso, se não entendermos que a participação do Brasil há de ser crescente com seus vizinhos, há de ter uma dimensão nitidamente latino-americana, há de preocupar-se com a integração hemisférica, mas há de dar-se, a nível global, também, se não percebemos que existe essa geometria variável, nós, que dirigimos a diplomacia brasileira, o chefe do Itamaraty, o presidente da República, todos aqueles que trabalham nela, não seremos capazes de corresponder aos anseios que existem que não são unidirecionais.

Mas temos que ter muito presente, como mencionei de passagem, que essa inserção crescente no nosso meio geográfico, essa busca de integração crescente se dá num momento em que existe uma transformação no mundo, impulsionada por mudanças tecnológicas que são um desafio para o próximo século. Dentro de muito poucos anos, vamos ter à nossa disposição uma tecnologia de comunicação e de informação em nível global, em que cada indivíduo, num aparelhinho pequeno, terá computador, Internet,

fax, telefone, televisão, tudo. E vai se comunicar diretamente um com o outro, em qualquer parte do mundo. Vai dar ordens de compra a partir de Brasília, e comprar alguma coisa que seja no Japão para mandar para a Europa. E os controles sobre isso serão muito escassos. Esse é o nosso desafio. Um mundo em que, ao mesmo tempo existe essa possibilidade de uma integração até individual em termos globais, mas que, ao mesmo tempo, requer uma integração muito forte em termos regionais e requer uma presença do Estado, não mais como um instrumento para assegurar apenas o crescimento da economia, ou para assegurar os mecanismos de relacionamento entre indivíduos, mas basicamente para evitar que a exclusão social crie uma injustiça ainda maior no plano, não só local, mas no plano global.

Esse é o nosso desafio, esse é o desafio, portanto, que foi tão bem dito pelo conselheiro Renato, quando o fez. Apelou a vocês, mostrando que estão entrando na carreira num momento singular da História, de uma mudança muito profunda da história, uma mudança que se não tivermos a conta dessa dimensão, não seremos capazes de analisar cada um dos fatos que ocorrem no dia a dia. E não seremos capazes de julgar o que está acontecendo, porque poderemos estar sempre tratando de julgá-los com as viseiras de um passado que foi glorioso em seu momento, mas que passou. Temos que olhar com as lentes que permitam ver o que vai acontecer daqui por diante. Minhas senhoras, meus senhores, meus caros formandos,

São apenas alguns dos grandes temas que vocês são chamados a enfrentar e aos quais dedicarão, nos próximos anos, uma boa parte de suas melhores energias. Eu apenas quis mostrar a complexidade das questões internacionais com que nos defrontamos.

Vocês são egressos de uma instituição de excelência, o Instituto Rio Branco, e vão ser diplomatas de um novo tempo. Um

tempo – como eu já disse aqui rapidamente - no qual enviar documentos a uma Capital asiática já é tão fácil, ou quase tão fácil, quanto enviá-los a São Paulo ou ao Rio de Janeiro. Um tempo no qual as notícias se propagam quase instantaneamente. Um tempo no qual a Internet revoluciona o acesso à informação. Um tempo no qual quem trabalha e quem investe tem que competir em escala global, e com o uso de tecnologias que mudam a cada dia.

O próprio presidente da República vê o seu cotidiano transformado por essas novas ferramentas de trabalho. Ainda na semana passada, fiz uma videoconferência com o primeiro-ministro de Portugal. É como se estivéssemos juntos, ele em Lisboa e eu aqui. Aproveitei para brincar que ele ficou mais bonito pela televisão do que pessoalmente – e disse isso a ele. É uma espécie de “diplomacia presidencial eletrônica”.

Faço essas referências apenas para mostrar as circunstâncias novas em que operamos. Muitas vezes, faz-se um discurso, uma coisa vaga, mas é no dia a dia que essas coisas acontecem. E é no dia a dia, tomando atenção a cada detalhe, fazendo bem cada detalhe, já o disse o paraninfo. E sem esquecer - concordo com ele – a dimensão tão difícil da felicidade pessoal. É assim que vocês vão trabalhar.

Sei que a dificuldade do trabalho que será o de vocês consistirá em representar um país que, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios do futuro, está ainda, como foi dito aqui, às voltas com hipotecas do passado. Não preciso nem reiterá-las.

E reunir essas duas tarefas e um esforço viável de desenvolvimento é o principal objetivo a que nos estamos dedicando, com a consolidação da estabilidade econômica, os avanços na educação, na saúde, os investimentos de infra-estrutura, o aumento de nossa capacidade de competir internacionalmente. Isso exige que o Brasil

seja capaz de obter condições cada vez mais vantajosas em sua interação com a economia internacional, seja no comércio, nas finanças, nos investimentos diretos ou na tecnologia. Isso exige o fortalecimento de nossa vizinhança como espaço de democracia e de desenvolvimento compartilhado. Exige, também, que tenhamos um fortalecimento contínuo na capacidade de atuação nos principais temas da agenda internacional. São tarefas de fôlego, favorecidas pela legitimidade democrática, pelo diálogo que existe no Brasil, tão amplo, na sociedade civil, pela existência de um Congresso que interage frequentemente com a sociedade e com o executivo.

Não são tarefas fáceis, mas é muito bom saber e ter certeza de que o Brasil conta com gente como vocês, que têm a inspirá-los os exemplos daqueles que os antecederam, que têm marcas na História do Brasil, que tem a formá-los pessoas competentes, como o professor que foi homenageado por vocês e, certamente, o embaixador André Amado saberia dizer o nome de muitos outros e dele próprio, como pessoas capazes de ajudar na formação de vocês.

E, portanto, tenho confiança, depois de ter visto aqui as medalhas que receberam e de ter visto, e com uma ponta de satisfação, a quantidade de pessoas de outros países que estão seguindo o curso Rio Branco, mostrando que o Rio Branco continua sendo, realmente, um ponto de referência. Não tenho dúvida de que, apesar de como é natural reconhecer as imensas dificuldades, desafios que temos pela frente, um país que conta com uma juventude com essa formação que vocês têm, que tem tido continuamente na Casa de Rio Branco, que têm a garra que foi demonstrada pelo orador da turma, é um grande país. Eu me sinto orgulhoso de ser presidente do Brasil.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE
FORMATURA DA TURMA JOÃO CABRAL DE MELO NETO DO
INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 18 DE MAIO DE 2000

Os colegas que hoje se formam tomaram a feliz decisão de eleger João Cabral de Melo Neto como patrono da turma. Eu os felicito pela escolha e faço questão de me unir a Vocês nesta homenagem, como Ministro, mas, sobretudo, como colega, amigo, leitor e admirador de João Cabral.

Ao fazê-lo, fui buscar na sua obra alguns versos que tratam, de forma mais ou menos direta, de certos traços constantes na vida do diplomata: partir, observar, falar e escrever. Ou, em outras palavras, sentir – muitas vezes sentir saudades – compreender (um verbo que ele tanto repetia), relatar e explicar.

Encontrei tudo isso no poema DE UM AVIÃO. Descrevendo a decolagem de Pernambuco para o que ele chamou de Todos-os-Foras – os diplomatas estão sempre decolando de suas terras para Todos-os-Foras – João Cabral observou lá do alto (e eu cito):

“A paisagem, ainda a mesma
parece agora noutra língua:
numa língua mais culta,
sem vozes de cozinha.
Para a língua mais diplomática
a paisagem foi traduzida:

onde as casas são brancas
e o branco, fresca tinta;
onde as estradas são geométricas
e a terra não precisa limpa (...).”

Com certeza, o nosso grande colega falava da linguagem diplomática como estereótipo. Digo com certeza, porque João Cabral foi sempre a prova de que ser diplomata de modo algum significa viver apartado da realidade, deixar de sentir e compartilhar o cotidiano duro de grande parte de nossa gente, ou, na sua imagem, “enxergar o homem, não mais sua cicatriz”.

Ele sabia ser duro não apenas o cotidiano do brasileiro, e em particular do nordestino. Sabia, com a sua sensibilidade, e com as muitas décadas de experiência profissional, que duro também é, muitas vezes, o dia-a-dia das relações internacionais. Relações internacionais que são hoje, cada vez mais, a arena em que os países definem aspectos fundamentais de seu presente, e de seu futuro.

Nessa arena, complexa e desafiadora para nós diplomatas, o Embaixador João Cabral de Melo Neto haveria de concordar que a linguagem diplomática – e mais uma vez eu recorro à sua poesia – precisa combinar a

suavidade da “palavra seda” com a dureza da “palavra de pedra” que ele ouvia do sertanejo. O nosso trabalho requer, e a Nação espera, que a linguagem dos diplomatas seja clara e que, quando preciso, as suas palavras sejam fortes.

Os brasileiros – até para que possam interessar-se e participar mais e mais das decisões de política externa – precisam compreender claramente o que fazemos, o nosso papel, a nossa contribuição ao esforço pelo desenvolvimento do País. No mesmo sentido, devemos fazer entender com clareza aos nossos interlocutores de outros países, aos nossos parceiros, o que o Brasil é, o que o Brasil pensa, o que o Brasil quer e o que o Brasil não quer.

Senhor Presidente,

Hoje, ao celebrarmos o Dia do Diplomata, pensemos no Brasil – como muito se tem feito em relação ao dos 500 anos do Descobrimento – mas com os olhos voltados principalmente para as especificidades que a história nos legou.

A primeira destas particularidades está em que, numa América do Sul incorporada ao império dos espanhóis, fomos colônia de Portugal. Num espaço em que nossos vizinhos se dividiram em vários países, mantivemos a unidade territorial. Rodeados por grandes líderes republicanos que alcançaram pela luta armada a independência de seus povos, viemos ao mundo como nação independente sob a condução do herdeiro do trono português.

Desses traços que tanto nos diferenciam, resultaram muitas de nossas características atuais. O conjunto de todas essas heranças, que são dinâmicas e não fósseis imutáveis da nossa realidade, define o que somos e condiciona o que podemos ser e queremos ser. Assim, foi também uma decisão inspirada desta turma escolher como paraninfo o Conselheiro Renato Sérgio de Assunção Faria, seu professor de História Diplomática

no Rio Branco. Um dos bons historiadores do Itamaraty, Renato sabe, como nós sabemos, que não é possível fazer diplomacia sem conhecer as histórias do Brasil, dos outros países, e das relações internacionais.

Ele terá ensinado a Vocês, por exemplo, que durante muito tempo, no relacionamento com nossos vizinhos, de parte a parte, as ênfases estiveram quase sempre voltadas para as diferenças e as distâncias entre nós e eles. Sentimentos de desconfiança, e até de rivalidade, dificultavam uma maior aproximação.

Muitas das maiores realizações da diplomacia do Brasil, sobretudo ao longo do século XX, resultaram da capacidade de compreender essas dificuldades, respeitar as percepções que motivavam muitas delas. Por sabermos conviver com a nossa própria diversidade, com a nossa realidade complexa e plural, somos capazes de compreender o outro, o estrangeiro. Por isso mesmo, costumo dizer que o Brasil é uma nação que se sente bem dentro de sua própria pele, e perante o resto do mundo.

Apesar de ainda estarmos longe de alcançar o nível de bem-estar e justiça social a que todos almejamos, e de reconhecermos os nossos problemas e limitações, temos muito orgulho do nosso país e de nossa boa convivência internacional, em especial com os nossos vizinhos.

Como nação, sentimo-nos basicamente seguros de nós mesmos, e sempre quisemos contribuir para o surgimento de uma ordem regional e mundial em que todos possam sentir-se seguros e confiantes. Jamais cedemos à tentação do protagonismo auto-centrado, mas tampouco caímos na armadilha de uma discrição que se confunda com timidez. Os nossos parceiros sabem que, por vezes, somos discretos; é o nosso estilo. Mas sabem, também, que não somos tímidos.

Temos consciência de nossas possibilidades, e também de nossos limites.

Com essa postura, com esse comportamento, a nossa diplomacia, em especial a partir da obra do Barão do Rio Branco, contribuiu de forma decisiva para que os brasileiros, há 130 anos, não tenham sofrido as conseqüências devastadoras do envolvimento em disputas e conflitos internacionais próximos ou dentro de nossas fronteiras. Basta olharmos em volta de nós, para todos os continentes, para perceber que não se trata de uma realização fácil ou menor.

Por seu apego à solução pacífica, à negociação, às regras do direito internacional, à transparência e à cooperação construtiva, a diplomacia brasileira desempenhou papel igualmente decisivo na transformação do convívio das nações em nossa região. A persistência nesse caminho e, mais recentemente, a volta da democracia no Brasil e em quase toda a América Latina, ajudaram a criar um ambiente em que as especificidades de cada um deixaram de ser fatores de afastamento e desconfiança e tornam-se, cada vez mais, elementos de convergência política, integração econômica, e de atração recíproca nos campos social e cultural.

Senhor Presidente,

No universo das relações internacionais, é necessário combinar a força indispensável da vontade política com a dimensão mais complexa das possibilidades e das limitações. É preciso conciliar interesses, mobilizar recursos, que são sempre escassos, balancear ganhos e concessões, eliminar ou minimizar resistências, acertar as grandes linhas e também os detalhes.

A diplomacia tem o seu próprio ritmo, porque cada país tem o seu próprio tempo – que precisamos respeitar. Quase sempre, por isso, uma das negociações mais difíceis nos acordos diplomáticos é justamente a sincronização desses tempos.

É evidente que, como em todos os campos da atividade humana, os progressos nas relações internacionais resultam da determinação, da criatividade e do atrevimento de pensar e buscar o que parece impossível. Assim, Vocês que hoje se formam devem preservar cuidadosamente a chama da ousadia, do desejo de agir, de acelerar e mudar a história.

Mas cultivem também certa dose de respeito pelas lições da experiência passada. É possível e necessário fazer história, alterar o seu curso. O bom estadista, o bom diplomata, no entanto, deve ter presente o risco de se tentar atropelar a história com iniciativas pouco realistas, de se buscarem acordos para os quais não exista ainda base suficiente.

Senhor Presidente,

O Itamaraty tem o orgulho de olhar para trás e ver a longa trajetória, especialmente neste século que ora se encerra, de uma diplomacia de muitos acertos e poucos erros, objeto de reconhecimento internacional.

De uma diplomacia que há quase duzentos anos trabalha dedicadamente na defesa dos interesses do nosso país, de seus cidadãos, e do desenvolvimento nacional, em todos os cantos do mundo. Um trabalho que envolve, como eu disse no início, parafraseando João Cabral, palavras e ações de seda e de pedra.

O maior orgulho do Itamaraty sempre foi o de servir ao Brasil. É para isto, somente para isto que estamos aqui. Hoje, temos a felicidade, sob a liderança de Vossa Excelência, de servir a essa sociedade que, no exercício de uma democracia cada vez mais forte, vai tomando em suas próprias mãos a tarefa de definir os nossos caminhos. E de avançar na construção de um Brasil que já não tenha os defeitos que todos conhecemos e sentimos, mas seja capaz de preservar e acentuar as qualidades e singularidades que todos celebramos e de que todos nos orgulhamos.



SOLENIIDADE DE ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS COMITÊS OLÍMPICOS NACIONAIS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DA SOLENIIDADE DE ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS COMITÊS OLÍMPICOS NACIONAIS. RIO DE JANEIRO, 24 DE MAIO DE 2000

É para mim uma tarefa muito grata abrir, aqui no Rio de Janeiro, a XII Assembléia Geral da Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais. Sei que este é um dos maiores eventos da comunidade olímpica internacional. Quero, por isso, dar as boas vindas aos representantes dos duzentos comitês nacionais aqui reunidos e estender-lhes votos de pleno êxito em suas deliberações.

Sei, também, que paralelamente a este encontro da Associação realiza-se uma reunião do Comitê Olímpico Internacional, presidido por Juan António Samaranch. Devo dizer que é para nós uma satisfação igual poder abrigar este que é o foro máximo do Movimento Olímpico. Considero auspicioso que tanto esta Assembléia Geral da Associação quanto a reunião do COI tenham lugar no Brasil no momento em que comemoramos os 500 Anos do Descobrimento.

A passagem do quinto centenário é uma forma de valorizarmos a herança de nossa formação como povo e como nação, e nada mais significativo para realçar essa consciência entre nós do que associarmos a data a algo que, efetivamente, faz parte da nossa identidade – o esporte.

Sem dúvida, o esporte está incorporado à alma brasileira. Tem muito a ver com a nossa auto-estima, com o sentimento de orgulho nacional, e é claro que isso não é exclusividade do Brasil. Mas é inegável que, em modalidades importantes, o esporte brasileiro tem produzido muitos ídolos e heróis do povo.

É normal que seja assim. O esporte, com sua dimensão simbólica, projeta a imagem de competição, mas competição em um jogo limpo, com regras claras, com igualdade de oportunidades, com fair play. Ser capaz de vencer nessas condições significa ter um mérito efetivo. Por isso o esporte é um aprendizado tão necessário. E é precisamente por essa significação social, humana, do esporte, que fiz questão de atender o convite para abrir estas reuniões aqui no Rio de Janeiro.

O Brasil participa dos Jogos Olímpicos desde 1920. Naquela época, só o entusiasmo e a força de vontade pessoal de um atleta poderiam levá-lo a uma competição do porte das Olimpíadas, que na era moderna, sob inspiração do francês Pierre de Coubertin, já se vinham realizando desde o final do século XIX. E foi, assim, que, naquele ano,

um grupo de 29 jovens brasileiros cruzou o Atlântico para representar o país nos Jogos de Antuérpia, na Bélgica. Desde então, o Brasil sempre esteve presente nos Jogos Olímpicos, a exceção de 1928, e nosso desempenho foi se aprimorando mais e mais.

De Antuérpia a Atlanta, em 1996, obtivemos ao todo 54 medalhas. Não é muito, comparado com as grandes potências esportivas, e é pouco se pensarmos no nosso potencial. Mas já tivemos momentos inesquecíveis nas Olimpíadas – no atletismo, no iatismo, no vôlei, na natação, no judô e em outros esportes. Ainda não ganhamos o ouro no futebol, mas, confio, em Sidney chegaremos lá, o que complementaria as grandes alegrias que esse esporte, que é nossa paixão nacional, já nos proporcionou em outras competições, como a Copa do Mundo. E tenho certeza de que, nas demais modalidades olímpicas, o Brasil alcançará novos e merecidos louros.

Ao recordar estes feitos e estas expectativas, gostaria de dizer que minha presença aqui, como Chefe de Estado do país-anfitrião desta Assembléia Geral, evidencia o interesse e a relevância do esporte para a sociedade brasileira. Demonstra o compromisso do país com as causas e o desenvolvimento do esporte e do Movimento Olímpico. Um país, como o Brasil, deve cada vez mais colocar o esporte no centro da agenda da sociedade.

Para isso, como se depreende da criação, em meu governo, de um ministério próprio para ocupar-se do esporte, o Estado retoma seu papel de fomento às práticas esportivas, contribuindo para a construção da cidadania, a inserção social, a melhoria da qualidade de vida da população e da imagem do país.

Posso dizer, com satisfação, que o Brasil tem tomado iniciativas encorajadoras nessa área. Uma delas é o “Plano Nacional de

Desenvolvimento do Esporte”, que trata de balizar a gestão do esporte nacional, incorporando políticas e diretrizes modernas que abrangem a participação de todos os segmentos da sociedade.

Outro programa a destacar é o “Esporte Solidário”, cujo objetivo é diminuir, através da intensificação da prática esportiva, a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes, na faixa etária de 10 a 24 anos. Mais de 150 mil crianças e adolescentes foram atendidos no âmbito desse programa, envolvendo cerca de 560 municípios e 750 núcleos de funcionamento em comunidades de baixa renda.

Menciono ainda o programa “Esporte – Direito de Todos”, que tem por finalidade contribuir para a inserção social – além de jovens e idosos – de portadores de deficiência.

Quero ressaltar aqui, especialmente, esse aspecto: o desenvolvimento do esporte praticado no Brasil por pessoas portadoras de deficiência física acrescenta uma dimensão social importante como instrumento de reabilitação e de inclusão social e vem atingindo progressos notáveis. Só em 1999, foram atendidos aproximadamente 1000 atletas em 13 modalidades esportivas em diversos campeonatos de âmbito nacional, pan-americano e mundial. Estamos, portanto, procurando fortalecer o esporte no Brasil, como uma atividade fundamentalmente benéfica para a população, para a sociedade e para o país como um todo.

O esporte é um instrumento fundamental para cultivar a auto-estima e o sentimento de dignidade do indivíduo, que são as melhores garantias contra a ameaça das drogas, contra o envolvimento dos jovens no crime e na ilegalidade. Uma juventude sadia e capacitada não se aventura em algo que a destrua. No

ano passado, recebi no Palácio da Alvorada os atletas brasileiros que participaram dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, no Canadá. Pela primeira vez em 48 anos de história dos Jogos Pan-americanos, o Brasil atingiu a casa de três dígitos no quadro de medalhas. Foram 101 medalhas (25 de ouro, 32 de prata e 44 de bronze), a melhor participação brasileira, nos Jogos Americanos, em todos os tempos.

Pois bem, alguns dos nossos atletas que brilharam nos campos, nas pistas e nas quadras de Winnipeg vieram de comunidades carentes. Treinaram e se prepararam bravamente para os Jogos, com o apoio de organizações públicas e privadas que se conscientizaram da importância do incentivo ao esporte como fator de inclusão e reabilitação social. Considero este fato muito importante, e não é por outro motivo que devemos persistir nesta que é uma verdadeira cruzada pelo engrandecimento do esporte brasileiro, que é, também, pelo engrandecimento do país.

Nas últimas Olimpíadas, em Atlanta, o Brasil inscreveu 225 atletas, entre os quais 66 mulheres, para competir em 19 modalidades. Realizamos a melhor atuação em nossa história olímpica, conquistando 15 medalhas, das quais 3 de ouro, 3 de prata e 9 de bronze. Dos Jogos Olímpicos de Sidney, este ano, o Brasil participará com uma representação igualmente expressiva. Até agora, já temos quase 200 atletas inscritos, em 24 modalidades esportivas. Tenho certeza de que se sairão

muito bem e que se sentirão recompensados em todo seu esforço e dedicação. E como em vitórias anteriores, o país se orgulhará deles.

Nós brasileiros, no fundo, não precisamos de maior estímulo para gostar de esporte. Mas hoje, e cada vez mais, estamos conscientes da importância do papel do esporte como política pública, em cuja execução o Estado e a sociedade devem atuar juntos. Faço votos para que este encontro possa fortalecer ainda mais essa consciência e que possa, igualmente, manter vivo o espírito olímpico, como fator de paz, união e concórdia entre as nações.

Termino com uma referência ao Rio de Janeiro, que, com mais este encontro, confirma sua tradição de sede de importantes eventos de repercussão mundial, como aconteceu com a Rio-92 e a Cimeira América Latina-União Européia. O Rio se candidatou oficialmente a sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 e, do mesmo modo, deverá apresentar sua postulação a sede dos Jogos Olímpicos de 2012.

Aproveito essa oportunidade para ressaltar, desde já, que o Governo brasileiro tudo fará para que essas candidaturas sejam vitoriosas. Com o melhor espírito esportivo, o Rio soube perder a eleição que definiu a sede das Olimpíadas de 2004, que ocorrerão em Atenas. Mas não tenho dúvidas, 2012 será a nossa vez.

Que o Rio de Janeiro se transforme na capital olímpica do Brasil e da América Latina.

Muito obrigado.



VII REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA ABERTURA DA VII REUNIÃO
DA COMISSÃO MISTA BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA. BRUXELAS, 25 DE MAIO DE 2000

O Brasil atribui uma importância singular à sua relação com a União Européia e, individualmente, com os quinze países que a integram. Após um período de quatro anos, voltamos a nos reunir sob o formato desta Comissão Mista.

Esta é, portanto, uma ocasião propícia para que façamos um balanço do que foi possível alcançar nos diversos campos em que se desdobra a nossa relação, para encontrar soluções para alguns dos problemas que inibem a intensificação dessa relação, e para ampliar as muitas oportunidades mutuamente proveitosas de cooperação. Seria muito importante que pudéssemos vir a estruturar nossas relações em torno de um “plano de ação” que refletisse as percepções e os objetivos que compartilhamos.

O Brasil vê na União Européia um parceiro de primeira grandeza. Pelo que representa como fator de poder político, econômico, cultural e científico no mundo, e pelo papel extremamente positivo que desempenha na gestação de equilíbrios estratégicos no plano internacional.

Queremos fazer das afinidades culturais que nos ligam à Europa a substância capaz de agregar valor a uma cooperação que vem do mais antigo de nossa jovem História, ampliando-a e revalorizando-a com vistas a possibilitar uma

inserção mais adequada para o Brasil no mundo de aceleradas transformações em que nos toca viver. Trata-se de criar condições mais favoráveis para a superação dos graves desequilíbrios com que o Brasil tem de lidar no plano social.

Queremos, em suma, que a relação com a União Européia constitua um fator de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Não esperamos assistencialismos ou privilégios de qualquer espécie. Mas sim um tipo de relação equilibrada em que cada parte veja na outra um sócio, um parceiro capaz de negociar e implementar formas cada vez mais avançadas e equilibradas de comércio e cooperação.

Temos feito progressos. A cúpula América Latina-União Européia, realizada no Rio de Janeiro em 1999, abriu um temário rico, cujo seguimento tem sido feito com proveito para ambas as partes. Naquela ocasião, lançamos as negociações sobre a associação inter-regional MERCOSUL-União Européia, uma tarefa de proporções históricas. O assunto está por ora bem encaminhado, e as negociações seguirão em frente em ritmo que reflita os interesses, possibilidades e limitações das duas regiões. Nada é mais prioritário no plano externo para o Brasil do que consolidar e aprofundar o MERCOSUL em sintonia com nossos principais parceiros.

Desde a estabilização da economia brasileira em 1994, a evolução das trocas comerciais com a União Européia tem sido, porém, insatisfatória. As exportações brasileiras mantiveram-se praticamente no mesmo patamar, enquanto as importações deram um salto expressivo. O Brasil acumulou déficits importantes entre 1995 e 1999.

Não há hoje, praticamente, qualquer barreira significativa para o acesso ao mercado brasileiro. Para que o comércio entre o Brasil e a União Européia possa se expandir de forma mais equilibrada, é preciso criar acima de tudo condições para o aumento das exportações brasileiras. Boa parte desta tarefa diz respeito a questões internas brasileiras: o aumento da oferta exportadora e da competitividade internacional de seus produtos. Mas a maior parte tem também a ver com as condições de acesso ao mercado comunitário. Precisamos realizar esforços tanto em nível bilateral quanto inter-regional para encontrar convergências de interesse nesta área em que, infelizmente, até agora tem prevalecido o unilateralismo.

Ao mesmo tempo em que nos preocupa a persistência desta situação, celebramos como altamente significativo o aumento nos investimentos diretos europeus, elemento essencial para a própria estabilidade macroeconômica do Brasil.

Em meio aos tantos matizes das estatísticas neste campo, há um fato claro: em conjunto, a União Européia tornou-se o maior investidor no Brasil. Estimo que o estoque já esteja em torno de 55 bilhões de dólares, sem incluir as inversões através de terceiros países. Portugal e Espanha tem desempenhado um papel extraordinário. Com uma intensa participação nas privatizações e no setor bancário, a Espanha tornou-se o segundo investidor individual no Brasil, superada apenas pelos Estados Unidos.

Por qualquer ângulo de análise, a Europa é mais importante para o Brasil do que o Brasil para a Europa. O volume da presença européia nos investimentos diretos no Brasil demonstra, porém, que o aprofundamento desta relação resulta em ganhos importantes para ambos os lados. Se é assim, devemos por isso mesmo aproveitar oportunidades como esta reunião da Comissão Mista.

Vamos neste dois dias trabalhar com grande intensidade e espírito pragmático. Vamos ampliar o leque de nossas consultas políticas sobre os principais temas da agenda internacional. Vamos explorar as possibilidades de ampliação do intercâmbio econômico-comercial, procurando encaminhar soluções para as questões pendentes neste campo. Vamos tratar da temática do meio ambiente, em que o Brasil e a União Européia são dois dos principais interlocutores no plano internacional. Vamos, também, definir formas para aprofundar a cooperação científica, tecnológica e técnica. Nesta reunião que agora abrimos, o Brasil tem interesse em avançar em todas estas áreas e, muito em particular, no que diz respeito ao espinhoso tema dos procedimentos sanitários e fitossanitários, de grande importância para o comércio.

A Europa é – repito – uma parceria essencial para o Brasil. Estamos preparados para ampliar esta parceria ao máximo. Não há limites, creio, para o que podemos fazer juntos. Num mundo ameaçado por tendências polares ao mesmo tempo de fragmentação e concentração de poder, a solidificação de uma rede de interesses compartilhados entre a União Européia e o Brasil, entre a União Européia e o MERCOSUL, entre a União Européia e a América Latina representa um poderoso fator de equilíbrio estratégico que não podemos desaproveitar.

Muito obrigado.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIDADE DE ABERTURA DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000. HANNOVER, ALEMANHA, 31 DE MAIO DE 2000

A Exposição Universal de Hannover, que coincide com a celebração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, é um acontecimento marco na entrada do terceiro milênio. É, portanto, uma grande honra para mim comparecer à sua inauguração e dirigir-me às personalidades aqui presentes.

Hannover traz a marca das exposições universais que a precederam, onde a inovação técnica esteve sempre em pauta. Na Filadélfia, em 1876, Graham Bell anunciou a invenção do telefone, e ali esteve D. Pedro II, imperador do Brasil. Em 1889, na França, foi a vez de Thomas Edison revelar o fonógrafo. A cada conclave, descobertas de impacto vieram a lume, ampliando as fronteiras do saber, revolucionando as comunicações. Seguindo essa tradição, a Expo-2000 se reúne sob o signo da tecnologia, posta a serviço do bem comum e com ênfase na preservação ambiental.

Se existe algo a caracterizar a passagem do século, é precisamente o avanço extraordinário que se observa nas tecnologias de informação, diluindo fronteiras, integrando mercados, acelerando a globalização dos processos de produção, dotando os agentes econômicos de maior flexibilidade, multiplicando os fluxos financeiros.

Um grande pensador contemporâneo, Manuel Castells, chega a situar o paradigma tecnológico baseado na informação como inspirador de um novo modelo de desenvolvimento. Este modelo não substitui o modo de produção capitalista, mas lhe dá nova face, com a emergência da sociedade em rede.

O fato é que passamos a deter uma capacidade inaudita de geração de riquezas, que se sabe em permanente expansão. A sociedade da informação permite intensificar os investimentos produtivos, a livre circulação de idéias e serviços, dinamizando imensamente as economias. Mas também há perdas nessa equação, a começar pela questão do emprego, que aumenta o desafio de qualificação da mão-de-obra, notadamente nos setores onde é mais intensa a utilização de tecnologia.

Hoje temos a necessidade de encontrar caminhos para evitar que se marginalize um contingente crescente de excluídos sem chances aparentes de usufruto e ingresso na economia do conhecimento. Para isso, é fundamental não perdermos a perspectiva do Estado Nacional, que longe de estar obsoleto, tem papel insubstituível na tarefa de aproveitar os impulsos da globalização e enquadrá-los dentro dos objetivos mais amplos do desenvolvimento.

O risco da exclusão não ocorre apenas no interior das comunidades nacionais. Ele também se dá no plano internacional. Basta lembrar o impacto das recentes crises financeiras. A ação desordenada dos mercados torna mais difícil para os países emergentes a gestão de políticas públicas duradouras, exatamente aquelas que provêm emprego, saúde, educação, favorecendo o progresso e a coesão social.

É preciso, dessa forma, que se combata o fundamentalismo de mercado, que se criem condições para que o avanço técnico resulte em maior justiça e equidade. Isto exige - e sei que assim também pensam outros líderes social-democratas, como o Chanceler Schröder - uma nova arquitetura financeira internacional, que seja capaz de conferir maior racionalidade aos movimentos de capital. Os recentes ecos de Seattle, de Davos e dos foros de Bretton Woods mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer. Alguns passos já foram dados, como o envolvimento das nações emergentes em discussões financeiras antes restritas a um grupo fechado. Temos agora um G-20, e não apenas o G-7 ou G-8.

Progresso e coesão social, justiça e equidade passam também pela promoção de iniciativas identificadas com o desenvolvimento sustentável, tema que tanto nos mobilizou na Conferência do Rio, cujas decisões, entretanto, continuam a requerer vontade política para serem implementadas.

É hora de resgatar o espírito de convergência da Agenda 21, que concebeu a questão ambiental de modo inovador. Hora de estabelecer os mecanismos necessários para o acesso do mundo em desenvolvimento a recursos financeiros novos e adicionais, e a tecnologias limpas. De 1992 para hoje muita coisa mudou na política ambiental brasileira.

Começamos a enfrentar não apenas os desafios inerentes à condição de país tropical, com a conservação da biodiversidade e a preservação de florestas, mas também problemas típicos da urbanização e das sociedades industriais.

A agenda é complexa, multifacetada, como não poderia deixar de ser a de um país que, detendo a maior diversidade biológica do planeta, 40% das florestas tropicais, 20% da água doce disponível no mundo e um litoral de cinco mil milhas, ainda conta com o maior parque industrial do hemisfério sul e tem 75% de sua população vivendo em cidades, algumas mais populosas do que muitas capitais européias.

Nos anos noventa, emergiu um Brasil novo, que refez sua prática em relação ao meio ambiente e que também procedeu a uma histórica correção de rumo na economia. O Brasil dominou a inflação e assegurou as condições de estabilidade necessárias ao crescimento. Iniciou a reforma e o soerguimento do Estado, de modo a habilitá-lo a cuidar com eficiência do desenvolvimento social.

Nossas empresas souberam reagir à liberalização comercial com empenho e criatividade, reduzindo custos, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando sua competitividade, investindo na modernização e expansão do parque produtivo, e ampliando o acesso aos mercados internacionais. Recordo que na Exposição Universal de São Petersburgo, em 1884, o patrono da diplomacia brasileira, Barão do Rio Branco, comandou com muito êxito uma ofensiva de promoção do café brasileiro.

Cento e vinte anos depois continuamos a ter orgulho do nosso café, que está cada dia mais refinado, mas também podemos falar, com satisfação, da qualidade de nossas aeronaves,

de nossos veículos automotores, de nossos calçados, de nossas chapas siderúrgicas, e de vários outros produtos que compõem a pauta externa brasileira. Podemos falar também das nossas empresas que exportam serviços e know-how, desde obras de engenharia até exploração de petróleo.

O dinamismo de setores como energia e telecomunicações, a expansão do acesso à Internet, a tradição do nosso sistema de pesquisa científica revelam muito da feição atual do Brasil, da sua propensão à incorporação de novos padrões tecnológicos, inclusive daqueles associados à economia do conhecimento.

Isto concorre para a excelência de áreas como a tecnologia agrícola, que trouxe efeitos imediatos sobre a produtividade no campo, credenciando o Brasil a uma disputa competitiva no mercado externo, sem recorrer a subsídios como os que continuam a amparar a produção em países desenvolvidos e que distorcem o comércio internacional.

A pecuária brasileira, graças também ao avanço da ciência, tem sabido responder às crescentes exigências internacionais de controle sanitário, esforço há pouco recompensado com a certificação de áreas livres da febre-aftosa em nosso território.

Tecnologias, progressos em infra-estrutura, estabilidade econômica e crescimento não são metas que o Brasil persegue sozinho. Fazem parte de uma agenda mais ampla, que partilhamos com todos nossos vizinhos: a agenda de uma América do Sul coesa e integrada.

Em breve, estarei reunido em Brasília com os demais Presidentes sul-americanos para lançarmos, juntos, as bases de uma associação mais efetiva, lastreada em nossa tradição pacífica e na defesa da democracia. Vamos

avançar nas questões da nossa geografia comum e responder, com mais confiança, aos desafios do mundo globalizado. É uma iniciativa que não seria possível sem o êxito que é o Mercosul, que se fortalece a cada dia.

Uma América do Sul coesa e mais integrada concorrerá para o esforço de associação entre o Mercosul e a União Européia. Quanto mais unidos estivermos a nossos vizinhos imediatos, maiores as possibilidades comerciais e os ganhos de escala para iniciativas conjuntas com o empresariado europeu, inclusive o alemão, que tem demonstrado sua confiança no Brasil.

Brasil e Alemanha mantêm uma parceria privilegiada. Um dos alicerces dessa relação modelar é a presença de significativa comunidade de origem germânica no Brasil, sobretudo no sul do país. São cerca de 12 milhões de descendentes de alemães, uma das quatro principais contribuições da imigração européia para a formação do Brasil.

A importância dos investimentos alemães é outro dado a ressaltar. A Alemanha está entre nossos três maiores investidores, com estoque estimado em mais de 12 bilhões de euros. Esta é uma parceria que se traduz diretamente em geração de empregos nos dois países. Não se resume a transferência de capitais. Envolve aporte de conhecimento, incorporação de tecnologias e formação de recursos humanos.

Manifesto minha satisfação de voltar à Alemanha, esta nação que em cinco décadas reconstruiu sua identidade, criou uma democracia vibrante, uma economia competitiva, e presta notável contribuição à paz, à segurança e à prosperidade internacional.

A reunificação alemã é um símbolo vivo da superação da era dos confrontos e da tensão permanente. Como na Alemanha, redescobrem-se nos dias de hoje oportunidades

em todas as latitudes. A América Latina avança nas reformas. A Europa é um exemplo admirável de integração, em permanente atualização e aperfeiçoamento. Os Estados Unidos são pólo indiscutível do crescimento global. A Ásia é uma das regiões mais dinâmicas. No Oriente Médio, a sempre renovada esperança da paz tem sido reforçada por avanços efetivos. A África, continente sofrido, possui imenso potencial de desenvolvimento e não pode prescindir do apoio da comunidade internacional para que possa romper seu ciclo histórico de pobreza e de conflitos armados.

Senhoras e Senhores,

A vocação universalista do Brasil, em cujo reconhecimento identifico a origem do convite que me foi feito para vir a Hannover, é, sem dúvida, a nossa maior credencial para participar da nova era de construção da paz e do desenvolvimento em que está engajada hoje a comunidade internacional. Isso me estimula a afirmar, aqui em Hannover, um sonho maior, o sonho de que, para a humanidade, o terceiro milênio signifique caminhos de liberdade, de justiça e de solidariedade.

O sonho de que, neste novo tempo que é a inspiração da Expo-2000, a técnica comungue sempre com a natureza e que a ciência e a tecnologia possam traduzir-se em benefícios para todos, não só para os mais ricos ou para os mais privilegiados. Que o acesso à educação se universalize. Que a pobreza e a miséria sejam erradicadas. Que a cooperação prevaleça sobre o conflito. Não se deve buscar simplesmente uma globalização amparada na interdependência econômica e financeira, mas a tessitura de uma sociedade global que se oriente por um humanismo renovado.

Esse horizonte humanista é indispensável para entender que, se a ciência e a técnica são importantes, não se pode perder a perspectiva da política e dos valores. Os

avanços tecnológicos não são suficientes para que o mundo se torne melhor. A garantia – se é que existem garantias na vida – está no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos como valores fundamentais.

O filósofo Jürgen Habermas chamou a atenção para o fato de que a praxis humana não se limita à ação instrumental, mas envolve o que ele denominou de “ação comunicativa”, a dimensão da interação pelo diálogo, pelo convencimento. Isso é a base da democracia, que não é apenas representação, mas é deliberação. O motor da história não é apenas o avanço da técnica, mas também a deliberação humana sobre como utilizar os resultados da técnica. É o que vemos no momento atual.

Os efeitos da globalização - tanto no plano comercial quanto no financeiro - dependerão em larga medida de nossas decisões e de nossas ações. Depende de nós mesmos fazer com que ela promova as oportunidades de desenvolvimento, que favoreça o investimento produtivo, que reduza as assimetrias de riqueza e de bem-estar.

A globalização e os avanços da ciência e da técnica devem valer para todos. E é esta mensagem de universalidade que, hoje, Hannover sinaliza ao mundo. É imperativo que a ordem internacional do século XXI supere os problemas herdados do século XX. É preciso que seja uma ordem melhor, mais justa, sem monopólios da prosperidade, do saber ou do poder. Uma ordem que aceite as especificidades locais e cujos traços distintivos sejam a preservação da paz, o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a luta contra o desemprego e a exclusão social.

Hannover é hoje uma antevisão do futuro. E o Brasil está pronto para participar desse futuro e ajudar a torná-lo realidade.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO DOUTOR HÉLIO BICUDO, PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE
CONDECORAÇÃO DO DOUTOR HÉLIO BICUDO, PRESIDENTE DA COMISSÃO
INTERAMERICANA DE DIREITOS. BRASÍLIA, 14 DE JUNHO DE 2000

A decisão do Presidente Fernando Henrique Cardos de agraciar, com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, o Doutor Hélio Bicudo, Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, traduz o reconhecimento de todos os brasileiros de sua grande contribuição à luta em favor do respeito aos direitos humanos em nosso País. Essa condecoração homenageia, também, a sua trajetória pública e pessoal em favor desses direitos universalmente reconhecidos. Sua presença na presidência da Comissão muito nos orgulha, pois demonstra que o reconhecimento que ora faz o Brasil ao Doutor Hélio Bicudo é compartilhado pela comunidade internacional.

Não poderia haver melhor momento para dizer aos demais membros da CIDH que o Governo brasileiro os recebe de braços abertos. Com o papel desempenhado historicamente na luta em favor do restabelecimento das instituições democráticas, do estado de direito e do respeito aos direitos humanos fundamentais nas Américas, a CIDH credencia-se como uma das instâncias fundamentais no esforço de construção, em nosso Continente, de um

regime de liberdade e justiça para todos os seus cidadãos.

A decisão brasileira de convidar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos a realizar sessão ordinária de trabalho no Brasil é expressão do nosso compromisso com o fortalecimento do sistema interamericano e, também, do pleno reconhecimento pelo Brasil da legitimidade do papel de instâncias internacionais, no monitoramento da situação dos direitos humanos em todos os países.

Este foi o sentido, por exemplo, do passo que demos ao reconhecer, em 10 de dezembro de 1998, a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos. É este igualmente o significado do apoio que emprestamos ao processo de reflexão que pretende fortalecer o sistema interamericano de direitos humanos, processo de que Vossas Excelências são partes essenciais.

Concebemos essa reflexão como um processo gradual e sólido, que reflita um consenso envolvendo os Estados Membros da OEA, a Comissão e a Corte. Também me parece importante assinalar que todo o esforço regional deverá necessariamente convergir

para o fortalecimento da transparência, das formas de diálogo e cooperação, da segurança jurídica do sistema como um todo. Tornar o sistema interamericano mais abrangente, a partir de uma futura adesão do Canadá e dos Estados Unidos da América à Convenção Americana, é outro dos aspectos que são fundamentais, caso se deseje realmente dotá-lo da abrangência que o tratamento dos direitos humanos requer.

O nosso empenho em promover e proteger os direitos humanos é uma constante no plano interno. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem afirmado repetidas vezes que não há como conciliar democracia com sérias injustiças sociais, com formas variadas de exclusão e com o desrespeito aos direitos humanos. Daí a força da determinação governamental, que se reflete plenamente na elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos. Vale lembrar que o Brasil foi um dos primeiros países a elaborar instrumento interno dessa natureza depois da Conferência de Viena, de 1993. Pela primeira vez, traçou-se, naquele documento, um perfil da situação dos direitos humanos no nosso país e metas de curto, médio e longo prazos, para reforçá-los e promovê-los.

A primeira fase do Programa pauta-se pelos esforços em favor da garantia à plena

realização dos direitos civis e políticos, com resultados estimulantes. Numa segunda fase, atualmente em etapa final de concepção, a atuação governamental deverá concentrar-se na questão do gozo pleno e sem exclusões, dos direitos econômicos, sociais e culturais, sem descurar-se naturalmente da intransigente defesa das liberdades individuais e garantias fundamentais.

Temos consciência da dimensão da tarefa e não acreditamos que possa haver soluções imediatas ou fórmulas mágicas. Será necessário o empenho não apenas do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e especialmente da sociedade civil, com a qual temos mantido interessantes formas variadas e efetivas de parceria.

Como expressão do reconhecimento do Governo brasileiro pelo trabalho do Doutor Hélio Bicudo e, numa homenagem que ultrapassa o simbolismo diplomático, de expressão de sincero orgulho por contarmos com tão ilustre brasileiro à frente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tenho a honra de impor a Vossa Excelência as insígnias da Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, formulando votos de continuado êxito e felicidade pessoal.

XIV REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DO RIO

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA XIV REUNIÃO DE CÚPULA DO GRUPO DO RIO. CARTAGENA DE INDIAS, COLÔMBIA, 16 DE JUNHO DE 2000

Gostaria inicialmente de expressar minha satisfação de participar desta nova reunião do Grupo do Rio, aqui em Cartagena de Índias, e agradecer a amável hospitalidade do povo e do Governo colombiano. O que está em nossa agenda, como questão urgente e prioritária, são as tarefas com que se defronta nossa região, e a comunidade internacional na virada do século. A Cúpula do Milênio será um momento importante de reflexão sobre esses desafios.

Para a América Latina esta é uma circunstância histórica e crucial. Nossas sociedades, nossas economias e nossos Estados passam por grandes transformações. São muitos os temas envolvidos nessas mudanças. Basta lembrar o relatório que o Secretário-Geral Kofi Annan preparou para dar elementos ao debate. Não há tempo aqui, para passá-los todos em revista. Vou concentrar-me naquilo que considero ser um dos desafios centrais para os países latino-americanos nesses novos tempos: o desafio da democracia.

A experiência em nossa região pode não ser integralmente uma história de vigência da democracia, mas certamente é uma história

de luta pela democracia, de conquistas democráticas. O balanço que podemos fazer do século XX a esse respeito será, na melhor das hipóteses, ambíguo.

Foi um século de grandes avanços políticos. E talvez o mais importante deles tenha sido a incorporação das massas ao processo político, à diferença do que ocorria no século XIX, mais marcadamente oligárquico. À maior participação das camadas antes excluídas da vida política correspondeu um avanço das liberdades públicas. Afirmou-se a cidadania. Mas esses avanços foram pontuados, com maior frequência do que teríamos desejado, por retrocessos e episódios de autoritarismo e repressão.

Praticamente todos os países de nossa região enfrentaram em um ou outro momento o flagelo de regimes ditatoriais, das violações de direitos humanos, de cerceamento das liberdades democráticas. Isso marcou profundamente a memória política da América Latina. Deixou cicatrizes que em alguns casos ainda são sensíveis. Mas as últimas décadas abriram um horizonte mais favorável para a democracia. Em praticamente todos os países fortaleceram-se as instituições livres e deram-

se passos importantíssimos no aprendizado da democracia. Hoje, olhamos o futuro com otimismo e confiança. A democracia reconquistada beneficia as relações entre nossos países e, também, a nossa inserção no sistema internacional.

Uma das características de nosso tempo - e isso o define como um novo tempo - é o de que os valores éticos se difundem com a força de sua universalidade. Não há como impor barreiras artificiais a essa difusão de valores e princípios, entre os quais os da democracia e dos direitos humanos são talvez os mais visíveis.

Se pudesse resumir em uma única expressão o espírito que deve prevalecer na América Latina desse novo tempo, diria “solidariedade democrática”. Esta é uma idéia que já está presente - e acredito que estará cada vez mais - nos arranjos de cooperação e integração em nossa região. É a idéia de que a liberdade de cada um depende da liberdade de todos, e que a democracia no país vizinho é importante para a democracia em meu próprio país.

Solidariedade democrática significa, em primeiro lugar, que a América Latina não pode aceitar ou conviver com retrocessos, com rupturas na institucionalidade democrática. Aprendemos com as experiências do passado e não vamos esquecê-las.

Em tempos anteriores, nossa região, já foi sinônimo de ditadura, de caudilhismo, de violação de direitos humanos. Hoje, temos a oportunidade histórica de assegurar que isso não voltará a ocorrer jamais. Um exemplo disso é o que, no Mercosul, chamamos a “cláusula democrática”. O que ela significa, e é sempre importante repeti-lo, é que o Mercosul é uma obra de democracias para

democracias. O processo de integração não é concebível, não é factível, na ausência de democracia. No plano hemisférico, os mecanismos da OEA vão no mesmo sentido: evitar a possibilidade de ruptura do processo democrático em qualquer país americano.

Mas a solidariedade das democracias não pode estar limitada a essas situações extremas, de ruptura, de golpe, de quebra da institucionalidade. Há também um trabalho mais cotidiano, que é de todos os países, de aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições que tornam possível o Estado de Direito. A democracia não é uma obra acabada. É da sua natureza questionar a si mesma, identificar falhas, buscar novos caminhos dentro do próprio jogo democrático.

A democracia é pluralista. É avessa às respostas absolutas, definitivas. É diálogo. É a discussão, no espaço público, sobre todas as questões de interesse da cidadania, inclusive os próprios procedimentos da democracia. Nesse esforço, a responsabilidade das lideranças é fundamental.

Em cada país – seja ele qual for, rico ou pobre, latino-americano ou não – é preciso que saibamos reconhecer quando há imperfeições a serem corrigidas. O aperfeiçoamento da democracia é uma tarefa de cada sociedade. Nesse ponto, cada um deve fazer a sua lição de casa. E ninguém pode fazer a lição de casa do outro. O aprimoramento democrático é uma tarefa nacional e intransferível. Mas as críticas vindas do exterior são uma ajuda importante nesse sentido. E a solidariedade democrática pressupõe que exista o espaço para essas críticas.

Como mostrava Joaquim Nabuco no livro que dedicou ao episódio trágico de

Balmaceda, no Chile, a solução para os problemas da democracia se encontra dentro de cada país, mas se fortalece pela existência, nos países vizinhos, de uma opinião favorável à democracia.

E quando se afirma que a tarefa é de cada país, que é intransferível, mas que ao mesmo tempo é legítimo o interesse dos demais países, torna-se evidente que existe aí um trabalho cuidadoso de “sintonia fina” entre os dois aspectos - que não podem ser postos no mesmo plano, já que a responsabilidade primária e última é, repito, de cada país.

Como toda sintonia fina, esta exige apurada sensibilidade e discernimento político. Cada situação tem a sua especificidade. Em última análise, o que está em jogo é a conciliação entre a força universal desses valores e o respeito à soberania dos Estados. A soberania é relevante nesse contexto, precisamente porque ela expressa que cada povo deve poder avançar soberanamente em seu processo democrático. Por isso mesmo, a soberania não pode ser um instrumento para frear o aperfeiçoamento democrático, assim como ela não pode servir como escudo para transgressões dos direitos humanos. É do próprio interesse de cada sociedade que seus processos democráticos se aperfeiçoem e se consolidem.

Na América Latina de hoje, cada país tem a consciência de que pouco ou nada haveria a ganhar – e muito haveria a perder – no isolamento que decorreria inevitavelmente de

uma atitude de impermeabilidade aos sinais recebidos do exterior.

Essa consciência é hoje uma das forças mais poderosas de união e integração em nossa região. É uma consciência enraizada na universalidade de certos valores. É uma consciência que desenha a dimensão democrática da fraternidade latino-americana. Esses são os temas complexos e essenciais para o futuro de nossas sociedades.

Porque os desafios mais prementes que temos a enfrentar (o da justiça social, o da distribuição da renda, o da erradicação da miséria, o do combate ao narcotráfico, o do meio ambiente), todos passam necessariamente pela democracia. Diria mais: passam pelo aprofundamento da democracia. Assegurar a igualdade formal dos cidadãos já é algo difícil. Requer esforço. Mas está longe de ser suficiente.

Os povos da América Latina anseiam – e este é o anseio mais legítimo – pela igualdade substantiva, pela igualdade real de oportunidades na cidadania, na vida econômica, pela segurança – que deve ser também segurança humana – e pelo desenvolvimento sustentável.

A democracia é o instrumento de que dispomos para avançar nessa direção. E a América Latina de hoje – apesar dos problemas, apesar das dificuldades – não tem qualquer dúvida de que a democracia é o único caminho possível.

Muito obrigado.



X REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO G-15

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA X REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO G-15. CAIRO, 20 DE JUNHO DE 2000

Senhor Presidente,

Como Vossa Excelência e praticamente todos os oradores que me precederam já observaram, a X Reunião do G-15, ao iniciar-se o novo milênio, constitui ocasião propícia para reafirmarmos nossas posições comuns. Os problemas que nossos países enfrentam no início do século XXI não são necessariamente novos. Nova é a amplitude do impacto que pode ser produzido em nossas economias pela ação da globalização, pela atuação desimpedida das forças de mercado, com sua tendência a favorecer os atores melhor capacitados e, portanto, manter os desequilíbrios entre nações.

Do ponto de vista do Brasil, a prioridade dos países do G-15 no diálogo com os países desenvolvidos deve ser a de buscar influenciar a agenda e o curso das negociações econômico-comerciais internacionais. São estas negociações as que irão determinar a possibilidade de nossos países de participar de maneira mais consistente dos fluxos de comércio e de investimento internacionais e que definirão, em última análise, a nossa capacidade de superar as limitações impostas pelas regras atualmente vigentes.

Nossos países devem sobretudo rechaçar a percepção de que “estamos em falta” e que

devemos continuar a proceder indefinidamente a ajustes estruturais necessários ao processo de liberalização das relações econômicas e do comércio internacional.

É preciso enfatizar que hoje cabe aos países industrializados a responsabilidade maior de proceder àqueles ajustes, mediante a abertura efetiva de seus mercados aos produtos nos quais os países em desenvolvimento contam com vantagens comparativas, e o conseqüente abandono de políticas protecionistas para setores obsoletos, de baixa produtividade comparativamente à dos países em desenvolvimento (siderurgia, agricultura, etc.).

Ao mesmo tempo devemos prosseguir nos esforços de cooperação Sul-Sul. Neste campo poderemos encontrar melhores oportunidades de crescimento das economias nacionais e dos fluxos de comércio dos países do G-15 do que a continuada dependência do mundo desenvolvido, onde as taxas de crescimento tendem a estagnar ou a aumentar marginalmente.

Fala-se muito do tema da globalização. Globalização representa muitas coisas diferentes, segundo o ponto de vista e os interesses de quem analisa o fenômeno. Na realidade, nada mais é do que o novo nome

pelo qual os países que sempre dominaram o conteúdo e as prioridades da agenda internacional continuam a fazer prevalecer as suas visões e os seus interesses.

Para o G-15, o importante é acentuar os efeitos negativos da globalização que, com tanta frequência, impactam nossos países. Se é verdade que a globalização criou oportunidades de ingresso na economia mundial até então inexistentes, tais oportunidades não têm, todavia, beneficiado na forma devida os países em desenvolvimento e é de se temer que, às vésperas do Século XXI, sejamos confrontados com um aprofundamento das distâncias que há muito têm separado as nações desenvolvidas das nações em desenvolvimentos.

Nesse quadro que hoje poderia ser descrito como de ‘globalização assimétrica’, para utilizar uma expressão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é alvo especial de nossa preocupação o conjunto de negociações econômicas multilaterais que deverá desenvolver-se ao longo deste ano em Genebra, na Organização Mundial do Comércio, e que representará um grande desafio para todos os países em desenvolvimento.

É chegado o momento, no âmbito das negociações já mandatadas no setor agrícola, de nos mobilizarmos para que nossos produtos não mais continuem a sofrer a concorrência de produtos vultosamente subsidiados pelos países ricos.

É chegado o momento, também, de rever a maneira como têm sido implementados os Acordos da Rodada Uruguai, a fim de que nossos países efetivamente recebam os benefícios que deveriam ter sido auferidos pelos países em desenvolvimento como parte dos resultados daquele processo negociador.

Ainda no plano do comércio internacional, não podemos esmorecer diante das tentativas

dos países desenvolvidos de erigir barreiras protecionistas sob o pretexto de melhora dos padrões trabalhistas ou de proteção ao meio ambiente.

No futuro, o papel a ser desempenhado pelo G-15 na busca de correção para as crescentes disparidades no sistema econômico internacional será de suma importância, pois é no seio deste grupo que poderemos aprimorar o diálogo com nossos parceiros e explorar estratégias comuns.

Na área financeira, devemos mobilizar-nos para que os Governos nacionais e as instituições multilaterais desenvolvam mecanismos efetivos para antecipar as crises que periodicamente afetam os nossos países, com elevado custo social.

Há necessidade de reforçarem-se os mecanismos de prevenção de crises, tanto no que se refere ao estabelecimento e disseminação de padrões de transparência e de regulação de governos, instituições financeiras e o setor privado, como no que concerne à instituição de mecanismos para evitar o efeito contágio e o alastramento de crises para países que têm implementado políticas macroeconômicas sólidas e reformas estruturais abrangentes. O Brasil favorece mecanismo automático de ativação do mecanismo recentemente aprovado pelo FMI – a linha de crédito de contingência - capaz de ser acionado nos estágios iniciais de mudanças nas condições de mercado que venham a afetar economias sólidas. Acreditamos que esse novo instrumento tem características efetivamente inovadoras em relação aos instrumentos atualmente existentes no FMI. Ainda nesse contexto, deve-se registrar que os esforços da comunidade internacional no sentido de implementação da iniciativa HIPC (Highly

Indebted Poor Countries), estabelecida pelos comitês interino e de desenvolvimento do FMI/Banco Mundial em setembro de 1996, têm registrado progressos significativos. Até o final do ano passado, o Brasil já havia arcado com o custo de US\$ 300 milhões em alívio de dívidas de outros países em desenvolvimento (bilaterais e HIPC).

Senhor Presidente,

As observações do Brasil não diferem essencialmente das que os meus colegas expressaram ao longo deste debate e certamente das que os nossos Presidentes avançarão nos próximos dias. Nosso Grupo tem de fato uma apreciável coesão interna que poderia ser mobilizada de maneira mais efetiva tanto para o fortalecimento de linhas de cooperação Sul-Sul quanto para a atualização e a intensificação do diálogo com os países desenvolvidos, em especial com o G-8. A sugestão apresentada pela delegação da Índia de elevar o nível do diálogo com o G-8 merece, portanto, em princípio, o nosso apoio e deveria ser apresentada aos nossos interlocutores em um contexto positivo.

Deve ser precedida, porém, de um esforço de reflexão e coordenação interna para que resulte em propostas inovadoras e seja percebida apropriadamente como uma contribuição positiva para os problemas que afetam conjuntamente os diferentes segmentos da comunidade internacional. A influência que o G-15 pode e deve exercer depende essencialmente de nossa capacidade de atuar sobre a agenda internacional sob nossas próprias perspectivas e de formular propostas capazes de ir além dos ciclos de ação, reação e impasse que tem caracterizado o diálogo internacional sobre toda a temática ligada à promoção do desenvolvimento.



JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO VICE-PRESIDENTE MARCO MACIEL PELO PRIMEIRO-MINISTRO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE MARCO MACIEL, POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRIMEIRO MINISTRO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA. MOSCOU, RÚSSIA, 22 DE JUNHO DE 2000

Senhor Primeiro-Ministro,

É com grande satisfação que me encontro na histórica cidade de Moscou, capital da Federação da Rússia. Na tarde de hoje, mantivemos um amplo e frutífero diálogo sobre o estado presente das relações bilaterais e temas mais relevantes da atualidade internacional. Juntos, presidimos a Primeira Reunião da Comissão de Alto Nível de Cooperação. Assinamos ainda dois acordos eminentemente políticos em seu caráter: o Tratado sobre Relações de Parceria e o Plano de Ação Conjunta Brasil-Rússia.

Não creio necessário destacar o significado e a importância da agenda que cumprimos. Em 1828, há 172 anos, iniciaram-se as relações oficiais entre nossos países, sendo o Império Russo uma das primeiras nações a reconhecer o Império do Brasil recentemente proclamado independente de Portugal. Durante esse período, nosso relacionamento desenvolveu-se consoante as vicissitudes históricas que enfrentamos. No limiar de um novo século, estamos redefinindo seus objetivos e escopo e estabelecendo os mecanismos destinados a colocá-los em prática para o progresso e bem-estar de nossos povos.

Brasil e Rússia apresentam, por sua conformação geográfica e desenvolvimento histórico, simetrias e afinidades que os habilitam a construir uma parceria política e econômica abrangente. Ambos países estendem-se por vastos territórios com importantes recursos naturais ainda não explorados; suas populações compõem-se de grupos com diferentes formações étnicas e credos religiosos; ambos alcançaram níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico compatíveis; exercem liderança natural em seus respectivos contextos regionais e demonstram vocação para atuar no cenário internacional.

O tempo em que vivemos se caracteriza pelo processo de globalização e interdependência que se estende aos mais variados aspectos da atividade humana. A comunidade internacional reclama para si a responsabilidade pela definição de valores e regras válidos para todos os seus membros. É do nosso interesse permanente, nessas condições, desenvolver uma concertação ativa que nos permite atuar, nos foros internacionais políticos e técnicos, com efetiva capacidade de influenciar em decisões

que afetam o nosso futuro e o da humanidade como um todo.

Nossos países partilham o desejo de construir uma ordem mundial justa, pacífica e democrática, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e outros documentos do Direito Internacional, que promova a observância dos direitos humanos, o desarmamento e a não-proliferação de armas nucleares e outras de destruição em massa, a proteção do meio ambiente e o combate ao crime organizado em todas as suas formas, enfim o desenvolvimento harmônico de toda a comunidade. Não abrimos mão, contudo, do direito de usufruir de independência política e econômica e de conduzir uma política externa soberana, pois estes são os princípios básicos da convivência internacional.

Para podermos alcançar estes altos objetivos, é preciso que antes forjemos, tendo por alicerce os antigos vínculos e os sentimentos de amizade existentes entre nossos países, uma parceria efetiva nos termos dos atos que assinamos. Pelas características que compartilhamos, existe amplo espaço para o desenvolvimento da cooperação política, econômica, comercial, científica e tecnológica. O momento em que se realiza esta visita não poderia ser mais propício. Brasil e Rússia, superados os efeitos mais perversos que a crise financeira internacional, resultante dos aspectos negativos da globalização no campo econômico, projetou sobre suas economias, reencontram o caminho do crescimento com estabilidade.

Minha presença em seu país significa que o Governo brasileiro confia na capacidade de liderança do novo Governo russo e

deseja manifestar seu incentivo e apoio às iniciativas que deverá tomar para dotar o país de instituições sólidas e de uma economia moderna. Tais são os requisitos que se impõem aos países determinados a enfrentar os desafios da globalização e usufruir dos benefícios que pode proporcionar em termos de investimentos internacionais e desenvolvimento tecnológico.

Senhor Primeiro-Ministro,

A reunião da Comissão de Alto Nível permitiu-nos avaliar o que já realizamos. Sinto-me otimista diante dos esforços que estamos empreendendo e seguro de que estamos dando passos concretos para elevar o relacionamento entre nossos países aos patamares de excelência que são condizentes com suas respectivas posições na cena mundial.

Os trabalhos desenvolvidos pela Primeira Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, realizada em Brasília, em abril de 1999, obtiveram significativo êxito na identificação das áreas prioritárias em que poderemos, a curto para médio prazo, potencializar projetos concretos de cooperação. Ressalto os resultados consignados nos relatórios das Subcomissões, em especial daquelas dedicadas à cooperação científica e tecnológica e à cooperação nas áreas espacial e de energia nuclear para fins pacíficos. Por esse motivo, fiz-me acompanhar do presidente da Agência Espacial Brasileira e de alto dirigente do Conselho Nacional de Energia Nuclear que vieram aprofundar os contatos com seus colegas russos.

Quero também deixar registro de minha satisfação com os resultados alcançados nas três reuniões da Comissão de Assuntos

Políticos, cujas agendas espelham a amplitude do diálogo nela desenvolvidos. Tenho certeza de que uma tão ampla troca de informações e percepções traz contribuição inestimável à interação entre nossas Chancelarias e à concertação de posições sobre temas fundamentais em foros multilaterais.

Desejo manifestar a Vossa Excelência e ao Governo russo meus cumprimentos pela excelente organização de minha visita e meus agradecimentos pela acolhida calorosa e pela oportunidade que me está sendo dada de conhecer variados aspectos da vida russa. Quero ainda expressar-lhe meu reconhecimento pela cordialidade e simpatia que imprimiu aos nossos entendimentos, o que muito beneficiou nossos trabalhos.

É, pois, nesse espírito de amizade sincera, que peço a todos que ergam comigo um brinde à saúde de Vossa Excelência, ao Presidente Vladimir Putin, à prosperidade do povo russo e ao constante aperfeiçoamento da parceira entre Brasil e Rússia.



XVIII REUNIÃO DO CONSELHO MERCADO COMUM

DISCURSO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA REUNIÃO DE CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE, POR OCASIÃO DA XVIII REUNIÃO DO CONSELHO MERCADO COMUM. BUENOS AIRES, ARGENTINA, 30 DE JUNHO DE 2000

Gostaria, inicialmente, de saudar os Presidentes Fernando de La Rúa, nosso anfitrião, Jorge Batlle e Ricardo Lagos, que participam pela primeira vez, de maneira formal, da Reunião de Cúpula do Mercosul. Estamos encerrando um semestre profícuo, em que elegemos prioridades e efetuamos as correções de rumo necessárias para que nossa experiência de integração siga no caminho de seu aprofundamento e consolidação.

A partir de agora, a implementação destas tarefas deverá absorver nossos melhores esforços. A ninguém escapa que o Mercosul enfrentou, em tempos recentes, um momento delicado resultante da instabilidade dos mercados, do quadro recessivo e do decréscimo no volume de comércio, exatamente o termômetro mais sensível do processo de integração.

Menos tolerantes e mais imediatistas, alguns setores identificaram ali o anúncio do fim do Mercosul.

Os fatos demonstraram o equívoco dessas vozes de Cassandra. Esqueceram que o Mercosul vai além de um mero balancete de saldos e débitos, superávits e déficits. Constitui um projeto de sociedades, com

todas as implicações econômicas, sociais, culturais e políticas que esse conceito pode compreender.

Não esqueçamos a importância do compromisso solidário que é a “cláusula democrática do Mercosul”. Ela assegura a legitimidade do processo de integração e reforça as credenciais do Mercosul na defesa da democracia. Se superamos turbulências e se aqui estamos em mais uma Reunião de Presidentes, é porque o bloco se mostrou suficientemente maduro para aprender com os contratemplos. Provou-se correta a receita: “se houver crise, mais Mercosul”. Problemas tivemos, temos e teremos. Não nos enganemos quanto a isto. O que importa é a disposição de enfrentar os óbices.

O quadro adverso de um ano atrás propunha duas alternativas: estancar ante o desafio e condenar o Mercosul ao retrocesso; ou investir na superação de nossas dificuldades. Decidimos pela segunda opção, por objetivos maiores e mais ambiciosos. É esta a razão de ser da agenda de relançamento do Mercosul, que, além de resgatar temas não completamente equacionados no passado, vem incorporar uma série de questões às discussões do

grupo, projetando novos patamares para a experiência de integração. É uma tarefa que sinaliza – nove anos depois do início de todo esse processo – nossa vontade inabalável de construir um Mercado Comum.

Vamos consolidar a idéia do Mercosul como um mercado único. Isto implica não aceitar recuo no elevado estágio de liberalização comercial já alcançado no âmbito da união aduaneira. Significa ainda caminhar em direção ao fim das barreiras não-tarifárias e à eliminação ou redução dos trâmites de fronteira.

Assim como fizemos progressos no setor automotor, devemos definir o regime de incorporação do setor açucareiro ao Mercosul. Nas circunstâncias atuais, o fundamental é lograr a transição ordenada para o livre comércio pleno e a aplicação de uma tarifa externa comum para o açúcar.

Outro aspecto do relançamento é a consciência de que necessitamos uma estratégia de promoção comercial conjunta em terceiros mercados. Vamos tornar realidade a marca “Mercosul”. Isso supõe lutar, de forma coordenada, pelo maior acesso para os nossos produtos de exportação. Devemos também assegurar melhoria da infra-estrutura e dos padrões tecnológicos, sem o que não conseguiremos aumento da produtividade e, conseqüentemente, de competitividade.

Na agenda do relançamento do Mercosul, atribuo particular importância aos entendimentos relativos à coordenação de políticas macroeconômicas, meta que se assenta na responsabilidade fiscal e monetária. Trata-se por isso mesmo de um passo emblemático do relançamento, que tem mobilizado não apenas os Estados-Parte, mas também Chile e Bolívia.

Como prova do comprometimento de nossos países com o processo de integração, serão publicados, no próximo mês de setembro, indicadores macroeconômicos selecionados do Mercosul, a partir de bases de cálculo harmonizadas. Esta é uma medida extremamente bem-vinda, deverá consubstanciar nosso “Pequeno Maastricht”. Se os passos já começam a ser dados rumo à coordenação macroeconômica, é também chegado o momento de avançarmos na institucionalização do Mercosul. Creio não haver divergência entre nós quanto à percepção de que o bloco somente tem a ganhar com um arcabouço institucional que confira maior transparência à tomada de decisões e maior celeridade à resolução de eventuais controvérsias.

Quero sublinhar a transcendência do compromisso alcançado neste encontro de convergência seletiva e gradual do Chile ao Mercosul, com vistas à futura formalização desse país como membro pleno do agrupamento regional.

A incorporação que se anuncia do Chile ao bloco, que muito deve ao Presidente Lagos, mas que é resultado de um longo processo de aproximação, confirma a relevância do Mercosul como instrumento para a inserção revigorada de nossos países no cenário internacional. A presença do Chile agrega peso a essa inserção e reforça nosso poder de interlocução naquelas frentes que exigem ação concertada e coesa de nossos países.

Devo dizer que seria também motivo de satisfação para nós se a coordenação macroeconômica for apenas um primeiro passo para a crescente participação institucional da Bolívia no concerto regional. A Bolívia é muito importante para o Mercosul, e gostaríamos de

vê-la cada vez mais presente no esforço de integração.

Nessa mesma linha, ressalto a importante decisão adotada pelo Mercosul de conferir renovada prioridade aos entendimentos com a Comunidade Andina. A conformação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina é objetivo que devemos perseguir com afincos e determinação.

Cabe a nós a responsabilidade política de impulsionar esse processo, que não pode ficar refém de interesses menores. Isso é fundamental para o novo desenho econômico e político da América do Sul. Quero saudar ainda a perspectiva de termos uma aproximação maior do Mercosul com o México e a África do Sul.

Ao salientar a geometria variável de nosso regionalismo aberto, não poderia deixar de mencionar a Reunião de Cúpula da América do Sul, que se realizará proximamente em Brasília, no âmbito das nossas comemorações dos 500 Anos do Descobrimento.

A Cúpula de Brasília será uma oportunidade muito especial para que possamos discutir uma série de temas que nos afetam de maneira semelhante e que podem merecer abordagens comuns, como o fortalecimento dos sistemas democráticos, o aperfeiçoamento da infra-estrutura física, o combate ao narcotráfico, o fomento e o desenvolvimento

da tecnologia da informação e a inserção competitiva de nossas economias no comércio internacional. Vamos construir, juntos, nosso espaço sul-americano e preparar-nos para enfrentar, juntos, os desafios da economia globalizada.

Gostaria de felicitar o Presidente De La Rúa e demais autoridades argentinas pela serena e zelosa condução dos trabalhos do Mercosul neste semestre. Foi um período marcado por intensa atividade negociadora. Caberá ao Brasil agora dar a necessária seqüência a esse processo. Será, decerto, um exercício que muito exigirá de todos, nas mais diversas instâncias, mas cujos resultados – que estaremos avaliando em Florianópolis, no próximo mês de dezembro - serão, tenho certeza, amplamente recompensadores.

Recompensadores não apenas sob uma perspectiva institucional, mas, sobretudo, do ponto de vista dos empresários, trabalhadores, consumidores. Não podemos esquecer que a motivação maior da experiência de integração é a possibilidade de gerar mais emprego, mais renda, mais dignidade, mais bem-estar, mais cidadania; enfim, contribuir para que a nossa região seja mais próspera e mais justa. Esta é, sem dúvida, a missão do Mercosul, a missão de todos nós.

Muito obrigado.



ATOS INTERNACIONAIS

Acordo sobre Isenção de Visto em Passaporte Oficial / de Serviço com a Venezuela. 08/02/2000

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Turística com a Venezuela. 08/02/2000

Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial com o Paraguai. 10/02/2000

Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais com o Paraguai. 10/02/2000

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia para o Controle Biológico do Mosquito *Aedes Aegypti* com os Estados Unidos. 29/02/2000

Acordo de Cooperação Técnica com a África do Sul. 1º/03/2000

Acordo sobre a Isenção Mútua de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficial / de Serviço com a Croácia. 02/03/2000

Acordo sobre Serviços Aéreos com a Polônia. 13/03/2000

Ajuste Complementar ao Convênio Básico entre o Brasil e a OMS e ao Acordo entre o Brasil e a RSP para o Funcionamento do Escritório de Área da OPAS/OMS. Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS. 16/03/2000

Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico com a Costa Rica. 04/04/2000

Protocolo de Emenda ao Convênio de Intercâmbio Cultural com a Costa Rica. 04/04/2000

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Saúde com a Costa Rica. 04/04/2000

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Educação com a Costa Rica. 04/04/2000

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Comércio Exterior com a Costa Rica. 04/04/2000

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Aviação Civil com a Costa Rica. 04/04/2000

Ajuste Complementar ao Convênio de Intercâmbio Cultural para Áreas de Rádio e Televisão com a Costa Rica. 04/04/2000

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Bilateral para Modernização de Chancelarias com a Costa Rica. 04/04/2000

Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias com a Venezuela. 06/04/2000

Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns com o Panamá. 10/04/2000

Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico com o Panamá. 10/04/2000

Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas com o Panamá. 10/04/2000

Acordo, por troca de Notas, para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, Oficiais e Especiais ou Equivalentes com o Panamá. 10/04/2000

Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos EUA nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. Estados Unidos. 18/04/2000

Ajuste Complementar ao Projeto “PRORENDA - Apoio à Agricultura Familiar e à Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco” com a Alemanha. 20/04/2000

Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta com Portugal. 22/04/2000

Acordo, por troca de Notas, para encerrar as atividades da Comissão Mista Brasil-Paraguai, criada para a Construção da Rodovia Concepción-Ponta Porã através do Comunicado Conjunto de 6 de outubro de 1956, a partir de 16/07/2000. Paraguai. 12/05/2000

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento. Portugal. 16/05/2000

Memorando de Intenções sobre o Acordo Mútuo de Cooperação no Desenvolvimento e Implementação de Programas Abrangentes para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Brasil. ONU/ACDH. 16/05/2000

Acordo para o Fornecimento de Material de Defesa norte-americano. 02/06/2000

Protocolo Adicional ao Convênio de Cooperação Educativa no Campo do Ensino Superior com a Argentina. 15/06/2000

Protocolo Adicional ao Convênio de Cooperação Educativa sobre Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação com a Argentina. 15/06/2000

Plano de Ações Conjuntas com a Rússia. 22/06/2000

Tratado sobre Relações de Parceria com a Rússia. 22/06/2000

Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal com a Rússia. 22/06/2000

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

AJUDA HUMANITÁRIA À VENEZUELA (07 DE JANEIRO DE 2000)

O Governo do Estado do Amazonas doou ao Governo venezueleno cem toneladas de arroz e cinquenta de feijão. No próximos dias, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da CONAB, enviará àquele país cem toneladas adicionais de arroz.

Tais iniciativas somam-se aos esforços já empreendidos pelo Governo Federal, pelo Estado de Roraima, por empresas nacionais e pela sociedade brasileira em geral com vistas a prestar ajuda humanitária à Venezuela, consubstanciados, até o momento, no envio de equipes de especialistas em diversas áreas e na remessa de alimentos, água potável, medicamentos e outros bens transportados pela Força Aérea Brasileira.

MENSAGEM ENVIADA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA (12 DE JANEIRO DE 2000)

Mensagem enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ao Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina,

Senhor Adalberto Rodríguez Giavarini, em razão do acidente rodoviário ocorrido hoje em Santa Catarina:

“Estimado Ministro Giavarini,

Desejo manifestar-lhe meu mais profundo sentimento de tristeza e solidariedade neste momento em que o Brasil e a Argentina se comovem com as dezenas de perdas humanas e acompanham com extrema preocupação a situação dos feridos no acidente rodoviário desta manhã no Estado de Santa Catarina.

Por determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo brasileiro vem prestando o apoio necessário e urgente às vítimas e seus familiares, em estreita colaboração com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência a expressão de minha mais alta consideração.”

RESTAURAÇÃO DA OBRA “OS DESCOBRIDORES” DO PINTOR BRASILEIRO BELMIRO DE ALMEIDA (14 DE JANEIRO DE 2000)

Na próxima segunda-feira, dia 17 de janeiro, às 11:30 horas, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, presidirá, no Museu Histórico e

Diplomático, situado no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, cerimônia em que será devolvido à visitação pública o quadro “Os Descobridores”, de autoria do pintor mineiro Belmiro de Almeida (Cidade do Serro, 1858 - Paris, 1935). O quadro foi restaurado com o apoio do Grupo Monteiro Aranha. A cerimônia deverá contar, entre outras autoridades, com a presença de representante daquele grupo empresarial, Senhor Sérgio Monteiro de Carvalho, do Secretário-Geral das Relações Exteriores, do Diretor do Museu Histórico e Diplomático, bem como do Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000 (21 DE JANEIRO DE 2000)

Informações e dados básicos sobre a EXPO 2000

O que é a EXPO 2000?

A Exposição Universal do Ano 2000 - EXPO 2000, a realizar-se em Hannover, Alemanha, de 1º de junho a 31 de outubro do ano 2000, pertence à série de exposições universais inaugurada em 1851, em Londres, e realizadas periodicamente em uma importante cidade mundial, como Paris, Chicago, Melbourne, Nova York, Bruxelas e Osaka, dentre muitas outras. A mais recente Exposição Universal foi realizada em Sevilha, na Espanha, no ano de 1992.

A importância da EXPO 2000 pode ser avaliada também pela envergadura de alguns de seus participantes, realizações especiais e produtos apresentados nas edições anteriores. Na primeira mostra, por exemplo, foi construído

o Crystal Palace de Londres, na de 1876, na Filadélfia, Graham Bell apresentou seu telefone, e na de Paris, em 1889, foi construída a Torre Eiffel, que acabou se tornando a mais original das construções de todas as exposições universais até hoje realizadas.

A próxima Exposição Universal foi estruturada em quatro pilares, a saber, pavilhões de países participantes, parque temático, programa cultural e de espetáculos e projetos internacionais. Com duração de 153 dias, a EXPO 2000 tem público previsto de 45 milhões de visitantes (cerca de 300 mil/dia), dos quais 27 milhões (60%) de língua alemã, 13,5 milhões (30%) de europeus e os restantes 4,5 milhões (10%) dos demais continentes, que se juntarão aos 550 mil habitantes de Hannover para ver as principais atrações do parque ferial, dispostos numa área de 1.700.000 m². Essas atrações terão caráter tanto institucional (80%) como privado (20%). Quanto à programação cultural, estão previstos 7.000 eventos dos mais variados campos artísticos, como música, dança, cinema, teatro e folclore.

25 000 jornalistas de todo o mundo estão sendo acreditados junto à EXPO 2000 para cobrirem as atrações trazidas por 187 países e 12 organizações internacionais que já confirmaram presença.

A proposta temática da EXPO 2000 e a experiência brasileira

A escolha temática do Brasil se ampara em elementos que se consagraram, na área da preservação ambiental, nos últimos anos. Assim, cabe ressaltar o considerável impulso dado à causa da proteção ambiental associada ao crescimento sustentável resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que a tornou um marco histórico da cooperação internacional.

Embora seja conhecido com país tropical, o Brasil compõe-se também de regiões semi-áridas, subtropicais e temperadas em grandes porções do território nacional. Hoje, 75% da população brasileira vive em cidades de porte maior do que a maioria das grandes cidades européias ou em megalópoles como São Paulo. O litoral atlântico de 5.000 milhas e uma vasta jurisdição marítima revelam um País que se constitui somente de terra firme. O Brasil, portanto, tem de enfrentar a maioria dos desafios previstos na Agenda 21.

Ressalte-se, nesse particular que as seguintes iniciativas ambientais de amplo alcance já estão sendo levadas a efeito pelo Governo brasileiro:

1. implementação de uma Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, em parceria com governos e sociedades estaduais da região,
2. elaboração da Agenda 21 brasileira,
3. reativação do programa de zoneamento econômico-ecológico do território nacional e
4. reforço do monitoramento ambiental com meios modernos, como o Projeto SIVAM.

Outras iniciativas governamentais mais recentes, na área do meio ambiente, podem, igualmente, ser mencionadas como

5. a incorporação da variável tecnológica na avaliação e concessão de créditos e subsídios governamentais (“Protocolo Verde”),
6. a parceria operacional entre o Exército e o IBAMA em ações de conservação ambiental na Amazônia,
7. projeto ECOCIDADANIA na esfera do ensino ambiental e da pesquisa de campo,
8. o apoio às atividades de desenvolvimento sustentável de micro e pequenas empresas,
9. o lançamento do cartão de crédito “verde”, para financiar projetos avançados por ONGs e pelo IBAMA. Continuam, ainda, a ser implementados, nesse campo
10. o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (conhecido como PPG-7, financiado pelos países do G-7) e

11. o Plano Nacional de Meio Ambiente, que dispõe de financiamento internacional e 20% de contrapartida brasileira.

O pavilhão na EXPO 2000

A participação brasileira na EXPO 2000 será concentrada no tema “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, procurando agrupar nos 2.000 m² do pavilhão brasileiro os órgãos e instituições nacionais, oficiais e privados, em níveis federal, estadual e municipal, responsáveis pela implementação dos principais programas, planos, atividades, realizações e iniciativas nesse campo. EMBRAPA, INPE e SIVAM estão entre os setores a serem representados.

Criado pela produtora Bia Lessa com o aproveitamento de material reciclável e madeira de reflorestamento, o pavilhão brasileiro pretende propor, através de suas instalações, um diálogo permanente e construtivo com os visitantes, estabelecendo uma relação entre meio ambiente, homem e tecnologia num momento em que as riquezas naturais se tornam escassas. Com o objetivo de mostrar que o indivíduo pode alterar o contexto, cada visitante será convidado a imprimir sua forma física na estrutura móvel do pavilhão, como num imenso quebra-cabeças.

Adicionalmente, em local vizinho ao pavilhão brasileiro e numa área de 200 m², a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha irá apresentar a história do intercâmbio cultural entre os dois países desde o descobrimento, bem como a importância econômica dessa relação bilateral. O fato de São Paulo concentrar mais indústrias de origem alemã do que qualquer cidade da própria Alemanha justifica a participação daquela Câmara, a única a estar presente na EXPO 2000.

Projetos de ongs brasileiras para a EXPO 2000

Os “Projetos Internacionais” serão promovidos pela Direção da EXPO 2000 em setor especificamente construído para exibir iniciativas de organizações particulares ou organismos oficiais de todos os países do mundo, formuladas em resposta a desafios globais, segundo os temas que nortearão a EXPO 2000: homem, natureza, tecnologia. O Brasil foi um dos países que mais projetos apresentaram, em número superior a 20, como, por exemplo, o Projeto TAMAR-IBAMA, Integração de Favelas no Rio de Janeiro e Biblioteca Viva.

The Global Dialogue

O ciclo de conferências “O Diálogo Global” tratará dos principais temas de interesse da EXPO 2000. Cada conferência terá a duração de três dias e contará com especialistas de notório saber, como cientistas, acadêmicos, políticos proeminentes, organizadores de projetos e homens de negócio, com o objetivo de comunicar as experiências e conhecimentos adquiridos em suas respectivas áreas de atuação e propor soluções e cenários para enfrentar os desafios do século XXI com base no desenvolvimento racional e sustentável.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA
NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL
HANNOVER 2000
(21 DE JANEIRO DE 2000)

Conferência de Imprensa

O Comissário Geral do Brasil para a EXPO 2000, Ministro Cesario Melantonio

Neto, e o Delegado da EXPO 2000 para a América Latina, Senhor Heinrich Thym, acompanhados do Embaixador da Alemanha no Brasil, Dr. Hans Bodo Bertram, e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e Presidente do Conselho Integrado das Câmaras Alemãs no Brasil, Senhor Ingo Plöger, concederão *briefing*, na próxima segunda-feira, dia 24.01.2000, às 10:00 horas, no Club Transatlântico (rua José Guerra, 130 - Chácara Santo Antônio -, atrás do Carrefour da Marginal Pinheiros), em São Paulo, sobre a participação do Brasil na Exposição Universal Hannover 2000, a realizar-se naquela cidade alemã, de 01.06.2000 a 31.10.2000. Na ocasião, também participará o Comissário-Geral Adjunto da EXPO 2000, Senhor Norbert Bargmann, por intermédio de videoconferência direto da Alemanha.

COMUNICADO À IMPRENSA (21 DE JANEIRO DE 2000)

O Governo brasileiro continua a acompanhar atentamente a evolução dos acontecimentos no Equador, em especial no que diz respeito ao recrudescimento dos movimentos de protesto registrados naquele país.

O Governo brasileiro expressa seu repúdio a manifestações que possam ameaçar ou mesmo subverter o Estado de Direito, que é imperioso preservar.

O Governo brasileiro vem mantendo contato com as autoridades equatorianas e reitera sua confiança na capacidade da Nação irmã de superar as presentes dificuldades, com plena observância dos princípios da democracia e da ordem constitucional.

VIAGEM DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA AO URUGUAI E CHILE
(27 DE JANEIRO DE 2000)

A convite dos Presidentes do Uruguai, Julio María Sanguinetti, e do Chile, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, o Presidente Fernando Henrique Cardoso comparecerá, em março próximo, às cerimônias de posse dos novos mandatários de ambos os países.

A posse do Presidente-eleito do Uruguai, Jorge Batlle, terá lugar no dia 1º de março, em Montevideú, e a do Presidente-eleito do Chile, Ricardo Lagos Escobar, em 11 de março, em Valparaíso, sede do Congresso daquele país.

DOCUMENTO FINAL DA
I CONFERÊNCIA DE MULHERES DA
CPLP SOBRE GÊNERO, CULTURA,
ACESSO AO PODER, PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO
(02 DE FEVEREIRO DE 2000)

Transcreve-se, abaixo, o documento final da I Conferência de Mulheres da CPLP, aprovado ontem, 1º de fevereiro, em Salvador, ao término da I Conferência de Mulheres da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento. A Conferência, que se realizou entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2000, contou com a presença do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

Realizou-se na cidade de Salvador, de 30 de janeiro a 1º de fevereiro 2000, a I Conferência de Mulheres da Comunidade dos Países de

Língua Portuguesa - CPLP sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento.

A Conferência foi promovida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura do Brasil, em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e com o Secretariado Executivo da CPLP. Contou também com o apoio do Ministério da Cultura, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador.

Compareceram à Conferência delegações dos países membros da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tome e Príncipe - participantes nomeados no anexo I). A Conferência contou ainda com as participações do Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, da representante do PNUD, Thelma Awori, e com membros do Conselho Nacional da Resistência Timorense, em representação do território de Timor Loro Sae.

Na abertura da sessão de trabalhos da Conferência de Salvador, as delegações ouviram as palavras de estímulo da representante do PNUD, Sra. Awori, que enfatizou a importância da representação e do empenho das mulheres para conquistar espaços mais amplos na sociedade, bem como a necessidade de aumentar a representatividade feminina nas instituições políticas em geral. Registraram, com satisfação, a disponibilidade do PNUD de emprestar seu apoio a projetos da CPLP afetos à promoção da mulher.

As delegadas à Conferência de Salvador registraram, com satisfação, o oferecimento do apoio possível da CPLP, indicado por seu Secretário Executivo, para a utilização das estruturas da CPLP no encaminhamento da agenda aprovada na Conferência.

Tratando-se do primeiro encontro reunindo mulheres dos países da CPLP e também de Timor Loro Sae, a Conferência de Salvador propiciou oportunidade para profícua e extensa troca de informações acerca da situação da mulher e das políticas de gênero nos países da CPLP, bem como do estágio de implementação, nesses mesmos países, do Programa de Ação de Beijing. Permitiu ainda a identificação de demandas comuns às mulheres de todos os países da CPLP relativas à erradicação da pobreza, à promoção do desenvolvimento humano e sustentável e da inclusão social, ao acesso à saúde, à educação e ao emprego, ao apoio à participação das mulheres em atividades econômicas e, em especial, à participação política e acesso ao poder.

Nesta I Conferência, as mulheres da CPLP reconheceram a conveniência de estreitar o diálogo com vistas a aproveitar os instrumentos disponibilizados pelas estruturas formais da Comunidade para o fortalecimento dos programas nacionais de promoção da igualdade e dos direitos da mulher.

Os trabalhos da Conferência de Salvador realizaram-se conforme disposições aprovadas na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1999, por ocasião da Reunião Preparatória do I Encontro das Mulheres da CPLP, consubstanciadas no Documento Final daquela reunião.

Nos seis grupos de trabalho que se reuniram durante a Conferência de Salvador, as delegações dos países membros da CPLP e de Timor Loro Sae registraram:

a) No tema “A feminização da pobreza e os modelos de desenvolvimento nos países da CPLP”, que a pobreza afeta primordialmente as mulheres; que a educação, conforme reconhece o Banco Mundial, e em particular a educação e formação das mulheres, é a política mais eficaz para produzir impacto

no desenvolvimento; que, nos relatórios sobre desenvolvimento, as desigualdades mais freqüentes são entre os sexos; que não se deve perder de vista a perspectiva raça/etnia na questão da feminização da pobreza; que a Conferência de Beijing sublinhou a necessidade de integrar a perspectiva de gênero na vida pública e privada; que as políticas públicas devem ser transversais, propondo ações positivas para as mulheres, na educação, na saúde, no emprego, no desenvolvimento social e em todas as áreas em que as mulheres são discriminadas; que nas discussões sobre modelos de desenvolvimento, é imperativo ouvir as populações quanto a suas necessidades, de modo a promover efetiva igualdade; que é importante reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e as tecnologias alternativas nos programas de desenvolvimento; que é necessário promover a formação profissional para que as mulheres possam ter acesso a ocupações melhor remuneradas; que os programas de ajuste estrutural adotados pelos vários Governos dos países da CPLP provocaram a redução dos investimentos sociais; que é necessário criar empregos para as mulheres, tendo em conta a necessidade de estruturas de apoio para crianças e idosos; que os modelos de desenvolvimento devem adequar-se ao contexto cultural local; que é imperiosa a participação política das mulheres no processo decisório para definição dos modelos de desenvolvimento nacionais, viabilizando, assim, a recuperação do conteúdo humanístico dos processos de desenvolvimento; e, por fim, que é urgente a implementação, pelos Governos, da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing e o cumprimento de todas as Convenções e instrumentos internacionais

dos quais os países membros da CPLP são signatários relativos à promoção de desenvolvimento e do respeito aos direitos humanos.

b) No tema “A participação das mulheres nas atividades econômicas dos países membros da CPLP”, que, a despeito de sua diversidade, há dificuldades comuns a todos os países da CPLP relativas à efetiva inserção e paridade das mulheres em todos os escalões do mercado de trabalho; que, na origem de tais dificuldades, está o deficiente acesso à educação – mais nítido entre as mulheres dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), dificultando ou mesmo inviabilizando suas alternativas de acesso à formação e ao desempenho profissional; que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá em nichos ocupacionais específicos, com grande concentração no setor informal, sem proteção e direitos do trabalho; que é preciso focar a mulher como sujeito prioritário das ações públicas, tanto mais pela importância crescente que assume como responsável pela família; que a globalização e os conflitos armados vivenciados em alguns países da CPLP agravam as condições de participação das mulheres nas atividades econômicas; que a cultura dominante e as práticas tradicionais do mercado de trabalho dificultam a inserção qualitativa das mulheres nas atividades econômicas; e, por fim, que é necessário salientar o trabalho invisível exercido pelas mulheres, particularmente o trabalho de agricultura para subsistência familiar, o comércio informal e o trabalho doméstico em todos os países membros da CPLP.

c) No tema “As condições de acesso à saúde e à educação nos países membros da CPLP”, que a educação é primordial para um desenvolvimento harmonioso da

sociedade; que é necessário o reforço de programas educativos com transversalidade de gênero, particularmente aqueles voltados para as mulheres, jovens e meninas, e os programas de alfabetização; que é preciso garantir o acesso e permanência no ensino público gratuito e de qualidade nos países da CPLP e melhorar as metodologias de controle e supervisão do ensino privado; que é necessário promover e acelerar a formação em gênero; que uma vida com saúde não pode conviver com as altas taxas de mortalidade materno-infantil, com a gravidez precoce, com a ampliação dos casos de AIDS entre as mulheres, com a má-nutrição, com a ausência e inacessibilidade aos serviços de planejamento familiar de qualidade e de saneamento básico, nem com a privatização crescente da saúde pública; que é importante o reforço de programas de educação para a saúde e de planejamento familiar, educação ambiental, saúde materno-infantil e saúde reprodutiva; que é necessária a concepção e aplicação de indicadores de avaliação sobre a aplicação de políticas ligadas à educação e saúde; que é preciso incentivar a aplicação de medidas ligadas aos direitos reprodutivos, sobretudo saúde materno-infantil, à violência contra as mulheres e ao tráfico de mulheres, na linha do preconizado na Plataforma de Beijing.

d) No tema “Gênero, cultura e identidade”, que diferentes fatores culturais constituem-se em um dos mais sérios constrangimentos à abordagem da questão do gênero; que a aceitação de uma imagem negativa da mulher, transmitida pela cultura dominante nos países da CPLP, atua de forma nefasta para o desenvolvimento e promoção da mulher como ser humano e sujeito de direitos; que é necessário o estabelecimento de dispositivos jurídicos, em cada Estado, para regulamentar

práticas culturais tradicionais que impedem o desenvolvimento e a participação das mulheres na vida política, econômica, social e cultural; que os meios de comunicação social tem aspectos positivos e negativos na formação de modelos e transmissão da imagem da mulher; que é importante a utilização do poder da comunicação social na sociedade atual para a dignificação das mulheres e de seus interesses, bem como para o desenvolvimento de programas educativos em uma perspectiva de gênero e raça/etnia; que os programas de ensino devem permitir a abordagem das questões culturais para que as jovens gerações assimilem os valores positivos para mudança no comportamento a favor da mulher, assegurando assim o enraizamento da identidade cultural; que as mulheres desempenham papel estratégico na preservação da cultura e na defesa da identidade, razão pela qual devem ser apoiadas no exercício e desempenho dos mesmos; que é necessário que as mulheres integrantes das comunidades emigradas da CPLP sejam também apoiadas, tendo em conta seu papel na transmissão e preservação da identidade cultural.

e) No tema “Igualdade, Paridade, Participação Política e Acesso ao Poder”, que, na maioria dos países, ainda é negado à mulher o pleno desenvolvimento de sua cidadania e o acesso aos cargos do poder. Esse fato se manifesta na representação de mulheres no Legislativo, onde se verifica sua reduzida presença, sendo a seguinte a representação nos respectivos Parlamentos: Angola 15,5 % (34 mulheres de 220 deputados), Brasil 6,06% (36 mulheres em 594 parlamentares), Cabo Verde 6,9 % (5 mulheres em 72 deputados), Guiné Bissau 7,8% (8 mulheres em 102 deputados), Moçambique 28 % (70 mulheres em 250 deputados), Portugal 18,7% (43 mulheres em 230 deputados) e São Tomé e Príncipe

9,1 % (5 mulheres em 55 deputados).

f) No tema “Políticas de Gênero, Modelos de Desenvolvimento e Inclusão Social”, que é necessário utilizar os conceitos de desenvolvimento já consagrados nas Declarações de Viena e de Beijing .

As delegações dos países membros da CPLP escutaram as informações prestadas pelas representantes de Timor Loro Sae sobre a situação no território e instam seus respectivos Governos a emprestar solidariedade efetiva aos timorenses na reconstrução do país e na promoção do desenvolvimento auto-sustentado.

As representantes de Angola puderam igualmente relatar os avanços da campanha militar do Governo angolano contra os rebeldes da UNITA, tendo as delegações dos demais países manifestado sua satisfação com as perspectivas promissoras de a paz vir finalmente a instalar-se naquele país irmão.

As participantes manifestaram total solidariedade às mulheres de Angola, Guiné Bissau e Timor Loro Sae pelas difíceis condições que a guerra lhes impôs e ainda impõe e recomendam aos seus Governos que fortaleçam os programas de cooperação, particularmente aqueles desenvolvidos no âmbito da CPLP, destinados à reconstrução desses três países.

As delegações à Conferência de Salvador acompanharam, com atenção, os relatos das participantes de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Loro Sae sobre os conflitos armados concluídos ou em andamento em seus países, bem como as apresentações das representantes da UNESCO e do Secretariado Executivo da CPLP sobre os esforços de seus organismos em prol do estabelecimento de uma cultura da paz. As delegadas concordaram com que a prevenção de conflitos e a manutenção da paz em países

da CPLP passam pelo desenvolvimento econômico, social e humano de suas populações, bem com exaltaram a necessidade da promoção de uma cultura da paz.

Ao final de seus trabalhos, as delegações dos países da CPLP e de Timor Loro Sae decidiram recomendar aos Governos dos países membros da CPLP:

- a) a inserção da perspectiva de gênero em todas as políticas que visem a um desenvolvimento sustentável da sociedade e, particularmente, nos programas de cooperação bilateral e multilateral desenvolvidos no âmbito da CPLP;
- b) que, na próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ter lugar em Maputo, em julho de 2000, aprovem uma Declaração relativa à questão de gênero;
- c) que todas as delegações dos países da CPLP às Conferências Regionais e Internacionais sejam constituídas com representação de mulheres comprometidas com questões de gênero;
- d) que promovam a concertação político-diplomática entre as delegações dos países membros da CPLP que participarão da reunião de Nova York, em junho de 2000, e das reuniões dos comitês preparatórios, agendadas para março próximo, com vistas à adoção de posições comuns;
- e) a inclusão das recomendações da Declaração de Salvador nos fora locais e regionais da revisão da Plataforma de Beijing;
- f) a participação de representante da CPLP na Sessão Especial da Assembléia das Nações Unidas sobre a Implementação dos Resultados da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing + 5);
- g) a inclusão, em suas respectivas delegações que participarão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP,

a realizar-se no próximo mês de julho, em Maputo, de uma representação de mulheres comprometidas com os programas de promoção da mulher;

- h) a alocação de no mínimo 20 % do orçamento do Fundo Especial da CPLP para financiamento de projetos e atividades específicas de promoção da mulher, como manifesto compromisso dos Governos da CPLP com a promoção da política de gênero no âmbito da Comunidade;
- i) que, nos programas de cooperação no âmbito da CPLP, considerem a imperiosa necessidade de capacitação das mulheres para o exercício pleno do poder;
- j) a supressão da necessidade de vistos em passaportes diplomáticos, de serviço e comuns para nacionais dos países membros da Comunidade, de modo a facilitar o livre trânsito de pessoas no espaço da CPLP;
- k) a articulação de parcerias entre os países da CPLP de forma a favorecê-los enquanto parceiros na área de comércio;
- l) a realização de campanhas de sensibilização junto às instâncias adequadas para que o Português seja reconhecido como língua de trabalho nos fora internacionais, facilitando assim as relações não só diplomáticas, mas também culturais e comerciais entre os países da CPLP e o mundo;
- m) que haja uma representação de mulheres nas negociações dos processos de paz em zonas em conflito;
- n) o investimento na educação e formação das mulheres, jovens e meninas e a alocação de mais recursos orçamentários para a implantação de programas e políticas públicas de saúde para as mulheres;
- o) a criação de mecanismos de controle e acompanhamento da aplicação das políticas de saúde e educação na perspectiva de gênero, junto às instâncias governamentais;
- p) a introdução da abordagem de gênero nas

análises, discussões, definições de políticas e tomadas de decisão sobre as questões concernentes à saúde e educação;

q) a concessão de créditos subsidiados para as mulheres de modo a promover sua inserção no mercado de trabalho e em diferentes atividades econômicas;

Decidiram, ainda, propor ao Secretariado Executivo da CPLP:

a) que submeta ao Comitê de Concertação Permanente proposta de alteração dos Estatutos da CPLP, mediante inclusão de artigo específico abordando o compromisso dos Governos com a questão de gênero;

b) que crie, junto ao Secretariado Executivo, uma Assessoria Extraordinária para Assuntos de Gênero;

c) que faça a divulgação, entre os países membros da CPLP, dos documentos preparatórios elaborados por cada país para a próxima reunião de Beijing + 5, com vistas a permitir a coordenação de posições por ocasião das reuniões de Nova York, promovendo aí uma reunião de chefes das delegações dos países da CPLP;

d) que disponibilize fundos do Fundo Especial da CPLP para a tradução dos documentos preparatórios da Reunião de Beijing + 5 em uma das línguas da ONU, se solicitado por algum dos países membros da CPLP;

e) a organização de uma base de dados junto ao Secretariado Executivo da CPLP que integre informações sobre política de gênero;

f) que estimule a realização, concomitante à próxima Reunião dos Presidentes de Parlamentos da CPLP, de uma reunião de mulheres parlamentares dos países da CPLP;

g) que encaminhe o presente Documento Final aos Chefes de Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos países da CPLP, bem como demais autoridades que julgar pertinente, e também aos fora de ONGs dos países da Comunidade.

Por fim, aprovaram:

a) a institucionalização da Conferência de Mulheres da CPLP;

b) a criação de uma Secretaria Pro Tempore da Conferência das Mulheres da CPLP, a ser exercida pelo Brasil até a realização, em 2001, em local e data a serem oportunamente definidos, da II Conferência das Mulheres da CPLP;

c) a criação de uma Rede de Mulheres da CPLP, a ser inicialmente formada por pontos focais para a questão de gênero de cada país da Comunidade e do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que serão, tão logo possível, indicados pelos Governos dos países da CPLP ao Secretariado Executivo da organização. A esta Rede deverão somar-se, assim que possível, pontos focais em representação da sociedade civil de cada país, que se articularão com aqueles indicados pelos Governos;

d) a criação de um página na INTERNET que abrigará informações sobre a mulher da CPLP, uma base de dados sobre a questão de gênero nesses países e, ainda, que servirá de ponto de referência para a comunicação entre todos os interessados na promoção da igualdade e dos direitos da mulher nos países da Comunidade. As delegadas à Conferência de Salvador agradeceram à Fundação Cultural Palmares, do Brasil, sua oferta para assegurar o financiamento inicial da produção da referida página.

As delegações presentes à Conferência de Salvador reiteraram, por fim, os objetivos explicitados por ocasião da Reunião Preparatória, no Rio de Janeiro, e ainda não materializados, que indicavam a necessidade de criação, no curto prazo, de um Fórum de Mulheres da CPLP, com as seguintes funções:

- a) integrar as questões de gênero às políticas e mecanismos da CPLP;
- b) institucionalizar a participação plena das mulheres na CPLP;
- c) definir uma agenda comum;
- d) instituir mecanismos de cooperação entre as estruturas governamentais e organizações de mulheres da sociedade civil dos países da CPLP.

As delegadas à I Conferência de Mulheres da CPLP registraram, com grande satisfação, o efetivo apoio do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, à causa da mulher, manifesta, entre outras formas, em sua disposição de vir a Salvador para apresentar às delegações estrangeiras a posição do Governo brasileiro sobre sua política de gênero. As participantes do Encontro de Salvador congratulam-se com o Ministro Lampreia por seu compromisso com a promoção das políticas de gênero no âmbito da CPLP.

Por fim, as participantes da I Conferência de Mulheres da CPLP expressaram ao Brasil e em particular à Cidade de Salvador, seus habitantes e autoridades, seus agradecimentos pela calorosa acolhida e pela hospitalidade que lhes dispensaram.

Feito em Salvador, em 1 de fevereiro de 2000.”

ASSINATURA DO ESTATUTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (03 DE FEVEREIRO 2000)

Na seqüência de reunião realizada hoje, dia 3, no Palácio do Planalto, dirigida pelo Presidente da República, o Governo brasileiro tomou a decisão de assinar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), aprovado ao final da Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, realizada em Roma, de 15 de junho a 17 de julho de 1998.

O Estatuto de Roma é uma convenção multilateral celebrada com o propósito de constituir um tribunal internacional, permanente e independente, complementar das jurisdições nacionais, que exerça competência sobre indivíduos acusados de cometer os crimes mais graves que afetam o conjunto da comunidade internacional: crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão.

Uma vez formalizada a assinatura do Estatuto de Roma pelo Governo brasileiro, o texto será submetido à aprovação do Congresso Nacional.

O Governo brasileiro participou ativamente, desde o início, do processo de criação do TPI. Com a ratificação brasileira, passará a se empenhar no sentido de promover a mais ampla aceitação do Estatuto de Roma, que é essencial na medida em que o TPI só se tornará realidade com a ratificação ou adesão de 60 Estados. Até o momento, 6 países ratificaram o Estatuto de Roma.

A decisão de assinar o Estatuto de Roma é fruto de um amplo diálogo que envolveu,

ao longo dos últimos meses, as autoridades brasileiras e vários segmentos da sociedade. A assinatura marcará um novo patamar no compromisso do Brasil, consagrado em nossa Constituição, com a proteção dos direitos humanos, tanto internamente como no plano internacional.

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO
DO BRASIL NO TIMOR ORIENTAL
(04 DE FEVEREIRO 2000)

Dando continuidade à posição de firme solidariedade e apoio ao Timor Leste e buscando estreitar ainda mais a cooperação entre o Brasil e o novo país, o Ministro Kywal de Oliveira, Coordenador-Geral de Modernização e Planejamento do Itamaraty, realizará a primeira missão com vistas a iniciar os preparativos para a futura abertura de Escritório de Representação do Brasil naquele território.

O Ministro Kywal permanecerá em Dili no período de 8 a 23 de fevereiro, ocasião em que também manterá encontros com representantes da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET) e com os principais dirigentes do CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense, a fim de aprofundar os contatos já iniciados visando ao desenvolvimento de projetos de cooperação, bem como reiterar o convite para que missões técnicas timorenses venham ao Brasil para discutir programas prioritários para a reconstrução do Timor Oriental.

Em conformidade com a política de apoio ao Timor Leste, o Brasil está entre os primeiros países a abrir representação em Dili.

O Ministro Kywal de Oliveira e o Ministro Edmundo Fujita, Diretor-Geral

do Departamento da Ásia e Oceania do Itamaraty, darão *briefing* sobre o assunto hoje, dia 4 de fevereiro, às 12h, na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ
FELIPE LAMPREIA, À VENEZUELA
(05 DE FEVEREIRO DE 2000)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, efetua visita à Venezuela nos dias 7 e 8 de fevereiro, quando se realizará a VII Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela (COBAN), co-presidida pelo Chanceler José Vicente Rangel.

A COBAN foi criada em 1994 no encontro presidencial de La Guzmania e abrange grupos de trabalho setoriais em áreas como meio ambiente, mineração ilegal, energia, transportes e comunicações, desenvolvimento fronteiriço, ciência e tecnologia, entre outros.

Nesta ocasião, os principais temas em discussão referem-se à interconexão elétrica com o Estado de Roraima, ao incremento do intercâmbio comercial e da presença empresarial brasileira na Venezuela, ao desenvolvimento de ações no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica e a outras questões da agenda regional e internacional.

O Chanceler brasileiro manterá também encontros com o Presidente Hugo Chávez, o Ministro da Infra-Estrutura, Alberto Esqueda Torres, e os Presidentes da companhia de petróleo PDVSA, Héctor Ciavaldini, e da Corporação Venezuelana da Guayana, Clemente Scotto.

ASSINATURA DO ESTATUTO
DO TRIBUNAL PENAL
INTERNACIONAL (TPI)
(07 DE FEVEREIRO DE 2000)

Em nome do Governo brasileiro, o Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas procedeu hoje, dia 7, em Nova York, à assinatura do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI), negociado no âmbito da ONU e adotado em 17 de julho de 1998, ao final de Conferência de Plenipotenciários realizada na capital italiana.

A aprovação do Estatuto de Roma foi um marco no desenvolvimento do direito internacional e na promoção dos direitos humanos. Pela primeira vez, a comunidade internacional estabeleceu uma corte de caráter permanente com capacidade para julgar indivíduos responsáveis por crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão. A aprovação do Estatuto foi um notável avanço nos esforços internacionais para romper o ciclo de impunidade dos responsáveis por crimes que, por sua gravidade, afetam a humanidade como um todo. O TPI constituirá fator decisivo para que não haja impunidade nem expectativa de impunidade, e, nessas condições, espera-se que tenha importante efeito dissuasório. Ademais, contribuirá para relações internacionais mais justas, onde terá custo muito maior o uso da força com propósitos agressivos.

O Governo brasileiro participou ativamente do processo de criação do TPI, atuou na Conferência de Plenipotenciários de forma a contribuir para o seu êxito e acredita que o Estatuto de Roma vai ao encontro dos

princípios constitucionais da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais e da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado. Com vistas à assinatura do Estatuto, o Governo brasileiro realizou consultas para examinar eventuais problemas jurídicos relacionados à compatibilização do TPI com o nosso ordenamento legal, a exemplo de seminário promovido pelo Itamaraty e pelo Conselho da Justiça Federal, em setembro de 1999, com importante participação do meio acadêmico. Ao decidir assinar o Estatuto e submetê-lo ao Congresso Nacional para aprovação, o Governo brasileiro entende que nenhum desses problemas seria insuperável e constituiria óbice à assinatura desse instrumento jurídico.

O Governo brasileiro acredita que a decisão de assinar o Estatuto de Roma foi uma necessidade ética, jurídica e política, em plena sintonia com a intenção de contribuir para o fortalecimento da proteção e promoção dos direitos humanos, tanto no âmbito interno quanto no plano internacional, e em completa conformidade com a tradição do Brasil de incentivo ao desenvolvimento do Direito Internacional visto como limitação ao unilateralismo e ao arbítrio.

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE
DO PARAGUAI AO BRASIL
(11 DE FEVEREIRO DE 2000)

O Presidente do Paraguai, Doutor Luis Ángel González Macchi, visitou oficialmente o Brasil em 10 de fevereiro de 2000, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acompanharam-no o Ministro das

Relações Exteriores, José Félix Fernández Estigarribia, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai, Carlos Alberto González; o Ministro da Fazenda, Federico Zayas Chirife; o Ministro de Obras Públicas e Comunicações, José Alberto Planás; e o Ministro da Indústria e Comércio, Euclides Acevedo, entre outras autoridades. O Presidente González Macchi foi condecorado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

2. O Presidente Luis Ángel González Macchi e comitiva reuniram-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se fez acompanhar dos Ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha. O Presidente Luis Ángel González Macchi e comitiva foram também recebidos pelo Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e pelo Deputado Júlio Redecker, Presidente da Seção brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL.

3. O Presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou o interesse com que seu governo acompanha a evolução da política paraguaia, destacou os esforços que realiza o Governo paraguaio para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento econômico e social de seu país, e reiterou o decidido apoio do Brasil a esses esforços.

4. O Presidente Luis Ángel González Macchi agradeceu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a hospitalidade e atenções que lhe foram dispensadas durante a visita e expressou satisfação pelos esforços desenvolvidos por seu Governo para a reativação da economia brasileira, o que

redundará em benefícios para toda a região.

5. Os dois Presidentes congratularam-se pela assinatura do Acordo de Cooperação para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais e determinaram às autoridades competentes dos respectivos países que examinem formas de desenvolver, no âmbito do referido instrumento, ações de cooperação para treinamento técnico de pessoal controlador de radar e capacitação técnica em controle de tráfego aéreo, bem como de planejamento e execução de operações aéreas conjuntas.

6. Os Presidentes felicitaram-se, também, pela assinatura do Acordo para a Transferência de Pessoas Condenadas e Menores sob Tratamento Especial, o qual facilitará a reinserção social de nacionais dos dois países submetidos a penas privativas de liberdade, ao lhes permitir que as cumpram em seus respectivos países.

7. O Presidente Fernando Henrique Cardoso expressou satisfação pelos esforços que o Governo paraguaio vem empreendendo para regularizar a situação jurídica dos imigrantes brasileiros no Paraguai, salientou a importância de dar continuidade àqueles esforços e assinalou a reconhecida contribuição que os imigrantes de origem brasileira têm dado ao desenvolvimento do Paraguai. Por sua vez, o Presidente Luis Ángel González Macchi manifestou a firme determinação de seu Governo de prosseguir no processo de documentação daqueles imigrantes e de continuar aplicando medidas que assegurem sua segurança e seus direitos à propriedade de terras, para uma completa integração à sociedade paraguaia.

8. Os Presidentes conversaram sobre o processo de licitação para a instalação de duas turbinas adicionais na usina de Itaipu e manifestaram satisfação ante a perspectiva de que as obras possam, dentro do marco

do respectivo tratado, ter início este ano. Os Presidentes sublinharam a importância de Itaipu como símbolo do espírito de cooperação e amizade entre os povos brasileiro e paraguaio. Nesse contexto, salientaram a importância de assegurar, permanentemente, as condições mais favoráveis para o bom funcionamento da usina.

9. O Presidente Luis Ángel González Macchi expôs os projetos apresentados pelo Governo do Paraguai ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, relativos a obras viárias e aquisições de maquinaria para o melhoramento da rede viária paraguaia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou que seu Governo reconhece a importância que tais projetos têm para o desenvolvimento econômico e social do Paraguai, expressando a melhor disposição para impulsioná-los, dentro das possibilidades financeiras do BNDES. A fim de incentivar o incremento do fluxo de comércio e de investimentos bilaterais, os Presidentes consideraram conveniente estimular mecanismos de financiamento aos investidores, mediante acordos entre o Banco Nacional de Fomento do Paraguai e o BNDES.

10. No âmbito da cooperação técnica, foram ressaltados os entendimentos entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e autoridades competentes do Paraguai para a definição de um programa de cooperação entre as partes. Nesse contexto, destacou-se o projeto do Centro de Formação Profissional Brasil-Paraguai, na região de Ciudad del Este. Tendo em vista os entendimentos realizados e a disposição dos dois países em implementar, no mais curto prazo possível, esse importante projeto de interesse comum, acordou-se que a ABC enviará, em breve, um consultor ao Paraguai. Na ocasião, deverão ser definidas, com a contraparte paraguaia, as áreas de capacitação, as formas de implementação e as

instituições técnicas competentes, com vistas à elaboração do projeto. A ABC pretende apresentar ao Governo paraguaio, durante o primeiro semestre deste ano, o projeto detalhado do Centro de Formação Profissional Brasil-Paraguai.

11. Os dois Presidentes dialogaram sobre o projeto de construção e exploração de uma segunda ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Presidente Franco (Paraguai), por meio de licitação internacional, bem como sobre as obras de manutenção e melhoramento da Ponte da Amizade, e manifestaram sua determinação de prosseguir com os entendimentos sobre o tema.

12. Os Presidentes congratularam-se pelo entendimento alcançado referente à constituição de uma comissão mista para a conclusão, no mais breve prazo, de um acordo tributário e aduaneiro, com vistas a estimular os investimentos brasileiros no Paraguai e combater de maneira efetiva o contrabando, a lavagem de dinheiro e delitos conexos.

13. Os Presidentes ressaltaram a importância do Grupo Permanente de Consultas Brasil-Paraguai sobre temas aduaneiros e tributários, para promover e assegurar a disciplina e a fluidez do comércio bilateral. Expressaram satisfação pelo funcionamento do controle documental integrado em Foz do Iguaçu, em cooperação entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Direção Geral de Aduanas do Paraguai, e determinaram que continuem a ser alocados os recursos humanos e materiais necessários ao êxito dessa iniciativa pioneira. Atualmente, o Grupo está concentrando esforços na unificação, do lado paraguaio, dos controles aduaneiros de bagagem e de migração nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

14. Quanto ao tráfico ilícito de madeira na região fronteiriça entre ambos os países, os Presidentes manifestaram a decisão de seus

Governos de realizar o máximo esforço para pôr fim a esse flagelo. O Presidente Luis Ángel González Macchi agradeceu o oferecimento, de parte do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, através do referido Grupo, de fotografias de satélite e da possibilidade de formação de recursos humanos para identificar áreas afetadas pelo desmatamento ilícito.

15. Ambos os Presidentes destacaram a importância do Conselho Empresarial Brasil-Paraguai, como instrumento de diálogo de alto nível entre empresários brasileiros e paraguaios, o que contribui para fortalecer as relações econômicas, comerciais, financeiras e tecnológicas entre ambos os países.

16. Os dois Presidentes, reconhecendo a importância da cooperação entre Estados para livrar a região do flagelo das drogas, reiteraram a necessidade de coordenar esforços para tornar mais efetivo o combate ao narcotráfico e delitos conexos, como lavagem de dinheiro e tráfico de armas. Nesse sentido, decidiram encorajar os contatos diretos entre os organismos competentes dos dois países, com vistas a fortalecer os mecanismos previstos em acordos bilaterais, sub-regionais e hemisféricos sobre a matéria.

17. Os Presidentes ratificaram o caráter prioritário do MERCOSUL na política externa de seus Governos. Os mandatários do Brasil e do Paraguai intercambiaram opiniões sobre as alternativas para aperfeiçoar os mecanismos da União Aduaneira e concordaram em que o processo de integração proporciona melhores condições de competitividade às economias nacionais dos Estados Partes. O Presidente brasileiro destacou o benefício representado pelo mercado ampliado do MERCOSUL para a expansão da economia paraguaia. Os Presidentes manifestaram confiança na retomada do crescimento dos fluxos de comércio intra-MERCOSUL no ano que se inicia.

VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA DA
COSTA RICA DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(14 DE FEVEREIRO DE 2000)

A convite do Presidente da República da Costa Rica, Miguel Angel Rodríguez Echeverría, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, realizou Visita de Estado à Costa Rica nos dias 4 e 5 de abril do ano em curso, acompanhado de comitiva integrada pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e por membros de seu Governo.

Os Presidentes mantiveram encontros durante os quais examinaram a situação atual das relações bilaterais e os principais temas da agenda regional e internacional, além de assinar os Acordos de Cooperação relacionados ao final deste comunicado. Assinalaram o caráter histórico da visita, a primeira Visita de Estado que realiza um mandatário brasileiro à Costa Rica.

Coincidiram em destacar a aproximação construtiva que mantiveram as duas nações nos últimos anos e a conveniência de seguir fortalecendo o diálogo político, e o intercâmbio econômico, comercial e cultural. Da mesma forma, reconheceram a necessidade de incrementar a cooperação em áreas de interesse mútuo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, com quem manteve audiência.

O Chefe de Estado brasileiro proferiu Conferência sobre o tema “Democracia e Desenvolvimento” para audiência composta de altas autoridades costarriquenhas,

parlamentares, professores, intelectuais e membros do corpo diplomático. O Presidente brasileiro destacou a importância que tem a região centro-americana para a política externa de seu País e, em particular, a Costa Rica, por sua reconhecida tradição democrática e de respeito aos direitos humanos. O mandatário brasileiro reconheceu o desempenho global da economia costarrriquenha e, especificamente, o dinamismo do setor exportador de bens de alta tecnologia, que converteu a Costa Rica no primeiro exportador per capita da América Latina.

Ambos Presidentes destacaram sua convicção de que a democracia representativa e participativa é o fundamento da legitimidade dos sistemas políticos e condição indispensável para a liberdade, a paz, a estabilidade e o desenvolvimento da região, assim como para o processo de integração hemisférica no qual os respectivos países estão engajados. Ambos os Chefes de Estado pronunciaram-se a favor do Estado de Direito, do pluralismo político e da consolidação da democracia na América Latina. Reafirmaram seu respeito à Convenção Interamericana de Direitos Humanos e a aceitação da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Confirmaram seu respaldo ao processo de reformas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que visa a seu fortalecimento e desenvolvimento, o qual foi referendado durante o diálogo dos Ministros de Relações Exteriores realizado na cidade de San José por ocasião da celebração do XXX aniversário da Convenção Americana de Direitos Humanos. Igualmente, assinalaram as contribuições do Brasil e da Costa Rica ao mencionado processo de reforma.

Reiteraram a importância da Conferência Ibero-americana como foro de consulta e concertação política, que se constitui em espaço para o desenvolvimento de

programas e projetos de cooperação diante dos desafios que enfrentam as nações ibero-americanas. Congratularam-se pela criação da Secretaria de Cooperação Ibero-americana (SECIB), que constitui passo fundamental na institucionalização da Conferência Ibero-americana.

O mandatário costarrriquenho agradeceu a positiva cooperação prestada pelo Brasil à Costa Rica nos últimos anos e indicou, igualmente, áreas nas quais seu país poderia oferecer cooperação à República Federativa do Brasil sob a modalidade de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Os Presidentes expressaram também sua disposição de realizar uma Comissão Mista de Cooperação com o objetivo de coordenar ações nesse campo.

No que se refere ao combate ao narcotráfico, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Miguel Angel Rodríguez destacaram a importância do estabelecimento do Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM), sob os auspícios da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). Por seu caráter multilateral e pela transparência dos critérios que adota, o MAM contribuirá para uma avaliação objetiva dos esforços que os países da região realizam na luta contra os problemas das drogas e delitos conexos, assim como para o controle da demanda. Enfatizaram a necessidade de promover a cooperação entre as entidades competentes dos dois países com vistas ao combate ao narcotráfico e delitos conexos.

O Presidente Cardoso e o Presidente Rodríguez concordaram com a importância da adoção unânime, pela 87ª Conferência Internacional do Trabalho, da Convenção Internacional 182 e da Recomendação 190 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação. Da mesma forma, ratificaram

seu apoio à Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Deficientes, adotada durante a XXIX Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, e manifestaram sua vontade de empreender os esforços necessários para a entrada em vigor daquele instrumento jurídico. Ambos os mandatários reconheceram a importância do Grupo do Rio como mecanismo de consulta e concertação política, que se converteu em um interlocutor de toda a região junto a organizações internacionais. Expressaram também sua satisfação pela incorporação da Costa Rica como membro de pleno direito daquele importante foro regional.

Os Presidentes sublinharam a importância do desenvolvimento sustentável como forma de garantir o equilíbrio entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais do processo de desenvolvimento. Concordaram os mandatários com a necessidade de implementar acordos de conservação ambiental e ressaltaram o papel fundamental dos países industrializados na transferência de tecnologias limpas. Pronunciaram-se a favor de iniciativas que tendam a reforçar, no âmbito dos organismos internacionais competentes, as normas sobre transporte internacional de rejeitos e materiais nucleares. Manifestaram interesse na consolidação do estabelecimento de Corredores Ecológicos e no intercâmbio de informação sobre aquele tema. Concordaram em unir esforços para a proteção das Áreas Úmidas e regiões Ramsar, e para o monitoramento das águas de uso industrial, agrícola e doméstico que correm em direção aos rios, especialmente os que desembocam nas Áreas Úmidas. Concordaram em buscar a redução do impacto ambiental sobre os recursos marinhos costeiros e destacaram a necessidade de contribuir com as comunidades costeiras.

Ao avaliar as relações econômicas e comerciais entre ambas as Nações, os mandatários concordaram em impulsionar as negociações tendentes à assinatura de acordos que ajudem a fomentar o aprimoramento e o desenvolvimento de ambas sociedades. Reconheceram a importância de que as instituições competentes promovam o comércio e o investimento, troquem informações econômicas e fomentem os vínculos entre os setores produtivos dos dois países. Os dois Chefes de Estado reafirmaram o compromisso de seus países com o regionalismo aberto, o qual incentivam por meio de seus respectivos blocos econômicos, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

O Presidente Rodríguez assinalou a importância que atribui à economia brasileira, que em conjunto com os demais integrantes do Mercosul leva adiante um processo importante para a criação de um grande mercado regional, e enfatizou que a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso deverá impulsionar uma maior aproximação comercial entre os dois países, cujas economias se complementam e têm grande potencial de comércio e investimento. Os mandatários reafirmaram seu compromisso de continuar apoiando as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com o objetivo de eliminar progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento. Reiteraram seu interesse em implementar um conjunto de medidas de facilitação de negócios na área aduaneira e de transparência e acordaram contribuir substantivamente para o êxito da reunião ministerial da ALCA, que será celebrada em abril de 2001 na Argentina.

Reafirmaram a importância que atribuem à Organização Mundial do Comércio (OMC) como o principal foro para fomentar a liberalização mutuamente vantajosa do

comércio internacional. Concordaram em contribuir para a agenda de negociações da Organização Mundial do Comércio, especialmente quanto aos temas de eliminação de subsídios agrícolas concedidos pelos países desenvolvidos e de liberalização do comércio agrícola. Manifestaram sua inequívoca oposição à utilização das legítimas preocupações com a promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores e das normas ambientais como pretexto para a criação de novas formas de protecionismo por parte das nações mais desenvolvidas. Concordaram que o tema agrícola é essencial para ambos países e que o comércio agrícola internacional deve se dar em termos equitativos, sem a intervenção de políticas protecionistas e distorções como os subsídios às exportações. Por isso, destacaram o trabalho que desempenha o Grupo de Cairns, do qual ambos países fazem parte, em prol da eliminação das barreiras comerciais e da incorporação da agricultura às normas do comércio de bens. Sublinharam a importância de que seja implementado um modelo financeiro internacional que proteja as nações em desenvolvimento e as habilite a enfrentar as crises financeiras. Reiteraram seu compromisso de apoiar o novo enfoque dos Organismos Financeiros Internacionais, principalmente o do Banco Mundial, que atribui prioridade à luta contra a pobreza em sua agenda para este Milênio, com o objetivo de combater a fome e a pobreza extrema.

Os Presidentes do Brasil e da Costa Rica assinaram os seguintes Acordos que complementam o marco jurídico das relações bilaterais:

1. Acordo Sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.

2. Protocolo de Emenda ao Convênio de Intercâmbio Cultural

3. Ajuste Complementar ao Convênio de Intercâmbio Cultural para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio e Televisão

4. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica em Matéria de Saúde

5. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Educação

6. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Comércio Exterior

7. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Aviação Civil

8. Memorandum de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Bilateral para Modernização de Chancelarias.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou a oportunidade para convidar o Presidente Miguel Angel Rodríguez a realizar uma visita oficial ao Brasil, em data a ser oportunamente acordada.

VISITA DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À VENEZUELA (14 DE FEVEREIRO DE 2000)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso fará visita oficial à Venezuela nos dias 6 e 7 de abril. Além de retribuir a visita oficial do Presidente Hugo Rafael Chávez Frias (1999), a viagem objetiva o aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países. Este será o quinto encontro entre os dois mandatários, no espaço de cerca de quinze meses. Entre as autoridades brasileiras que integrarão a comitiva presidencial estão o Chanceler Luiz Felipe Lampreia e os Ministros das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, bem como os Presidentes da PETROBRAS, Henri

Reichstul, e da ELETROBRAS, Firmino Sampaio Neto.

A visita deverá aprofundar a agenda de integração e cooperação bilaterais. Dentre outros temas, tratar-se-á da finalização, por parte da Venezuela, das obras de interligação elétrica entre o sul da Venezuela e Roraima.

Do lado brasileiro, a obra está concluída, havendo sido realizados os testes de carga correspondentes. Esse projeto é certamente emblemático do potencial de densificação das relações econômicas na América do Sul, mediante investimentos em matéria de infraestrutura de integração, e é exemplo marcante das perspectivas concretas que se abrem no contexto da iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de convocar, no segundo semestre de 2000, a I Reunião de Presidentes da América do Sul.

A visita do Presidente Fernando Henrique compreenderá ainda o descerramento de placa que marca o início da construção da segunda ponte sobre o rio Orinoco, empreendimento que será desenvolvido por empresa construtora brasileira. Essa nova ponte vai facilitar o trânsito entre Boa Vista (RR) e Caracas. Durante a visita será realizada reunião do Conselho Empresarial Brasil-Venezuela, criado em 1997 e revitalizado em 99.

Presidente Chávez - Hugo Chávez tem 45 anos de idade. Ele concluiu em 1975 seus estudos na Academia Militar da Venezuela. Fez mestrado em Ciências Políticas, na Universidade Simon Bolívar e foi professor, por vários anos, da Academia Militar. Oficial de elite, exerceu diferentes comandos, entre os quais o do Esquadrão de Cavalaria de Elorza e do Centro Cívico-Militar de Desenvolvimento Fronteiriço de Arauca-Meta, ambos na fronteira com a Colômbia. Também comandou o Batalhão de Pára-Quedistas Antonio Nicolas Briceño.

Venezuela - A República Bolivariana da Venezuela está localizada no extremo norte da

América do Sul e possui uma costa de 2.800 quilômetros, estando limitada ao norte pelo Mar do Caribe e pelo Oceano Atlântico, a leste pela Guiana, ao sul pelo Brasil (2.200 quilômetros de fronteira) e oeste pela Colômbia.

O país tem uma área de 912.050 quilômetros quadrados e uma população de 22,4 milhões de habitantes. A Venezuela é uma República federativa composta de 22 estados, o Distrito Federal (que inclui parte da cidade de Caracas) e 72 ilhas no Caribe. O Poder Legislativo é unicameral e o Judiciário é dirigido pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Petróleo - A produção de petróleo representa 27,6% na composição do Produto Interno Bruto da Venezuela. O petróleo é o principal produto de exportação da Venezuela. Os principais parceiros comerciais do país são, pela ordem, Estados Unidos, Colômbia, Brasil, Itália, Japão e Alemanha.

Além do petróleo e seus derivados, a Venezuela exporta metais não-ferrosos, ferro e aço, produtos químicos, máquinas e equipamentos de transporte, café, cacau, chá e especiarias. As importações são de máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos, gêneros alimentícios, instrumentos científicos, papel e manufaturas e vestuário.

Em 99, as exportações somaram US\$ 20,9 bilhões, das quais cerca de 80% correspondem a exportações petroleiras. As importações alcançaram US\$ 11,8 bilhões. O intercâmbio comercial com o Brasil foi, segundo dados preliminares, de US\$ 1,5 bilhão. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 536,7 milhões, enquanto as importações ficaram na casa de US\$ 974,4 milhões.

Intercâmbio - Os principais produtos exportados pela Venezuela ao Brasil são os óleos combustíveis, o petróleo bruto, querosene para aviação, naftas, gás propano líquido, gás butano líquido, entre outros.

O Brasil exporta para a Venezuela aparelhos

transmissores ou receptores e componentes, automóveis de passageiros, produtos laminados planos de ferro ou aço, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, pastas químicas de madeira, motores, geradores e transformadores elétricos, medicamentos, entre outros produtos.

BRIEFING SOBRE RELATÓRIO FINAL
DA COMISSÃO BRASILCORÉIA
PARA O SÉCULO XXI
(16 DE FEVEREIRO DE 2000)

No dia 17 deste mês, quinta-feira, às 12:30, será realizada no Palácio do Itamaraty uma cerimônia para a apresentação formal do relatório final da Comissão Brasil-Coréia para o Século XXI, com as presenças do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e do Ministro da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardenberg.

Às 11:30 do mesmo dia 17 de fevereiro, o Ministro Edmundo Fujita, Diretor-Geral do Departamento da Ásia e Oceania, concederá um *briefing* sobre o assunto, nesta Assessoria de Comunicação Social.

A Comissão Brasil-Coréia foi criada em 1996, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o então Presidente coreano Kim Young-sam, com o objetivo de estimular a cooperação entre os dois países, por meio de um foro que reunisse acadêmicos, pesquisadores, políticos e empresários. Os membros da Comissão foram incumbidos pelos seus respectivos Presidentes da missão de preparar um relatório, ao término de mandato da Comissão, com sugestões concretas visando ao estreitamento das relações bilaterais. Este documento foi

concluído durante a quarta e última reunião da Comissão, realizada na cidade de Kyongju, na Coréia, em 27 de outubro passado, e assinado pelos Presidentes das duas delegações. O Embaixador Jório Dauster, Presidente da Vale do Rio Doce, assinou pelo lado brasileiro.

O documento recomenda a criação de um Fundo Brasil-Coréia de Pesquisa e Desenvolvimento, contemplando doações e empréstimos – com ênfase em tecnologia da informação, telecomunicações, eletro-eletrônica, biotecnologia aplicada à agricultura e saúde, e intercâmbio acadêmico - que seria administrado, no Brasil, pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O trabalho da Comissão Brasil-Coréia para o Século XXI insere-se em processo de adensamento das relações entre Brasil e Coréia ocorrido ao longo da década passada – graças, em larga medida, à seqüência de visitas que se iniciou com a do Chanceler Francisco Resek à Coréia em 1991 e inclui as visitas ao Brasil do Presidente Kim Young-sam, em 1996, e do Primeiro-Ministro Kim Jong-pil, em dezembro passado.

As oportunidades de cooperação tecnológica apontadas pelo trabalho da Comissão Brasil-Coréia agregam-se a um quadro positivo em que se destacam, também, as dimensões comercial e econômica. O intercâmbio comercial entre os dois países tem alcançado somas, nos últimos cinco anos, que oscilam entre US\$ 1,5 e 2 bilhões. Os investimentos de empresas coreanas no Brasil espalham-se por campos como o automotivo e eletrônico, bem como os de construção, telecomunicações e transporte aéreo e marítimo.

Cabe assinalar que as perspectivas de intensificação da agenda bilateral Brasil-Coréia tendem a aumentar ainda mais com a retomada do crescimento coreano, que, em 1999, se situou em torno de 9%, mais que compensando a retração de 5,8% ocorrida em

1998, efeito da crise financeiro-cambial do final de 1997.

Dando seguimento ao processo de intensificação das relações, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, planeja realizar visita de trabalho a Seul em fins de março próximo.

VISITA DO SUBSECRETÁRIO
DE ESTADO PARA ASSUNTOS
POLÍTICOS DOS ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA, EMBAIXADOR
THOMAS PICKERING, AO BRASIL
NOS DIAS 17 E 18 DO CORRENTE
(17 DE FEVEREIRO DE 2000)

O Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos dos Estados Unidos da América, Embaixador Thomas Pickering, está visitando o Brasil nos dias 17 e 18 do corrente, para contatos sobre temas políticos bilaterais e regionais.

No Itamaraty, o Embaixador Pickering se entrevistará com o Ministro das Relações Exteriores, o Secretário-Geral das Relações Exteriores e terá reunião de trabalho com seu homólogo, o Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos. O Subsecretário americano entrevistar-se-á, também, com o Ministro da Defesa e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

SOBRE O TEMA DA CONTROVÉRSIA
COMERCIAL EMBRAER/BOMBARDIER
(22 DE FEVEREIRO DE 2000)

Sobre o tema da controvérsia comercial EMBRAER/Bombardier, objeto de matéria

publicada no jornal “Gazeta Mercantil” de hoje, 22 de fevereiro, de 2000, o Ministério das Relações Exteriores esclarece que:

1. Nem o Brasil nem o Canadá solicitaram em suas respectivas queixas ao órgão de solução de controvérsias da OMC que suas eventuais recomendações se aplicassem retroativamente;

2. Por esse motivo e em vista da decisão a que chegou o “panel” convocado para examinar uma controvérsia entre EUA e Austrália, tanto o Brasil quanto o Canadá, além dos próprios EUA, manifestaram-se contrariamente à aplicação retroativa de recomendações, o que, de resto, não é previsto no julgamento de medidas trazidas ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC;

3. No caso específico da disputa entre o Brasil e o Canadá em torno da assistência concedida à produção e/ou exportação de jatos regionais, nenhuma cifra foi em qualquer momento oficialmente mencionada como resultado de cálculo de subsídios recebidos por esta ou aquela empresa;

4. Qualquer menção a cifras é produto de pura especulação;

5. Nunca se cogitou de qualquer das empresas devolver qualquer soma a seus respectivos governos a título de “ressarcimento” por assistência recebida, devendo as recomendações já emitidas pelos “panels” aplicar-se a partir dos prazos regulamentares previstos para sua implementação;

6. O entendimento claro dos países que se manifestaram contra o parecer dado para o caso australiano é o de que nenhum “panel” pode recomendar medida que vá além do que lhe foi solicitado, podendo os países, diante dessa circunstância, indicar sua disposição de cumprir as recomendações apenas a partir dos prazos regulamentares previstos.

COMUNICAÇÃO CONJUNTA À
IMPrensa REUNIÃO MINISTERIAL
ENTRE A UNIÃO EUROPEIA, O
MERCOSUL, O CHILE E A BOLÍVIA
(23 DE FEVEREIRO DE 2000)

Vilamoura, Portugal

1. Em 23 de Fevereiro de 2000 teve lugar em Vilamoura, Portugal, uma Reunião Ministerial de diálogo político entre o MERCOSUL, o Chile, a Bolívia e a União Europeia.

2. A Delegação do MERCOSUL foi chefiada por Adalberto Rodríguez Giavarini, Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Internacional e dos Cultos da Argentina, em nome da Presidência em exercício do MERCOSUL. A Delegação do Chile foi chefiada por Juan Gabriel Valdés Soublette, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chile. A Delegação da Bolívia foi chefiada por Javier Murillo de la Rocha, Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Cultos da Bolívia. A Delegação da UE foi chefiada por Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Presidente em exercício do Conselho da União Europeia, assistido por Javier Solana Madariaga, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia e Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum e de Charles Josselin, Vice-Ministro da Cooperação e da Francofonia de França. A Comissão da União Europeia foi representada por Christopher Patten, Comissário responsável pelas Relações Externas.

3. As Partes lembraram que o respeito pelos princípios da democracia constitucional, do pluralismo político e dos direitos humanos constitui a pedra angular das suas relações políticas e económicas. As Partes sublinharam a importância desta visão partilhada como

elemento que fomenta o reforço do diálogo político entre as duas regiões. Os Ministros realçaram a importância dos valores éticos como base do desenvolvimento político das suas próprias sociedades.

4. Com o objetivo de desenvolver a cooperação inter-regional através de propostas concretas, os Ministros do MERCOSUL, do Chile e da Bolívia apresentaram uma Declaração e um Programa de Ação e de Cooperação Política em que identificaram as principais áreas e ações adequadas para a concretização da cooperação inter-regional, nomeadamente em matéria de paz e estabilidade, prevenção de conflitos e medidas de confiança e segurança (CSBM), promoção e proteção dos direitos humanos e da democracia e primado do direito.

Os Ministros da UE acolheram esta proposta com interesse e comprometeram-se a analisá-la e a formular as suas observações na próxima reunião de Altos Funcionários.

5. Os Ministros debateram ainda o futuro do diálogo político. Sublinharam a necessidade de reforçar a coordenação entre a UE e o Fórum de Consulta e de Coordenação Política do MERCOSUL no contexto do Sistema das Nações Unidas, e de identificar fóruns e questões para as quais é possível alcançar uma convergência de posições. A este respeito, os Ministros decidiram incumbir os seus representantes junto das Nações Unidas de realizarem, a curto prazo e antes da próxima reunião da Assembleia Geral, reuniões de trabalho com vista a uma aproximação das respectivas posições.

6. Os Ministros congratularam-se com a evolução dos trabalhos registada no contexto do seguimento da Cimeira do Rio e das prioridades acordadas em Tuusula e acordaram em contribuir para o êxito das iniciativas concretas que forem identificadas na Segunda Reunião de Altos Funcionários do Grupo

do Rio para o Seguimento da Cimeira UE-América Latina/Caraíbas, que terá lugar em 25 de Fevereiro de 2000 em Vilamoura, Portugal.

7. Neste contexto, os Ministros salientaram a importância de promover o intercâmbio de informações sobre os respectivos indicadores económicos, tal como previsto nos Acordos-Quadro de Cooperação existentes.

8. Foram igualmente reafirmadas a importância do contributo de novos atores, parceiros e recursos da sociedade civil e a importância do reforço dos intercâmbios mútuos e da cooperação da sociedade civil entre as Partes.

9. Os Ministros salientaram a necessidade de incrementar o diálogo cultural entre as duas regiões como modo de contribuir para a intensificação da cooperação política através de um maior conhecimento e compreensão mútuos.

10. No que respeita à OMC, os Ministros salientaram a importância de manter o impulso com vista ao lançamento de uma nova e ampla cimeira de negociações, com base numa ordem do dia equilibrada que contemple de forma adequada os interesses de todos os Estados-Membros do sistema de comércio multilateral. Essa cimeira de negociações deverá ter por objetivo a melhoria do acesso ao mercado, sem excluir quaisquer áreas, bem como o desenvolvimento e o reforço das regras e disciplinas da OMC. Os Ministros sublinharam que, para iniciar as negociações com êxito, será necessária uma preparação cuidadosa, incluindo mediante a aprovação, como questão urgente, de um determinado número de medidas destinadas a promover uma melhor integração dos países em vias de desenvolvimento no sistema de comércio global e a melhor funcionamento da OMC. Os Ministros registaram igualmente a importância do empenhamento de todos os membros em negociações construtivas

no âmbito da agenda integrada, que inclui a agricultura e os serviços.

11. Os Ministros relembrou o Comunicado Conjunto dos Chefes de Estado e de Governo da UE, do MERCOSUL e do Chile, de 28 de Junho de 1999, através do qual lançaram formalmente as negociações relativas aos acordos de associação entre a UE e o MERCOSUL, e entre a UE e o Chile, tendo igualmente feito referência às reuniões do Conselho de Cooperação UE-MERCOSUL e às reuniões conjuntas do Conselho UE-Chile, realizadas em 24 de Novembro de 1999, em que se chegou a acordo sobre a estrutura, a metodologia e o calendário das negociações. A este respeito, os Ministros sublinharam a importância das primeiras reuniões dos Comitês de negociação UE-MERCOSUL e UE-Chile, que se realizarão em Abril de 2000 em Buenos Aires e em Santiago do Chile, salientando a necessidade de se progredir nestes processos. Os Ministros afirmaram que estes processos deverão ser abrangentes e englobar todos os domínios das suas relações políticas, económicas, comerciais e de cooperação e que as negociações deverão ficar terminadas o mais rapidamente possível.

12. Os Ministros acordaram em convocar uma reunião de Altos Funcionários, o mais rapidamente possível, para dar seguimento à análise do diálogo político entre o MERCOSUL, o Chile, a Bolívia e a União Europeia.

VI CONFERÊNCIA DE EXAME DO TNP (25 DE FEVEREIRO DE 2000)

O Governo brasileiro acolheu com grande satisfação o resultado bem sucedido da VI Conferência de Exame do Tratado de

Não-Proliferação Nuclear (TNP), encerrada em Nova York, na tarde de sábado, dia 20.

Após extensas negociações, os 187 Estados Partes chegaram a um acordo sobre o documento final que, por um lado, avalia a implementação dos objetivos de não-proliferação nuclear e desarmamento nos últimos cinco anos, e, por outro, define passos concretos a serem seguidos pela comunidade internacional e, em particular, pelas potências nucleares.

De especial relevância foi a adoção de compromisso inequívoco com a eliminação completa dos arsenais nucleares. Esse compromisso político reveste-se de particular significado. As cinco potências nucleares (China, Estados Unidos, Federação da Rússia, França e Reino Unido) comprometeram-se a adotar uma série de medidas que, além das reduções bilaterais e unilaterais em curso, incluem, por exemplo, a diminuição do status operacional em que se encontram seus arsenais, a continuada retirada e a eliminação das armas nucleares táticas, a adoção de medidas de transparência e a colocação de material fissil, em bases irreversíveis, sob salvaguardas internacionais.

Os Estados Partes também conclamaram Índia, Israel e Paquistão - três (além de Cuba) entre os quatro Estados ainda não Partes no TNP - a reverterem seus programas nucleares bélicos, a aderirem ao Tratado como Países não-Nuclearmente armados e a absterem-se de medidas que possam colocar em risco a paz e a segurança regionais e internacionais.

O êxito da Conferência tem particular significado para o Brasil, que aderiu ao TNP em 1998, e para os demais países que integram a coalizão da “Nova Agenda” (África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia). Esse grupo de países não-nuclearmente armados e não-membros de alianças militares, que se reuniu a partir de

Declaração Ministerial de 9 de junho de 1998, teve papel decisivo no lançamento das teses e na negociação do programa de ação aprovado.

Conforme o Decreto Legislativo que aprovou o texto do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, a adesão do Brasil ao TNP “está vinculada ao entendimento de que, nos termos do artigo VI, serão tomadas medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação de todas as armas atômicas”. A delegação brasileira à VI Conferência de Exame do TNP atuou de maneira ativa e consistente com as teses e os princípios que motivaram a decisão do Governo brasileiro de aderir ao TNP, tratado cuja relevância e vitalidade como foro de promoção da causa da não-proliferação e desarmamento nucleares saem fortalecidas da Conferência de Nova York.

BRAZILTRADENET - NOVO ENDEREÇO E NOVAS CONDIÇÕES DE ACESSO (28 DE FEVEREIRO DE 2000)

A partir de hoje, dia 28 de fevereiro, a BrazilTradeNet, sistema de informação e inteligência comercial do Ministério das Relações Exteriores, passa a dispor de servidores com maior capacidade de processamento e de nova modalidade de conexão à Internet, mediante a utilização do *site*-tronco do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). A utilização de novos recursos de infra-estrutura tem o objetivo principal de proporcionar melhores condições de acesso ao sistema por parte de seus usuários no Brasil e no exterior (exportadores brasileiros, importadores e investidores estrangeiros), tendo presente a prioridade que o Governo e o setor privado atribuem à ampliação e diversificação de

nossas exportações. A partir desta data, a BrazilTradeNet conta, igualmente, com um novo endereço: (www.braziltradenet.gov.br)

Paralelamente, o *site* público da BrazilTradeNet vem sendo reformulado para tornar o sistema mais amigável e atraente, bem como para facilitar sua consulta e utilização por empresários brasileiros e estrangeiros. A BrazilTradeNet em breve estará oferecendo novos serviços, a exemplo de um guia para os exportadores brasileiros (“EXPORTAÇÃO PASSO-A-PASSO”), em particular pequenos e médios, com orientações e esclarecimentos sobre procedimentos básicos de exportação. Ao longo do texto do guia, o usuário poderá ter acesso direto, via hyperlinks, a seções da BrazilTradeNet e a *sites* de outros órgãos e entidades, no Brasil e no exterior, com interesse para a atividade exportadora.

Lançada pelo Ministério das Relações Exteriores há quase dois anos, a BrazilTradeNet tem facilitado o contato entre empresas brasileiras e empresas estrangeiras, com o objetivo de ampliar e diversificar nossas exportações, bem como atrair investimentos estrangeiros. Por intermédio da BrazilTradeNet, as empresas podem obter ou divulgar, de forma gratuita, informações sobre oportunidades de exportação de produtos e serviços brasileiros e sobre oportunidades de investimentos estrangeiros diretos, no Brasil.

Hoje, a BrazilTradeNet permite o acesso, por mais de 9.400 empresas brasileiras cadastradas, a um amplo universo de informações sobre cerca de 31.500 empresas estrangeiras importadoras, também cadastradas no sistema, 4.200 oportunidades comerciais, 120 ofertas de investimento, além de indicadores econômicos sobre países e blocos, análises de tendências de mercado, informações sobre produtos brasileiros com

potencial de exportação, sobre projetos de obras de infra-estrutura e concorrências públicas no exterior.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS
MINISTROS DO COMÉRCIO E
INDÚSTRIA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA
DO SUL E DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(02 DE MARÇO DE 2000)

Os Ministros Alec Erwin e Luiz Felipe Lampreia reuniram-se e trocaram idéias sobre o presente estágio das discussões multilaterais na seqüência da Terceira Conferência Ministerial da OMC, em Seattle. Expressaram o desejo de continuar a manter contatos e de coordenar posições a respeito do desenvolvimento daquelas discussões.

Os dois Ministros intercambiaram informações sobre o estágio do relacionamento econômico entre os dois países, bem como acerca das perspectivas de desenvolvimento no corrente ano.

Os Ministros expressaram seu comprometimento com o fortalecimento e aprofundamento dos vínculos econômicos entre os dois países e suas respectivas regiões. Nesse contexto, os Ministros expressaram sua convicção de que o MERCOSUL e a África do Sul possam beneficiar-se de liberalizações comerciais recíprocas.

Nessas condições, os Ministros concordaram em:

- levar o tema ao conhecimento dos seus respectivos setores domésticos e parceiros regionais;

- iniciar a análise e o intercâmbio de informações sobre suas respectivas economias;
- trabalhar com vistas ao estabelecimento de uma base legal para a criação de mecanismos de liberalização comercial;
- continuar o intercâmbio de missões comerciais e de negócios entre a África do Sul e o Brasil.

Cidade do Cabo, 2 de março de 2000

FORÇA AÉREA BRASILEIRA—FAB
REALIZARÁ, NOS PRÓXIMOS
DIAS, VÔO PARA MOÇAMBIQUE,
TRANSPORTANDO 10 (DEZ) TONELADAS
DE AJUDA HUMANITÁRIA
(02 DE MARÇO DE 2000)

Por determinação do Senhor Presidente da República, a Força Aérea Brasileira—FAB realizará, nos próximos dias, vôo para Moçambique, transportando 10 (dez) toneladas de ajuda humanitária, na forma de medicamentos doados pelo Ministério da Saúde, os quais correspondem a necessidades indicadas por aquele País.

O Brasil, desta forma, participará do esforço internacional de assistência a Moçambique, país irmão e membro da CPLP.

O Governo brasileiro não poderia ficar alheio ao sofrimento causado pelas maiores enchentes já ocorridas naquela região, deixando milhares de desabrigados e um número, até agora apenas estimado, de centenas de mortos.

FOI REALIZADA, NO DIA 2 DE
MARÇO DE 2000, EM BRASÍLIA,
A SEGUNDA RODADA DE
CONSULTAS ENTRE BRASIL E
CUBA NO ÂMBITO DO MECANISMO
PERMANENTE DE INFORMAÇÃO E
CONSULTAS POLÍTICAS ENTRE AS
CHANCELARIAS DOS DOIS PAÍSES.
(03 DE MARÇO DE 2000)

Foi realizada, no dia 2 de março de 2000, em Brasília, a Segunda Rodada de Consultas entre Brasil e Cuba no âmbito do Mecanismo Permanente de Informação e Consultas Políticas entre as Chancelarias dos dois países, dando seqüência aos entendimentos mantidos em Havana em junho de 1999 sobre Direitos Humanos.

A delegação cubana foi chefiada pelo Embaixador Carlos Amat, Representante Permanente de Cuba junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra. A delegação brasileira pelo Ministro Marco Antônio Diniz Brandão, Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores.

A agenda do encontro constou dos seguintes itens:

- 1) Processo de revisão dos mecanismos da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ONU;
- 2) Fortalecimento da Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos;
- 3) Atividades dos relatores temáticos da CDH e cooperação dos Estados com esses relatores;
- 4) Processo preparatório da Conferência Mundial contra o racismo.

Ao passar em revista os temas da agenda, os dois lados coincidiram em vários pontos, tendo sempre em vista o propósito de fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos, conforme conceituados pela Conferência de Viena, em todas as dimensões de universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento.

A delegação cubana foi também recebida pelo Dr. José Gregori, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, e pelo Embaixador Ivan Cannabrava, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do MRE.

INVESTIGAÇÃO DE DUMPING CONTRA LAMINADOS A FRIO EXPORTADOS PELO BRASIL PARA OS EUA (03 DE MARÇO DE 2000)

A Comissão de Comércio Internacional dos EUA (ITC) concluiu hoje, por cinco votos contra um, que as exportações de laminados a frio do Brasil para os EUA não causam dano à indústria siderúrgica norte-americana, ao contrário do que esta indústria alega. Com isso, a investigação de dumping iniciada pelo Departamento de Comércio daquele país em 21/6/99 deverá ser encerrada. Caso a ITC tivesse dado ganho de causa à indústria norte-americana, as exportações brasileiras estariam sujeitas a sobretaxas de mais de 50% a partir de meados de março .

De acordo com os dados do Departamento de Comércio dos EUA, as exportações do Brasil para os EUA dos produtos em questão foram de 197 mil toneladas em 1996, 112 mil toneladas em 1997 e 196 mil toneladas em 1998. Em valor, corresponderam a

US\$ 83,34 milhões em 1996, US\$ 52,81 milhões em 1997 e US\$ 76,17 milhões em 1998.

Tal decisão, tomada hoje, com ampla maioria, por esse órgão técnico independente dos EUA, vem confirmar a posição reiteradamente defendida pelo Brasil de que nossas exportações de produtos siderúrgicos não são prejudiciais à indústria norte-americana e não competem de forma desleal no mercado dos EUA.

VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA (09 DE MARÇO DE 2000)

No período de 12 a 14 de março, estará realizando visita de trabalho ao Brasil o Primeiro-Ministro da República da Polônia, Senhor Jerzy Buzek, que se fará acompanhar do Ministro da Economia, Senhor Janusz Steinhoff; do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Radoslaw Sikorski, e de delegação de quinze empresários poloneses dos setores aeronáutico, turístico, químico, de produção de aparelhos eletro-domésticos e de equipamento médico.

Antes de sua chegada ao Brasil, em 10 de março, o Primeiro-Ministro Jerzy Buzek será recebido em audiência pelo Presidente da República em Santiago, capital do Chile, onde participarão das cerimônias de posse do novo Presidente daquele país, Senhor Ricardo Lagos. Deverão, nessa oportunidade, examinar os temas mais importantes das relações Brasil-Polônia, com o objetivo de ampliar o diálogo e expandir a cooperação econômica bilateral.

O Primeiro-Ministro Jerzy Buzek, após seu desembarque no Rio de Janeiro, em 12 de março, participará de cerimônia de

colocação de coroa de flores no Monumento aos Pracinhas, em homenagem aos soldados, inclusive de ascendência polonesa, que lutaram na Força Expedicionária Brasileira durante a II Grande Guerra, e da Inauguração do Consulado Geral da Polônia na cidade.

Em 13 de março, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, o Vice-Presidente da República recepcionará o Primeiro-Ministro Buzek, com quem manterá conversações e a quem oferecerá um almoço. Nessa ocasião, será assinado o Acordo sobre Serviços Aéreos entre os dois países. Depois da cerimônia de assinatura, o Vice-Presidente da República e o Primeiro-Ministro da Polônia farão breve declaração à imprensa presente ao ato.

Ainda no dia 13, o Primeiro-Ministro deslocar-se-á a São Paulo para cumprir programa de contatos com a comunidade de origem polonesa, participar de jantar oferecido pela Câmara de Comércio Brasil-Polônia e, em 14 de março, realizar visita à Embraer e ao Centro Tecnológico de Aeronáutica em São José dos Campos. O grupo de empresários visitantes participará de encontros setoriais.

Brasil e Polônia mantêm tradicionais relações de amizade, às quais a existência de uma operosa comunidade de ascendência polonesa, estimada em cerca de um milhão de pessoas, confere dimensão especial. O intercâmbio comercial obteve seu melhor resultado em 1997, quando alcançou US\$ 300 milhões. Encontra-se ainda assim bastante aquém das potencialidades dos dois países. Recentemente, a Empresa LOT de Aviação da Polônia comprou seis aparelhos ERJ 145 à Embraer, incorporando assim à pauta comercial produtos de alta tecnologia.

Durante a visita do Primeiro-Ministro Jerzy Buzek serão, portanto, discutidas formas de expandir o comércio e elevar o relacionamento bilateral a novos patamares de cooperação.

AJUDA A MOÇAMBIQUE (10 DE MARÇO DE 2000)

Partiu ontem, 9 de março, da Base Aérea de Brasília, o avião da Força Aérea Brasileira que está transportando 10 toneladas de medicamentos para Moçambique, doados pelo Governo brasileiro (Ministério da Saúde) ao Governo moçambicano, em gesto de solidariedade com as centenas de milhares de vítimas das enchentes ocorridas naquele país. O avião deverá chegar a Maputo, capital de Moçambique, na tarde do próximo sábado, 11 de março.

A bordo do avião C 130 da FAB embarcaram também dois jornalistas da RADIOBRÁS que irão registrar a situação de calamidade vivida naquele país, bem como as manifestações de apoio internacional a Moçambique.

Na expectativa de contar com novas demonstrações de solidariedade do povo brasileiro, a Embaixada de Moçambique acaba de comunicar ao Ministério das Relações Exteriores a abertura de conta corrente em banco nacional a fim de arrecadar contribuições financeiras que serão posteriormente enviadas às autoridades de Maputo.

VISITA AO BRASIL DO PADRE FILOMENO JACOB (10 DE MARÇO DE 2000)

No contexto da política de aproximação entre Brasil e Timor Leste e buscando aprofundar entendimentos em áreas de cooperação bilateral, estará no Brasil, entre os dias 13 e 17 de março, o Padre Filomeno Jacob, Diretor de Educação do CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense.

O objetivo da visita será o de intensificar as discussões sobre o apoio do Brasil na

área educacional e dar prosseguimento aos contatos iniciados em missão realizada em dezembro último pelo Embaixador Roque Rodrigues, chefe de gabinete do Presidente do CNRT, Xanana Gusmão. Como verificou o enviado timorense naquela ocasião, o Brasil tem amplas condições de colaborar na reestruturação do sistema educacional do Timor Leste, particularmente no processo de reintrodução da língua portuguesa e na formação de recursos humanos.

O Padre Filomeno Jacob cumprirá extensa agenda que inclui encontros em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro com dirigentes do Itamaraty, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério da Educação, da Universidade de Brasília, SENAI, Fundação Roberto Marinho, entre outros. No Itamaraty, o Padre Filomeno Jacob concederá *briefing* sobre sua visita às 14:45 h do dia 13 de março, segunda-feira, nesta assessoria.

VISITA AO BRASIL DO
ADMINISTRADOR DO PROGRAMA
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O
DESENVOLVIMENTO (PNUD),
SENHOR MARK MALLOCH BROWN
(10 DE MARÇO DE 2000)

Visitará o Brasil, nos dias 13 e 14 de março próximos, o Senhor MARK MALLOCH BROWN, Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ocasião em que fará contatos com autoridades brasileiras.

No dia 13 de março, às 15h30, na Assessoria de Comunicação Social do Itamaraty, o

Senhor Malloch Brown concederá *briefing* à imprensa, sobre as atividades do PNUD no Brasil e a importância dos programas de cooperação do órgão.

COMUNICADO CONJUNTO DE
IMPrensa-VISITA DE ESTADO DO
PRESIDENTE. DA BOLÍVIA AO BRASIL
(16 DE MARÇO DE 2000)

O Presidente da Bolívia, General Hugo Banzer Suárez, realizou Visita de Estado ao Brasil, de 15 a 17 de março de 2000, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acompanharam-no o Ministro das Relações Exteriores e Culto, Embaixador Javier Murillo de la Rocha; o Ministro do Desenvolvimento Econômico, José Luis Lupo; o Senador Victor Morales; o Deputado Luís Mayser; o Embaixador da Bolívia no Brasil, Gonzalo Montenegro; o Vice-Ministro de Energia e Hidrocarbonetos, Carlos Alberto Contreras; o Vice-Ministro de Transportes, Comunicações e Aeronáutica Civil, Mauricio Navarro; e o Presidente da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), Carlos Salinas.

2. O Presidente Hugo Banzer Suárez e comitiva reuniram-se em 16 de março com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se fez acompanhar do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, do Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do Ministro dos Transportes, Eliseu Lemos Padilha, do Embaixador do Brasil na Bolívia, Stelio Marcos Amarante, do Presidente do BNDES, Francisco Gros, do Presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul e do Diretor-Geral

do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Antonino Mena Gonçalves. O Presidente Hugo Banzer Suárez e comitiva entrevistaram-se também com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mario Velloso, e foram recebidos pelo Senador Geraldo Melo, Presidente em exercício do Senado Federal, e pelo Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados.

3. O Presidente Fernando Henrique Cardoso expressou grande satisfação com o elevado nível do relacionamento bilateral com a Bolívia, caracterizado pela convivência harmoniosa, franqueza do diálogo, permanente coordenação de posições em plano internacional, visão cooperativa dos desafios comuns na região e impulsionado, entre outros vetores, pela crescente e promissora interação no campo energético e da integração fronteiriça.

4. O Presidente Hugo Banzer Suárez, por sua vez, agradeceu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a hospitalidade e as atenções que lhe foram dispensadas durante a visita. Fez uma explanação sobre a conjuntura político-econômica boliviana e sobre os recentes avanços no campo da política externa de seu país e reafirmou a prioridade estratégica que atribui ao contínuo desenvolvimento das relações boliviano-brasileiras.

5. O Presidente da Bolívia reiterou a disposição de diálogo que anima seu país com o propósito de avançar na solução do problema marítimo que afeta a Bolívia. Nesse contexto, o Presidente do Brasil reafirmou o interesse com que o Governo brasileiro acompanha o diálogo entre a Bolívia e o Chile.

6. Os dois Presidentes testemunharam com satisfação a assinatura de Contrato entre a Petrobrás e a Yacimientos Petrolíferos

Bolivianos de ampliação para 30 milhões de metros cúbicos/dia dos volumes de venda de gás natural boliviano ao Brasil até o ano 2004.

7. Os Presidentes conversaram sobre a realização, no segundo semestre deste ano, da Reunião de Presidentes da América do Sul, iniciativa lançada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi acolhida com vivo interesse e entusiasmo pelo Mandatário boliviano, como um foro singular para se discutir temas de interesse da região. Da mesma forma, dialogaram sobre a iniciativa do Presidente Hugo Banzer Suárez de estabelecer um “Mecanismo de Diálogo e Concertação Política para a Integração Sul-Americana”, proposta que foi apresentada aos Presidentes do MERCOSUL e da Comunidade Andina e recebida com toda simpatia pelo Governo brasileiro.

8. No âmbito da integração, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou o interesse brasileiro pela adesão plena da Bolívia ao Mercosul. O Presidente Hugo Banzer Suárez, de seu lado, expressou a vontade política do Governo boliviano de encontrar modalidades que permitam vinculação crescente entre a Bolívia e o MERCOSUL, conducente à plena participação da Bolívia nesse processo de integração.

9. Com relação à integração energética, os dois Presidentes manifestaram satisfação diante do desenvolvimento do projeto para a construção do segundo gasoduto Bolívia-Brasil. Na mesma oportunidade, o mandatário brasileiro fez menção ao plano de seu governo intitulado “Avança Brasil”, que prevê a construção de 49 termelétricas, a serem alimentadas, em grande número, com o gás natural boliviano. Recordou, a propósito, a decisão de seu governo em alterar a matriz energética brasileira, devendo representar a porcentagem do gás natural cerca de 12% até

2005, em lugar dos atuais 2%. O Presidente Hugo Banzer Suárez, de sua parte, manifestou satisfação pela participação do gás boliviano nesse importante programa de geração elétrica.

10. Os Mandatários reconfirmaram os acordos subscritos por ambos países na área de energia e se comprometeram a impulsionar o processo de integração elétrica, incentivando a participação do setor privado. O Presidente da Bolívia frisou que o nível de reservas bolivianas de gás natural pode tanto satisfazer as necessidades do mercado brasileiro, quanto contribuir para atender a partir da Bolívia a crescente demanda de energia elétrica no Brasil.

11. No que se refere à integração física, ambos Mandatários manifestaram satisfação com a perspectiva de somar esforços a favor da execução da estrada entre Santa Cruz de la Sierra, Puerto Suárez e Corumbá, conexão que contribuirá para impulsionar o atual processo de aproximação bilateral, constituindo um corredor de intercâmbio entre os sistemas do Atlântico e do Pacífico. O Presidente Hugo Banzer Suárez destacou também que a conclusão da estrada San José-San Ramón-San Matías-Cuiabá é complementar àquela conexão e de importância econômico-comercial para os dois países.

12. O Presidente Hugo Banzer Suárez reiterou o papel estratégico da Bolívia no processo de integração viária regional, em vista de sua posição geográfica, pelo que se faz necessário o apoio dos países limítrofes a fim de coadjuvar os esforços de obtenção de financiamento dos corredores de integração que passam pela Bolívia e beneficiarão a região sul-americana. O Presidente Fernando Henrique Cardoso expressou sua disposição de apoiar esta visão integracionista do Presidente da Bolívia.

13. O Presidente do Brasil salientou ainda a atenção com que acompanha os notáveis avanços do país vizinho no campo

da erradicação do plantio ilegal de coca e na luta contra o narcotráfico. Ambos Mandatários reconheceram a necessidade de tomar medidas conjuntas e coordenadas no âmbito dos convênios subscritos entre os dois países, com vistas a combater o narcotráfico e delitos conexos, particularmente nas áreas fronteiriças.

14. O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Hugo Banzer Suárez ratificaram o objetivo de instalação o mais breve possível do “Comitê de Fronteira Cáceres - San Matías” e manifestaram sua concordância em se examinar a conveniência da criação de um órgão binacional coordenador dos assuntos aduaneiros, migratórios e policiais.

15. Ambos os Presidentes receberam com alegria a notícia da criação da Seção Brasileira do “Grupo Parlamentar Brasil-Bolívia” e da próxima instalação da Seção Boliviana, instrumento que fomentará a aproximação entre os Poderes Legislativos e funcionará como elemento catalisador do desenvolvimento na região da fronteira, sobretudo por estar composto majoritariamente de parlamentares oriundos de regiões, Estados e Departamentos limdeiros aos dois países.

16. Durante sua estada em Brasília, o Presidente Hugo Banzer Suárez foi visitado pelo Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, acompanhado do Presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul, ocasião em que aprofundaram questões específicas da integração energética bilateral. No encontro, o Mandatário boliviano foi informado pelos Presidentes da Petrobrás e da YPF de pormenores do contrato pelo qual praticamente se duplicam as compras brasileiras de gás boliviano, fixando-se, já para o ano de 2004, o volume de 30 milhões de metros cúbicos por dia, com o que a capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil atingirá o seu nível ótimo de utilização.

EXPORTAÇÃO DE TECIDOS DE
ALGODÃO PARA A ARGENTINA
(20 DE MARÇO DE 2000)

O Tribunal Arbitral “ad hoc” constituído ao abrigo do Protocolo de Brasília, no âmbito do MERCOSUL, tomou decisão no dia 10 de março de 2000 que acolhe a posição do Governo brasileiro contrária às salvaguardas argentinas que vêm prejudicando as nossas exportações de tecidos de algodão para aquele país.

Como estão ainda formalmente em curso os prazos previstos no Protocolo de Brasília, o Governo brasileiro, para obedecer os prazos formais de processo análogo na OMC, viu-se na contingência de solicitar o prosseguimento do estabelecimento de “panel” na reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da organização realizada em 20.03.00.

O Governo brasileiro confia em que a Argentina cumprirá suas obrigações conforme definidas e no prazo estabelecido pelo Tribunal Arbitral “ad hoc” do MERCOSUL. O Brasil dispõe-se a encerrar paralelamente o tratamento da questão ao amparo do sistema de solução de controvérsias da OMC.

REUNIÃO DE PRESIDENTES
DA AMÉRICA DO SUL
(23 DE MARÇO DE 2000)

Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro próximos, será realizada em Brasília, a Reunião de Presidentes da América do Sul. A realização da Reunião no ano das comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento marca, de forma emblemática, a alta prioridade que o Brasil atribui a seu relacionamento com os países sul-americanos. O Governo brasileiro

entende que a América do Sul comparte projetos, problemas e temas comuns cuja especificidade merece um exame próprio. A Reunião de Presidentes da América do Sul constituiria, assim, o foro adequado para o franco debate sobre questões de particular interesse dos países da região. Vale salientar que a iniciativa brasileira obteve amplo respaldo de parte dos demais países convidados, conforme pôde atestar o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso em contatos informais com os demais Chefes de Estado da região. O convite para a reunião foi formalizado por meio de cartas que o Senhor Presidente da República encaminhou aos Presidentes dos países sul-americanos: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, bem como por meio de correspondência que o Ministro Luiz Felipe Lampreia enviou aos Ministros de Relações Exteriores daqueles países.

A agenda da Reunião deverá englobar poucos temas, de caráter concreto, que viabilizem a definição de compromissos objetivos e precisos. Os temas sugeridos são: Democracia; Comércio; Infra-Estrutura de Integração e Drogas e Delitos Conexos. A América do Sul já possui mecanismos de integração, de caráter sub-regional, que constituem verdadeiros embriões de uma integração regional mais abrangente. No campo político, o Tratado de Cooperação Amazônico Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e o Tratado da Bacia do Prata (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) criaram condições favoráveis ao diálogo entre seus signatários, possibilitando a execução de projetos conjuntos instrumentais para a integração regional. No campo econômico-comercial, os dois principais blocos sub-

regionais - o Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, mais os associados Bolívia e Chile) e a Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) - vêm trabalhando intensamente com o objetivo de superar alguns obstáculos ainda pendentes e chegar a um acordo que possibilite a criação de uma Zona de Livre Comércio em nossa região. A Reunião de Presidentes da América do Sul oferece a oportunidade ideal para que a experiência já adquirida com os mencionados esquemas de integração possa ser estendida para o nível regional, gerando as condições necessárias para a organização do espaço sul-americano de acordo com as características, necessidades e potencialidades que singularizam nossa região.

VIAGEM DO MIINSTRO LAMPREIA A WASHINGTON (23 DE FEVEREIRO DE 2000)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, fará visita de trabalho a Washington na próxima semana, entre os dias 27 e 30 de março. Para tratar de temas das agendas bilateral, hemisférica e internacional, o Ministro terá encontros com as seguintes autoridades dos EUA: Secretária de Estado, Madeleine Albright; Secretário de Comércio, William Daley; Representante Comercial, Charlene Barshefsky; Diretor do Escritório de Política Nacional de Controle de Drogas, General Barry McCaffrey; Enviado Especial para as Américas, Kenneth McKay; e com o Deputado Jim Kolbe e outros parlamentares integrantes do Brazil Caucus no Congresso.

O Ministro Lampreia avistar-se-á também com o Secretário-Geral da OEA, Cesar Gaviria,

e fará exposições em eventos promovidos pelo Inter-American Dialogue, pelo Cordell Hull Institute, e pela seção americana do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos.

PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO VISITA A COSTA RICA (27 DE MARÇO DE 2000)

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Costa Rica nos dias 4 e 5 de abril de 2000 é a primeira de caráter oficial de um Presidente brasileiro ao país em quase um século de relações diplomáticas, marcadas sempre por elevado grau de fluidez e diálogo.

A visita do Presidente Fernando Henrique terá duas vertentes. A bilateral, no dia 4, com encontro com o presidente Miguel Ángel Rodríguez, com assinatura de atos bilaterais e comunicado à imprensa, além de visita ao Poder Legislativo, que é unicameral (Assembléia Legislativa). Será igualmente ocasião de retribuir a visita ao Brasil do ex-Presidente José Maria Figueres, de setembro de 1997.

A outra vertente está expressa no encontro com os cinco presidentes dos países centro-americanos (Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Honduras) além de República Dominicana, Belize e Panamá. Dessa reunião resultará um documento intitulado “Declaração de San José”, que vai pautar as linhas de cooperação entre o Brasil e os países presentes a esta reunião de cúpula - a Cúpula de San José.

Assinale-se que a América Central tem manifestado, desde meados dos anos 90, interesse crescente em buscar maior aproximação com os demais países da América Latina e, em particular com o MERCOSUL.

As duas regiões, aliás, já dispõem do Acordo-Quadro assinado em 1998 entre o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e o MERCOSUL, o qual prevê o estabelecimento de uma Comissão de Comércio e Investimento (CCI) integrada pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, por uma parte, e pelos Ministros de Comércio Exterior dos países centro-americanos

integrantes do SICA, por outra.

No plano político, portanto, será oportunidade para reafirmar os valores compartilhados pelo Brasil, pela Costa Rica e por toda a região, ao elevar-se o diálogo a seu mais alto nível, e de buscar-se atualizar os instrumentos de cooperação. A visita constituirá, ademais, marco relevante nas relações com a região, ao inscrevê-la no mapa da diplomacia presidencial brasileira.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso visitará, também durante a sua visita a São José, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede naquela capital, quando inaugurará busto de Rui Barbosa doado pelo Governo brasileiro à Corte. Com esse gesto, o Presidente da República deseja reiterar o compromisso do Brasil com o sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos e o reconhecimento de sua relevante contribuição para a melhoria dos direitos humanos no continente.

Costa Rica - O comércio exterior desempenha papel central na economia costarriquenha. Em 1999, as exportações corresponderam a 53 % do PIB, gerando 350 mil empregos diretos, e posicionaram a Costa Rica como o maior exportador per capita de toda a América Latina.

O PIB costarriquenho, em 1998, totalizou US\$ 10,29 bilhões. O comércio bilateral Brasil-Costa Rica, em 98, atingiu a cifra de US\$ 90,8 milhões.

A Agricultura é forte na Costa Rica, sendo a produção de banana e de café as principais. Outros itens importantes da economia do país são a pecuária (equinos e bovinos), a pesca, a mineração (ouro, calcário e argila) e a indústria (alimentícia, química, bebidas, máquinas elétricas). Os principais parceiros comerciais são, pela ordem, Estados Unidos, México, Venezuela, Japão, Alemanha, Itália e Guatemala.

A República da Costa Rica tem 3,7 milhões de habitantes e território de 51.100 quilômetros quadrados. Notabiliza-se pela estabilidade política e pela inexistência de Forças Armadas, substituídas em 1948 por uma guarda civil.

A Costa Rica tem um dos mais elevados padrões de vida da América Central, com um eficiente sistema previdenciário e o maior índice de alfabetização da região. Cerca de 95 % de sua população é alfabetizada.

REUNIÃO BRASIL MÉXICO

(28 DE MARÇO DE 2000)

Os Governos do Brasil e do México realizarão, no período de 28 a 30 de março corrente, em Brasília, Reunião Negociadora de um acordo no marco da ALADI.

A delegação brasileira será chefiada pelo Ministro José Antônio Marcondes de Carvalho, Diretor-Geral do Departamento de Integração Latino-Americana, e a mexicana pelo Dr. Eduardo Solís, Chefe do Escritório de Negociações Comerciais para América Latina, Acesso a Mercados e ALCA da Secretaria de Comércio e Fomento Industrial do México.

O lançamento das negociações foi decidido em reunião realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro, na Cidade do México, entre o Embaixador

José Alfredo Graça Lima, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty, e o Dr. Eduardo Solís.

Na reunião em Brasília, serão tratados aspectos normativos relativos a disciplinas de acesso a mercados, tais como salvaguardas, normas técnicas e solução de controvérsias, e será dado início a negociações sobre as referências tarifárias a serem mutuamente outorgadas.

Em 1999, o intercâmbio bilateral foi da ordem de US\$ 1,7 bilhão. Os principais produtos da pauta de exportações brasileira para o México são veículos automotores e autopeças, produtos siderúrgicos, aparelhos transmissores ou receptores e máquinas para terraplanagem e perfuração. Medicamentos, partes e peças para veículos automóveis e tratores, computadores, combustíveis e produtos químicos constituem, por sua vez, as principais importações brasileiras do México.

VIAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL À ÁSIA (28 DE MARÇO DE 2000)

A convite dos governos do Japão e da República da Coreia, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, está realizando visita àqueles países.

A visita ocorre no marco do processo de dinamização das relações entre o Brasil e a Ásia, objeto de atenção prioritária no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Neste contexto, estão previstas visitas de diversos Ministros de Estado àquela região em futuro próximo.

Em Tóquio, estão confirmados, entre outras, reuniões com o Secretário de Estado

de Negócios Estrangeiros do Gaimusho, Shozo Azuma, com o Vice-Ministro de Assuntos Externos do Gaimusho, Yutaka Kawashima, com o Presidente e membros da Liga Parlamentar de Amizade Nipo-Brasileira e com diretores da JICA (Agência Internacional de Cooperação do Japão). O Secretário-Geral fará ainda palestra sobre o Brasil e as relações Brasil-Japão para empresários do Comitê Econômico Nipo-Brasileiro da Keidanren e manterá encontro com representantes da comunidade brasileira no Japão. O Embaixador Seixas Corrêa será portador de mensagem do Senhor Presidente da República na qual se convida o Chefe de governo do Japão a visitar o Brasil em futuro próximo.

Na Coreia, o Secretário-Geral manterá encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Lee Jounh-Binn, com o Ministro do Comércio, Han Duck Soo, com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Ban ki-Moon e com o Vice-Ministro do Comércio, da Indústria e da Energia, Oh Young-Kyo, e proferirá palestra no Instituto de Negócios Estrangeiros e Segurança Nacional.

AGENDA COMUM BRASIL-EUA PARA O MEIO AMBIENTE (29 DE MARÇO DE 2000)

Realizou-se em Brasília, nos dias 27 e 28 de março, a V Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil-EUA para o Meio Ambiente. A Agenda Comum para o Meio Ambiente é um instrumento da política externa brasileira destinado a fortalecer o diálogo e a cooperação na área ambiental com os países mais atuantes nas discussões internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Até o momento, já foram celebradas agendas comuns com os EUA, Alemanha, Canadá, China e Índia.

A primeira Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil-EUA ocorreu em março de 1996, em Brasília. Desde então, a agenda comum consolidou-se como um mecanismo regular e eficiente de consultas políticas na área ambiental entre os dois países, permitindo o intercâmbio de pontos de vista e a concertação sobre os principais temas da agenda internacional sobre meio ambiente. As delegações foram chefiadas pelo Ministro Antônio Guerreiro, Diretor-Geral do Departamento de Temas Especiais do Itamaraty, e pelo Senhor Brooks Yeager, Subsecretário Assistente para Oceanos, Meio Ambiente e Ciência do Departamento de Estado dos EUA.

A reunião transcorreu num ambiente de mútuo entendimento e registrou convergências quanto ao aprofundamento da cooperação ambiental entre o Brasil e os EUA. Entre os temas discutidos na reunião figuram:

- Mudanças climáticas, em particular a preparação para a VI Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, a realizar-se de 13 a 24 de novembro próximo na Haia, e a futura implementação do Protocolo de Quioto;
- Florestas, incluindo a organização do Foro de Florestas das Nações Unidas, a próxima reunião do Conselho da Organização Internacional sobre Madeiras Tropicais, a cooperação na detecção e monitoramento de incêndios e a consideração de uma iniciativa bilateral sobre áreas protegidas;
- Biodiversidade, em particular as negociações no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica e

o estabelecimento de uma Rede Interamericana de Informações sobre Diversidade Biológica;

- Segurança ambiental em perfurações de petróleo em águas profundas, incluindo o intercâmbio de informações com os EUA nessa área;
- Preparação para a XI Conferência das Partes da Convenção Internacional sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES), a realizar-se de 10 a 20 de abril próximo em Nairóbi, que examinará, entre outros tópicos, o comércio internacional de mogno e a proteção de tartarugas marinhas e de baleias;
- Pesca, incluindo as negociações no âmbito do Acordo de Cumprimento da FAO e do Acordo das Nações Unidas sobre Espécies Migratórias Transzonais;
- Revisão pelas Nações Unidas dos dez anos de implementação da Agenda 21, a realizar-se em 2002 (Rio + Dez);

A próxima reunião da Agenda Comum Brasil-EUA para o Meio Ambiente deverá ocorrer em Washington, em 2001.

VISITA AO BRASIL DE
XANANA GUSMAO
(29 DE MARÇO DE 2000)

A convite do Governo brasileiro estará chegando a Brasília amanhã, dia 30 de março, o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) Xanana Gusmão. Virá acompanhado de comitiva formada pelo Vice Comandante Taur Matan Ruak (Vice Comandante das FALINTIL - Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste), do Embaixador Roque Rodrigues, Chefe

de Gabinete, e de sua Assistente Executiva, Senhora Paula Pinto.

O líder timorense será recebido, logo após a sua chegada, amanhã, dia 30 de março, no Palácio do Planalto, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem manterá uma reunião de trabalho. Logo à noite, Xanana Gusmão participará de jantar em sua honra, no Palácio Alvorada. Xanana Gusmão prosseguirá, na sexta-feira, dia 31 de março, com o seu programa em Brasília, o qual inclui visitas ao Vice Presidente da República, ao Congresso Nacional, aos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Saúde. Xanana Gusmão visitará também São Paulo (de 2 a 3 de abril) e Rio de Janeiro (4,5,e 6 de abril)

CARTA DO PRESIDENTE
DA RÉPÚBLICA AO
SECRETÁRIO-GERAL DA ONU
(30 DE MARÇO DE 2000)

Transcreve-se, a seguir, carta enviada pelo Presidente da República ao Secretário-Geral da ONU, Senhor Kofi Anan:

“Senhor Secretário-Geral e estimado amigo,
Os recentes eventos no Timor Leste marcam um momento histórico da vida daquele povo, que se prepara agora, após um longo ciclo de violência, para exercer plenamente seu direito à autodeterminação e enfrentar o desafio de desenhar seu futuro como nação soberana. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Brasil tem acompanhado esse processo com atenção e interesse, emprestando seu apoio às iniciativas das Nações Unidas para o restabelecimento da ordem naquele território, bem como para assegurar condições favoráveis a seu desenvolvimento como nação independente.

Nesse contexto, tenho a satisfação de informar Vossa Excelência de que o Governo brasileiro decidiu abrir um Escritório de Representação em Timor Leste, com sede em Dili. Entendemos ser esse mais um passo em nosso engajamento para contribuir de maneira ativa no processo de transição para a independência e na árdua tarefa de organização institucional, social e econômica do nascente Estado, fazendo valer as afinidades históricas, lingüísticas e culturais que ligam os povos brasileiro e timorense.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Com um abraço afetuoso,

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República Federativa do
Brasil.”

CARTA DO MINISTRO DE ESTADO
AO ADMINISTRADOR TRANSITO
RIO DO TIMOR LESTE
(30 DE MARÇO DE 2000)

Transcreve-se, a seguir, carta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ao Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários e Administrador Transitório do Timor Leste, Senhor Sérgio Vieira de Mello:

“Senhor Subsecretário,

Tenho a satisfação de informar Vossa Excelência de que o Governo brasileiro decidiu estabelecer um Escritório de Representação em Timor Leste, com sede em Dili.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Brasil vem participando ativamente dos esforços da comunidade internacional para apoiar o processo de transição

para a independência do Timor Leste. Com este novo passo, é nossa intenção tornar ainda mais efetivas a presença do Brasil no território e nossa contribuição nas árduas tarefas de reconstrução e de organização institucional, social e econômica do nascente Estado, fazendo valer as afinidades históricas, lingüísticas e culturais que ligam os povos brasileiro e timorense.

O Governo brasileiro acompanha com especial interesse o processo de transição em curso e atribui grande importância ao papel desempenhado pelas Nações Unidas para restabelecer a ordem no território e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento do futuro Estado. Nesse contexto, a atuação da UNTAET, sob a hábil condução de Vossa Excelência, tem sido um fator fundamental para viabilizar o pleno exercício, pelo povo timorense, do direito de desenhar seu próprio futuro como nação independente. Vossa Excelência sabe que pode contar com o apoio brasileiro nessa importante missão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.”

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

REUNIÃO BRASIL - MÉXICO
COMUNICADO A IMPRENSA
(31 DE MARÇO DE 2000)

Realizou-se, em Brasília, nos dias 28 a 30 de março de 2000, reunião entre representantes governamentais do Brasil e do México com vistas à negociação de um Acordo bilateral no âmbito da ALADI. A delegação brasileira foi chefiada pelo Diretor-Geral do Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, Ministro José Antônio

Marcondes de Carvalho. A delegação do México foi chefiada pelo Chefe do Escritório de Negociações com a América Latina, Acesso a Mercados e ALCA da Secretaria de Comércio e Fomento Industrial, Doutor Eduardo Solís.

As delegações deram início ao exame das normas e das listas de produtos que serão objeto do Acordo. Concluiu-se, na oportunidade, um primeiro exame das listas de interesse apresentadas por cada Parte. Com relação às regras a serem pactuadas, realizou-se uma primeira discussão sobre aspectos gerais do Acordo, salvaguardas, solução de controvérsias e regime de origem.

Paralelamente, deu-se continuidade a entendimentos com vistas à liberalização, no curto prazo, do comércio bilateral no setor automotivo.

Ambas as delegações manifestaram satisfação com o andamento dos trabalhos e acordaram realizar a próxima reunião na Cidade do México, nos dias 17 a 19 de abril.

COMUNICADO À IMPRENSA
EMBRAER-BOMBARDIER
(31 DE MARÇO DE 2000)

Foram distribuídos hoje, 31 de março, aos Governos do Brasil e do Canadá, os relatórios preliminares dos “panels” de revisão que estão avaliando a implementação, pelos dois governos, das recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC referentes aos contenciosos que envolvem a Embraer e a empresa canadense Bombardier.

O Governo brasileiro está examinando os relatórios, os quais foram encaminhados apenas às Partes e têm, por ora, cunho confidencial. O Governo brasileiro está, portanto, impossibilitado de distribuí-los neste estágio do processo.

Sem prejuízo de um exame minucioso, ainda em curso, a avaliação preliminar do Governo brasileiro é de que o relatório relativo ao Brasil reconhece as modificações introduzidas na legislação brasileira referente à equalização de taxas de juros aplicada pelo PROEX na exportação de aeronaves civis, porém considera que as mesmas não são suficientes para colocar a legislação em conformidade com o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. No relatório referente ao Canadá, a avaliação, também preliminar, é a de que os “panelistas” julgaram que aquele país cumpriu apenas parcialmente com a determinação do Órgão de Apelação e está portanto com sua legislação em desconformidade com o referido Acordo de Subsídios.

A entrega dos relatórios finais às Partes está prevista para aproximadamente duas semanas. A circulação dos relatórios finais para os outros membros da OMC e para o público dar-se-á tão logo estejam concluídas as traduções para as demais línguas oficiais da Organização.

O Governo brasileiro está estudando cuidadosamente todas as hipóteses de ação que se apresentam no caso. De todo modo, o Governo não deixará de honrar os compromissos contratuais assumidos, tendo sempre presentes suas obrigações internacionais à luz da OMC.

VISITA DE ESTADO DO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
À COSTA RICA E REUNIÃO DE
CÚPULA COM OS PRESIDENTES
CENTRO-AMERICANOS
(01 DE ABRIL DE 2000)

A convite do Presidente da Costa Rica, Miguel Angel Rodríguez Echeverria, o

Presidente Fernando Henrique Cardoso realizará visita àquele país nos próximos dias 4 e 5 de abril. No primeiro dia, será realizada visita de Estado de caráter bilateral que deverá contemplar a assinatura de importantes documentos de cooperação entre o Brasil e a Costa Rica. Durante o segundo dia, o Presidente Fernando Henrique participará de Reunião de Cúpula com os presidentes centro-americanos. Na ocasião, os mandatários deverão assinar uma declaração conjunta que balizará as futuras relações de cooperação entre os países signatários.

A viagem terá caráter histórico, por tratar-se da primeira vez que um mandatário brasileiro realiza visita oficial à região centro-americana. Assinalará, ainda, a renovada importância que o Governo brasileiro atribui a seu relacionamento com os países presentes à reunião de São José.

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO À VENEZUELA
(02 DE ABRIL DE 2000)

A convite do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frias, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fará visita oficial àquele país nos dias 6 e 7 de abril próximos.

A visita realiza-se no contexto do contínuo aprofundamento das relações bilaterais e em retribuição à visita oficial ao Brasil do Presidente Chávez, em maio de 1999. Constitui, ainda, importante seguimento dos encontros mantidos entre os dois mandatários anteriormente (Brasília, em dezembro de 1998; Rio de Janeiro, em janeiro e junho de 1999; e Manaus, em setembro de 1999)

EXPOSIÇÃO BRASIL 500
PÁSSAROS NO ITAMARATY
(04 DE ABRIL DE 2000)

Será inaugurada hoje, dia 04 de abril, às 19h, no Hall do Palácio Itamaraty, com a presença do Ministro, Interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, e do Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, a exposição “Brasil 500 Pássaros”. Na ocasião, também será lançado o livro relativo à mostra. A cerimônia será seguida de apresentação da flautista Odete Ernst Dias.

O projeto “Brasil 500 Pássaros” tem sua origem em levantamento realizado há 15 anos pelo Museu Paraense Emílio Goeldi da avifauna da região atualmente ocupada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica Tucuruí. Além do livro e da mostra, fazem parte do projeto CD Rom, vídeo, álbum de figurinhas, agenda, calendário e lâminas didáticas. Esse material tem como público prioritário o aluno do Ensino Fundamental.

O projeto tem patrocínio da Eletronorte/Ministério de Minas e Energia e produção de Mediale Design e Comunicação.

A exposição fica aberta no Palácio Itamaraty até o próximo dia 23 de abril, nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h; sábados e domingos, de 10h às 14h.

REUNIÃO DA COMISSÃO
BRASIL-MÉXICO PRA O SÉCULO XXI
(05 DE ABRIL DE 2000)

Será realizada na Cidade do México, nos dias 2 e 3 de maio próximo, a Segunda Reunião da Comissão Brasil-México para o Século XXI. A Comissão, que iniciou seus

trabalhos no Rio de Janeiro em setembro de 1999, foi criada por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do México, Ernesto Zedillo Ponce de Leon, em abril do ano passado, e tem como membros brasileiros o Embaixador Sérgio Bath, o Professor Bolívar Lamounier e o empresário Benjamin Steinbruch. Os membros mexicanos são o Embaixador Sérgio Gonzáles Galvez, o escritor e acadêmico Leopoldo Zea e o empresário Enrique Madero Bracho.

O objetivo da Comissão é examinar as perspectivas futuras das relações bilaterais entre os dois países e formular propostas orientadas para fortalecer seus vínculos, em todos os campos.

Na reunião a ser realizada na Capital mexicana haverá um encontro com representantes da imprensa mexicana e brasileira. Os órgãos da imprensa brasileira que se interessarem em participar do encontro, programado para o dia 2 de maio, às 15 horas, estão convidados para designarem representante para esse fim. Informações adicionais podem ser obtidas na Divisão da América Central e Setentrional (DCS) do Itamaraty, pelos telefones 411-6196/6271/6272 ou pelo e-mail hermano@mre.gov.br, a partir de 17 de abril. As inscrições devem ser feitas até o dia 24 de abril.

DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL
DE CARACAS
(10 DE ABRIL DE 2000)

O Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frias, reunidos na Venezuela nos dias 05, 06 e 07 de abril de 2000,

Expressando sua inequívoca determinação de impulsionar ainda mais as relações bilaterais, no marco do tradicional espírito de amizade que as caracteriza;

Convencidos da necessidade de dar novo ímpeto ao conjunto das relações entre o Brasil e a Venezuela;

Verificando o excelente nível alcançado pelas relações bilaterais em toda ordem de assuntos;

Persuadidos da conveniência de estreitar ainda mais os vínculos que unem o Brasil e a Venezuela, no espírito da convivência harmoniosa e construtiva de dois países vizinhos;

Conscientes de que a realidade internacional nos impulsiona à consolidação de laços estreitos de integração e união em âmbito regional;

Destacando a necessidade de atualizar os objetivos do Protocolo da Guzmania, que constitui o marco das relações privilegiadas existentes entre os dois países, adaptando-o à realidade imposta pelas novas circunstâncias e prioridades definidas pela dinâmica que lhe têm imprimido os dois Chefes de Estado;

Considerando a necessidade de cooperar de maneira solidária para dar respostas eficientes às crescentes demandas de ordem social que emergem das respectivas sociedades, declaram:

1. Que existe um excelente nível de relações entre os dois países, evidenciado pelo ímpeto conferido aos vínculos bilaterais, assim como a necessidade de intensificar essas relações para aprofundar, estreitar e fortalecer cada vez mais os laços de fraternidade entre o Brasil e a Venezuela.

2. Que reconhecem a importância que teria a interconexão fluvial Orinoco-Amazonas e que estimulam os estudos correspondentes com vistas a identificar as possibilidades desse projeto.

3. Que valorizam a importância vital da interconexão elétrica Macagua II – Boa Vista, reconhecendo sua contribuição para a atividade econômica fronteiriça. Nesse sentido, o Presidente Hugo Chávez Frias informou que a interconexão se tornará realidade antes do fim do ano 2000, para o que se levarão em conta os interesses decorrentes da preservação do meio ambiente e os direitos indígenas.

4. Que estimulam a continuação dos acordos celebrados entre a Petrobras e a Petróleos de Venezuela (PDVSA), procurando implementar, no curto prazo, os seguintes objetivos:

Participação da Petrobras na prospecção e na exploração de gás.

Reiteração dos objetivos do Memorando de Entendimento assinado pela Petrobras e a PDVSA, em 28 de junho de 1999, na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião da Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo da América Latina, Caribe e União Européia, bem como suas múltiplas possibilidades.

Estabelecimento de mecanismos entre as duas empresas que identifiquem outras áreas de cooperação em matéria de novas energias.

5. Reconhecer a grande contribuição da complementação da rodovia BR-174 – BV-1 para o desenvolvimento da infra-estrutura física. No ensejo, destacar a necessidade de estabelecer esquemas de coordenação para o desenvolvimento da infra-estrutura que interliga os diversos serviços entre os dois países.

6. Estimular reuniões periódicas dos respectivos Ministros da Defesa, destinadas a avaliar os processos de cooperação militar entre os dois países e dar-lhes seguimento; trocar informações sobre o propósito e o alcance dos Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia.

7. Expressar sua satisfação com os resultados da VI Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Caracas nesta mesma data, e propor levar a cabo um trabalho conjunto no marco do Tratado, com vistas a seu fortalecimento e à atualização de sua agenda, para adequá-la às tendências mundiais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento. De igual maneira, empenhar seu apoio à nova Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a ser instalada em Brasília, e instar os países que não ratificaram o Protocolo de Emenda ao TCA a que o façam com a brevidade possível.

8. Reiterar sua vontade de reforçar a cooperação em projetos de caráter ambiental e orientá-la, em princípio, para o fortalecimento e a consolidação das instituições estabelecidas na região amazônica que estejam voltadas para a realização de estudos sobre a conservação e o uso sustentável de seus recursos, bem como para a capacitação de profissionais na área ambiental.

9. Estimular, em seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento de relações comerciais cada vez mais estreitas entre a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul, persuadidos da importância que os dois países atribuem à constituição de uma área de livre comércio da América do Sul. Constatar que a Venezuela propicia inter-relações crescentes com o Mercosul, favorecendo a perspectiva de um entendimento privilegiado com este esquema de integração, tanto no plano individual quanto no coletivo, no âmbito da CAN.

10. Ouvida a opinião do Conselho Empresarial Binacional, estimular uma crescente articulação entre os setores privados dos dois países. Nesse sentido, sugerir que se realize uma reunião empresarial binacional

ampliada, que apresentaria um conjunto de recomendações orientadas ao incremento dos laços econômicos bilaterais. O Conselho Empresarial Binacional contaria com a mais ampla colaboração dos dois Governos para a realização dessa reunião.

11. Constatar igualmente os progressos alcançados pelo setor privado binacional na execução de projetos de amplo alcance, tais como a Linha IV do Metrô de Caracas e a construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco, e respaldar as iniciativas que o setor privado desenvolve para estabelecer uma linha aérea fronteiriça que cubra a rota Puerto Ordaz – Santa Elena de Uairen – Boa Vista – Manaus, felicitando o Conselho Empresarial Binacional pelos avanços obtidos. Reconhecer a importância de que as autoridades aeronáuticas dos dois países concedam facilidades para o estabelecimento de rotas e frequências, no entendimento de que uma melhor interligação aérea fomentará maiores fluxos comerciais e turísticos.

12. Registrar que o Presidente da República Bolivariana da Venezuela apóia a iniciativa do Presidente da República Federativa do Brasil de realizar a Reunião de Presidentes da América do Sul na cidade de Brasília, no dia 1o de setembro de 2000, destinada a estimular a valorização dessa área geográfica como contexto propício para a formulação de diagnósticos e a apresentação de soluções para problemas que nela encontrem manifestações específicas.

13. Aprofundar a cooperação nas áreas da educação, da cultura e do esporte, fortalecendo a relação entre os respectivos Ministérios, aperfeiçoando e aplicando os instrumentos existentes. No âmbito educativo, constatar a necessidade de intensificar os programas de ensino de Português e Espanhol, estimulando a especialização e o intercâmbio de docentes

em ambos os idiomas, particularmente em nível de pós-graduação.

14. Expressar sua satisfação com a assinatura do Acordo para a Divulgação Recíproca de Informação nas Áreas de Rádio, Televisão e Agência de Notícias.

15. Reiterar a necessidade de impulsionar ações e coordenar posições conjuntas nos temas ligados aos indígenas, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Assinalar, com relação ao tema da mineração ilegal, que estão previstas atividades de uma missão científica de alto nível e a visita de uma missão de técnicos ambientais a áreas indígenas afetadas por tal atividade.

16. Observar com satisfação que, no menor prazo possível, se celebrarão, entre outras, as seguintes reuniões:

- O Mecanismo Político de Consultas;
- A 63ª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites;
- A VI Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana para Prevenir e Combater o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas;
- Reunião da Comissão Encarregada de Avaliar a Execução do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga;
- VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mineração Ilegal; e
- V Reunião da Comissão Mista Cultural.

De sua parte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou seu profundo agradecimento pelas atenções recebidas e a calorosa hospitalidade dispensada pelo Governo e o povo da Venezuela por ocasião desta visita.

Feita na cidade de Caracas, Venezuela, em 6 de abril de 2000, em dois exemplares nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente válidos.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República Federativa do Brasil

HUGO CHÁVEZ FRIAS
Presidente de la República Bolivariana de Venezuela

COMUNICADO CONJUNTO
BRASIL-PANAMÁ
(12 DE ABRIL DE 2000)

Encerrou-se hoje a visita oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Panamá, Dr. José Miguel Alemán Healey. O Chanceler Alemán fez-se acompanhar de importante comitiva, cabendo destacar a presença da Secretária-Geral da Chancelaria, Licenciada Maria Alejandra Eisenman, do Diretor-Geral de Organismos e Conferências Internacionais da Chancelaria, Embaixador Flavio Méndez Altamirano (ex-aluno do Instituto Rio Branco), e do Representante Permanente do Panamá junto à OEA, Embaixador Lawrence Chewning Fábrega.

Ao dar seguimento aos entendimentos mantidos entre os mandatários de ambos os países, em São José da Costa Rica, o Chanceler Alemán cumpriu, durante sua permanência no Brasil, amplo programa de atividades, entre as quais incluiu-se encontro com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, seguido de almoço de trabalho, realizado no Palácio Itamaraty, no dia 10 de abril. Em ambiente cordial e amistoso, que tem caracterizado

as relações entre o Brasil e o Panamá, os Chanceleres passaram em revista temas da agenda bilateral e regional, com destaque para a visita de estado que deverá realizar ao Brasil a Presidenta Mireya Moscoso, bem como a questão da cessão em depósito ao Panamá dos originais das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826, presentemente arquivados no Museu Histórico e Diplomático, no Rio de Janeiro. Os Chanceleres brasileiro e panamenho firmaram ainda importantes instrumentos bilaterais de cooperação, a saber: Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá; Acordo sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Supressão de Vistos em Passaportes Comuns; Troca de Notas sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais.

Ambos os Chanceleres ressaltaram igualmente a satisfação de seus Governos com os excelentes resultados obtidos nos mais de 50 anos de vigência do Convênio Cultural, firmado pelos dois países em 1944, e anunciaram o compromisso dos Governos do Brasil e do Panamá de atualizar o referido instrumento em futuro próximo.

No dia 11, o Chanceler panamenho entrevistou-se com a Primeira-Dama, Dra. Ruth Cardoso, que esteve acompanhada do Secretário Nacional de Direitos Humanos (e novo Ministro da Justiça), Dr. José Gregori. Reuniu-se também com o então Ministro da Justiça, José Carlos Dias, e com o Secretário Nacional Antidrogas, Juiz Walter Fanganiello

Maierovitch. Nessas oportunidades, foram tratados temas como assistência à criança, direitos humanos, combate ao narcotráfico e educação à distância.

O Ministro panamenho realizou ainda uma visita às instalações do Instituto Rio Branco e, ao final de sua estada na capital brasileira, visitou o terreno cedido a seu Governo para construção de uma futura sede de sua Embaixada em Brasília.

Brasília, 12 de abril de 2000

Panamá, 12 de abril de 2000

COMUNICADO DE IMPRENSA
(ELEIÇÕES NO PERU)
(13 DE ABRIL DE 2000)

O Governo brasileiro acompanha atentamente a evolução do processo eleitoral no Peru e, de acordo com a sua tradição diplomática, considerou apropriado aguardar a conclusão da apuração oficial antes de emitir qualquer pronunciamento.

O Itamaraty tem mantido contatos com as Chancelarias dos países do Sistema Interamericano e vem sendo informado regularmente sobre o andamento dos trabalhos da Missão de Observação Eleitoral da OEA.

O Brasil, tendo presente as relações permanentes de amizade e cooperação que mantém com o Peru, confia em que o segundo turno das eleições peruanas, agora já definido, venha a transcorrer com transparência e lisura.

O Governo brasileiro se preocupa em que as eleições no Peru resultem no fortalecimento da democracia naquele país e em todo o hemisfério.

COMEMORAÇÃO DOS
500 ANOS DO DESCOBRIMENTO
DO BRASIL EM BOSTON
(17 DE ABRIL DE 2000)

Em abril de 2000, Boston estará celebrando os 500 Anos do Descobrimento do Brasil. A numerosa comunidade brasileira residente em Massachusetts e o público norte-americano em geral participarão de uma série de eventos promovidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Boston e patrocinados pelas empresas BankBoston, Raytheon Company e Japan Airlines, com a ativa colaboração de diversos cidadãos brasileiros.

A série de eventos tem início em 21 de abril, com a instalação de 142 estandartes (banners) comemorativos nas principais ruas de Boston, sob os auspícios do Prefeito Thomas M. Menino. Os banners, instalados pela Prefeitura para marcar eventos ou datas importantes, já fazem parte do tradicional cenário urbano de Boston e, pela primeira vez, apresentarão um tema relativo ao Brasil.

No sábado, 22 de abril, mais de 2000 brasileiros deverão reunir-se no Chevalia Auditorium, em Medford, ao norte de Boston, para uma celebração ecumênica.

Na sexta-feira, 28 de abril, terão início, na Biblioteca Pública de Boston, exposições sobre o tema “Brasil 500 Anos”. Será mostrada uma coleção de painéis sobre o Descobrimento, produzidos pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e cedidos pelo Consulado-Geral de Portugal em Boston, bem como amostras do pau-brasil, suas flores, sementes e o corante dele extraído, cedidos pela Fundação Nacional do Pau-Brasil, com sede em Recife. Por fim, será também exibida uma expressiva coleção de trabalhos de renomados fotógrafos brasileiros contemporâneos (Anna Bella

Geiger, Cassio Vasconcellos, Rogerio Reis e Vilma Slomp). As fotografias foram cedidas pela galeria Tepper-Takayama Fine Arts, localizada em Boston.

Ainda na noite de 28 de abril, a Biblioteca Pública de Boston abrigará a leitura de um poema sobre o Descobrimento, pelo poeta norte-americano e prêmio Pulitzer Lloyd Schwartz, um dos mais proeminentes nomes no meio literário norte-americano contemporâneo. Schwartz, conhecedor e admirador da cultura brasileira, traduziu “Ladainha”, de Cassiano Ricardo, especialmente para a ocasião. A leitura do poema será seguida de um show de música popular brasileira, no qual será apresentada uma retrospectiva dos principais momentos da MPB, interpretada por Alfredo Cardim, Ari Mendes, Carlos Rocha, Moisés Mendes e Yvanna Veras, todos artistas brasileiros residentes em Massachusetts. O show terá acesso gratuito.

Por fim, no domingo, 30 de abril, será realizado em Somerville (uma das maiores concentrações de brasileiros na Nova Inglaterra) o Torneio “Brasil 500 Anos” de Futebol de Salão, reunindo seis equipes que representarão diferentes comunidades brasileiras. Serão sorteadas duas passagens aéreas Nova York/São Paulo/Nova York, uma entre os espectadores e outra entre os jogadores.

ASSINATURA DO ACORDO DE
SALVAGUARDAS COM OS EUA-CLA
(17 DE ABRIL DE 2000)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, presidirá às 15 horas de amanhã, dia 18/04/00, no Palácio Itamaraty, cerimônia de assinatura do Acordo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O Acordo, a ser assinado, pela parte brasileira, pelo Ministro das Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardenberg, e, pela parte norte-americana, pelo Embaixador Anthony Harrington, é emblemático da maturidade do relacionamento bilateral alcançado com os Estados Unidos, marcado pela confiança e respeito mútuos.

O CLA possui condições naturais privilegiadas para o lançamento de satélites, com baixos custos, para todos os tipos de órbita. O Acordo permite que o Brasil passe a oferecer alternativa altamente competitiva no promissor mercado de lançamento de satélites, o qual tem apresentado elevadas taxas de crescimento, que deverão ser mantidas nos próximos anos.

A cerimônia de assinatura do Acordo será seguida por coletiva de imprensa, a realizar-se nesta Assessoria.

II REUNIÃO DA COMISSÃO GERAL BRASIL-FRANÇA (18 DE ABRIL DE 2000)

Está sendo realizada em Brasília, entre os dias 17 e 19 de abril corrente, a II Reunião da Comissão Geral Brasil-França, mecanismo de diálogo e orientação do relacionamento bilateral criado pelo Acordo-Quadro de Cooperação assinado pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac em maio de 1996.

A delegação brasileira é chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e a delegação francesa, pelo Ministro delegado

para a Cooperação e a Francofonia, Charles Josselin. Mais de cinquenta funcionários de ambos os Governos participam dos trabalhos da Comissão Geral.

Tal como previsto no Acordo-Quadro de Cooperação, estão em curso as seguintes reuniões no âmbito da Comissão Geral:

- Consultas Políticas, em reuniões de trabalho entre os dois Ministros e altos funcionários do Itamaraty e do Quai d'Orsay;
- Comissão Econômica;
- Comissão Cultural e Lingüística; e
- Comissão Científica, Tecnológica e Técnica.

A reunião de Brasília dá seqüência aos trabalhos iniciados na I Reunião da Comissão Geral, em Paris, em novembro de 1997, sob a presidência dos Ministros Luiz Felipe Lampreia e Hubert Védrine. A realização da II Reunião deve contribuir para o aprofundamento e fortalecimento da parceria entre Brasil e França, tal como idealizada pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac.

Na tarde do dia 19 de abril, os Ministros Luiz Felipe Lampreia e Charles Josselin participarão da sessão plenária de encerramento da II Reunião da Comissão Geral Brasil-França, ocasião em que será assinada a ata final do encontro.

Relacionamento Brasil-França

As relações bilaterais mantêm bom nível de entendimento e coordenação, impulsionado pela sucessão de contatos presidenciais desde 1996 (duas visitas de Estado, encontro do Oiapoque). Podem ser apontadas quatro áreas de excelência na relação bilateral: coordenação política em relação a diversos temas e situações da agenda internacional e nas Nações Unidas; intensificação dos investimentos franceses no

Brasil, cujo estoque já ultrapassou a marca dos 7 bilhões de dólares; cooperação transfronteiriça, que se intensifica e se diversifica, com impacto concreto e imediato nas relações entre a Guiana Francesa e o Amapá; cooperação na área educacional, científica e tecnológica, cuja tradição remonta à missão artística de 1816 e à fundação da USP em 1934.

O diálogo presidencial tem tido seqüência no nível ministerial. Os Ministros das Relações Exteriores dos dois países mantêm contatos regulares (o Ministro Hubert Védrine veio ao Brasil em setembro de 1999 e o Ministro Luiz Felipe Lampreia visitou a França em outubro de 1999). Os Secretários-Gerais também mantêm diálogo freqüente no âmbito do mecanismo de consultas políticas (reuniões realizadas em fevereiro e outubro de 1999; próxima reunião prevista para o segundo semestre do corrente ano). No passado recente, houve visitas dos Ministros brasileiros da Educação, da Fazenda, do Trabalho e da Ciência e Tecnologia e das seguintes autoridades francesas: Secretário de Estado para o Comércio Exterior, Jacques Dondoux (novembro de 1998); Secretário de Estado do Ultramar, Jean-Jack Queyranne (março de 1999); e Ministro da Educação, Claude Allègre (abril de 1999).

Na área econômica, o comércio bilateral tem-se mantido no patamar dos 3 bilhões de dólares (com um déficit para o Brasil de quase 800 milhões de dólares). Estima-se que o estoque total de investimentos franceses no País tenha crescido cerca de 200% nos últimos 6 anos. Entre os principais investidores destacam-se os grupos Carrefour, EDF (eletricidade), Usinor (siderurgia), Alcatel (telecomunicações e eletrônica), Rhône-Poulenc (química), Saint-Gobain (vidros), Accor (turismo) e as montadoras Renault e Peugeot.

**Comércio bilateral (em
US\$ milhões FOB)**

	1995	1996	1997	1998	1999
Exportações	1.038	912	1.112	1.230	1.199
Importações	1.381	1.343	1.666	1.987	1.991
Saldo	343	431	554	757	798

**Estoque total de investimentos
(em US\$ milhões)**

até 1995	até 1997	até 1998	até 1999
2.7000	4.200	6.000	7.000

Fonte: MDIC

Estimativa com base em dados do Banco Central e das Câmaras bilaterais de Comércio

**O BRASIL NA FEIRA DE BASILÉIA 2000
(20 DE ABRIL DE 2000)**

Terá lugar na Basileia, na Suíça, entre os dias 28 de abril e 7 de maio próximos, a Feira de Amostras da Basileia (MUBA 2000). Neste ano, o Brasil foi escolhido como país tema e estará retratado em um pavilhão alusivo aos 500 Anos do Descobrimento.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), em parceria com a Embraer, terá um estande institucional de 500 m², que mostrará o Brasil como um país tecnologicamente moderno e, ao mesmo tempo, retratará sua riqueza natural. A aproximação do Brasil com a Suíça estará representada na figura de Emílio Goeldi, cientista suíço-brasileiro. A exposição apresentará três módulos distintos: o Módulo Museu Goeldi, o Módulo Brasil e o Módulo da Embraer.

O primeiro módulo trata da vida e obra do cientista suíço-brasileiro Emílio Goeldi, com a exposição, também, de peças do artesanato

indígena da região amazônica. Além disso, os visitantes do estande poderão assistir a um filme sobre o Museu Goeldi. No segundo módulo, o Módulo Brasil, a ênfase será dada à região amazônica nos dias de hoje. Nessa parte do estande, os visitantes poderão andar sobre um lago de vitórias régias artificiais onde serão projetadas imagens da região. Em telões, haverá a exposição de imagens do Brasil em geral e, principalmente, da Amazônia. O estande apresenta, também, desenhos técnicos e cartográficos produzidos por Alexandre Rodrigues Ferreira, cientista brasileiro pioneiro, que, no século XVIII, realizou expedições à Amazônia. O terceiro módulo mostrará a tecnologia de fabricação dos aviões da Embraer. Serão projetadas, em telões, imagens dos aviões produzidos pela empresa, bem como expostas maquetes dos diversos tipos de aviões da Embraer.

ACORDO BRASIL-MÉXICO (26 DE ABRIL DE 2000)

No último dia de 19 de abril, os Governos do Brasil e do México concluíram, na Cidade do México, um Acordo para a liberalização do comércio no setor automotivo. Nos termos do Acordo, cuja vigência é de dois anos, ambos países outorgarão uma quota de 40.000 veículos, no primeiro ano, e de 50.000 veículos no segundo ano. Sobre os veículos comercializados dentro dessas quotas incidirá, no Brasil e no México, uma tarifa de 8%.

O objetivo do Acordo, de natureza transitória, é o de assegurar acesso preferencial de produtos automotivos aos mercados brasileiro e mexicano até a conclusão das negociações que se desenvolvem com vistas à celebração de um Acordo de Complementação Econômica, no âmbito da ALADI.

VISITA DO PRESIDENTE DA ITÁLIA AO BRASIL (27 DE ABRIL DE 2000)

O Presidente da República Italiana, Carlo Azeglio Ciampi, realizará visita de Estado ao Brasil entre os dias 9 e 14 de maio de 2000. Sua programação deverá incluir as cidades do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Foz do Iguaçu. O Presidente Ciampi estará acompanhando do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Lamberto Dini, e de expressiva delegação.

No momento em que o Brasil comemora os 500 anos do seu descobrimento, a visita do Presidente Ciampi contribuirá para sublinhar o relevante papel da imigração italiana na formação da identidade nacional brasileira - a comunidade de oriundi (descendentes de italianos) no Brasil, cerca de 25 milhões de pessoas, é a maior do mundo - bem como para fortalecer e aprofundar o diálogo e a cooperação entre os dois países em todos os níveis. A Visita contará com vertentes política, econômica, ambiental e cultural.

O relacionamento entre o Brasil e a Itália vive hoje um dos melhores momentos de sua história. A profunda identificação cultural e o dinâmico intercâmbio econômico proporcionam a base sólida sobre a qual os Governos e as sociedades de ambos os lados do Atlântico vêm desenvolvendo uma parceria moderna, produtiva e mutuamente benéfica.

O diálogo político tem-se beneficiado dos freqüentes contatos de alto nível. Nos últimos três anos, os Chefes de Governo dos dois países mantiveram encontros em quatro ocasiões distintas (duas visitas bilaterais, Cimeira do Rio de Janeiro e o encontro de Florença). No próximo mês de maio, esse diálogo terá seqüência por ocasião da visita do Presidente Ciampi.

A Itália tem sido, nos últimos anos, um dos mais importantes parceiros comerciais do Brasil na Europa e está entre as dez maiores fontes de investimento estrangeiro direto no País. Desde 1997, o fluxo de comércio tem sido superior a 4 bilhões de dólares e estima-se que o estoque total de investimentos italianos tenha crescido cerca de 300% na última década. Não são poucas as empresas italianas que apresentam vendas no Brasil muito superiores àquelas verificadas em seu próprio mercado.

COMEMORAÇÃO DOS 500
ANOS DO DESCOBRIMENTO
DO BRASIL NO EXTERIOR
(27 DE ABRIL DE 2000)

Programação da Embaixada do Brasil em Londres

O Festival Brasil 500 Anos é, no Reino Unido, a iniciativa de maior destaque dentro das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. O Festival compreende um intenso programa de eventos culturais, a serem realizados no decorrer dos anos 2000 e 2001, que oferecerá ao público britânico e europeu a oportunidade de assistir às apresentações de vários dos principais artistas brasileiros.

A programação do Festival inclui, entre outros, eventos nas áreas de música, popular e erudita, dança, teatro, cinema, fotografia, artes plásticas e literatura. Os eventos programados serão realizados em alguns dos principais centros culturais e de lazer do Reino Unido, como o Barbican Centre, o Globe Theatre, o Sadler's Wells, o British Museum, o Riverside Studios, o Millennium Dome, o King's College, a Universidade de Oxford, e o National Film Theater. O ponto culminante do Festival será nos meses de julho e agosto de 2000, período

em que estará concentrada uma parcela significativa da programação.

O Festival Brasil 500 Anos propiciará uma oportunidade única de celebrar no Reino Unido a diversidade cultural e artística do país. O Festival contribuirá para divulgar a riqueza da realidade brasileira e despertar o público britânico e europeu para uma melhor compreensão do Brasil, de sua história e de seu futuro.

O Festival foi concebido no âmbito de um Comitê, denominado Comitê Brasil 500 Anos, cujo Presidente de Honra é o Embaixador do Brasil em Londres. Desde julho de 1999, a coordenação das atividades do Festival tem estado a cargo da Embaixada do Brasil. Dentro dessa função, o papel principal da Embaixada tem sido o de interessar instituições de prestígio do Reino Unido, assim como entidades privadas e parcerias brasileiras, a promoverem os eventos culturais previstos no Festival.

EXPOSIÇÃO EM HOMENAGEM AO
ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA
(02 DE MAIO DE 2000)

Em comemoração aos 40 anos de Brasília, a exposição de fotografias "Brasília - De 0 aos 40" será inaugurada nesta quinta-feira, dia 4, às 19:00 horas na Sala de Exposições do Palácio do Itamaraty. O diplomata e fotógrafo brasileiro Joaquim Paiva e os fotógrafos estrangeiros Robert Polidori e Todd Eberle são os autores das 80 fotografias expostas.

As fotos de Joaquim Paiva, datadas entre 1970 e 1973, mostraram a cidade em seu início e, em particular, o Núcleo Bandeirante, a primeira área de Brasília a ser ocupada. Em contraposição, as fotos do francês Polidori e do estadunidense Eberle, datadas entre 1998 e 1999, retratam a atualidade.

Especializados em arquitetura, os fotógrafos Robert Polidori e Todd Eberle já expuseram suas fotos na conceituada galeria nova-iorquina Robert Muller Gallery entre 1998 e 1999 quando foi apresentado projeto sobre Brasília e sua arquitetura. O evento foi objeto de matérias importantes nas revistas Art in America e New Yorker. As mesmas fotos serão mostradas pela primeira vez no Brasil no Palácio do Itamaraty.

A exposição tem o patrocínio da TELECENTROSUL e fica aberta ao público no Palácio do Itamaraty de 5 a 24 de maio, nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, das 9 às 19:00 horas; sábados e domingos, de 9 às 18:00 horas. A entrada é franca.

1ª CONFERÊNCIA SOBRE
FEDERALISMO COOPERATIVO,
GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA
(08 DE MAIO DE 2000)

A Secretaria de Assuntos Federativos da Secretaria-Geral da Presidência da República, com o apoio do *Forum of Federations* (organização não-governamental sediada em Ottawa, Canadá) e da Assessoria de Relações Federativas do Itamaraty, está promovendo a 1ª Conferência sobre Federalismo Cooperativo, Globalização e Democracia, a ser realizada nos dias 9, 10 e 11 de maio, no auditório do Palácio Itamaraty.

A Conferência será aberta amanhã, às 10h, com as presenças do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Secretário-Geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, e do Presidente do *Forum of Federations*, Ralph Lysyshyn.

Além da participação de diversos especialistas estrangeiros (Índia, Canadá, Estados Unidos, China, Argentina, México, entre outros), a Conferência congregará acadêmicos e políticos brasileiros para uma ampla discussão sobre o federalismo no Brasil.

LANÇAMENTO DE SELO
COMEMORATIVO DOS DOIS ANOS
DO SISTEMA BRAZILTRADENET,
DO MANUAL “EXPORTAÇÃO
PASSO-A-PASSO” E DA SEÇÃO
“TENDÊNCIAS DE MERCADO
(09 DE MAIO DE 2000)

Em cerimônia que se realizará no dia 11 de maio, quinta-feira, às 12 horas, na Sala dos Tratados do Palácio Itamaraty, em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, lançará o manual “Exportação Passo-a-Passo”, elaborado pela equipe do Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty, em cooperação com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de um manual eletrônico, que estará disponível na BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br), com informações e esclarecimentos sobre as vantagens, etapas e procedimentos relacionados com a exportação. Por intermédio do manual, o usuário poderá ter acesso direto, via *hyperlinks*, a outros *sites*, no Brasil e no exterior, de interesse para a atividade exportadora.

Na mesma ocasião, será inaugurada a seção “Tendências de Mercado” da BrazilTradeNet, que apresenta análise quantitativa das tendências das exportações brasileiras e da demanda, no exterior, por produtos brasileiros. A nova seção identifica mercados com maior

potencial para a colocação de produtos brasileiros selecionados e possibilita, assim, a definição de estratégias de exportação por parte das empresas brasileiras. O Itamaraty pretende, com o novo serviço, contribuir para o aproveitamento, pelas empresas brasileiras exportadoras, dos fluxos comerciais mais dinâmicos do mercado mundial, e para o aumento da eficiência e da competitividade do setor exportador.

A partir do dia 11 de maio, a BrazilTradeNet terá também um novo desenho, com o objetivo principal de tornar o sistema mais atraente para os seus usuários, no Brasil e no exterior.

Para marcar o início dos novos serviços, o Ministro Luiz Felipe Lampreia e o Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga Filho, lançarão, na oportunidade, selo comemorativo dos “Dois Anos do Sistema BrazilTradeNet”. O selo insere-se na programação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) referente aos atos comemorativos dos 500 anos do descobrimento.

EMBRAER-BOMBARDIER (10 DE MAIO DE 2000)

1. Foram divulgados ontem, dia 9, os relatórios com as recomendações dos “panels” reconvidados para examinar a adequação das medidas implementadas pelos dois Governos às recomendações anteriores, tal como confirmadas ou alteradas pelo Órgão de Apelação da OMC, acerca das modalidades de assistência recebidas pela Bombardier e pela Embraer.

2. É a partir desta data que começam a correr prazos para eventuais ações futuras das partes, seja na forma de solicitação de autorização para suspender concessões, seja na forma de recurso ou apelação das novas recomendações,

nos termos das disposições pertinentes do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC.

3. Causa surpresa e estranheza que o Governo canadense tenha decidido, já no próprio dia 9, anunciar a intenção de encaminhar ao Órgão de Solução de Controvérsias pedido de “contramedidas” comerciais com o declarado objetivo de interromper a corrente de comércio no sentido Brasil-Canadá por um período de sete anos, com prejuízos drásticos para as relações bilaterais.

4. Note-se que tal decisão, ditada pela exclusiva determinação de exercer pressão sobre a outra parte, afigura-se ainda mais intempestiva por representar um desrespeito ao acordo (“sequencing arrangement” - em que as partes acordam entre si os prazos nos quais as ações podem ser tomadas na seqüência do processo) pelo qual somente se procederia a novas ações relativas à solução da disputa quinze dias após a data da divulgação dos relatórios, ou seja, em 24 de maio corrente. A decisão teve também o efeito de interromper conversações que estavam em andamento entre os dois Governos com vistas a emendar o “sequencing arrangement”, de maneira a que se pudesse buscar, no âmbito bilateral, uma solução negociada para a questão.

5. No curso dessas conversações, a parte canadense foi alertada para as conseqüências negativas que poderiam advir de qualquer atitude precipitada que pudesse indicar a perspectiva de aplicação de sanções de valor extravagante, as quais, sem qualquer benefício para as duas empresas concorrentes, trariam prejuízos de grande monta para setores que nada têm a ver com a controvérsia.

6. Foi também alertada para o fato de que um acordo para modificar “sequencing arrangement” teria que ser objetivo, centrado unicamente na necessidade de modificar os prazos originalmente previstos, e não

um contrato de adesão a pré-condições que tolheriam direitos brasileiros e antecipariam eventuais resultados do esforço negociador.

7. Foi claramente indicado, finalmente, ao lado canadense que um anúncio nos termos do que foi feito ontem poderia dificultar ou mesmo inviabilizar a disposição brasileira de buscar alternativas que visassem justamente impedir uma escalada irracional da controvérsia, capaz de ensejar contra-retaliações e outras medidas danosas ao relacionamento econômico-comercial em diferentes áreas.

8. Sem prejuízo do que precede, o Brasil mantém sua oferta, que é também um direito seu como Membro da OMC, de acordar com o Canadá uma emenda ao “sequencing arrangement”. Em prazos mais dilatados, os dois países poderiam concertar formas de assegurar a conformidade da assistência recebida pelas empresas com as recomendações emanadas dos “panels” em relação a contratos futuros e/ou compromissos. Uma dessas formas poderiam ser, por exemplo, concessões tarifárias, que resultem em benefícios de acesso para outros setores que participam do comércio bilateral.

VISITA OFICIAL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA DA ARMÊNIA, SENHOR
VARTAN OSKANIAN, AO BRASIL
(15 DE MAIO DE 2000)

Realiza visita oficial ao Brasil, no período de 14 a 16 de maio corrente, o Ministro das Relações Exteriores da República da Armênia, Senhor Vartan Oskanian. O Ministro Oskanian cumpre programação na cidade de São Paulo, que reúne parcela significativa da colônia armênia no Brasil, e também na Capital Federal, onde se encontrará com altas autoridades brasileiras.

Em São Paulo, além de encontros com representantes da comunidade armênia no Brasil, estimada em cerca de 40 mil integrantes, entre imigrantes e seus descendentes, o Ministro das Relações Exteriores da República da Armênia se encontrará com o Vice-Governador daquele Estado, Dr. Geraldo Alkmin.

Em Brasília, o visitante será recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República, Dr. Marco Antonio de Oliveira Maciel, e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. Manterá reunião de trabalho com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que o receberá com almoço.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Armênia em 1992, em seguimento ao quadro de mudanças políticas no conjunto do antigo Leste europeu. Não há Embaixada brasileira residente, sendo a representação exercida cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Moscou. A atual representante brasileira junto à Erevan, Embaixadora Thereza Quintella, entregou cartas credenciais em 06 de outubro de 1995.

A visita do Chanceler Vartan Oskanian contribuirá para o adensamento das relações bilaterais, possibilitando um mais amplo conhecimento entre os dois países, além da identificação de áreas de interesse mútuo para cooperação.

VISITA DO MINISTRO DA ECONOMIA
DE PORTUGAL - CONVENÇÃO
SOBRE BITRIBUTÇÃO
(15 DE MAIO DE 2000)

O Ministro da Economia de Portugal, Joaquim Augusto de Pina Moura, realiza

entre os dias 14 e 17 de maio corrente visita de trabalho ao Brasil, a terceira em menos de um ano e meio. O Ministro Pina Moura -que ocupa neste semestre a presidência do Conselho de Ministros de Assuntos Econômicos da União Européia- será recebido em Brasília pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo Vice-Presidente Marco Maciel e pelos Ministros das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia e da Fazenda, Pedro Malan.

Na noite de hoje, o Ministro Pina Moura participará, no Rio de Janeiro, de reunião de trabalho promovida pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais, da qual participarão representantes do empresariado e de outros setores da sociedade brasileira.

Os Ministros Pina Moura e Lampreia assinarão, às 17h de amanhã (16 de maio de 2000), a nova Convenção para Evitar a Dupla Tributação da Renda, que substitui convenção firmada em 1976.

A convenção será o segundo acordo importante assinado pelos Governos do Brasil e de Portugal no ano das comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento. Em 22 de abril de 2000, o Ministro Luiz Felipe Lampreia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, assinaram em Porto Seguro, na presença dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. O Tratado, instrumento fundamental do relacionamento Brasil-Portugal, estabelece as estruturas básicas da consulta entre os Governos dos dois países, encampa o estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, regula o reconhecimento recíproco de graus e títulos acadêmicos e dispõe sobre o acesso a profissões e seu exercício.

O novo quadro jurídico-institucional do relacionamento deverá contribuir

significativamente para aprofundar ainda mais o intercâmbio luso-brasileiro, que vive hoje um dos melhores momentos de sua história. Até 1995, o estoque total de investimentos portugueses no Brasil limitava-se a USD 350 milhões; em 1997, não ultrapassava USD 1 bilhão e, hoje, supera os USD 7 bilhões (crescimento de quase 2.000% em menos de cinco anos).

PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO VISITA
HANNOVER, BERLIM E PARIS
(16 DE MAIO DE 2000)

1 - Inauguração, em Hannover, da exposição universal “Expo 2000” e do Pavilhão do Brasil (31 de maio e 1 de junho de 2000). O Presidente Fernando Henrique Cardoso participa, como convidado de honra do Governo alemão, das cerimônias oficiais de inauguração da Exposição Universal de Hannover 2000 e do Pavilhão do Brasil.

2 - Reunião de Seguimento sobre Governança Progressiva - *Progressive Governance*, Berlim (2 e 3 de junho de 2000). O Presidente da República participa da segunda rodada de debates sobre formas de governança progressiva que congregará, nos dias 2 e 3 de junho, dezesseis Chefes de Estado ou de Governo em Berlim, sob a coordenação do Chanceler Federal da Alemanha.

3 - Visita de trabalho a Paris, França (4 e 5 de junho). O Presidente Fernando Henrique Cardoso manterá encontros de trabalho em Paris no dia 5 de junho com o Presidente Jacques Chirac e com o Primeiro-Ministro Lionel Jospin.

NOTA A IMPRENSA (TENTATIVA
DE GOLPE NO PARAGUAI)
(19 DE MAIO DE 2000)

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grave preocupação, da tentativa de golpe de estado ocorrida na noite de ontem em Assunção. Tendo seguido os acontecimentos em contato com as autoridades paraguaias, o Embaixador do Brasil em Assunção condenou a sublevação, juntamente com os demais representantes diplomáticos dos países do Mercosul.

O Governo brasileiro manifesta sua veemente condenação a essa aventura impensada que pôs em risco as instituições e o processo democrático no Paraguai e saúda o comportamento responsável das Forças Armadas, da Polícia e da cidadania, que permitiu que o Governo do Presidente González Macchi sufocasse rapidamente o movimento, sem perdas de vida.

O Brasil repudia qualquer atitude que ameace a vigência das instituições democráticas naquele país vizinho, reitera sua invariável solidariedade e apoio - fiel aos compromissos assumidos no âmbito do Mercosul - à causa da democracia no Paraguai e sua plena disposição de continuar respaldando os esforços pela consolidação da democracia e de suas instituições nesse país irmão.

NOTA A IMPRENSA (OPAQ)
(22 DE MAIO DE 2000)

A V Conferência dos Estados Partes da Convenção para a Proibição das Armas Químicas (CPAQ), realizada de 15 a 19 de maio corrente, decidiu, por consenso, renovar

o mandato do Embaixador José Maurício Bustani como Diretor-Geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) para o período de 2001 a 2005. O fato inusitado de a decisão ter sido tomada com um ano de antecedência é revelador do reconhecimento pelos Estados Partes da valiosa contribuição do Embaixador José Maurício Bustani para a consecução dos objetivos da CPAQ e para a consolidação da Organização.

Com sede na Haia (Países Baixos), a OPAQ foi criada em 1997 para implementar a Convenção para a Proibição das Armas Químicas (CPAQ).

Trata-se de instrumento jurídico internacional modelar e inovador na área do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa, em razão de seu caráter não-discriminatório e de sua vocação universal. Entre seus objetivos estão a destruição e a proibição das armas químicas e a verificação do cumprimento das obrigações previstas na Convenção. Para o cargo de primeiro Diretor-Geral da OPAQ, foi eleito, em 1997, pela I Conferência dos Estados Partes, o Embaixador José Maurício Bustani. Desde então, o Embaixador Bustani tem dados mostras de competência, profissionalismo e firme empenho na implementação da CPAQ.

Nesse sentido, tem-se destacado pelos esforços que desenvolve em prol da universalização da Convenção. É consensual que seu empenho pessoal tem largamente contribuído para a ampliação do número de Estados Partes na CPAQ. Tendo partido de 87 Estados Partes fundadores, a Organização conta hoje com 135 membros. Com vistas a assegurar a implementação da Convenção, a OPAQ logrou realizar, desde 1997, sob a direção-geral do Embaixador Bustani, mais de 700 inspeções, em 350 locais, tendo testemunhado a

destruição de mais de um milhão de contêineres de munições, bem como de 4.000 toneladas de agentes de guerra química.

O Governo brasileiro manifesta sua satisfação com a renovação do mandato do Embaixador José Maurício Bustani como Diretor-Geral da OPAQ.

Ademais de revelar a confiança renovada que os Estados Partes depositam na condução da Organização pelo Embaixador Bustani, sua recondução consensual é emblemática da credibilidade de que goza a diplomacia brasileira no campo do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa.

VISITA DO PRESIDENTE DO CONSELHO
DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, SENHOR
IEGOR STROEV, AO BRASIL
(23 DE MAIO DE 2000)

Visitará oficialmente o Brasil, no período de 24 a 26 de maio corrente, o Presidente do Conselho da Federação da Rússia e Governador da Região de Oriol, Senhor Iegor Stroev. O Presidente do Conselho da Federação cumprirá programação na cidade do Rio de Janeiro, e também na Capital Federal. O visitante será acompanhado de delegação de alto nível, dela constando entre outras autoridades o Governador da Região de Vladimir, Senhor Nikolai Vinogradov, o Governador da Região de Perm, Senhor Guennadi Iguminov, o Governador da Região de Briansk, Senhor Iuri Lodkin, e o Governador da Região de Arkhangelsk, Senhor Anatoli Iefremov.

No Rio de Janeiro, a comitiva avistar-se-á com o Governador do Estado, Senhor Anthony Garotinho. Em Brasília, o visitante será recebido em audiência respectivamente pelo Senhor Vice-Presidente da República, Marco

Maciel, e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Presidente do Conselho da Federação da Rússia manterá ainda encontros com o Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães, e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer.

O Conselho da Federação da Rússia é a Câmara Alta do Parlamento russo. A Câmara Baixa é constituída pela Duma de Estado. No Conselho da Federação, que poderia ser comparado ao Senado Federal brasileiro, têm assento dois representantes de cada uma das 89 unidades constituintes da Federação da Rússia: os respectivos Chefes do Executivo e Legislativo locais.

A Federação da Rússia é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa Central e do Leste, estando o Brasil na mesma situação com relação à Rússia na América Latina. A realização, em 22 e 23 de abril de 1999, em Brasília, da primeira reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, constituiu momento significativo e oportuno no sentido de sistematizar e orientar a atuação dos dois governos para a promoção das relações bilaterais. A instalação da Comissão de Alto Nível, prevista para ocorrer este ano em Moscou, proporcionará respaldo a tais esforços.

SITUAÇÃO DO SENHOR LUIS
GUILLERMO PINEDA
(26 DE MAIO DE 2000)

No dia 22 do corrente, o Senhor Luis Guillermo Pineda, de nacionalidade venezuelana, solicitou asilo ao Governo brasileiro, por meio da Embaixada do Brasil

em Caracas, sob a alegação de que, por haver feito denúncias contra autoridades de seu país, estaria sendo vítima de ameaças e temia por sua vida.

A Embaixada do Brasil entrou em contato com as autoridades venezuelanas e foi informada serem infundados os temores do Senhor Pineda, podendo ele deixar o país a qualquer momento e para lá retornar quando assim fosse sua vontade.

Ademais, o Governo venezuelano prontamente ofereceu, caso o Senhor Pineda mantivesse seu desejo de viajar para o Brasil, todos os meios disponíveis para garantir sua integridade física no percurso entre o prédio da Embaixada, onde se encontrava, até o embarque no aeroporto internacional de Caracas.

À luz dessas informações, o Senhor Pineda tomou a decisão de viajar ao Brasil, onde reside um de seus irmãos, na qualidade de turista e por meios próprios, tendo chegado na manhã de hoje a São Paulo. A Embaixada do Brasil em Caracas acompanhou seu embarque, que transcorreu normalmente.

PROFESSORA RUTH CARDOSO
DEFENDERÁ POSIÇÃO BRASILEIRA EM
REUNIÃO DA ONU SOBRE A MULHER
(26 DE MAIO DE 2000)

Na entrevista que concederá à imprensa na segunda-feira (29 de maio) às 12:30h - na sala de *briefings* do Itamaraty - a professora Ruth Cardoso vai antecipar os pontos principais da posição brasileira que, na qualidade de presidente do Comitê Nacional Beijing+5, apresentará no dia 7 de junho em Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU.

Antecedentes:

Em 19 de outubro de 1999, foi instalado pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, no Palácio Itamaraty, em Brasília, o Comitê Nacional de preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU que procederá, em junho de 2000, em Nova York, à avaliação da implementação da Plataforma de Ação que emanou da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995.

Criado por Decreto Presidencial, o Comitê Nacional é presidido pela professora Ruth Cardoso e integrado por doze peritas em questões de gênero, da área governamental, do Congresso e da sociedade civil. O Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty exerce as funções de Secretaria Executiva do Comitê Nacional. Nessa condição, o Diretor-Geral do DHS e a Chefe da Divisão de Temas Sociais têm mantido estreito e contínuo contato com a Presidente do Comitê e suas participantes.

O Comitê Nacional já celebrou cinco reuniões. As três primeiras trataram da identificação das peculiaridades brasileiras nas chamadas áreas críticas, que mereceram da comunidade internacional grande ênfase na Plataforma de Ação de Pequim, e da busca de informações, estudos e dados sobre elas. Por decisão do Comitê Nacional, nessas três primeiras reuniões, duas consultoras foram contratadas para trabalhar na consolidação de dois textos que tratam das questões de gênero no Brasil, em particular no que diz respeito à violência contra a mulher, à não discriminação da mulher no trabalho, à sua educação e qualificação para o trabalho, a seu acesso ao poder, a sua saúde, à mulher e a mídia.

Tais textos, complementados por informações e dados compilados pelas consultoras, conformarão as respostas do

Governo brasileiro, em consulta com a sociedade civil, a um questionário preparado pelas Nações Unidas. Constituirão, ainda, a base de um documento nacional a ser apresentado às Nações Unidas e aos demais países signatários da Declaração de Pequim. Os documentos nacionais constituirão subsídios para que a Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU aprecie a implementação da Plataforma de Ação de Pequim desde 1995.

A quinta reunião do Comitê Nacional, realizada em 1º de fevereiro, constituiu-se numa troca de idéias com representantes de movimentos de mulheres, tais como a Associação Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, a Social Democracia Sindical, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste do Brasil e o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. O texto que fora parcialmente examinado pelo Comitê Nacional foi distribuído aos movimentos de ONGs presentes. Por meio de um roteiro do texto fornecido, foram discutidos os tópicos considerados mais relevantes e salientados outros, que mereceriam maior destaque. O Movimento Articulação de Mulheres teria, também, texto com base nas perguntas do questionário, o qual não foi, contudo, fornecido ao Comitê Nacional por não estar concluído. Movimentos representados no encontro ofereceram à Secretaria Executiva do Comitê Nacional suas contribuições ao texto de resposta ao questionário da ONU.

No âmbito regional, representantes do Comitê Nacional participaram de conferência preparatória à Sessão Especial sobre Pequim + 5, sob a égide da CEPAL, realizada no mês de fevereiro, em Lima, no Peru. A delegação brasileira foi chefiada pela representante do Ministério das Relações Exteriores no Comitê Nacional e composta pela Presidente do

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e outras duas integrantes do Comitê, além de representantes de duas ONGs.

No âmbito internacional, membros do Comitê Nacional participaram, no mês de março, em Nova York, de Reunião do Comitê Preparatório para a Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas (Pequim + 5). A delegação foi igualmente chefiada pela representante do Ministério das Relações Exteriores no Comitê Nacional e composta por membros do Governo e da sociedade civil.

O Seminário sobre “As Novas Faces do Feminismo e os Desafios para o Século 21”, promovido em 18 de abril pelo Comitê Nacional, deu continuidade à primeira troca de idéias e percepções com a sociedade civil, ao propor o exame de eventual nova agenda das questões de gênero. Vários temas foram identificados como novos desafios. Os resultados do debate poderão ser utilizados pela delegação brasileira como subsídios para discussões sobre iniciativas adicionais, a serem adotadas pela comunidade internacional, com vistas à obtenção da igualdade de gênero.

VISITA OFICIAL AO BRASIL
DA SENHORA MINISTRA DE
RELAÇÕES EXTERIORES DO
CHILE, SOLEDAD ALVEAR
(27 DE MAIO DE 2000)

A Ministra de Relações Exteriores do Chile, senhora Soledad Alvear, realizou visita oficial ao Brasil no dia 26 de maio do corrente, reunindo-se com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

Nesta primeira visita ao Brasil, a Ministra Alvear apresentou os fundamentos da política

externa do Governo do Presidente Ricardo Lagos, tanto no plano das relações com os países vizinhos quanto nos âmbitos regional e hemisférico. A Ministra Alvear destacou de modo especial a necessidade de fortalecer os excelentes vínculos com o Brasil, país com o qual o Chile, ao longo de sua história, mantém e aprofunda uma relação bilateral privilegiada, bem como de buscar consensos e coordenar posições comuns para enfrentar os desafios e oportunidades oferecidas pelos processos de integração regional e de globalização. Nesse contexto a Ministra Alvear destacou que o Brasil e os demais países do MERCOSUL representam para o Chile uma prioridade estratégica.

Os Chanceleres do Chile e do Brasil concordaram em reafirmar os valores, princípios e práticas democráticas, o respeito às liberdades fundamentais e aos direitos humanos, assim como a visão que compartilham a respeito do futuro do continente e da comunidade internacional. No mesmo sentido, ratificaram a convicção de seus respectivos Governos no sentido de que a democracia, juntamente com o desenvolvimento social e a educação de seus povos, constituem o fundamento de um progresso econômico sólido e estável.

Nessa ocasião os Chanceleres concordaram em expressar sua preocupação e enérgica condenação às tentativas de subversão da ordem constitucional por meio de levantamentos armados, reafirmando que em nossa região não há lugar para os que assim procedem. A América Latina somente progredirá em paz e alcançará seu desenvolvimento e cooperação intra-regional sobre a base da estabilidade dos regimes democráticos.

Durante a reunião, ambos Ministros analisaram em profundidade a ampla agenda bilateral e concordaram em coordenar seus esforços para continuar a desenvolvê-la,

com vistas a responder às necessidades e perspectivas por ela oferecidas e os benefícios que estas podem trazer para suas respectivas nações.

Concordaram em que a relação bilateral atravessa um momento de expansão, estimulada tanto pelas amplas coincidências de ambos Governos no campo dos valores quanto pelos importantes empreendimentos recíprocos que os setores privados do Chile e do Brasil têm levado a cabo.

No que diz respeito à agenda econômico-comercial, comprovou-se o excelente nível alcançado nesse âmbito. Ambos Chanceleres expressaram a vontade política de dar um impulso adicional ao comércio bilateral, eliminando barreiras que ainda dificultam sua expansão. Do mesmo modo, comprometeram-se a continuar aprofundando a abertura econômico-comercial, atendendo à necessidade de contar com procedimentos transparentes e regras de caráter geral que evitem práticas discricionárias, e que sejam capazes de incrementar as oportunidades de comércio e investimentos.

Durante as conversações ambos Ministros concordaram em revisar o Acordo de Transporte Marítimo vigente entre os dois países, para adequá-lo às atuais demandas e exigências do comércio bilateral e internacional.

Verificaram, ainda, a necessidade de dar impulso às conversações destinadas à elaboração de um acordo para evitar a bitributação, com vistas a estimular os investimentos. Com esse objetivo, o Chile fez a entrega de uma proposta de convênio, para que esta seja enviada às autoridades competentes, e cujas negociações terão início durante a segunda quinzena do mês de agosto do corrente ano.

Ao examinar as relações do MERCOSUL com o Chile, ambos Chanceleres manifestaram

sua satisfação pelas conquistas já obtidas e reafirmaram o compromisso de seus Governos com a ampliação e aprofundamento de tais relações, com vistas a aperfeiçoar a associação do Chile ao MERCOSUL.

Com esse propósito, e tendo em mente a clara vontade política manifestada pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Ricardo Lagos, os Chanceleres coincidiram quanto à importância de acelerar o Programa de Liberalização do Acordo MERCOSUL-Chile, de ampliar e aprofundar a participação chilena no âmbito institucional do MERCOSUL, no quadro de seu relançamento, bem como de aperfeiçoar a coordenação das posições em negociações econômico-comerciais externas em curso. Expressaram ainda a relevância que conferem à conclusão das negociações em curso nos Grupos de Trabalho estabelecidos pela Comissão Administradora do Acordo. Ambos Chanceleres destacaram também a importância da plena participação do Chile nos trabalhos do Grupo de Alto Nível de Coordenação de Políticas Macroeconômicas como um passo de suma relevância para que sejam alcançados os objetivos compartilhados pelo MERCOSUL e pelo Chile.

Os Chanceleres do Chile e do Brasil prometeram ainda empenhar seus melhores esforços no sentido de obter avanços significativos na infra-estrutura física da região, bem como de telecomunicações e de integração energética, elementos de particular importância para a conformação de um espaço econômico ampliado no Cone Sul do continente.

Os Chanceleres ressaltaram, nesse contexto, a importância da próxima reunião de Presidentes da América do Sul, como instância privilegiada para o tratamento de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos de nossa região.

No mesmo sentido, destacaram a importância que atribuem aos programas de cooperação

bilaterais e regionais projetados e em execução. Fizeram especial menção aos projetos de integração física, particularmente os que se referem às conexões terrestres entre as costas dos oceanos Atlântico e Pacífico, cujas obras civis possibilitarão um trânsito mais fluido de pessoas e mercadorias em ambos sentidos, incorporando extensas e importantes áreas do continente ao processo de desenvolvimento.

Nas áreas de ciência e tecnologia, educação, saúde, segurança e defesa, reiteraram a intenção de ambos Governos de executar os programas de cooperação bilateral vigentes e projetados com absoluta transparência, visando a projetar seus benefícios aos demais países da região.

Durante as reuniões de trabalho que mantiveram os Ministros houve acordo em atribuir singular importância à visita que proximamente fará ao Brasil o Excelentíssimo Senhor Presidente do Chile, Ricardo Lagos. Nessa oportunidade ambos Presidentes abordarão em conjunto as perspectivas favoráveis que a relação bilateral entre Chile e Brasil oferece ao processo de integração bilateral e regional.

Ambos Chanceleres trocaram opiniões sobre a situação mundial e coincidiram em conferir especial importância aos esforços da comunidade internacional para a reconstrução do Timor Leste e para a criação de um Estado soberano fundado em princípios democráticos e também naqueles estabelecidos na Carta das Nações Unidas.

A Ministra reuniu-se também com o Ministro da Fazenda do Brasil, Pedro Malan, para tratar de assuntos de interesse comum no âmbito econômico e analisar diversos temas relativos ao processo de incorporação plena do Chile ao MERCOSUL.

Durante a visita da Senhora Ministra de Relações Exteriores do Chile ao Brasil, foram realizadas ainda reuniões de trabalho entre o Diretor-Geral de Relações Econômicas

Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Chile e o Subsecretário Geral de Integração Econômica e Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e com o Representante Especial do Presidente da República para Assuntos do MERCOSUL, com o objetivo de examinar o atual estágio do comércio bilateral e regional, favorecendo a fluidez dos intercâmbios, além de analisar diversas matérias relativas ao processo de incorporação plena do Chile ao MERCOSUL.

A Chanceler do Chile fez ainda uma visita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, quando foram abordados temas relativos à relação bilateral e à situação da América do Sul. A Chanceler aproveitou ainda a oportunidade para transmitir ao Presidente Fernando Henrique Cardoso as saudações do Presidente Ricardo Lagos e do povo chileno.

A Ministra de Relações Exteriores do Chile agradeceu a generosa acolhida durante a visita, e expressou esperar retribuí-la em uma futura visita ao Chile do Chanceler Lampreia.

COMUNICADO A RESPEITO DAS ELEIÇÕES NO PERU (27 DE MAIO DE 2000)

O Governo brasileiro vem acompanhando com preocupação a evolução dos fatos recentes relacionados ao processo eleitoral peruano. Nesse contexto, fez contatos com os principais atores políticos no Peru, bem como com a OEA, tendo sempre presente o espírito construtivo e os vínculos muito estreitos que unem o Brasil àquele País irmão.

O Governo brasileiro espera que o processo eleitoral transcorra em clima de serenidade e de respeito aos princípios da democracia e que reflita de maneira inequívoca a vontade do povo peruano.

XXX ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA (30 DE MAIO DE 2000)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, deverá chefiar a Delegação brasileira à XXX Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que se realizará em Windsor, Canadá, de 4 a 6 de junho próximo.

O temário do encontro cobre diversos campos de atuação da Organização, tais como o da proteção dos direitos humanos, do fortalecimento das instituições democráticas, da segurança hemisférica, bem como do combate ao abuso de drogas, terrorismo, crime organizado e degradação ambiental.

A exemplo do ocorrido nos últimos anos, a XXX Assembléia-Geral da OEA será precedida da realização de um “Diálogo Informal de Chefes de Delegação”, no qual serão debatidos os seguintes temas: “Segurança Humana nas Américas” e “Reestruturação do Sistema Interamericano à luz das Cúpulas das Américas: fortalecimento e modernização da OEA”.

Durante o referido Diálogo Privado dos Chanceleres, serão igualmente discutidos itens relativos à preparação da “III Cúpula das Américas”, a realizar-se em abril de 2001, na cidade de Québec.

BRASIL RECEBE MATERIAL MILITAR DESATIVADO DOS ESTADOS UNIDOS (02 DE JUNHO DE 2000)

Em cerimônia realizada em Washington, nesta data, os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América celebraram, por Troca de Notas entre a Embaixada do Brasil e o Departamento de Estado, um acordo que permitirá a transferência para o Brasil, em base

concessional, de material militar desativado de propriedade das Forças Armadas norte-americanas. Também se prevê o fornecimento de assistência técnica e serviços correlatos.

Conhecido como “Acordo 505” – em referência à sessão de mesmo número do Foreign Assistance Act, o mencionado instrumento legal já foi assinados pelos Estados Unidos com outros 86 países. No Brasil, o texto deverá agora ser submetido à aprovação do Congresso Nacional, requisito necessário a sua entrada em vigor.

Entre os tópicos contemplados no acordo, inclui-se o compromisso do Governo brasileiro, aplicável somente aos materiais e serviços doados pelo Governo norte-americano ao amparo do Acordo 505, de não repassar tais equipamentos de defesa a terceiros, de garantir a devida segurança desse material e de eventualmente autorizar sua verificação, a ser feita sempre de comum acordo.

VICE-PRESIDENTE ABRE
SEMINÁRIO “RELAÇÕES ENTRE
O BRASIL E O MUNDO ÁRABE:
CONSTRUÇÃO E PERSPECTIVAS
(05 DE JUNHO DE 2000)

O Vice-Presidente da República, Marco Maciel - que abre amanhã às 9 horas, no Palácio Itamaraty seminário sobre as relações entre o Brasil e o mundo árabe - disse que o evento representa “oportunidade ímpar para que se avalie o estado atual de nosso relacionamento com esses países e, sobretudo, para que se revitalizem os laços

de nossa tradicional amizade”.

Para Marco Maciel, as políticas em curso no Brasil não esquecem os desafios e oportunidades que a globalização está trazendo ao país e que, como contrapartida, exigem o fortalecimento das relações do Brasil com seus parceiros e amigos. No caso do relacionamento árabe-brasileiro, salientou, “os novos desafios estão acompanhados por perspectivas promissoras, tanto aqui quanto lá”.

O Seminário “Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: Construção e Perspectivas”, que se realizará amanhã e depois, contará com a participação de quarenta conferencistas brasileiros e árabes (autoridades governamentais, empresários, jornalistas e intelectuais).

No decorrer de suas sessões serão avaliados diversos aspectos do relacionamento entre o Brasil e os países árabes, inclusive os relacionados à ampliação da cooperação e do comércio.

“Fatos positivos têm-se sucedido no processo de conciliação entre os povos do Oriente Médio, e o Brasil acompanha com especial interesse e satisfação os avanços na construção da paz, segurança e estabilidade na região. A pacificação propiciará, certamente, a intensificação das relações brasileiras com todos os países da área, com benefícios às nossas respectivas sociedades”, salientou também o Vice-Presidente da República.

O seminário é organizado pelo Departamento de África e Oriente Próximo (DAOP), pela Fundação Alexandre de Gusmão e pelo Conselho dos Embaixadores Árabes em Brasília.

PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE
NA XIV CÚPULA DO GRUPO
(08 DE JUNHO DE 2000)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso participará da XIV Cúpula do Grupo do Rio que será realizada em Cartagena das Índias, Colômbia, nos dias 15 e 16 de junho de 2000. A Cúpula será precedida de Reunião de Ministros das Relações Exteriores, no dia 14, e de Reunião de Coordenadores Nacionais, nos dias 12 e 13. A Cúpula de Cartagena será a primeira a contar com a presença dos mandatários da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, que passam a integrar o Grupo do Rio, a partir do presente ano, como membros plenos.

Anteriormente, a presença dos países centro-americanos no Grupo do Rio era assegurada por meio da participação nos encontros anuais de um Chefe de Estado da sub-região em representação dos demais.

Durante a referida Cúpula, está prevista a realização de sessão de trabalho, em que serão tratados pelos mandatários os seguintes temas: reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional; preparação da Cúpula e Assembléia do Milênio, no âmbito das Nações Unidas, em setembro próximo; e “segurança humana”, conceito que se refere a políticas que buscam garantir um nível mínimo de bem-estar ao indivíduo, situado no centro do processo de desenvolvimento.

PRISÃO DO GENERAL OVIEDO
(12 DE JUNHO DE 2000)

Em atenção a pedido do Governo do Paraguai e em cumprimento a ordem emanada

do Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal prendeu ontem o General Lino Oviedo, que havia sido condenado pela justiça paraguaia e estava foragido em Foz do Iguaçu.

O General Oviedo permanecerá preso, à disposição do Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se que o Governo do Paraguai apresente a documentação necessária ao julgamento da extradição, por aquele mesmo Tribunal.

O PROFESSOR ANTÔNIO AUGUSTO
CANÇADO TRINDADE FOI
REELEITO PARA O CARGO DE JUIZ
DA CORTE INTERAMERICANA
DE DIREITOS HUMANOS
(13 DE JUNHO DE 2000)

O Professor Antônio Augusto Cançado Trindade foi reeleito para o cargo de Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos no último dia 06 de junho, durante a XXX Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Windsor, no Canadá. Por contar com o apoio maciço dos 24 países votantes, a eleição do Professor Cançado Trindade, atual Presidente da Corte Interamericana, deu-se por aclamação.

A recondução do jurista brasileiro a novo mandato na Corte Interamericana significa o reconhecimento do notável trabalho como seu Presidente, na primeira oportunidade em que um brasileiro assumiu a presidência de tribunal internacional, além de ser o corolário de uma trajetória acadêmica e profissional dedicada à causa dos direitos humanos e ao desenvolvimento jurídico da política brasileira nessa área.

O Governo brasileiro atribui grande relevância ao sistema regional de proteção e promoção dos direitos humanos, do qual a Corte Interamericana é a mais alta instância, por entender que o aperfeiçoamento e o fortalecimento do sistema são essenciais para a consolidação dos ideais de democracia, liberdade e justiça em nosso Continente.

PRESIDENTES DA COMUNIDADE
ANDINA APÓIAM INICIATIVA DO
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO DE CONVOCAR REUNIÃO
DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL
(13 DE JUNHO DE 2000)

Celebrou-se em Lima, nos últimos dias 9 e 10 de junho, a XII Reunião do Conselho Presidencial Andino, à qual compareceram os Presidentes da Bolívia, Hugo Banzer; da Colômbia, Andrés Pastrana; do Peru, Alberto Fujimori, da Venezuela, Hugo Chávez, e do Equador, Gustavo Noboa. No curso da reunião, os referidos mandatários expressaram “decidido apoio à iniciativa do Governo de realizar, no dia 31 de agosto, Reunião de Presidentes da América do Sul”.

A informação foi prestada ontem (12) ao Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, pelo Embaixador do Peru no Brasil, Eduardo Ponce-Vivanco. O Embaixador peruano entregou ao Chanceler brasileiro cópia da “Declaração de Lima”, na qual consta a decisão dos mandatários andinos de apoiar a Cúpula presidencial de Brasília.

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE
ALTO NÍVEL BRASIL-RÚSSIA
(14 DE JUNHO DE 2000)

A visita oficial do Vice-Presidente Marco Maciel à Federação da Rússia, no período de 21 a 24 de junho, tem como objetivo principal demonstrar o interesse brasileiro em desenvolver relações mais abrangentes com esse país e ampliar o diálogo político e diplomático com uma das mais importantes nações do mundo.

Durante a visita, será realizada a reunião da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia, que constitui o foro mais elevado de diálogo, concertação política e monitoramento do conjunto das relações bilaterais. Cite-se que a Rússia possui esse foro apenas com os EUA, a França, a China e a Ucrânia. Os dois países dispõem ainda de dois eficazes instrumentos de diálogo e processamento de sua interação recíproca, subordinados à Comissão de Alto Nível: a Comissão de Assuntos Políticos e a Comissão Intergovernamental de Cooperação. O primeiro - chefiado pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, Embaixador Ivan Cannabrava e pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Georgui Mamedov - já se reuniu em três oportunidades, em Moscou e em Brasília, revelando-se instrumento de grande utilidade no plano do diálogo político e debate sobre os grandes temas mundiais.

A Comissão Intergovernamental de Cooperação teve sua primeira reunião plena em abril de 1999 em Brasília, tendo sido chefiada pelo lado brasileiro, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, e, pelo lado russo, pelo Ministro da Administração do

Governo (função equivalente à de Ministro-Chefe da Casa Civil). Essa comissão, que constitui o braço técnico das principais iniciativas bilaterais, se subdivide em seis subcomissões: Cooperação Econômica, Financeira e Comercial; Cooperação Científica e Tecnológica; Cooperação Energética; Cooperação Espacial; Cooperação Técnico-Militar; e Relações entre Unidades Federativas brasileiras e russas. A reunião de 1999 apresentou bons resultados de identificação de oportunidades, tendo contado com maciço comparecimento das duas partes.

Os dois países depositam grande expectativa nos resultados da I Reunião da Comissão de Alto Nível, a realizar-se em 22 de junho de 2000, pelo que representará de consolidação do esforço recente de parte a parte de elevar o patamar do relacionamento bilateral, muito prejudicado no período imediatamente posterior ao desmembramento soviético. A reunião da Comissão de Alto Nível examinará os aspectos mais importantes do relacionamento bilateral, bem como as ações concretas a partir da reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação que teve lugar em abril de 1999.

Após a reunião, está prevista a assinatura pelo Senhor Vice-Presidente de dois novos atos jurídicos: o Tratado sobre as Relações de Parceria e o Plano de Ação-Conjunta Brasil-Rússia, condizentes com o perfil dos dois países no atual cenário internacional. Estão igualmente prontos para assinatura o Acordo sobre Quarentena Vegetal e o Memorando de Entendimento sobre cooperação na troca de informações relativas ao combate às receitas financeiras ilícitas, a ser celebrado

entre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF/MF) e o Ministério das Finanças da Rússia.

Os dois primeiros instrumentos cobrem o campo eminentemente político: o Tratado de Relações de Parceria determina os termos das relações entre os dois países, com ênfase na interação no cenário mundial: a coordenação em organizações internacionais, em especial nas Nações Unidas, e a colaboração nos campos do desarmamento e da preservação ambiental, além do desenvolvimento de contatos entre as estruturas regionais a que pertencem os dois países. O segundo ato estabelece os parâmetros gerais que deverão nortear a cooperação bilateral nas áreas econômica, comercial, científica, técnica e tecnológica e outras afins.

Além da primeira reunião da Comissão de Alto Nível, que será precedida de encontro de trabalho com o Primeiro-Ministro Mikhail Kasyanov, o Vice-Presidente deverá ser recebido pelo Presidente Vladimir Putin e manter encontros com os Presidentes do Conselho da Federação da Rússia, da Duma, da Corte Suprema de Justiça e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Está prevista ainda a realização de “workshop” sobre “Comércio Bilateral e Perspectivas de sua Ampliação”, na manhã de quinta-feira, dia 22, a ser inaugurado pelo Vice-Presidente.

O Vice-Presidente da República será acompanhado pelo Chefe de Gabinete da Vice-Presidência da República, Dr. Roberto Parreira; pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; pelo Diretor-Geral do Departamento da Europa, Embaixador Marcelo Jardim;

pelos Presidentes da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF-MF); e pelos Diretores da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

No quadro da visita, importante missão empresarial brasileira manterá contatos com setores governamentais da Federação da Rússia, em esforço buscando a ampliação do intercâmbio comercial bilateral. Será realizado na ocasião seminário sobre a possibilidade de utilização de sinergias em várias áreas, a ser aberto pelo Vice-Presidente da República, e que terá lugar na Câmara de Comércio e Indústria da Federação da Rússia.

MATÉRIAS SOBRE MAPA DO BRASIL UTILIZADO EM ESCOLAS NOS EUA (14 DE JUNHO DE 2000)

A propósito de recentes matérias publicadas pela imprensa brasileira sobre a utilização, em escolas norte-americanas, de mapas do Brasil nos quais a Amazônia e o Pantanal figurariam como “áreas de controle internacional”, o Itamaraty esclarece que tal informação é inverídica: não há qualquer evidência de que tais mapas existam.

Desde que tomou conhecimento do assunto, por meio de carta publicada pelo jornal *Ciência Hoje Eletrônico*, a Embaixada do Brasil em Washington procurou averiguar se a alegação tinha alguma base real.

Verificou então que a própria signatária daquela carta, questionada sobre suas fontes de informação, enviara nova correspondência ao mesmo jornal, que a publicou, desculpando-se pelo erro de divulgar informação sobre a

qual não tinha confirmação e que, conforme assinalou, provavelmente não era verdadeira. O “Brazil Center” da Universidade do Texas, ao qual chegou a ser atribuída a origem da notícia sobre os mapas, também desmentiu que aquela entidade tivesse tido qualquer responsabilidade a esse respeito.

Apesar dessas manifestações, referências aos mapas continuaram a circular na internet, não tendo sido possível, até o momento, identificar com precisão a verdadeira fonte do que parece não ser mais do que uma iniciativa de desinformação.

PRÊMIO PRÍNCIPE DE ASTURIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (14 DE JUNHO DE 2000)

O juri do Prêmio Príncipe Asturias de Cooperação Internacional anunciou hoje, 14 de junho, a sua decisão de conferir o galardão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os prêmios Príncipe de Asturias são concedidos anualmente pela Fundação que leva o mesmo nome, criada em 1980 com o objetivo de contribuir para a promoção dos valores científicos, culturais e humanísticos, considerados como patrimônio universal. O prêmio é destinado, segundo os estatutos da Fundação, a homenagear “o trabalho científico, técnico, cultural, social e humano realizado por pessoas, equipes de trabalho ou instituições no âmbito internacional”. O Prêmio Príncipe de Asturias de Cooperação Internacional é concedido “à pessoa, grupo de trabalho ou instituição de qualquer país do Mundo cujo desempenho, ao transcender as fronteiras nacionais, tenha contribuído, de forma exemplar, para o conhecimento mútuo,

o progresso e a fraternidade entre as Nações.”

Esse é o sexto dos oito prêmios Príncipe de Asturias a ser concedido no ano 2000. Já receberam, neste ano, o galardão, o semiólogo e escritor italiano Umberto Eco, na categoria “Comunicação e Humanidades”, os cientistas que identificaram o vírus da AIDS, Luc Montagnier e Robert Gallo, na categoria “Investigação Científica e Técnica”, o cardeal arcebispo de Milão, Don Carlo María Martini, na categoria “Ciências Sociais”, o escritor guatemalteco Augusto Monterroso, na categoria “Letras” e a soprano norte-americana Barbara Hendricks, na categoria “Artes”. Os prêmios “Concórdia” e “Esportes” deverão ser anunciados em setembro próximo.

O prêmio, a ser entregue em cerimônia presidida pelo Príncipe de Asturias, prevista para ter lugar em outubro próximo, na cidade espanhola de Oviedo, consiste de 5 milhões de Pesetas, uma escultura de Joan Miró, um diploma e uma insígnia.

Em comunicado com data de hoje, o jurado do Prêmio, presidido pelo Doutor Francisco Pinto Balsemão, “expressa seu reconhecimento ao Presidente Cardoso pelo seu esforço constante, dentro e fora do Brasil, em favor dos valores democráticos, o aperfeiçoamento das instituições e da busca de progresso e bem estar da população. Igualmente se quis destacar seus esforços em prol da cooperação regional na América de Sul e seu papel de liderança prudente e equilibrada no processo de integração dos países do MERCOSUL. A visão de estadista de Fernando Henrique Cardoso pode também ser confirmada pelo estímulo e desenvolvimento da cultura, manifestos no seu empenho de promover o ensino da língua portuguesa nos países da região e do idioma espanhol no Brasil, o que abrirá fronteiras ao melhor conhecimento e cooperação entre as comunidades que falam as duas línguas.”

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE AO CHANCELER DA SÍRIA (14 DE JUNHO DE 2000)

O Vice-Presidente da República divulgou a seguinte mensagem de condolências ao Chanceler Faourk Al-Charaa por ocasião do falecimento do Presidente sírio, Hafez Al Assad:

“Consternado pela notícia do falecimento do Presidente Hafez Al Assad, desejo manifestar sinceras condolências a Vossa Excelência e à ilustre família do grande líder desaparecido.

O Presidente Hafez Al Assad, que soube desempenhar com sabedoria e habilidade política suas altas funções, conquistou o respeito internacional e o afeto do seu povo.

Estou seguro de que o legado do Presidente Hafez Al Assad contribuirá para fortalecer ainda mais os laços especiais que unem desde longa data os povos sírio e brasileiro.

Mais alta consideração.

Marco Maciel

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil”.

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO PRESIDENTE AO CHANCELER DA SÍRIA (14 DE JUNHO DE 2000)

O Presidente da República divulgou a seguinte mensagem de condolências ao Chanceler Faourk Al-Charaa por ocasião do falecimento do Presidente sírio, Hafez Al Assad:

“Profundamente consternado, recebi a notícia do falecimento do Presidente Hafez Al

Assad. Desejo manifestar, em nome do povo e do Governo brasileiros e no meu próprio, sinceras condolências a Vossa Excelência e ao povo sírio pela irreparável perda.

Manifesto a minha sincera homenagem ao líder e estadista de grande expressão mundial, que marcou de maneira indelével os destinos da Síria e da Nação árabe.

Recordo a valiosa contribuição do povo sírio para a formação da Nação brasileira e enalteço o trabalho do Presidente Hafez Al Assad para o estreitamento de nossos tradicionais e fraternais laços de amizade.

Estou seguro de que essas privilegiadas relações continuarão a se fortalecer cada vez mais, trazendo benefícios para nossos povos.

Mais alta consideração.

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil”.

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS
DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES AO
CHANCELER DA SÍRIA
(14 DE JUNHO DE 2000)

O Ministro das Relações Exteriores divulgou a seguinte mensagem de condolências ao Chanceler Faourk Al-Charaa por ocasião do falecimento do Presidente sírio, Hafez Al Assad:

“É com profundo pesar que apresento a Vossa Excelência as minhas condolências pelo falecimento de Sua Excelência o Presidente Hafez Al Assad. Muito agradeceria fosse transmitido à ilustre família o meu sincero sentimento de solidariedade pela irreparável perda.

Ao prestar homenagem ao ilustre estadista desaparecido, manifesto o meu reconhecimento por suas grandes qualidades de liderança, que marcaram profundamente os destinos da Síria e da Nação árabe.

Mais alta consideração.

Luiz Felipe Lampreia
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil”.

NOVA ZELÂNDIA TERÁ
EMBAIXADA EM BRASÍLIA
(15 DE JUNHO DE 2000)

O Ministério das Relações Exteriores recebeu com grande satisfação o comunicado do Governo da Nova Zelândia, em 15 de junho corrente, sobre a abertura, em outubro de 2001, de sua Embaixada em Brasília, o que certamente elevará a novo patamar a relação entre os dois países.

Desde a abertura da Embaixada brasileira em Wellington, em 1997, tem-se verificado grande incremento das relações bilaterais, cuja densidade pode ser confirmada pela série recente de visitas de nível ministerial e por dois encontros entre o Senhor Presidente da República e a Primeira-Ministra Helen Clark - em março último, em Santiago, e em junho corrente, em Berlim. O Governo da Nova Zelândia tem demonstrado especial interesse pela América Latina e pela intensificação dos laços com o Brasil.

O Brasil e a Nova Zelândia têm um histórico de excelentes relações no plano multilateral. Ambos os países são membros do Grupo de Cairns e atuam em conjunto na busca de regras claras que assegurem maior equilíbrio no comércio internacional de produtos agrícolas.

No âmbito das Nações Unidas, há grande proximidade de posições em temas como

desarmamento e proteção ambiental. A consistência das posições defendidas por ambos os países na área de desarmamento e não-proliferação nuclear tem possibilitado atuação convergente no marco da coalizão da “Nova Agenda” (Brasil, África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia), grupo de países não-nuclearmente armados e que não são membros de alianças militares.

SEGUIMENTO DA CÚPULA DE COPENHAGUE (23 DE JUNHO DE 2000)

Será realizada, no período de 26 a 30 de junho de 2000, em Genebra, Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas intitulada “A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e o Futuro: Assegurando o Desenvolvimento Social para Todos em um Mundo Globalizado”. Participará da Sessão Especial Delegação brasileira chefiada pelo Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, Embaixador Gelson Fonseca Junior, e composta por membros do Governo e da sociedade civil

A Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social realizou-se em Copenhague, em 1995. Os três temas centrais objeto de discussão durante o evento foram a erradicação da pobreza, a promoção do pleno emprego e da integração social. Da Cúpula emanaram uma Declaração e um Plano de Ação, integrado por 10 compromissos que os Governos signatários assumiram com vistas a promover o desenvolvimento social em seus países. Na ocasião, o Brasil apresentou relatório nacional elaborado pelo Governo com a participação da sociedade civil, no qual foram contemplados os temas centrais de Copenhague.

Realizada a Cúpula de Copenhague, a Assembléia Geral das Nações Unidas, naquele mesmo ano, decidiu fosse a implementação dos resultados da Conferência avaliada em uma Sessão Especial.

A Sessão Especial que ora se prepara também deverá reafirmar os compromissos assumidos pelos Governos na Declaração e no Programa de Ação de Copenhague, assim como identificar os progressos e os obstáculos encontrados, propor ações concretas e iniciativas adicionais destinadas a incentivar os esforços em direção a uma completa e efetiva implementação dos resultados da Cúpula.

Com o objetivo de preparar e coordenar as posições brasileiras para a referida Sessão Especial, foi criado pelo Senhor Presidente da República, em 9 de setembro de 1999, Comitê Nacional presidido pelo Assessor Especial do Gabinete da Presidência da República, Professor Vilmar Faria, e integrado por oito peritos em questões sociais, da área governamental e da sociedade civil.

O Comitê Nacional celebrou várias reuniões, durante as quais se tratou de identificar os avanços alcançados e as dificuldades encontradas na implementação no Brasil dos compromissos de Copenhague e de buscar informações, estudos e dados sobre a situação social do país. O Comitê promoveu, ainda, Seminário que constituiu oportunidade para troca de idéias e percepções com a sociedade civil sobre o seguimento, no Brasil, da agenda social estabelecida na Cúpula de Copenhague. O Seminário, que também forneceu subsídios para a participação brasileira na Sessão Especial sobre Copenhague+5, foi aberto pelo Professor Vilmar Faria e contou com a participação de representantes do Governo e da sociedade civil, inclusive da academia e de ONGs.

O Comitê elaborou relatório nacional para apresentação às Nações Unidas e aos demais países signatários da Declaração de

Copenhague, por ocasião da Sessão Especial. Alguns exemplares do relatório estarão disponíveis na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O texto estará igualmente à disposição na página eletrônica do Ministério das Relações Exteriores, a partir do dia 26 de junho de 2000, nas versões em português e inglês.

EMBAIXADA DO VIETNAM
EM BRASÍLIA
(23 DE JUNHO DE 2000)

O Ministério das Relações Exteriores recebeu com grande satisfação o comunicado do Governo da República Socialista do Vietnam sobre a abertura, ainda este ano, de sua Embaixada em Brasília, o que certamente elevará a novo patamar a relação entre os dois países e permitirá a consolidação das bases do relacionamento bilateral, favorecendo o conhecimento mútuo quanto às respectivas realidades internas e regionais.

Brasil e Vietnam estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Desde a abertura da Embaixada brasileira em Hanói, em 1994, tem-se verificado grande incremento das relações bilaterais. Os contatos havidos desde então têm demonstrado o interesse de ampliar o diálogo político entre os dois países, e evidenciado ampla coincidência de percepções quanto a temas da agenda multilateral. Esta impressão foi reforçada durante a visita, em outubro de 1995, do Presidente Le Duc Anh ao Brasil, primeiro país da América do Sul a ser visitado por um Presidente vietnamita. A evolução das trocas comerciais, os contatos na esfera parlamentar e as perspectivas de ampliação da cooperação, em atividades tais como as do setor de energia elétrica,

são alguns exemplos que estão a demonstrar não apenas o quanto já avançamos, mas o potencial a ser conjuntamente desenvolvido.

O Governo brasileiro atribui grande importância ao estreitamento das relações com o Vietnam e vem acompanhando com interesse o processo de modernização da economia do país. O papel construtivo desempenhado pela diplomacia vietnamita em favor da crescente inserção do Vietnam na comunidade internacional permitirá a ampliação do leque de oportunidades para a cooperação bilateral nos campos econômico-comercial, cultural, científico-tecnológico, que será intensificada com a instalação da representação diplomática em Brasília.

EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA
DÆDALUS SOBRE O BRASIL
(27 DE JUNHO DE 2000)

A revista *Daedalus*, publicada pela “American Academy of Arts and Sciences”, atinge um público altamente qualificado de professores universitários, intelectuais, empresários, agentes governamentais, com larga influência na formação da opinião pública norte-americana.

Em 1995, seu editor enviou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso proposta de um número especial, dedicado ao Brasil. A Presidência da República indicou a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Itamaraty, como coordenadora do projeto.

Em 1998, a convite da FUNAG, “brasilianistas” e representantes do mundo acadêmico brasileiro reuniram-se no Rio de Janeiro com o professor Stephen Graubard, editor da revista. Nesse encontro, escolheram-se os temas que seriam abordados na futura

publicação e os possíveis autores dos ensaios. Em julho de 1999, realizou-se a “Reunião dos Autores”, em que os esboços dos ensaios foram apresentados e discutidos por autores, seus pares, o editor e o presidente da Fundação Alexandre de Gusmão.

Os autores escolhidos foram Leslie Bethell, diretor do Centro de Estudos Brasileiros na Universidade de Oxford; Simon Schwartzman, diretor do Instituto de Pesquisas Sociais e Políticas Públicas do Rio de Janeiro e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); José Murilo de Carvalho,

professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Peter Fry, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Núcleo Interdisciplinário de Estudos das Diferenças (NIED); Paulo Sérgio Pinheiro, professor de ciências políticas e diretor do Centro de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; Alfred Stepan, professor da Universidade de Colúmbia; Elisa P. Reis, professora do Instituto de Filosofia e

Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Luciano Martins, sociólogo e atualmente embaixador do Brasil em Cuba; Celso Lafer, professor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; José Sérgio Leite Lopes, antropólogo do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Patrícia Birman e Márcia Pereira Leite, respectivamente antropóloga e socióloga, ambas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Cláudio de Moura Castro, assessor-chefe para assuntos educacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington; Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W.B. de Almeida, ambos antropólogos,

ela professora na Universidade de Chicago e ele na Universidade de Campinas (Unicamp); Albert Fishlow, economista senior da Violy, Byorum and Partners e professor visitante da Yale School of Management; e Marcos Sá Correa, jornalista.

O projeto concretizou-se com a edição, em maio, do número especial “Brazil: Burden of the Past. Promise of the Future.”, resultado de cooperação entre a Dædalus, a FUNAG, o Projeto MRE-BID e o Banco Itaú, que deu seu patrocínio ao projeto.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, MARÍA SOLEDAD ALVEAR VALENZUELA

A Ministra das Relações Exteriores do Chile, María Soledad Alvear Valenzuela, realiza visita oficial a Brasília na próxima sexta-feira, dia 26 do corrente. Em sua primeira viagem ao Brasil desde a posse no cargo, em março último, a Chanceler chilena pretende apresentar as linhas básicas da política exterior do Presidente Ricardo Lagos, com ênfase nas relações bilaterais com o Brasil e nas iniciativas de integração no âmbito regional.

A Chanceler Soledad Alvear chega a Brasília na noite do dia 25, quinta-feira, e no dia seguinte, às 11h30, será recebida no Itamaraty pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para uma reunião de trabalho na qual serão tratados os principais temas da agenda bilateral e regional. Em seguida, a Chanceler será condecorada com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

FORÇA AÉREA
BRASILEIRA—FAB REALIZARÁ,
NOS PRÓXIMOS DIAS, VÔO PARA
MOÇAMBIQUE, TRANSPORTANDO
10 (DEZ) TONELADAS DE
AJUDA HUMANITÁRIA

Por determinação do Senhor Presidente da República, a Força Aérea Brasileira—FAB realizará, nos próximos dias, vôo para Moçambique, transportando 10 (dez) toneladas de ajuda humanitária, na forma de medicamentos doados pelo Ministério da Saúde, os quais correspondem a necessidades indicadas por aquele País.

O Brasil, desta forma, participará do esforço internacional de assistência a Moçambique, país irmão e membro da CPLP.

O Governo brasileiro não poderia ficar alheio ao sofrimento causado pelas maiores enchentes já ocorridas naquela região, deixando milhares de desabrigados e um número, até agora apenas estimado, de centenas de mortos.

O GOVERNO BRASILEIRO
ACOMPANHA COM PREOCUPAÇÃO
A ESCALADA DE VIOLÊNCIA QUE
VEM CAUSANDO BAIXAS CIVIS E
MILITARES NO
LÍBANO E A DESTRUIÇÃO DA
INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA
ELÉTRICA EM BEIRUTE,
TRÍPOLI E BAALBEK

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a escalada de violência que vem

causando baixas civis e militares no Líbano e a destruição da infra-estrutura de energia elétrica em Beirute, Trípoli e Baalbek.

O Governo brasileiro lamenta profundamente que as expectativas promissoras de evolução negociada no Oriente Médio, que contam com o decidido apoio de toda a comunidade internacional, estejam ameaçadas pela violência. Por isso, apela às partes envolvidas para que renunciem ao uso da força e retomem, com urgência, os esforços de busca da paz regional.

Ao reiterar a sua repulsa à violência e a todas as formas de terrorismo, o Governo brasileiro reafirma seu entendimento de que, na consolidação do processo negociador, deve ser levado em consideração o direito do povo libanês à soberania e à independência, conforme previsto nas resoluções internacionais sobre a matéria, em especial a 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

SEMINÁRIO DE TREINAMENTO
EM TÉCNICAS E PRÁTICAS DE
PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS

Será realizado no período de 27 a 29 de junho corrente, na Sala de Exposições do Palácio Itamaraty, em Brasília, o “Seminário de Treinamento em Técnicas e Práticas de Promoção de Investimentos”.

O evento tem como público-alvo os operadores e técnicos dos Pontos Focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI) do Ministério das Relações Exteriores. Constituídos mediante convênios com o Itamaraty, os Pontos Focais do SIPRI abrangem quase todo o território nacional. Funcionam dentro das estruturas de federações estaduais de

indústria, secretarias estaduais e municipais da área econômica, seções estaduais do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outras instituições. A BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br), sítio do Itamaraty destinado à promoção de exportações e investimentos, é utilizada para veicular as oportunidades de negócios da rede SIPRI.

O seminário de treinamento realiza-se no quadro de projeto de cooperação técnica mantido entre o Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty e o Advisory Services on Investment and Technology (ASIT) da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), lançado oficialmente durante a X UNCTAD, realizada em fevereiro último, em Bangkok.

Com base em manual de treinamento elaborado pelo ASIT/UNCTAD, os operadores do SIPRI receberão orientação, durante o seminário, sobre as seguintes atividades principais:

- como tratar com investidores estrangeiros;
- fatores que influenciam as decisões de investimento e a escolha dos locais para investir;
- estratégias para atrair o investidor estrangeiro;
- programas de *marketing*;
- parcerias na busca de investimento;
- práticas exitosas em matéria de promoção de investimentos, em outros países.

Participarão do seminário, como palestrantes e instrutores, o consultor Pedro da Motta Veiga, Presidente da Sociedade

Brasileira das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET), consultores do ASIT/UNCTAD, da Agência de Promoção de Investimentos da França, do Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP), bem como representantes do DPR, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e outros órgãos de Governo com atuação na área de investimentos.

BUYBRAZIL: *SITE* BRASILEIRO
GRATUITO PARA PROMOÇÃO
DE EMPRESAS BRASILEIRAS
NO EXTERIOR

O Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do Brasil na Malásia acabam de lançar um *showroom* virtual (www.buybrazil.org), com o objetivo de promover no mercado mundial, de forma gratuita, os produtos de pequenas e médias empresas brasileiras com potencial exportador, inicialmente nos segmentos de vestuário, software, mobiliário, artesanato, jóias e brinquedos. As empresas interessadas em participar do *showroom* virtual deverão contactar a Divisão de Informação Comercial, por intermédio de suas entidades de classe, no seguinte endereço: dic@mre.gov.br.

O buybrazil vem somar-se aos serviços proporcionados pela BrazilTradeNet (www.braziltradenet.mre.gov.br), rede de promoção de exportações e captação de investimentos estrangeiros diretos, mantida pelo Itamaraty, e cuja utilização também é gratuita.

COMUNICADO DO MERCOSUL,
BOLÍVIA E CHILE SOBRE A
SITUAÇÃO NA ÁUSTRIA

Os Estados Membros do Mercosul, Bolívia e Chile acompanham com particular atenção os atuais acontecimentos na Áustria.

Nesse sentido, tomaram conhecimento da Declaração feita pelas novas autoridades austríacas sobre o respeito aos princípios e valores vigentes na União Européia e manifestam sua aspiração comum no que se refere ao pleno cumprimento do expressado nessa Declaração.

Reiteram também que a plena vigência das instituições democráticas, do Estado de Direito e a preservação e consolidação dos direitos humanos são condições essenciais para o desenvolvimento dos processos de cooperação e integração entre as regiões e nações do mundo.

ARTIGOS

ARTIGO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA. “O MERCOSUL E AS ELEIÇÕES NA ARGENTINA, NO CHILE E NO URUGUAI” (CARTA INTERNACIONAL Nº 85 - ANO VIII - MARÇO DE 2000)

As recentes eleições presidenciais na Argentina, no Chile e no Uruguai foram objeto de acompanhamento muito próximo por parte da opinião pública brasileira. Uma série de fatores contribuiu para esse nível especial de interesse em relação a processos eleitorais de rotina em três regimes democráticos plenamente consolidados. Em primeiro lugar, a própria coincidência em curto espaço de tempo de eleições em três países vizinhos ou próximos que estão se tornando, cada vez mais, parceiros do governo e da sociedade brasileira na busca de um espaço integrado. Em segundo lugar, as particularidades históricas de cada caso: na Argentina, o fim da era Menem; no Chile, a surpresa diante da possibilidade de que o candidato conservador pudesse vencer a aliança de democratas-cristãos e socialistas que governa o país desde a redemocratização; no Uruguai, a novidade de uma disputa que, pela primeira vez, não se resumiu a uma oposição entre colorados e blancos. Em terceiro lugar, o fato de que essas eleições foram realizadas em um contexto de intenso debate - na esteira da crise econômica que atingiu a América do Sul em 1999 - a

respeito dos rumos de política econômica adotados pelo conjunto da região nos anos noventa (abertura comercial, privatizações, desregulamentação).

Além desses três aspectos, o alto grau de interesse pelas eleições na Argentina, no Chile e no Uruguai foi também alimentado pelo debate em torno do futuro do MERCOSUL e da integração na região.

A sucessão presidencial em dois países membros do MERCOSUL (Argentina e Uruguai) e em país associado (Chile) ocorreu em um momento de crise para o processo de integração sub-regional. O biênio 1998-99 foi o período mais difícil enfrentado pelo MERCOSUL desde sua criação em 1991. O comércio intra-zona, que havia quintuplicado entre 1991 e 1997, parou de crescer em 1998, e teve queda de cerca de 25% em 1999. Essa contração do intercâmbio no ano passado não deixa também de refletir, em alguma medida, deficiências intrínsecas do processo de negociações do MERCOSUL - mas parece evidente que se deveu, antes de tudo, ao próprio quadro de desaceleração econômica no Brasil e em seus parceiros. Ou seja: as

dificuldades do MERCOSUL foram antes uma conseqüência da crise econômica de seus membros do que uma causa dessa mesma crise.

De qualquer modo, sem entrar no mérito dessa questão, o fato é que os debates públicos na Argentina e no Uruguai tenderam muitas vezes a atribuir à “crise do MERCOSUL” boa parcela de culpa, ou até mesmo a principal, pelas dificuldades econômicas enfrentadas naqueles dois países em 1999. Até certo ponto, não chega a surpreender que assim tenha ocorrido, pois o MERCOSUL (sobretudo o Brasil) já chegou a absorver cerca de 1/3 das exportações argentinas, e parcela ainda maior das exportações uruguaias. Ademais, parte considerável dos investimentos externos atraídos por aqueles países está relacionada à perspectiva de avanços no mercado regional ampliado. Quanto ao Chile, a ligação econômica com o MERCOSUL é sabidamente menos relevante para sua economia. Mesmo assim, o padrão de relacionamento com o MERCOSUL não deixou de ser objeto de questionamentos por parte de alguns setores da opinião pública.

Naquele contexto de insatisfações difusas em relação ao MERCOSUL, teria sido natural que a integração regional se tornasse um alvo fácil para todo o tipo de populismo eleitoral. Mesmo em sociedades mais ricas e desenvolvidas, tem sido comum observar que os compromissos internacionais de longo prazo com a liberalização comercial são facilmente sacrificados em razão de interesses de curto prazo de política interna ... Vistas por este ângulo, as eleições presidenciais na Argentina, Chile e Uruguai foram uma demonstração excepcional de responsabilidade e de maturidade política por parte de todas as correntes partidárias. Não se registraram episódios importantes em que candidatos de

situação ou de oposição tenham procurado capitalizar, em benefício próprio, sentimentos de insatisfação em relação ao MERCOSUL ou à integração sub-regional. É natural que, no decurso da campanha, tenham sido feitas propostas de ajustes do MERCOSUL em uma ou outra direção, mas em absolutamente nenhum momento houve propostas de rever a participação dos países na integração sub-regional.

Da mesma forma que no Brasil, observa-se assim que também naqueles países a integração sub-regional (a participação no MERCOSUL, no caso da Argentina e do Uruguai; a associação ao MERCOSUL no caso do Chile) é claramente uma política de Estado, ou, em outras palavras, um política apoiada pelas mais diferentes forças partidárias e segmentos da sociedade. No Brasil, vale recordar, a aproximação com a Argentina e o desenvolvimento do MERCOSUL e da integração sub-regional têm estado no centro das prioridades externas de todos os governos que se sucederam após a redemocratização. As eventuais restrições ao MERCOSUL não põem em dúvida a decisão maior de seguir no rumo do aprofundamento da integração regional.

As eleições na Argentina, no Chile e no Uruguai foram, em suma, não só um momento importante de reafirmação da vitalidade democrática dos países do MERCOSUL e seus associados e do interesse com que as sociedades de cada uma dessas nações acompanham os acontecimentos políticos em vizinhos que são parceiros de um projeto comum de aproximação e integração - mas também um momento importante para reconfirmar que o MERCOSUL e a integração, também naqueles países, são políticas de Estado definidas e estáveis.

ARTIGO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PUBLICADO
EM 1º DE ABRIL DE 2000, NA REVISTA ARGENTINA ARCHIVOS DEL
PRESENTE, INTITULADO “UMA AGENDA DA AMÉRICA DO SUL”

Reunião de Presidentes da América do Sul:

Assistimos nos anos oitenta e noventa a uma reordenação dos espaços políticos e econômicos em todo o mundo, em que sobressai a tendência à formação de espaços regionais ampliados. Na América do Norte, os Estados Unidos, o Canadá e o México assinaram, em 1992, o NAFTA. A APEC, constituída no final dos anos oitenta, passou a reunir nações das orlas americana e asiática do Oceano Pacífico. Na Europa, três membros da EFTA aderiram, em 1995, à UE e hoje os países da antiga órbita socialista estão negociando sua futura admissão nesse grupo.

Essa reordenação de espaços tem-se dado sob um signo positivo: superação de brechas, criação de convergências, busca de interesses comuns. O mesmo tem ocorrido no entorno brasileiro.

Por determinação constitucional, a integração latino-americana é o compromisso mais importante da política externa brasileira. Trata-se de compromisso que reflete sentimentos profundamente enraizados na sociedade.

Com esse espírito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou os demais Chefes de Estado da América do Sul para reunião a ter lugar em Brasília nos dias 31 de agosto e 1 de setembro próximo. Trata-se de iniciativa de caráter inovador e de grande importância

histórica para toda a América Latina e Caribe. A reação dos países vizinhos foi marcadamente positiva.

Nada poderia assinalar de forma mais eloquente o espírito dessa Reunião de Presidentes do que a própria data proposta pelo Brasil. Estaremos realizando-a no mesmo ano em que comemoramos os 500 Anos do País. A carga simbólica é muito intensa. Além de celebrar uma longa tradição de convivência pacífica e harmoniosa do Brasil com os demais países da América do Sul, estaremos conversando sobre uma agenda voltada para o futuro, sobre um destino comum que queremos construir lado a lado.

Em razão da diversidade de nossa região – que representa de resto um fator tão positivo de enriquecimento do conjunto –, o emprego de geometrias variáveis é parte da própria singularidade da integração na América Latina e Caribe.

A composição do Grupo do Rio tem evoluído ao longo dos anos. A ALADI é integrada por dez países sul-americanos, pelo México, e agora, mais recentemente, também por Cuba. Na América do Sul, está em curso, com pleno êxito, o processo de construção do MERCOSUL, de cuja vertente política fazem parte integral a Bolívia e o Chile. A Bolívia, por sua vez, é membro da Comunidade Andina, o outro processo de integração mais

importante da América do Sul. O Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica são, ainda, dois instrumentos igualmente importantes na composição do mosaico de iniciativas de aproximação entre os países da América do Sul. Também na América Central e no Caribe registram-se variadas iniciativas de concertação política e de integração econômico-comercial de caráter sub-regional.

A diversidade e a riqueza desse panorama reflete-se nas estratégias e opções de inserção internacional das várias sub-regiões da América Latina e Caribe. Há uma diferenciação natural. Cada sub-região segue um caminho condizente com suas realidades políticas e econômicas, que se somam ao sentimento comum, sempre presente, de identidade histórica, cultural e humana entre o conjunto da América Latina e Caribe. As Conferências Ibero-americanas são uma manifestação desse sentimento comum projetado no plano extra-regional.

Não se pode deixar de assinalar, nesse ponto, a grande satisfação com que o Brasil acompanha o êxito extraordinário alcançado pelo México em decorrência de sua decisão corajosa e pioneira de buscar, a partir de 1990, a conclusão de acordo de livre comércio com os Estados Unidos. No quadro da implementação do NAFTA, o México tornou-se o mais importante exportador dentre os países da América Latina e Caribe.

O Brasil entende, portanto, que as geometrias variáveis – ou, em outras palavras, a riqueza de imagens que compõem o mosaico do cenário diplomático regional – sempre estiveram na base da integração na América Latina e Caribe. Somadas, as iniciativas particulares contribuem para a solidez e a riqueza do conjunto. Todas convergem para a meta comum da integração do conjunto da

América Latina e Caribe, a ser buscada – como sempre foi – por aproximações sucessivas.

A Reunião de Presidentes da América do Sul será uma oportunidade para consolidar, estruturar e aprofundar a grande diversidade de iniciativas de aproximação entre os países da região sul-americana, nos mais diferentes níveis. Trata-se de refletir na agenda política e diplomática realidades que se foram desenhando no curso dos anos noventa. Em seminário realizado em Lima nos dias 1º e 2 de junho, que contou com a participação de funcionários das Chancelarias dos países da Comunidade Andina, verificou-se uma forte convergência de opiniões a respeito da oportunidade e da conveniência de trabalhar pela consolidação do conceito diplomático de América do Sul. À luz dessa mesma avaliação, e por inspiração do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo brasileiro estará organizando, de 31 de julho a 2 de agosto, em Brasília, seminário acadêmico de alto nível, com a presença de Ex-Presidentes e Ministros, que possibilitará o exame de uma série de aspectos relativos ao temário da Reunião de Presidentes sob o prisma sempre original e valioso da comunidade acadêmica. Está-se programando, ademais, um seminário de acompanhamento dos resultados da Reunião de Brasília a ser organizado pela “Corporación Andina de Fomento” (CAF), em que se buscaria aprofundar a discussão dos temas mais relevantes do encontro presidencial de agosto/setembro.

A iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assim, diz respeito à sistematização de movimentos que já vinham ocorrendo de modo espontâneo e que, doravante, poderão ser mais explorados, maximizando-se seus efeitos positivos para o conjunto dos países sul-americanos.

De sua parte, o Brasil vinha procurando fazer do conceito da América do Sul um elemento operacional para a sua atuação diplomática desde o início dos anos noventa. Em 1992, por exemplo, foi lançada a Iniciativa Amazônica, em complementação ao processo de integração então já iniciado com os países do Cone Sul. À época de sua gestão como Chanceler do Brasil, em 1992-93, o Presidente Fernando Henrique Cardoso referia-se à meta da “organização do espaço sul-americano”

O Itamaraty concebe a busca da organização da convivência no espaço sul-americano como uma tarefa a ser implementada a partir dos processos de integração e outros mecanismos de aproximação já existentes. O MERCOSUL está no centro da visão brasileira de uma América do Sul democrática, pacífica, economicamente próspera e socialmente mais justa, com articulação cada vez maior entre os países da região e entre os mecanismos de integração já existentes.

Com uma velocidade e uma eficácia que poucos imaginaram possível no momento de sua concepção, o MERCOSUL vai-se articulando com todo o continente sul-americano. Após a assinatura em 1996 de acordos de associação com o Chile e a Bolívia, o MERCOSUL buscará retomar em 2000 as negociações com a Comunidade Andina com vistas à formação de uma zona de livre comércio. Essas negociações têm caráter de urgência, pois expiram em agosto de 2001 as preferências tarifárias negociadas em 1999 entre, de um lado, o Brasil, e, de outro, a Comunidade Andina – e o Governo brasileiro não as deseja prorrogar nesse mesmo formato “bilateral” que representa uma “perfuração” indesejável da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL.

Hoje, os países da América do Sul representam o principal mercado para

as exportações brasileiras de produtos manufaturados (cerca de 40% do total em 1998, sendo que apenas o MERCOSUL respondeu por 27% do total). Desde 1992, a Argentina é o segundo mais importante mercado para o País. A região vai-se tornando importante supridora de energia ao Brasil, em processo que cria uma teia de interesses recíprocos de caráter estratégico e que representa garantia de aprofundamento da integração na América do Sul.

Num espaço muito reduzido de tempo, portanto, a partir da formação do Mercado Comum do Sul e do aprofundamento dos vínculos do Brasil com os demais países do continente, foi tomando sentido e conteúdo o conceito de América do Sul, que não figurava na agenda diplomática anterior. Essa importante inovação diplomática está condicionando uma verdadeira redefinição de nossa atuação internacional.

A especificidade geográfica da América do Sul vem conduzindo, de modo natural, à definição de uma agenda comum de desafios e oportunidades. Em uma série de temas, a adoção de um enfoque específico sul-americano mais estruturado aportará um enriquecimento ao processo mais amplo de integração latino-americana e caribenha.

A agenda proposta pelo Brasil para o encontro sul-americano de Brasília indica o tipo de enfoque que se pretende adotar. Não se trata de duplicar a temática debatida em outro foros da América Latina e Caribe, mas sim de selecionar, com espírito pragmático, um número de temas muito limitado em que se impõe uma perspectiva sul-americana: democracia; comércio; infra-estrutura de integração; narcotráfico e delitos conexos; informação, conhecimento e tecnologia.

A “cláusula democrática” do MERCOSUL tornou-se uma importante garantia para

a continuidade institucional nos países signatários. Baseado em seu grande êxito, queremos agora pensar na possibilidade de uma “cláusula democrática” em escala sul-americana. Estaremos também em Brasília reforçando o compromisso dos Governos sul-americanos com a superação dos desequilíbrios sociais que nos afligem a todos; a promoção e proteção dos direitos humanos; e o respeito ao estado de direito. Desejamos promover, no mais tardar até o final de 2001, a assinatura de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Será importante definir fórmulas para, no momento oportuno, vincular o Chile, a Guiana e o Suriname a esses entendimentos. Por todos os motivos, a contigüidade geográfica é elemento determinante para impulsionar a cooperação internacional na área de infra-estrutura de integração. As fronteiras sul-americanas deixaram de constituir elemento de separação e isolamento: tornaram-se um importante elo de ligação entre nossos países que não podemos mais ignorar. Queremos ampliar a malha de ligações viárias e energéticas entre os países da América do Sul. Trabalhar em conjunto significa ampliar as possibilidades de acesso a financiamentos internacionais. Nessa perspectiva, encomendamos ao BID, que estará trabalhando em coordenação com a CAF - entidade financeira que já possui larga trajetória nesse campo -, estudo sobre a ampliação e modernização da infra-estrutura física da América do Sul num horizonte de dez anos. Esse Plano de Ação deverá concentrar-se especialmente nos setores de energia, transportes e comunicações, com vistas a configurar eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social sustentado. O tema do narcotráfico e dos

delitos conexos requer, igualmente, um enfoque sul-americano, tal como o demonstra a atenção da comunidade internacional em relação a esse grave problema em nossa região. Por fim, no tratamento das questões da informação, conhecimento e tecnologia - que estão no centro da nova ordem mundial em gestação -, buscaremos a definição de compromissos objetivos e precisos entre os países da América do Sul. A formação de parcerias simétricas nesse campo é vital para que os países da região possam acompanhar os desenvolvimentos que ocorrem no cenário internacional.

A consolidação do conceito de América do Sul será, portanto, uma contribuição de caráter inédito ao processo de integração latino-americana e caribenha. O fortalecimento de estruturas de cooperação em cada uma das sub-regiões da América Latina e Caribe produz benefícios, também, para o conjunto da região.

Através do aprofundamento dos mecanismos de articulação interna de sua região, os países sul-americanos estarão dando importante contribuição para o fortalecimento de processos de integração mais amplos de que fazem parte, a exemplo do Grupo do Rio ou das negociações com vistas à conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Unida, a América do Sul poderá defender com maior força seus pontos de vista e melhor contribuir para a redução dos desequilíbrios econômicos e sociais que ainda dividem o Hemisfério.

A articulação da América do Sul é, em suma, um jogo em que todos têm a ganhar. O Brasil está trabalhando com prioridade nessa direção, em parceria com os demais países da região.

ARTIGO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR
LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NA GAZETA MERCANTIL EM
23 DE MAIO DE 2000, INTITULADO “EM BUSCA DE NOVOS PARCEIROS NA ÁSIA”

O governo brasileiro está neste momento empenhado em relançar as relações com o Japão em novos patamares, e em abrir novos caminhos de interação bilateral com a Coréia do Sul. A parceria com aqueles países pode - e deve - representar uma importante contribuição para o desenvolvimento nacional.

Em passado ainda recente, o Japão chegou a ser o terceiro parceiro econômico-comercial do Brasil, e esteve envolvido nos anos sessenta e setenta em grandes projetos nas áreas de infra-estrutura e mineração, entre outras. Nos anos oitenta e noventa, contudo, esta relação perdeu gradualmente parte de seu dinamismo, em decorrência de fatores ligados à própria conjuntura interna de cada um dos dois países.

Após as dificuldades que marcaram os anos oitenta e o início dos anos noventa, a economia brasileira retomou em 1993 o caminho do crescimento. A média anual de expansão no quinquênio 1993-97 foi superior a 4%. Naquele momento, contudo, a economia japonesa atravessava fase de estagnação que perdurou até recentemente. Posteriormente, sobreveio em 1998-99 uma nova desaceleração da economia brasileira. Essa seqüência de desencontros prejudicou, naturalmente, as perspectivas de desenvolvimento da parceria entre o Brasil e o Japão. Restringiram-se - ora em um lado, ora em outro, ou em ambos ao mesmo tempo - a disposição e a capacidade de explorar novas oportunidades.

Apesar de sua condição de segunda maior economia do mundo e de sua longa tradição de contatos econômico-comerciais com o Brasil, o Japão esteve praticamente ausente dos grandes fluxos de investimentos produtivos que chegaram ao Brasil na segunda metade dos anos noventa. Esta ausência foi particularmente notável no processo de privatizações. O Japão perdeu, assim, várias posições no ranking das principais fontes de IED em nosso país. Também o intercâmbio comercial decresceu, de cerca de US\$ 6,4 bilhões nos dois sentidos em 1995 para aproximadamente US\$ 4,7 bilhões em 1999. Em 1995, o Japão absorvia 6,7% das exportações brasileiras. Em 1999, esse número caiu para 4,6%.

Evidentemente, tal situação não é satisfatória, e não corresponde ao potencial das relações entre o Brasil e o Japão ou à própria história dos contatos entre nossos dois países. O momento exige, portanto, novas iniciativas para redinamizar esta parceria.

Este ano apresenta-se como particularmente propício para um impulso nessa direção. Pelo lado do Japão, aquele país dá sinais de estar começando a superar as dificuldades econômicas dos anos noventa. Quanto ao Brasil, a economia brasileira deverá crescer cerca de 4% em 2000, e manter este ritmo nos anos subseqüentes. Mais importante ainda para os parceiros estrangeiros, talvez, seja o vigor que adquiriu em nosso país a prioridade

atribuída tanto pelo governo quanto pela sociedade à estabilidade econômica. A própria crise de 1998-99 serviu para reafirmar a força desta idéia. No passado, uma desvalorização da moeda nacional nas proporções da que ocorreu no início de 1999 teria inevitavelmente produzido forte aceleração da inflação. Desta vez, contudo, os agentes econômicos e a população em geral apostaram na estabilidade buscada pela política econômica do governo. Trata-se de uma novidade em nossa história econômica recente, que credencia ainda mais o Brasil para novas iniciativas no plano externo.

Por instruções do Ministro Luiz Felipe Lampreia, estarei visitando o Japão agora no final de março. Nos diversos contatos que manterei com o governo e associações empresariais daquele país, enfatizarei que o Brasil deseja uma forte presença japonesa em nosso processo de desenvolvimento nacional, que corresponda ao que já construímos no passado e ao potencial de ambas as economias. Estão previstas em seguida visitas dos Ministros Martus Tavares, Rodolpho Tourinho e Alcides Tápias. Mais à frente, seminário sobre investimentos no Brasil deverá igualmente levar a Tóquio autoridades de primeiro escalão da área econômica.

Examinarei com meus interlocutores japoneses uma vasta agenda que inclui também perspectivas de uma colaboração muito intensa em atividades de cooperação para a reconstrução do Timor Leste e questões ligadas à importante comunidade de brasileiros residentes no Japão.

A diversificação das parcerias externas é um dos princípios básicos e tradicionais da política externa brasileira. Trata-se de uma questão

que diz respeito a nossa própria autonomia de movimentos no plano internacional. Uma relação cada vez mais estreita com o Japão é parte indispensável deste quadro.

Com este mesmo espírito estarei também visitando a Coreia do Sul, uma das chamadas “economias dinâmicas” da Ásia-Pacífico. Aquele país vem-se recuperando de maneira excepcional da crise de 1997-98, e registrou vigoroso crescimento em 1999. Também neste caso, portanto, o Brasil deve estar presente e procurar explorar as oportunidades que se abrem nas áreas de comércio e investimentos. Os dois países estão desde já igualmente empenhados em fortalecer de forma criativa a cooperação no campo científico e tecnológico. Minha viagem a Seul tem ainda por objetivo dar início à preparação de visita - a primeira na história das relações entre os dois países - que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deseja realizar à Coreia do Sul, em data a determinar.

A diplomacia brasileira, portanto, segue empenhada em identificar e desenvolver parcerias externas em todas as direções, que possam contribuir para o desenvolvimento nacional - e dentro dessa ordem de considerações, a Ásia se apresenta como uma região particularmente estratégica. No caso do Japão, trata-se de relançar uma parceria com sólidas raízes históricas e também humanas, em razão dos laços criados pela imigração japonesa no início deste século. No caso da Coreia do Sul, de explorar as novas oportunidades de cooperação entre duas economias emergentes, em estágios de desenvolvimento semelhantes, que iniciam neste momento um novo ciclo de crescimento.

ARTIGO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NA
REVISTA VALOR ECONÔMICO EM 27 DE JUNHO DE 2000, INTITULADO
“A AGENDA EUROPÉIA DO BRASIL E A SUA IMPORTÂNCIA”

Os países da União Européia são, em conjunto, o mais importante parceiro econômico-comercial do Brasil. Absorvem cerca de 30% das exportações nacionais, e são responsáveis por metade dos investimentos diretos recebidos pelo País.

O relacionamento com a Europa é também essencial do ponto de vista político e estratégico. Nada é mais importante para o Brasil no plano da macroestrutura internacional do que buscar contribuir para o estabelecimento de relações de equilíbrio. Este tem sido um objetivo perseguido também pela Europa. Compartilhamos a defesa de uma ordem internacional estruturada em torno do fortalecimento do multilateralismo, como forma de contra-arrestar tendências atuais à fragmentação e ao unilateralismo. Desejamos estimular uma presença cada vez mais ativa da Europa na América do Sul, com vistas a assegurar o equilíbrio e a simetria da ordem regional, sobretudo na perspectiva de conformação de uma área de livre comércio das Américas a partir de 2005.

Não há dúvida porém de que, sob qualquer ângulo, a Europa é mais importante para o Brasil e para a América do Sul do que vice-versa. Razão a mais para que nos esforcemos em tomar a iniciativa e procurar dar crescente operacionalidade a uma parceria que tem-se distinguido muito positivamente no plano

da retórica mas que ainda precisa de alguns ajustes para demonstrar a sua efetividade. Trata-se de um exercício de gradualismo, de aproximações sucessivas, de construção progressiva de novos espaços de convergência, de identificação de interesses recíprocos.

Temos podido alcançar resultados satisfatórios nos planos das relações estritamente bilaterais com cada um dos quinze membros da UE, das relações com a UE em conjunto (nas quais a Comissão Européia é no geral o interlocutor), das relações entre o MERCOSUL e a UE (que nos últimos anos concentraram boa parte das atenções), das relações entre o Grupo do Rio e a UE, e das relações entre a América Latina-Caribe e a UE (no foro estabelecido pela Cúpula realizada no Rio de Janeiro em junho de 1999).

À margem da primeira reunião de cúpula entre a América Latina e Caribe, de um lado, e a União Européia, de outro, o MERCOSUL e a UE chegaram a um entendimento sobre o lançamento de negociações que deverão conduzir a um acordo de livre comércio. O ritmo de avanços - que leva em conta os interesses, prioridades e também limitações de ambas as partes - tem sido satisfatório. As negociações tarifárias deverão iniciar em meados de 2001.

Temos parcerias bilaterais tradicionais com vários dos países membros da UE. A novidade

neste quadro é a Espanha, com a qual passamos a ter uma relação muito intensa, singularizada pela combinação de um diálogo reciprocamente relevante em três vertentes: a bilateral, a regional latino-americana e a das relações bi-regionais entre a América Latina e a Europa. Os investimentos espanhóis no Brasil superaram os da Alemanha, e são hoje inferiores apenas aos dos Estados Unidos. Também Portugal aumentou de forma excepcional sua presença no Brasil, e já é o quinto principal investidor no País.

No plano das relações entre o Brasil e a Comissão Européia em Bruxelas, acaba de realizar-se a VII reunião da Comissão Mista. O encontro foi rico e proveitoso, com a particularidade de haver incluído, pela primeira vez, uma troca de impressões sobre grandes temas da agenda internacional. Trata-se, no caso, de um gesto de reconhecimento da União Européia em relação ao papel da política externa brasileira no cenário mundial. Nesta perspectiva, deverão visitar o Brasil neste ano o Comissário de Relações Exteriores, Chris Patten, e o Comissário de Economia e Assuntos Financeiros, Pedro Solbes Mira. Este último está fortemente interessado em transmitir experiências européias no campo da coordenação macroeconômica (assunto prioritário da agenda de relançamento do MERCOSUL).

Na Comissão Mista, decidimos dar início à identificação de temas prioritários para ação conjunta. Estes temas poderão incluir, entre outros, a assinatura de acordos de cooperação científico-tecnológica e nuclear, o eventual estabelecimento de um sistema de “early

warning” para prevenir conflitos comerciais, a cooperação técnica e financeira prestada pela UE a projetos de desenvolvimento no Brasil, ou a possível ampliação das atividades do Banco Europeu de Investimentos no país. Do ponto de vista brasileiro, um resultado especialmente positivo, possibilitado pela visita concomitante a Bruxelas do Ministro Pratini de Moraes, foi a decisão de iniciar conversas exploratórias a respeito de um acordo veterinário e fitossanitário, cuja conclusão será fundamental para a expansão das exportações nacionais de produtos agropecuários.

A riqueza e a densidade do relacionamento do Brasil com a Europa foram mais uma vez reafirmadas durante a visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso acaba de realizar à Alemanha e à França. O Presidente tratou de questões relativas ao acesso de produtos brasileiros aos mercados europeus e, muito especialmente, das perspectivas para as negociações comerciais entre o MERCOSUL e a UE durante o segundo semestre, quando o Brasil e a França ocuparão as presidências de turno de seus respectivos agrupamentos. O Primeiro Ministro Lionel Jospin anunciou sua intenção de visitar o Brasil naquele período.

O quadro das relações entre o Brasil e os países da União Européia forma em suas diferentes geometrias um mosaico rico e variado, que inclui desdobramentos muito positivos para os interesses nacionais. É tarefa prioritária que o Itamaraty continuará a conduzir com determinação, persistência e criatividade.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, PUBLICADA EM 1 DE JUNHO DE 2000

“Há uma forte exortação para que exista um aperfeiçoamento da democracia no Peru, que essa democracia seja plural e que o governo introduza isso na gestão pública”

Para o Brasil, já é um fato que Alberto Fujimori ficará mais cinco anos no poder. O ministro das Relações Exteriores reconheceu, em entrevista exclusiva ao Correio Braziliense em seu gabinete do Itamaraty, que Fujimori é presidente do Peru pela terceira vez. Mas Luiz Felipe Lampreia destacou que há frustração entre os países americanos por defeitos do processo eleitoral naquele país. E mais: ele reclama maior pluralismo na democracia peruana daqui pra frente. De partida para o Canadá, onde participará da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Lampreia estava bem-humorado ontem. Ele acabara de receber notícias da vitória latino-americana sobre a intenção dos Estados Unidos de impor sanções conjuntas ao Peru. Mesmo sem isolar Fujimori, os países americanos devem fazer recomendações ao governo peruano na Assembléia da OEA. Pelo menos é o que pretende o Brasil. O debate será intenso e incluirá, a pedido de Lampreia, a redefinição dos limites das missões de

observação eleitoral nos países americanos que, para considera ele, andam cometendo perigosos excessos.

Correio Braziliense: O silêncio do Brasil em relação às eleições peruanas tem recebido muitas críticas. Por que o Itamaraty não se pronunciou sobre o polêmico processo?

Luiz Felipe Lampreia: Eu acho que a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) (ocorrida ontem) demonstra que a cautela brasileira é partilhada por todos os países latino-americanos. Vemos que há um sentimento geral de frustração com o fato de que não se pôde chegar a um entendimento com a missão de observação eleitoral da OEA e com possíveis defeitos no processo eleitoral. Mas também há uma forte preocupação com o respeito do princípio da não-intervenção em um tema tão sensível como são as eleições. Há ainda um terceiro ponto, que é uma forte exortação para que exista um aperfeiçoamento da democracia no Peru, que essa democracia seja plural e que daqui por diante o governo peruano introduza esse maior conteúdo democrático no seu processo de gestão das coisas públicas no país.

Correio: Até que ponto esse consenso da América Latina — visto na reunião extraordinária do Conselho da OEA ontem quando os países latino-americanos recusaram a idéia dos Estados Unidos de aplicar sanções ao Peru — pode ser atribuído a uma atuação brasileira?

Lampreia: Eu não creio que o Brasil tenha uma capacidade tão grande de liderança que, se a sua posição não fosse razoável e compartilhada, ela seria seguida. Eu acho que o princípio da não-intervenção é em tema cardeal da América Latina, que foi conquistado inclusive a duras penas e foi consagrado na Carta da OEA e na consciência de todos os povos. Claro que a questão de não-ingerência não é um conceito que possa ser levado aos últimos limites, nem que a comunidade internacional não tenha razões para se preocupar por assuntos internos de outros países. Mas o que não pode haver é uma substituição das entidades e dos canais institucionais apropriados de cada país por mecanismos internacionais. Porque senão, daqui a pouco, nenhum país da América Latina poderia conduzir as suas próprias eleições e teria de convocar a OEA ou peritos estrangeiros para substituir os seus tribunais.

Correio: O que pode fazer a comunidade internacional para melhorar a democracia peruana?

Lampreia: Não sei. O diálogo principal vai se realizar no domingo próximo durante a reunião da Assembléia da OEA. É perfeitamente possível que os países da OEA façam recomendações ao Peru. Já conversei com vários ministros e combinamos que vamos ter um diálogo aprofundado sobre isso, inclusive sobre o papel das missões de

observação em processos eleitorais — para que fique bem delimitado. Porque isso já está criando grandes susceptibilidades, por exemplo na Venezuela ou no México. Não é à toa que o México decidiu reagir na OEA. Haverá eleições presidenciais daqui a poucos dias lá.

Correio: O senhor considera que a missão da OEA no Peru se excedeu nas suas funções?

Lampreia: Acho que em alguns aspectos se colocam os problemas dos limites de uma missão como essa. Acho que o embaixador Eduardo Stein (chefe da missão eleitoral no Peru) é um homem íntegro, mas acho que é perfeitamente legítimo discutir daqui pra frente como será a atuação das missões da OEA.

Correio: Mais do que o problema das missões de observação eleitoral, não é necessário debater o problema da crise da democracia na América Latina?

Lampreia: Não é verdade que exista uma crise sistêmica da democracia. A democracia tem, de vez em quando, que passar por desafios e superar dificuldades. Mas acredito que, de modo geral, a democracia está consolidada na América Latina.

Correio: Mas tivemos só neste ano golpes de Estado no Paraguai e no Equador, estado de sítio na Bolívia, entre os casos mais dramáticos...

Lampreia: Os golpes não foram exitosos, de maneira que não se pode dizer que houve uma ruptura democrática na América Latina. Não estou dizendo que estamos vivendo como se a região tivesse no nível de uma democracia

inglesa. Mas é preciso tomar em conta que aqui a democracia é recente e há graus variados de consolidação. Mas não acho bom que se comece a pensar que há um retrocesso político e que a democracia está em recesso na América Latina.

Correio: Quais os critérios para estabelecer o que é uma democracia? Por exemplo, Alfredo Stroessner convocava eleições no Paraguai, mas o seu governo foi ditatorial. Não poderia ocorrer no Peru?

Lampreia: No caso do Peru o problema tem de ser visto à luz de que 50% da população votou contra o governo, ou anulando os seus votos ou votando no candidato de oposição, mesmo que ele tenha se retirado do processo. Portanto é difícil dizer que a eleição do Peru foi orquestrada. Acho que certamente o processo teve problemas técnicos e não há dúvidas de que no próprio processo de preparação da eleição houve uma série de fatos que são indiscutivelmente questionáveis do ponto de vista político. Mas não se pode dizer que houve uma fraude, porque se houvesse certamente o resultado seria de 90% dos votos em favor do governo, como é tradicional nas ditaduras.

Correio: O que o senhor acha de o candidato da oposição, Alejandro Toledo, chamar os peruanos à desobediência civil?

Lampreia: Não acho nada. Mas acho que ao não se apresentar para a eleição certamente ele perdeu credibilidade.

Correio: Então foi um erro de Toledo?

Lampreia: Eu acho que, mesmo que existam dúvidas sobre o processo eleitoral, o candidato da oposição perdeu ao não participar do

segundo turno. Inclusive a recusa dele contribuiu para que não houvesse o adiamento do segundo turno. Nós fizemos gestões para que houvesse mudança da data, mas ele disse que não aceitaria qualquer data, independente da evolução que se pudesse chegar com a OEA.

Correio: Há uma impressão nítida de que o Brasil favorece Fujimori.

Lampreia: O Brasil não favorece fulano ou sicrana, nem partido nenhum. O Brasil favorece um vizinho importante e nós não queremos desestabilizar o Peru. Até porque temos 1,7 mil quilômetros de fronteira com eles. Eu acho que a presença de uma atitude agressiva da parte da comunidade internacional através de sanções que penalizem o povo peruano, cortem financiamentos, prejudiquem exportações e criem toda sorte de embaraços para a atividade econômica peruana seria muito negativo para a estabilidade sócio-econômica do país.

Correio: O senhor acha que o governo de Fujimori é democrático?

Lampreia: Eu acho que é um governo que resultou de um processo constitucional sem que se tenha apontado fraude. Mas acho que pode haver progresso de uma maior democracia pluralista.

Correio: O Brasil já considera que Fujimori é o presidente?

Lampreia: Claro.



ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, À
REVISTA ÉPOCA, PUBLICADA EM 5 DE JUNHO DE 2000

“Democracia consolidada.”

Para o chanceler Luiz Felipe Lampreia, a eleição peruana não ameaça as instituições nem o continente está em retrocesso.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, acredita que a democracia é uma posição política consolidada na América do Sul. Para ele, não há risco de retrocesso no continente, apesar das recentes crises. Lampreia recebeu *ÉPOCA* em seu gabinete para comentar a crise peruana. A seguir, trechos da entrevista.

Época: A democracia sul-americana está correndo perigo?

Luiz Felipe Lampreia: Não. É certo que ainda falta muito para o quadro político e econômico da região, em especial o dos países andinos, se estabilizar. Mas acha muito perigoso tirar conclusões precipitadas de que há um retrocesso na democracia latino-americana.

Época: Qual a avaliação brasileira sobre a atuação da OEA no Peru?

Lampreia: Falei quase todos os dias com o secretário-geral da OEA, César Gaviria. O

objetivo era compreender o que bloqueava o trabalho da missão. O episódio peruano preocupou e traz algumas lições para a região. A missão teve uma presença tão intensa no cenário político do país que talvez se possa discutir se teria excedido seus limites. Nenhum país pode chegar ao ponto de renunciar ao direito soberano de conduzir eleições por critérios nacionais. Para o Brasil, seria inadmissível a subordinação da Justiça eleitoral e de nossas instituições democráticas a uma autoridade internacional, qualquer que fosse ela.

Época: O Brasil é reconhecido pela comunidade internacional como uma liderança na América do Sul, mas foi acusado de ter assumido uma posição tímida em relação ao Peru. Por que o país não foi mais agressivo?

Lampreia: Muitos consideram nossa liderança um cacife maior do que é na realidade. Nós não podemos e não devemos nos arrogar líderes, potência hegemônica da região que dita as regras e diz como devem ser tomadas as decisões políticas dos outros países. Se fizéssemos isso, nossa influência, que é grande, se evaporaria. Não podemos ser vistos como um país que pensa ter mais direitos e mais poderes do que tem e pode ter de fato.

Época: Uma posição de interferência brasileira poderia ameaçar acordos como o do Mercosul?

Lampreia: Com certeza prejudicaria todo o relacionamento na região. Seria como tentar atuar acima de nosso teto operacional definido pelos acordos. Não seria natural, e o Brasil não pode errar nessa questão. A diplomacia brasileira é bem-sucedida e respeitada no mundo porque tem muito poucos erros registrados. Isso se deve em grande parte a essa atitude e a esse estilo cautelosos.

Época: Tal cautela, no entanto, muitas vezes é interpretada como covardia.

Lampreia: Eu até compreendo que seja. Alguns analistas têm dificuldade para entender as coisas. Porque há uma diferença entre ser ministro, fazer a política, e acompanhar a política. Não podemos esquecer que o grande debate internacional hoje é o direito de ingerência, por causa da questão do Kosovo (a Organização dos Tratado do Atlântico Norte bombardeou a Iugoslávia para interromper o massacre de albaneses no Kosovo, território iugoslavo). Precisamos ter isso em mente. Queremos dar a outros países o direito de interferir em nossos assuntos? Queremos que eles venham aqui dizer como se fez uma eleição ou se administra a Amazônia? Não queremos. Se não queremos aqui, como podemos fazer em outro lugar?

Época: A cautela brasileira seria um ponto de equilíbrio entre evitar exageros e não abrir precedentes?

Lampreia: Claro. Um precedente na área eleitoral seria complicado. Isso poderia ser invocado até em eleições municipais.

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL
ZERO HORA, PUBLICADA EM 18 DE JUNHO DE 2000

“Oviedo não receberá asilo no Brasil”

Klécio Santos / Sucursal Brasília.

O Brasil usará a próxima reunião dos Líderes da América do Sul convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para consolidar a democracia na região. Para o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, o encontro, que começará em Brasília no dia 31 de agosto, servirá para aprofundar o compromisso democrático, uma prioridade depois de alguns episódios preocupantes que colocaram em risco a estabilidade política de países andinos e do Paraguai. A discussão do assunto é um compromisso assumido pelo chanceler durante a Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), encerrada no começo do mês no Canadá.

Em seu gabinete no Itamaraty, Lampreia falou a Zero Hora durante uma hora. A conversa ocorreu na quarta-feira, três dias depois da prisão no Brasil do ex-general Lino Oviedo, acusado de ser o principal mentor de duas tentativas de golpe no Paraguai. Sobre a presença no país do inimigo número 1 das autoridades paraguaias, Lampreia disse que isso não causa constrangimento e foi taxativo. Oviedo não receberá asilo no Brasil.

Além da prisão de Oviedo, o chanceler também teceu comentários sobre a recente crise peruana, provocada pela reeleição de Alberto Fujimori, e sobre as expectativas brasileiras em relação aos processos de integração regional na América do Sul. Lampreia deixa claro que o Brasil não pretende assumir uma postura de potência hegemônica na América Latina

Zero Hora: As democracias sul-americanas correm algum risco?

Luiz Felipe Lampreia: No caso dos países andinos e do Paraguai, tem havido episódios preocupantes, mas não gostaria de transformar esses casos numa conclusão de que há um retrocesso na tendência democrática da América Latina. São situações especiais e que não caracterizam uma tendência na região. Poderia parecer óbvia que a democracia está em recesso, mas isso é uma constatação precipitada e perigosa. Se chegarmos a essa conclusão, podemos enfraquecer as próprias defesas democráticas. Não há nenhum interesse em dizermos que tenha havido um enfraquecimento da democracia na América Latina.

Zero Hora: Por que então a democracia na América Latina será o principal tema do

encontro de líderes sul americanos, no dia 31 de agosto, em Brasília?

Lampreia: É natural que seja assim, porque é uma das principais prioridades da região.

Zero Hora: O que o Brasil espera do encontro?

Lampreia: Espera que haja um aprofundamento do compromisso democrático. Que haja a consolidação dessa exigência internacional de um padrão democrático, a exemplo do que já se fez no Mercosul, no Grupo do Rio, na OEA.

Zero Hora: Como o governo brasileiro acompanha a instabilidade da democracia paraguaia?

Lampreia: Acompanha com preocupação, mas também com a satisfação de ver que cada um desses episódios foi superado e que resultou em mais um passo para o fortalecimento da democracia no Paraguai.

Zero Hora: A prisão de Lino Oviedo acabou fortalecendo a democracia paraguaia?

Lampreia: Houve uma atuação brasileira absolutamente do padrão jurídico. Esse caso deve ser encarado como uma questão jurídica. O Brasil não teve tomar partido, mas agir institucionalmente, juridicamente, apoiando os presidentes constitucionais e respeitando seus compromissos. Acho que é assim que temos nos comportado em relação ao caso Oviedo.

Zero Hora: Mas o governo paraguaio vê em Oviedo uma ameaça à democracia?

Lampreia: Houve autorização da Justiça para que a Polícia Federal prendesse Oviedo.

Agora, haverá uma decisão sobre se Oviedo deve ou não ser extraditado. Não quero entrar no julgamento de valor prematuramente. Não quero violar o princípio da autonomia dos poderes.

Zero Hora: A presença de Oviedo no Brasil pode causar constrangimento diplomático em relação ao Paraguai?

Lampreia: Não. Ele estava aqui clandestinamente. A Justiça ordenou que fosse preso. Está na prisão, sendo defendido por seus advogados. O caso está tramitando numa Justiça democrática. Não há constrangimento nenhum.

Zero Hora: O governo brasileiro tem visto a prisão de Oviedo como um problema de responsabilidade do Judiciário. Isso seria uma estratégia para evitar inconvenientes diplomáticos?

Lampreia: Se não tivéssemos um comportamento rigorosamente jurídico, entraríamos numa zona complexa, de expressar preferências contra ou a favor de pessoas ou grupos. O governo brasileiro não deve e não pode fazer isso.

Zero Hora: Oviedo pode conseguir asilo político no Brasil?

Lampreia: Não, não há nenhuma base para isso. A caracterização de asilo tem outra base. Ele não pediu asilo. Ele estava foragido no Brasil e não estava pedindo asilo. Nem se colocou a questão e acho que agora não se coloca mais.

Zero Hora: Nem mesmo se alegar ser perseguido político no Paraguai?

Lampreia: Ele pode alegar uma série de coisas em sua defesa. Vamos ver se a Justiça considera que isso é pertinente nesse caso da extradição.

Zero Hora: O governo brasileiro tinha conhecimento prévio sobre a tentativa de golpe no Paraguai. O Itamaraty sabia de alguma coisa?

Lampreia: Tinha conhecimento que havia agitação, mas que houvesse uma tentativa de golpe, não. Certamente ninguém iria avisar o governo brasileiro de que haveria uma tentativa de golpe porque não encontraria cumplicidade de nossa parte.

Zero Hora: Algumas autoridades mostraram insatisfação com a demora da Justiça brasileira na extradição de Oviedo.

Lampreia: A Justiça brasileira tem o seu ritmo, seus procedimentos, e eles devem ser respeitados. Não cabe a nenhuma autoridade estrangeira estar fazendo reparo sobre esse assunto.

Zero Hora: Casos como o de Oviedo atrapalham a integração do Mercosul?

Lampreia: O ideal é que fôssemos a Europa ocidental. Que todos fôssemos países ricos, desenvolvidos, profundamente democráticos. Mas não somos. Temos de trabalhar com nossas realidades. Os processos de integração na América Latina são muito novos. A América Latina, até pouco tempo, era uma região na qual os países viviam de costas uns para os outros. Creio que é natural que isso leve um pouco de tempo. Estamos nos encaminhando para uma integração. Para acelerar esse processo é que o presidente Fernando Henrique convocou o encontro de presidentes sul-americanos.

“A diplomacia não é o uso do megafone”

Neste trecho da entrevista, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, aborda o encontro de líderes da América Latina, a posição brasileira na recente crise peruana e as expectativas do país ao assumir a presidência do Mercosul.

Zero Hora: A reunião de líderes sul-americanos é um prenúncio de que o Brasil pretende ser uma potência hegemônica na América Latina?

Lampreia: O Brasil não pretende ser potência hegemônica porque, para sê-lo, um país precisa ter coeficiente de poder que lhe permita impor sua vontade aos outros. O Brasil nem deseja impor a sua vontade nem tem condições militares ou políticas para fazê-lo. Ter isso como objetivo seria incorreto, inconveniente e inoportuno.

Zero Hora: O Brasil nega-se a intervir em assuntos internos dos países?

Lampreia: O Brasil não pretende intervir, a menos que haja determinados patamares que sejam atravessados. O patamar da democracia é o primeiro deles. Por isso, temos posições claras, políticas e diplomáticas, no caso paraguaio e agora no Peru, quando dissemos, com clareza, que é o momento de se aprofundar a democracia peruana.

Zero Hora: Como o senhor responde às críticas à posição brasileira adotada no caso peruano?

Lampreia: Entendo que as pessoas tenham menos sensibilidade para as nuances da linguagem diplomática. A diplomacia não é o uso de megafone. Não se pode reagir

num bate-pronto a todas as situações. O que pareceu timidez ou indiferença brasileira era apenas para atuar na hora certa. Depois disso, fizemos ver nossa forte inclinação para que o governo do Peru fizesse reformas democráticas importantes.

Zero Hora: Por que o Brasil se opôs à anulação do segundo turno das eleições peruanas?

Lampreia: Tivemos essa posição para que não exista ingerência em certos processos na América Latina. No caso da eleição peruana, ninguém apresentou provas de uma fraude maciça. O que houve foi uma série de irregularidades no processo eleitoral. Não havendo demonstrações de que houve fraude, achamos que não havia sentido em haver a anulação das eleições. Se aceitarmos a idéia de que as eleições têm de ser decididas na sua legitimidade por instituições estrangeiras, estaremos fazendo com que todos os países da América Latina abram mão de um dos apanágios fundamentais da democracia: a realização de consulta para aferir a vontade do povo sobre quem deve governar o país.

Zero Hora: Caso houvesse a anulação do pleito peruano, numa ação liderada pelos Estados Unidos, que condenaram a eleição, poderia ser aberto um precedente para que houvesse uma intervenção americana no continente em outras situações?

Lampreia: Poderia Essas declarações mais contundentes por parte dos Estados Unidos foram desautorizadas. Não foram confirmadas. Não favorecemos nenhuma posição punitiva com relação a qualquer país de nossa região. Sanções não levam a nada, não derrubam ditadores nem restauram o império da lei ou a observância dos direitos humanos em lugar nenhum. Ao contrário, fazem sofrer o povo.

Zero Hora: Quais são as expectativas do Brasil ao assumir, no próximo dia 1º, a presidência do Mercosul?

Lampreia: Temos uma convicção de que o momento é oportuno para que o Mercosul volte a mostrar sinais de vitalidade. Em primeiro lugar, aperfeiçoar o seu compromisso com o livre comércio. Em segundo lugar, avançar em novos rumos na extensão das regras do Mercosul à área de serviços. E, em terceiro lugar, a incorporação do Chile e da Bolívia ao Mercosul. Vamos ter uma reunião em Buenos Aires, nos dias 29 e 30, do conselho de ministros e dos presidentes e vamos traçar esse caminho.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 34, 38, 43, 100, 139, 158, 240

África do Sul 12, 175, 177, 203, 204, 205, 247, 273

ajuda humanitária 179

Ajuda humanitária 10, 179

ALCA 109, 110, 111, 112, 113

algodão 13, 211, 273

América do Sul 17, 18, 23, 24, 30, 31, 35, 42, 46, 55, 60, 61, 63, 72, 79, 81, 82, 83, 85, 94, 106, 110, 111, 120, 128, 132, 133, 134, 140, 141, 142, 143, 146, 157, 175, 198, 209, 211, 212, 221, 238, 239, 242, 248, 253, 255, 256, 257, 258, 261, 267, 269, 273

Ano Brasil-Portugal 4, 7, 45, 105, 273

Argentina 10, 13, 18, 57, 63, 64, 65, 78, 91, 92, 93, 94, 110, 132, 133, 140, 141, 173, 178, 179, 196, 201, 211, 212, 229, 253, 254, 257, 273

Armênia 15, 231, 273

Ásia 13, 19, 34, 38, 43, 64, 158, 190, 199, 214, 259, 260, 273

B

Bolívia 5, 10, 12, 18, 35, 46, 59, 60, 61, 63, 64, 78, 82, 89, 91, 94, 105, 110, 132, 133, 140, 141, 173, 174, 201, 202, 208, 209, 210, 211, 212, 242, 252, 255, 257, 264, 272, 273

Brasília 2, 3, 5, 8, 9, 12, 15, 17, 21, 27, 29, 59, 60, 111, 131, 133, 134, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 157, 159, 170, 175, 205, 207, 208, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 240, 242, 246, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 269, 270, 273, 275

C

Canadá 112, 151, 160, 200, 215, 217, 218, 229, 230, 231, 239, 241, 255, 263, 269, 273

Chile 10, 11, 12, 16, 18, 35, 45, 46, 60, 78, 91, 94, 105, 110, 132, 140, 163, 173, 174, 183, 201, 202, 206, 209, 211, 212, 236, 237, 238, 239, 249, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 272, 273

Comissão Brasil-Coréia para o Século XXI 3, 27, 199, 273

Comissão Mista 9, 153, 154, 178, 195, 222, 262, 273

Conferência 5, 6, 11, 12, 15, 21, 38, 49, 58, 75, 156, 160, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 202, 203, 204, 205, 206, 215, 229, 233, 235, 247, 251, 273

Costa Rica 5, 6, 7, 13, 14, 69, 71, 72, 73, 75, 103, 177, 178, 194, 195, 196, 197, 212, 213, 218, 222, 241, 273

CPLP 11, 38, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 205, 250, 273

Cuba 12, 203, 205, 249, 255, 273

Cúpula Econômica do Mercosul 6, 7, 89, 99

D

direitos humanos 23, 30, 50, 57, 59, 69, 70, 72, 80, 122, 124, 131, 138, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 170, 185, 190, 191, 195, 201, 213, 222, 223, 237, 239, 241, 242, 252, 258, 272

E

EMBRAER 12, 200, 273

Equador 182, 211, 212, 242, 264, 273

EUA 13, 15, 17, 57, 178, 200, 206, 212, 214, 215, 224, 242, 244, 273

exportações 21, 59, 110, 111, 112, 113, 119, 126, 154, 197, 198, 204, 206, 211, 213, 214, 229, 251, 254, 257, 259, 261, 262, 265, 273

Exposição Universal do Ano 2000 9, 10, 155, 180, 273

F

França 15, 37, 50, 120, 155, 201, 203, 225, 226, 232, 242, 251, 262, 273

G

G-15 9, 165, 166, 167, 273

Gasoduto 5, 59, 63, 82, 273

Grupo do Rio 9, 161, 196, 201, 241, 255, 258, 261, 270, 273

Guatemala 212, 213, 241, 273

I

Instituto Rio Branco 8, 58, 127, 131, 134, 137, 143, 145, 222, 223, 274

integração regional 55, 61, 64, 211, 237, 254, 269

Israel 203, 274

Itália 15, 37, 198, 213, 227, 228, 274

J

Japão 110, 143, 198, 213, 214, 259, 260, 274

L

Lisboa 4, 7, 33, 37, 38, 39, 41, 105, 144, 274

M

meio ambiente 50, 67, 71, 90, 101, 122, 131, 138, 154, 156, 163, 166, 170, 181, 190, 214, 215, 220, 221, 222

Mercosul 6, 7, 10, 12, 18, 24, 25, 29, 30, 31, 34, 35, 41, 42, 44, 45, 56, 60, 63, 72, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 105, 110, 111, 113, 116, 120, 132, 133, 140, 141, 157, 162, 173, 174, 175, 196, 201, 209, 212, 221, 233, 252, 268, 270, 271, 272

México 14, 15, 95, 110, 113, 119, 175, 203, 213, 214, 217, 219, 227, 229, 247, 255, 256, 264, 274

Moçambique 12, 13, 18, 34, 42, 183, 186, 205, 207, 250, 274

O

ONU 14, 16, 50, 178, 188, 191, 205, 216, 235, 236, 274

OPAQ 16, 233, 234, 274

Organização Internacional do Trabalho 3, 21, 274

P

Panamá 14, 178, 212, 222, 223, 274

Paraguai 3, 11, 16, 23, 24, 25, 53, 57, 91, 92, 110, 111, 132, 140, 177, 178, 191, 192, 193, 194, 211, 212, 233, 241, 264, 265, 269, 270, 271, 274

Peru 14, 16, 133, 141, 211, 212, 223, 236, 239, 242, 263, 264, 265, 267, 271, 272, 274

PNUD 13, 183, 208, 274

Polónia 13, 177, 206, 207, 274

Portugal 4, 7, 15, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 85, 105, 106, 107, 128, 134, 144, 146, 154, 169, 178, 183, 186, 201, 202, 224, 231, 232, 251, 262, 273, 274

R

Rússia 10, 16, 17, 96, 169, 170, 171, 178, 203, 234, 242, 243, 244, 274

S

Síria 17, 245, 246, 274

Suíça 226, 274

T

TNP 12, 202, 203, 274

Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) 6, 81, 274

Tribunal Penal Internacional 11, 70, 189, 191, 274

U

União Européia 9, 34, 35, 41, 42, 44, 45, 80, 90, 95, 105, 110, 111, 113, 151, 153, 154, 157, 202, 220, 232, 252, 261, 262, 274

Uruguai 3, 11, 18, 29, 30, 31, 57, 65, 91, 92, 110, 111, 113, 132, 140, 166, 183, 211, 212, 253, 254, 274

V

Venezuela 6, 10, 11, 14, 63, 79, 81, 94, 133, 141, 177, 178, 179, 190, 197, 198, 211, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 264, 274

Capa

Hilton Ferreira

Projeto Gráfico

Hilton Ferreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

276

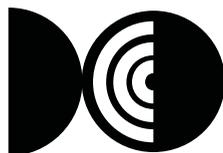
Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1ºsubsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação